

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Guarecer

Revista Electrónica
de Estudos Medievais



N.º 7, 2022

Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais

Informação Editorial

ISSN: 2183-9301

Volume 7, 2022

DOI Vol. 7, 2022: 10.21747/21839301/gua7

Direcção

José Carlos Ribeiro Miranda
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Edição e Revisão Editorial

Maria do Rosário Ferreira
Ana Sofia Laranjinha
Bruno Duarte
Eduarda Rabaçal
Rafaela Silva

Capa

Bruno Duarte

Editora

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PUBLICAÇÃO ANUAL ONLINE

DOI: 10.21747/21839301/gua

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

SMELPS
Seminário Medieval de
Literatura, Pensamento e
Sociedade

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

IF : Instituto
de
Filosofia
UNIVERSIDADE
DO PORTO

U. PORTO
Faculdade de Letras
Universidade do Porto

ÍNDICE

Nota editorial 1

DOSSIER

Maria do Rosário Ferreira
Projecto MELE: Fase final, balanço e perspectivas 5

ARTIGOS

Mariana Leite
*A importância de se ser Simão:
novamente a tradição bíblica em torno de Meendinho* 15

João Pedro Fernandes Melo
*Visões da Fortuna na Morte de Artur inglesa:
da culpabilização à decadência* 33

Fernanda Pereira Mendes
*A Divina Comédia e Petrus Alphonsi Hispanus O.P.:
outro português notável na idade média? (II)* 55

José Carlos Ribeiro Miranda
Os Anais portugueses do séc. XII e o Quinto Império71

Miguel Rodrigues
*Concubinato régio nos finais do século XII:
o caso de Sancho I de Portugal* 85

Rute Russo
*Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e a autoria
da Crónica da Tomada de Ceuta: uma reflexão* 109

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÉMICOS

João Pedro Fernandes Melo

A Representação da Figura Aristocrática

e o seu Desenvolvimento no Macabro (dissertação de mestrado) 161

Rui Pedro Monteiro

A Idade Média nos Livros de Cavalarias

portugueses do séc. XVI (dissertação de doutoramento) 165

APRESENTAÇÃO DE LIVROS

Afonso X no seu VIII^o centenário: um panorama editorial

Mariana Leite 171

Ricardo Pichel (org.), «*Tenh'eu que mi fez el i mui gran ben*»:

Estudos sobre Cultura Escrita Medieval dedicados a Harvey L. Sharrer

José Carlos Ribeiro Miranda 181

NOTA EDITORIAL¹

Ainda com um apreciável atraso relativamente àquilo que seria expectável, a direcção da *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais* assume o compromisso de, ainda no ano da presente edição, vir a recuperar a publicação dos volumes em falta, não apenas cumprindo as etapas de publicação que estão implícitas no seu estatuto de revista anual, mas essencialmente dando voz aos investigadores que aguardam, com a compreensível expectativa, que sejam tornados públicos os frutos do seu trabalho de investigação.

Algumas novidades esperam o leitor da nossa revista. Coincidindo com os momentos terminais do projecto *MELE* (Da memória Escrita à Leitura do Espaço: Pedro de Barcelos e a identidade cultural do Norte de Portugal»: POCI-01-0145-FEDER-032673), que se arrastou para além do prazo previsto por razões sanitárias de todos conhecidas, alguns jovens investigadores avançam com perspectivas que podemos considerar inovadoras para o nosso meio.

Partindo dos momentos terminais do século XII, Miguel Rodrigues propõe-se rever o estatuto relacional – os vários tipos de matrimonialidade – de homens e mulheres da nobreza no tempo de Sancho I de Portugal, tendo em vista o exemplo deste mesmo rei; ainda nesta época, o decano desta publicação propõe-se dar conta de como terminam, em sede escatológica, os *Anais de Santa Cruz*, observando a invasão almóada da Península Ibérica que se prepara.

O século XIII é privilegiado nas abordagens seguintes, com novos argumentos, por parte de Fernanda Mendes, no sentido de identificar o português autor das *Sumulae Logicales* com alguém diverso do Papa João XXI; em sede trovadoresca, o cantar de Meendinho é objecto de uma releitura por parte de Mariana Leite, buscando nesse texto novas ressonâncias bíblicas. Ainda no espaço português, a historiografia da primeira metade do século XV vem a ser objecto de uma muito atenta revisão por parte de Rute Russo, em torno da autoria e, sobretudo, da problemática da *Crónica da Tomada de Ceuta*. Por fim, saindo muito do espaço peninsular, mas indagando temáticas que marcam toda a Europa do final da Idade Média, João Melo convoca um texto britânico em que a «Roda da Fortuna» é apenas o ponto de partida para reflexões cuja natureza se situa entre o vivencial, o espiritual e o escatológico.

Com a disponibilização do presente elenco de trabalhos de investigação temos também a consciência de ter feito o possível para que o meio universitário português se afaste de um quotidiano feito de burocracia digital e de vazia divulgação de propaganda, com recurso a redes sociais e meios semelhantes, em que actualmente parece, por vezes, ir mergulhar...

¹ <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7ned>

DOSSIER

Autor:

Maria do Rosário Ferreira

rosarioferreira.fluc@gmail.com

Título:

PROJECTO MELE: FASE FINAL, BALANÇO E PERSPECTIVAS

Resumo:

Apresentam-se aqui as actividades de investigação e de divulgação científica desenvolvidas pelo projecto *Projecto MELE*, vigente entre Junho de 2018 e Maio de 2022, com destaque para o período durante e depois da pandemia Covid-19. Comprometidas, por um lado, com a problemática interpretativa e editorial da obra do Conde Pedro de Barcelos (nomeadamente do seu Livro de Linhagens) e, por outro, com o desenvolvimento sustentável da região e das populações durienses na órbita de Lalim/Lamego (onde o Conde estabeleceu a sua corte letrada), o trabalho da equipa MELE levou a importantes avanços no conhecimento da mundividência e do projecto de escrita deste filho de D. Dinis, e deu ainda um importante contributo para adevolução à cidade de Lamego desta destacada figura patrimonial, obscurecida por séculos de uma tradição histórica e cultural fundada em valores que menORIZAM o legado intelectual e cívico da época medieval.

Palavras-chave:

Pedro de Barcelos; Livro de Linhagens; Crónica de 1344; Lamego; Tarouca

Abstract:

Here we present the research and scientific dissemination activities carried out by the *MELE Project*, which ran from June 2018 to May 2022, with a focus on the period during and after the Covid 19 pandemic. Committed, on the one hand, to the interpretative and editorial problems of the work of Count Pedro de Barcelos (namely his *Book of Lineages*) and, on the other, to the sustainable development of the Douro region and populations in the Lalim/Lamego orbit (where the Count established his literate court), the work of the *MELE* team has led to important advances in knowledge of the worldview and writing project of this son of King Dinis, and also made an important contribution to the return to the city of Lamego of this outstanding heritage figure, obscured by centuries of a historical and cultural tradition based on values that diminish the intellectual and civic legacy of the medieval period.

Keywords:

Pedro de Barcelos; Livro de Linhagens; Crónica de 1344; Lamego; Tarouca

Como citar este artigo:

Maria do Rosário Ferreira, «Projecto MELE: Fase Final, balanço e perspectivas», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 5-11.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a1>

PROJECTO MELE: FASE FINAL, BALANÇO E PERSPECTIVAS

O projecto de investigação MELE, «Da memória escrita à leitura do espaço: Pedro de Barcelos e a identidade cultural do Norte de Portugal» (POCI-01-0145-FEDER-032673), de que somos investigadora principal, atingiu a sua fase final. As verbas atribuídas ao projecto, cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT, estiveram em execução financeira de 1 de Junho de 2018 a 31 de Maio de 2022, mas a investigação e as acções suscitadas pelos resultados intermédios do projecto deverão prosseguir ainda, permanecendo activa a respectiva equipa de medievalistas, constituída por filólogos e historiadores.

Do ponto de vista estritamente científico, o projecto partiu da necessidade de preparar uma nova edição do *Livro de Linhagens do Conde (LLC)*, a editar pela Academia das Ciências, no acervo dos *Portugaliae Monumenta Historica*. De facto, o Professor José Mattoso, autor da edição crítica de 1980 (e consultor científico do MELE), considerou que, tendo em conta os avanços entretanto produzidos no conhecimento da tradição manuscrita do *LLC* e na própria teorização e prática do método filológico, a sua edição de que é autor não deveria ser republicada, mas sim dar lugar a uma outra que contemplasse um maior número de testemunhos (a tradição manuscrita é extensíssima, compreendo quase cem manuscritos em português e algumas dezenas em espanhol) e que, além disso, repensasse algumas das suas opções editoriais de base.

A centralidade desta obra na escrita e no pensamento do Conde D. Pedro, bem como a extraordinária difusão que obteve na Península e mesmo nos territórios afectos aos impérios português e espanhol (no dizer de Rodrigues Lapa, o *Livro de Linhagens do Conde* terá sido a obra mais lida em Portugal e Espanha ao longo a Idade Média tardia e da Idade Moderna, com ressalva da *Bíblia*), impunham desde logo o alargamento da linha de pesquisa editorial e filológica do trabalho, de modo a adquirir uma dimensão hermenêutica alicerçada num plano de investigação diversificado, implicando valências disciplinares e metodologia da literatura, da cultura, da história, da antropologia familiar e mesmo do pensamento filosófico ibérico da época.

Além disso, dada a própria natureza do MELE e do financiamento que lhe foi atribuído, explicitamente comprometido com o desenvolvimento sustentável da região e das populações durienses na órbita de Lalim/Lamego (onde o Conde D. Pedro residiu nos últimos trinta anos da sua vida, tendo aí compilado e redigido a sua notável obra literária), o núcleo filológico do projecto foi concebido de forma a desdobrar-se numa

vertente de investigação fundamental em torno da figura e do projecto de escrita de Pedro de Barcelos, por um lado, e por outro, numa componente de difusão e integração da memória desta figura ímpar da cultura medieval portuguesa e ibérica no tecido social, cultural, escolar e até empresarial da região duriense, com base, nomeadamente no novo conhecimento produzido pela equipa de medievalistas do MELE – o que, como se verá, veio a concretizar-se de forma muito produtiva.

Assim, o programa de trabalho centrado no processo editorial do *Livro de Linhagens*, objectivo-chave do MELE e peça estruturante do plano de actividades proposto, funcionou como eixo de uma investigação mais ampla em torno do projecto de escrita e da estratégia genealógica de Pedro de Barcelos, tornando-se o núcleo de um vasto conjunto de estudos filológicos, hermenêuticos e de recepção levados a cabo por vários membros da equipa, na grande maioria já publicados ou em vias de publicação, assegurando assim a consolidação e a difusão nacional e internacional dos resultados da investigação à medida que iam sendo obtidos.

É verdade que as dificuldades geradas pelo confinamento e outras restrições ligadas à epidemia de COVID 19, que se prolongaram, intermitentemente, até aos inícios do ano corrente (o que ninguém, na altura, vislumbrava), dificultaram com adiamentos sucessivos, ou impediram mesmo, a concretização de tarefas propostas no plano de trabalho decidido. Varias missões previstas para a obtenção ou a colação de alguns manuscritos foram adiadas, e todos os procedimentos editoriais previstos para a colação fina de manuscritos e a identificação e comparação de *loci critici*, necessários à selecção de variantes a serem retidas no novo texto crítico do *Livro de Linhagens do Conde*, sofreram um atraso inevitável.

Na verdade, dada a extensão e a complexidade da tradição manuscrita do *Livro de Linhagens*, com mais de 100 testemunhos, como atrás referido, e um *stemma codicum* muito ramificado, os procedimentos próprios de uma edição crítica implicam um aturado e continuado trabalho da equipa em condições de grande proximidade física, incompatível com as insuficiências das reuniões virtuais *online*. O trabalho preparatório individual ou em grupos restritos foi realizado, mas ficou depois em suspenso, tendo começado a ser posto em comum, no sentido de apurar finalmente as lições críticas e estabelecer o texto a publicar, a partir do momento em que se afigurou adequado recomençar as reuniões presenciais assíduas, já na Primavera de 2022. A preparação da prevista edição digital do *LLC* (manuscritos *T1* e *A1*), mais dependente de rotinas de codificação individuais do que de protocolos colectivos de colação, não foi interrompida, e começou já a ser disponibilizada, em formato TEITOCK, na Plataforma EGPA (Escritório Galego-Português Antigo), sediada na Universidade de Alcalá de Henares, sob coordenação de Maria do Rosário Ferreira e de Ricardo Pichel Gutiérrez – [EGPA \(uah.es\)](http://EGPA.uah.es). Prevê-se que o texto físico da nova edição do *Livro de Linhagens* seja dado ao prelo proximamente, para vir a ser fisicamente publicado nos «*Portugaliae Monumenta Historica*» da Academia das Ciências de Lisboa.

Consideradas as disrupções no processo editorial do *LLC* inerentes às condições geradas pela pandemia, a direcção do MELE entendeu ser mais proveitoso dar prioridade editorial uma outra obra também abrangida pelo programa científico do projecto, o *Livro de Linhagens do Deão*, principal fonte genealógica de Pedro de Barcelos. Tratando-se de uma obra mais curta e com uma tradição manuscrita mais restrita e manejável, compatível com trabalho em rede de uma equipa reduzida (Maria do Rosário Ferreira, José Carlos Ribeiro Miranda, Filipe Alves Moreira e João Paulo Ferreira), foi possível prosseguir individualmente ou em reuniões *online* as tarefas necessárias à elaboração da nova edição crítica do *LLD*, apesar na vigência do confinamento e de outras restrições. Este desígnio editorial foi concretizado, e a respectiva publicação nos PMH da Academia das Ciências, datada de 2020 sob a direcção de Maria do Rosário Ferreira e de José Carlos Ribeiro Miranda, foi já objecto de apresentação no volume anterior da presente revista.

Se a investigação desenvolvida no âmbito do projecto MELE, irradiando frequentemente para outras temáticas medievais ibéricas, se mostrou profícua, não o foi menos a reflexão então produzida sobre o papel que o conhecimento, e as diversas modalidades da sua difusão junto de públicos variados, pode desempenhar para um desenvolvimento mais integrado das comunidades e da sua consciência cívica e identitária. Na verdade, essa reflexão veio a revelar-se de grande importância e proveito para os passos dados posteriormente pela equipa do MELE no sentido de devolver a Lamego uma das suas mais importantes figuras patrimoniais, capaz de movimentar o espaço público no âmbito do ensino, da formação profissional e do desenvolvimento económico e cultural.

O ponto de partida desse caminho, então ainda frouxamente conceptualizado, foi o êxito, em termos de mobilização da comunidade lamecense, obtido pela exposição «D. Pedro, Conde de Barcelos e Senhor de Lalim», apresentada na Casa dos Figos do Castelo de Lamego em finais de 2019. Tendo embora objectivos de divulgação, a exposição incorporou aspectos recentes da investigação da equipa e trouxe a um público não universitário o rigor de perspectivas científicas inéditas, que foram trabalhadas no sentido de quebrarem a tepidez da tradição literária e historiográfica estabelecida em torno da figura sobre a qual a exposição incidia. Longe de uma colecção de materiais mais ou menos avulsos, a exposição foi pensada para configurar um discurso coerente, esteticamente apelativo, localmente relevante e significativo no tocante a valores com impacto na sociedade actual, numa dinâmica de reconhecimento mútuo entre a região duriense, o seu passado medieval e a sua autoconsciência presente.

A acção de formação subordinada ao tema “Pedro de Barcelos e a Escrita do seu Tempo”, acreditada pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua e destinada aos professores de Português e de História do ensino básico e secundário (mas que, enquanto ciclo aberto de conferências, chegou a um público interessado bem mais largo), decorreu em formato presencial, no Auditório do Núcleo Arqueológico do

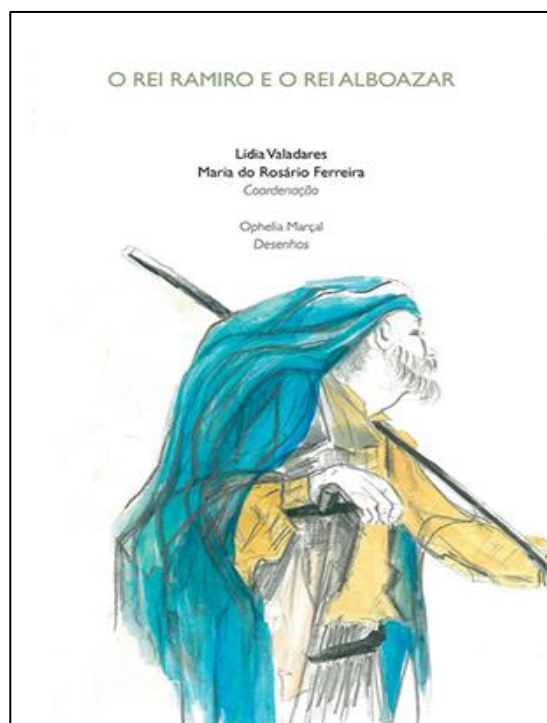
Castelo de Lamego, ou à distância, a partir do mesmo lugar, conforme as vicissitudes da pandemia iam permitindo. Concluída em Dezembro de 2020, foi um primeiro fruto dessa reflexão. Dela brotaram também publicações e outras realizações com impacto na região de Lamego e em parceria com respectiva edilidade, cujo objectivo explícito, e conseguido, foi obter o envolvimento e a adesão da Cidade a uma figura patrimonial representativa do seu passado identitário. Passamos a elencar os eventos mais relevantes dessa actividade:

i. Apresentação em Lamego (auditório do Núcleo Arqueológico do Castelo de Lamego) de obras com relevância para a cidade ou para a região duriense, da autoria de membros da equipa MELE;

ii. Reformulação e expansão, numa estratégia de larga difusão que respeita escrupulosamente o rigor científico dos dados e das interpretações apresentados, da investigação condensada na exposição do MELE acima referida, dando origem a um volume ilustrado, cujo tema será: *Pedro de Barcelos: Quadros da Vida e da Obra* (a publicar pela editora *Estratégias Criativas*, em co-autoria com José Carlos Ribeiro Miranda e João Paulo Martins Ferreira). Este livro deverá constituir um itinerário do Conde D. Pedro onde serão revisitados e explanados, numa perspectiva bio-bibliográfica, lugares, acontecimentos e narrativas que marcaram a vida e a obra desta personagem histórica e que se afirmam como eixos estruturantes do seu pensamento inclusivo sobre a terra, as gentes e o poder.

iii. Publicação e lançamento, no Castelo de Lamego, do livro infanto-juvenil *O Rei Ramiro e o Rei Alboazar* (Porto, Estratégias Criativas, 2022, com Lúcia Valadares), adaptação dramática da narrativa do *Livro de Linhagens* sobre o Rei Ramiro e as origens mouras da Casa da Maia, envolvendo os alunos da Escola Básica de Lamego;

iv. Criação, apresentação e degustação, no Castelo de Lamego, em parceria com a Escola de Turismo do Douro, de uma iguaria com ingredientes locais remanescente da vida do Conde D. Pedro tal como é representada no seu túmulo em Tarouca, decorado com cenas de caça;



v. Criação e lançamento, no Castelo de Lamego, em parceria com as Caves da Raposeira, da marca de espumante “Conde D. Pedro”, com uma curta apresentação da personagem no contra-rótulo.

As realizações iii, iv e v. foram simultâneas. Juntaram, na tarde do último sábado do mês de Maio de 2022, famílias inteiras, professores, empresários e autarcas, enchendo a Praça de Armas do velho Castelo de Lamego com a memória, viva e palpável, do Conde D. Pedro e da sua escrita integradora de povos, religiões e culturas.

Feito este balanço de um projecto tão aliciante como o MELE, e que se revelou propiciador de investigação futura que se deverá expandir por várias linhas de inquérito, resta-nos manifestar a convicção de que valeu a pena todo o esforço despendido pela equipa de investigação, em colaboração com as entidades representativas das comunidades, sob a égide da Fundação para Ciência e Tecnologia. Temos a consciência de que este é um dos caminhos possíveis para ultrapassar a actual fase da vida académica em Portugal, marcada, no caso de estudos sobre o passado, para uma leveza e um anacronismo que dificilmente poderão levar à integração produtiva do conhecimento e do desenvolvimento social e cultural dos territórios e populações.

Maria do Rosário Ferreira
Investigadora Principal do Projecto *MELE*

ARTIGOS

Autor:

Mariana Leite

mariana0leite@gmail.com

Título:

A IMPORTÂNCIA DE SE SER SIMÃO: NOVAMENTE A TRADIÇÃO BÍBLICA EM TORNO DE MEENDINHO

Resumo:

Apesar de ser um dos cantares mais conhecidos da poesia trovadoresca, e talvez dos mais analisados pela crítica, as ressonâncias bíblicas na composição de Meendinho não foram exploradas com frequência, e normalmente centraram-se na influência dos salmos sobre a composição. Neste trabalho, reapreciamos a figura titular da ermida onde se desenrola a ação (S. Simão), questionando quer o potencial polissémico deste orago, quer as suas funcionalidades no poema.

Palavras-chave:

Poesia trovadoresca; Cantigas de Amigo; Meendinho; Bíblia; S. Simão e S. Pedro.

Abstract:

Despite being one of the best-known songs in Galician-Portuguese troubadour poetry and perhaps one of the most analysed by critics, the biblical resonances in Meendinho's composition have seldom been explored, and studies have focused mainly on the influence of the psalms on the composition. In this work, we re-examine the titular figure of the hermitage where the action takes place (St. Simon), questioning both the polysemic potential of this oracle and its functions in the poem.

Keywords:

Troubadour poetry; Cantigas de Amigo; Meendinho; Bible; St. Simon and St. Peter.

Plano:

Romarias marinhas

Meendinho e os salmos

What's in a name? A propósito de Simão

Simão, o mar e o rochedo

A amiga poderá ser Simão?

Como citar este artigo:

Mariana Leite, «A Importância de se ser Simão: novamente a tradição bíblica em torno de Meendinho», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 15-32.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a2>

A IMPORTÂNCIA DE SE SER SIMÃO: NOVAMENTE A TRADIÇÃO BÍBLICA EM TORNO DE MEENDINHO

Mariana Leite
(SMELPS/IF/FCT)
Universidade do Porto

O único legado de Meendinho, autor anónimo cuja identificação permanece misteriosamente escondida por trás de um diminutivo, inscrito na secção reservada aos jograis nos cancioneiros da Vaticana (V 438) e da Biblioteca Nacional (B 852), não se esgota nem no anonimato do autor, nem na singularidade do seu cantar de amigo. A dificuldade de interpretação da composição de Meendinho coloca-se desde logo pela fixação do texto, alvo de debate ainda não resolvido, e provavelmente irresolúvel, entre a crítica.

O primeiro verso, que permite identificar o cantar, coloca problemas: em ambos os cancioneiros, consiste em «Seria meu na ermida...»¹, leitura que levou alguns editores a equacionar o respeito pela grafia dos testemunhos², e outros a preferir «seía»³. Ainda que o argumento de Carolina Michaelis de Vasconcellos⁴ para a leitura de «sedia» em vez de «seria» esteja assente no pressuposto erróneo de que «seria» era uma formulação demasiado complexa para surgir nas cantigas de amigo, a verdade é que realmente «sedia», a única leitura possível no caso, semelhante, de «Sedia D. Belpelho», é a opção mais fiável e atualmente seguida pelas edições mais recentes, nomeadamente as digitais⁵.

Os problemas de fixação de «Sedia m'eu na ermida de San Simion» não se esgotam neste primeiro verso; na verdade, apenas dispomos de uma iteração, eventualmente incompleta, do refrão, principal *locus criticus* da composição ainda, e talvez nunca, resolúvel. Em ambos os cancioneiros regista-se inicialmente «eu atendendo meu amig'

¹ Recorremos à transcrição paleográfica apresentada por *Universo Cantigas*, socorrendo-nos das reproduções dos manuscritos disponibilizadas em *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*.

² Machado Paxeco & Machado (ed. 1953, vol. IV, p. 175); Ramón Pena (1998, p. 136); Ferreira e Miranda (2004, p. 296).

³ Fernández Guiadanes (1998, p. 63-97); Cohen (2003, p. 311).

⁴ Vasconcellos (1904, p. 889).

⁵ O argumento seguido pelos editores de *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*.

eũ a», verso que surge mais resumido nas repetições subsequentes («eu»; «eu atẽ»; «eu atẽ»/ «eu aten»; «eu atẽdeu»/ «eu atenden»; «Eu»/ «eu»; respetivamente em B e V). Se os primeiros editores interpretaram aqui um refrão duplo – «Eu atendendo meu amigo, eu atendendo meu amigo»⁶ –, a crítica posterior irá explorar várias hipóteses, que vão de leituras mais conservadoras, embora não isentas de problemas, como «e un á»⁷, «e u era»⁸ ou «e ã»⁹, a interpretações mais conjeturais, como «e verrá»¹⁰ ou ainda «en ira»¹¹.

Por este panorama se vê que a escolha de uma edição não é uma questão de somenos: de que texto partir, e quais as consequências dessa opção? A edição disponibilizada pelo *Universo Cantigas* é francamente satisfatória, tanto por seguir de perto as versões de Meendinho apresentadas nos dois testemunhos como por resolver os *loci* a partir de tendências de ambos os manuscritos. A solução para o refrão, contudo, pode no seu conservadorismo restringir o potencial que a leitura de Tavani permite. No *Universo Cantigas*, edita-se o cantar com o seguinte refrão:

Sedia-m'eu na ermida de San Simion
e cercaron-mi as ondas que grandes son:
eu atendendo meu amig', e u era?

Na página *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*, o refrão proposto é a replicação da primeira metade do verso, conferindo-lhe mais uma sílaba do que nas primeiras estrofes:

Sedia-m'eu na ermida de Sam Simion
e cercaron-mi as ondas, que grandes son!
Eu atendendo meu amig', eu a[tendendo].

Tavani, a partir de antecedentes textuais, sugere que «ũ a» abrevia «ver a», forma da terceira pessoa do futuro do indicativo de «vir»: «Eu atendendo meu amig'! E verra?». A edição dirigida por Mercedes Brea¹² concilia a leitura de «sedia» e o refrão proposto por Tavani:

Sedia'meu na ermida de San Simiõn,
E cercaron-mi-as ondas que grandes son.
Eu atentend'o meu amigu'! E verrá?

⁶ Vasconcellos (1904, p. 889); Nunes (1926, pp. 229-230).

⁷ Arias Freixedo (1997).

⁸ Arias Freixedo (2000).

⁹ Machado Paxeco & Machado (ed. 1953, vol. IV, p. 175); Cohen (2003, p. 311).

¹⁰ Tavani (1988).

¹¹ Ferreiro (2007, p. 65-67).

¹² Brea (ed. 1996, vol. II, p. 662).

O refrão concluído com a oração, potencialmente interrogativa, não só sublinha a angústia (e dúvida) da espera em que Meendinho colocou a amiga como comunica ainda com a própria oscilação de tempos verbais que encontramos nas estrofes subsequentes (imperfeito/ pretérito perfeito, presente e futuro do indicativo)¹³, preservando, ainda, o refrão hendecassilábico (de resto, também mantido na edição do *Universo Cantigas*).

O problema da métrica acima assinalado vai colocar-se ao longo deste cantar. Os editores procuram regularizar uma estrutura de verso que se oferece instável: sem as adições editoriais, os dois hendecassílabos da primeira estrofe não são constantes ao longo da composição. De acordo com o que indicam Elza Machado Pacheco e José Pedro Machado¹⁴, Manuel Rodrigues Lapa faz notar que isto poderá dever-se ao facto de a cantiga estar «mutilada nos apógrafos», sendo «a mutilação sobretudo evidente na est. 3, onde aparecem um verso de 11 sílabas e outro de 9, e além disso, a rima duvidosa son: remador:»¹⁵. Contudo, esta pode ser uma estratégia deliberada do trovador, que através da instabilidade métrica acentua a situação periclitante em que se encontra a voz enunciadora.

Ainda que a solução apresentada pela edição de 1996 seja conciliadora, preferimos ainda assim a proposta disponibilizada na plataforma *Universo Cantigas*, com cuja resolução de abreviaturas, interpretação das funções gramaticais e pontuação concordamos. Dado o problema da métrica acima assinalado, excluimos, porém, as adições que, em ambas, regularizam a estrutura das estrofes:

Sedia-m'eu na ermida de San Simion
e cercaron-mi as ondas que grandes son:
eu atendendo meu amig', e verra?

Estando na ermida ant'ó altar,
cercaron-mi as ondas grandes do mar:
eu [atendendo meu amig', e verra?]

E cercaron-mi as ondas que grandes son,
nen ei barqueiro nen remador:
eu aten[dendo meu amig', e verra?]

E cercaron-mi ondas do alto mar¹⁶,

¹³ Um aspeto para o qual aponta o comentário à edição em *CMGP*, que faz notar que «o clima emocional é ainda potenciado pela ambiguidade dos tempos verbais utilizados ao longo das estrofes (do imperfeito para o presente e futuro), e que deixam a cena suspensa num tempo de enunciação indeterminado».

¹⁴ Machado Paxeco & Machado (ed. 1953, p. 177).

¹⁵ O texto reproduzido por Machado Paxeco & Machado (ed. 1953, p. 177) está indevidamente identificado. Os autores apenas remetem para a *Crestomatia*, sem apontar número de página ou edição. Das edições que consultámos (Lapa, 1940; Lapa, 1960), não consta esta cantiga de Meendinho. Verificámos também que a *Crestomatia* de José Joaquim Nunes (7ª ed., 1970) inclui a composição no seu *corpus*, mas não é tecida nenhuma consideração sobre a sua estrutura. É possível que se trate de uma outra obra de Lapa que não conseguimos atempadamente identificar e consultar.

¹⁶ B; V: *hūdas*.

non ei barqueiro nen sei remar:
eu aten[dendo meu amig', e verra?]

Non ei barqueiro nen remador¹⁷,
morrerei fremosa no mar maior:
eu atenden[do meu amig', e verra?]

Nen ei barqueiro nen sei remar,
morrerei eu fremosa no alto mar:
eu [atendendo meu amig', e verra?]

A narrativa extremamente despojada com que Meendinho executa uma composição também estilisticamente simples é talvez um dos seus melhores e mais conseguidos artifícios. A voz da jovem, «fremosa», que aguarda hesitante a chegada do seu amigo vai sendo progressivamente consumida pela fúria marinha à qual, por não ter barqueiro nem saber remar, sucumbirá. O recurso apurado ao leixa-prem faz eco do movimento das ondas, e permite ir acentuando a urgência que a ausência do amigo implica¹⁸: o crescer das ondas (repete-se quatro vezes o motivo «cercaron-mi as ondas») vai somar-se a «non ei barqueiro nen sei remar», ou «nen remador», apontando-se com isso a morte inevitável caso o amigo não chegue: «morrerei eu fermosa no alto mar/ eu atendendo meu amig', e verrá?».

Romarias marinhas

Embora Giuseppe Tavani¹⁹ tenha feito notar que o motivo da romaria funciona sobretudo como um argumento para o encontro, marginalizando assim a potencial dimensão religiosa ou devocional, e também Ângela Correia²⁰ demonstre a funcionalidade dos espaços devocionais como marcadores da identidade autoral, a alusão específica a S. Simeão nesta composição não parece ser meramente circunstancial, potenciando na verdade o reconhecimento de vários intertextos convocados por Meendinho. A existência efetiva da pequena ilha na ria de Vigo, na qual houve uma ermida dedicada a S. Simeão, ultrapassa, a vários níveis, a referencialidade estrita. Primeiramente porque, ao aludir a um espaço concreto e facilmente identificável, levanta «discrepâncias [...] entre o cenário construído por Meendinho e a realidade, presente ou passada, da ilha de San Simion»²¹, dado que as características geográficas quer da pequena ilha, quer da própria ria de Vigo, não se coadunam com a violência atribuída às ondas que a cercam. Na verdade,

Longe de significar por si próprio, o mar dos jograis de Vigo adquire o seu pleno sentido enquanto espelho do estado de alma das protagonistas, transmutando-se,

¹⁷ B: *Non ey hi barqueyro*; V: *Non ey barqueyro*.

¹⁸ Tavani (1990, p. 306).

¹⁹ Tavani (1990, pp. 146-147).

²⁰ Correia (1993).

²¹ Ferreira & Miranda (2004, p. 297).

pela sua exaltação, na projecção poética de toda a paleta de sentimentos que a paixão nelas desencadeia²².

Em segundo lugar, convoca-se aqui tanto referencialidade real como imaginária; o espaço do encontro é simultaneamente sagrado e profano, porque são duas dimensões indestrinçáveis. De facto:

Esta tendencia secular de xuntar os lugares sagrados co mar [...] xustifica ben a súa representatividade (ademais da veciñanza dos autores) respecto da mentalidade no Occidente medieval que non fai separación entre Deus e natureza, entre espírito e realidade, de forma que non podemos considerar poesía cantada da época como unha simple metáfora: se Meendinho fai cantar en San Simón "E cercáronmi as ondas do alto mar", hai que pensar, asemade, no símbolo e no feito certo, no imaxinario e na realidade²³.

Assim, a escolha de S. Simeão como orago a que ocorre a amiga deve ser considerada sob mais perspectivas além da marca autoral, da referencialidade geográfica ou até da eventual alusão ao patrono que promove ou que o público facilmente associaria à composição de Meendinho²⁴. Meendinho transforma a ilha de S. Simeão, que longe está e estaria de ser palco de violentas tempestades, num pequeno rochedo gradualmente delapidado pela força marinha. Tal como a voz poética, a figura tutelar que surge na primeira cobla é rapidamente absorvida pela predominância do perigo do mar («cercarom-mi as ondas»/ «non ei barqueiro»/ «morrerei fremosa»), o que leva a que:

Esa relevancia concedida ó mar [escureça] un pouco os trazos que adscriben tamén esta composición ó grupo das cantigas de romaría, entre os que está presente a referencia á ermida, co nome do santo ó que está dedicada ("Seríam'eu na ermida de San Simión"), e implícita a oración (Estando na ermida, ant'o altar)²⁵.

Precisamente por isto, devemos considerar esta composição não apenas enquanto um cantar de romaria, sob a égide de S. Simeão, mas também devemos atentar à sua evidente inserção no género das cantigas marinhas, numa prática que Meendinho partilha com outros autores que versaram sobre a ria de Vigo²⁶. Vamos, no entanto, abster-nos de explorar aqui em detalhe todo o rico *topos* do mar como fonte

²² Ferreira & Miranda (2004, p. 298).

²³ Barros (1998, p. 39).

²⁴ Ferreira & Miranda (2004, pp. 308-309).

²⁵ Brea (1998, p. 73).

²⁶ Brea (1998a). Assinalamos que, no âmbito do dia das letras galegas de 1998, foram celebrados conjuntamente os jograis da ria de Vigo, Meendinho, Martim Codax e Johan de Cangas, resultando num considerável volume de estudos e reedições dos cantares dos três autores.

de perigos na Idade Média²⁷, e sobretudo a relação da morte marítima com a morte de amor na poesia trovadoresca²⁸. Interessam-nos os motivos convocados por uma composição onde uma voz suplicante, aqui feminina, se apresenta perante uma tormenta que a envolve quase até ao aniquilamento, mantendo a esperança na vinda de uma figura salvífica para a resgatar.

Meendinho e os salmos

A releitura da tradição trovadoresca à luz da influência bíblica, recentemente explorada em casos talvez menos evidentes²⁹, não é terreno alheio à crítica que se debruçou sobre o cantar único que Meendinho nos legou: desde logo com identificação do salmo 68 como paratexto do cantar³⁰, cujos paralelismos foram posteriormente explorados com mais minúcia³¹, e ainda a potencial influência do salmo 88 na composição³²: poucos resultados para uma das composições mais conhecidas da poesia galego-portuguesa. A influência do livro dos Salmos é evidente quando lemos Sal 68: 2-4³³:

salva me Deus
quoniam venerunt aquae usque ad animam
infixus sum in limo profundi
et non possum consistere
veni in profundum aquarum et flumen operuit me
laboravi clamans exasperatum est guttur meum
defecerunt oculi mei expectantes Deum meum³⁴.

Conforme indicam Maria do Rosário Ferreira e José Carlos Miranda:

Às águas que «intraverunt» até à alma do salmista, fazendo-o temer o «limum profundi», faz o jogral corresponder «as ondas que grandes som», que vai repetindo nas primeiras *coblas*, passando depois para «ondas do alto mar», até

²⁷ Veja-se Carreto (2021).

²⁸ Ferreira (1999); Varela (2002-2004); Ferreira (2009).

²⁹ Silva e Correia (2021).

³⁰ Deyermond (1992, pp. 21-28).

³¹ Ferreira & Miranda (2004).

³² Menéndez Ferrín (1998, pp. 3-5, *apud* Ferreira & Miranda, 2004, p. 300, n. 14)

³³ Recorremos sempre, para o texto latino, à *Biblia Sacra Iuxta Vulgatam Versionem*, edição de 2007.

³⁴ «salva-me, Deus/ Porque vieram as águas até à minha alma/ estou preso no limo das profundezas/ não tenho ponto de apoio/ Vim para o fundo das águas e a vaga cobriu-me/ Esforcei-me a clamar, a minha garganta está rouca/ Abandonaram-me os meus olhos à espera do meu Deus». (trad. nossa a partir de *Bíblia*, ed. 2019-)

finalmente abandonar as ondas, ficando apenas com o «mar maior» e o «alto mar» com que termina o poema³⁵.

A fé persistente do salmista na salvação divina, amplificada nos versículos 15 e 16, também indicados aquando da identificação das intertextualidades bíblicas do cantar³⁶, encontra ecos no próprio refrão, uma vez que se insiste precisamente na ideia de espera («eu atendendo») pela salvação «de profundis aquis» («morrerei fremosa no alto mar») ou do «fluvius aquae» («ondas grandes do mar»). Por outro lado, a espera da amiga implica um pedido de socorro («Non ei barqueiro nem remador/ morrerei fremosa no mar maior»), recordando a rouquidão desesperada do salmista que diz «laboravi clamans exasperatum est guttur meum»:

erue me de luto ut non infigar
libera me ab his qui oderunt me et de profundis aquis
ne operiat me fluvius aquae
et ne absorbeat me profundum
et non coronet super me puteus os suum. (Sl 68: 15-16)³⁷.

Ainda que de forma menos explícita, também Sl 88 contém elementos que recordam o poder de Deus sobre os mares, paralelo ao do amigo sobre a salvação da voz poética; mas, certamente, não podemos deixar de encontrar ainda ressonâncias do nosso cantar em Sl 129:1-2; 4-5:

de profundis clamavi ad te Domine
Domine exaudi vocem meam
fiant aures tuae intendentem ad vocem deprecationis meae
[...] sustinui Dominum sustinuit anima mea et verbum eius expectavi
anima mea ad Dominum
a vigilia matutina usque ad vigiliam matutinam³⁸.

Temos também aqui o tópico da súplica feita a partir do profundo abismo onde se encontra o salmista – «de profundis clamavi» («E cercarom-mi as ondas que grandes son») – tal como a espera confiante e irredutível na chegada do Salvador que o refrão implica – sustinui Dominum sustinuit anima mea et verbum eius expectavi/ anima mea

³⁵ Ferreira & Miranda (2004, p. 301).

³⁶ Deyermond (1992, p. 26).

³⁷ «Retira-me do lodo para que não me afunde!/ Livra-me dos que me odeiam e das águas profundas!/ Não me cubram as ondas/ nem me engula o abismo;/ que a boca do poço não se cerre sobre mim.» (*Bíblia*, ed. 2019-)

³⁸ «Do fundo do abismo clamo a ti, Senhor/ Senhor, ouve a minha voz!/ Estejam os teus ouvidos atentos à voz da minha súplica/ ... Eu espero no Senhor. Sim, a minha alma espera!/ E confio na sua palavra! A minha alma volta-se para o Senhor, mais do que as sentinelas para a manhã» (*Bíblia*, ed. 2019-).

ad Dominum/ a vigilia matutina usque ad vigiliam matutinam («Eu atendendo meu amigo»). A confiança do salmista, presente aqui como em Sl 68, parece fraquejar na amiga que se interrogará sobre a vinda do amigo que a resgataria do perigo («E verá?»). Esta hesitação, ausente dos salmos vistos, encontra mais ressonâncias com outros episódios bíblicos, certamente tão conhecidos de Meendinho e do seu público como o livro dos Salmos. Talvez a chave se encontre precisamente na figura tutelar da ermida a que ocorre a amiga, S. Simeão.

What's in a name? A propósito de Simão

Quando consegue gerar o segundo filho de Jacob, Lia, a esposa preterida, chama-o «יְשׁוּעָה» [Shimeon], nome que se poderia traduzir por «o meu sofrimento foi ouvido»³⁹. Embora a menção de um antropónimo que significa precisamente «sofrimento ouvido» numa composição onde uma voz poética feminina canta o seu desespero enquanto aguarda pela salvação (ou seja, ser ouvida), seja extremamente tentadora, seria arriscado achar que Meendinho e o seu público facilmente reconhecessem quer a etimologia hebraica, quer a referência a estes precisos versículos do Genesis. Encontramos, no entanto, uma fonte suficientemente reconhecida para a hagiografia que, embora sem se aproximar tanto do texto vetero-testamentário, não deixa de preservar o sentido de «escuta» e «tristeza» da premissa inicial. Na sua *Legenda Aurea*, Tiago de Voragine diz que «Symon interpretatur obediens vel ponens tristitiam»⁴⁰: mantém-se o sentido da obediência (atributo de quem acata a ordem que lhe é ditada) e da tristeza (circunstância em que Lia evoca Deus).

Apesar de dar origem a uma das tribos de Israel, Simão, versão de Simeão, é um nome muito mais preponderante no Novo Testamento, pelo que será importante visitar as várias personagens com este nome que nele surgem. Sendo certo que apenas dois são canonizados, não podemos ficar indiferentes à quantidade de ocorrências e, sobretudo, à pluralidade de atitudes perante a fé que o nome invoca. Logo no início do Evangelho de Lucas (Lc 2: 25-35), é o Justo Simeão quem reconhece a divindade de Jesus ainda criança. Sobre ele, indica-se que era:

homo iustus et timoratus expectans consolationem Israhel, Spiritus Sanctus erat in eo et responsum acceperat ab Spiritu Sancto, non visurum se mortem nisi prius videret Christum Domini et venit in Spiritu in templum⁴¹.

³⁹ Note-se, contudo, que apesar de parecer partir da raiz «שמע» [shama], significando ouvir ou acatar, não há certezas sobre a efetiva origem do nome. Ainda assim, Gn 29:33 estabelece esta ligação ao fazer Lia proclamar «quoniam audivit Dominus haberi me contemptui, dedit etiam istum mihi, vocavitque nomen illius Symeon» [o Senhor ouviu-me no meu sofrimento e deu-me também este; e chamou-o Simeão] (trad. nossa).

⁴⁰ «Simão significa "obediente" ou "aquele que se entrega à tristeza"» Castro (trad. 2004, vol. I, p. 328). A mesma frase introduz a história de S. Simão Zelota em Maggioni (ed. 1998, p. 1079).

⁴¹ «um homem justo e piedoso, que esperava a consolação de Israel, e o Espírito Santo estava sobre ele. Fora-lhe revelado pelo Espírito Santo que não veria a morte antes de ver o Cristo do Senhor. E veio ao templo movido pelo Espírito» (*Bíblia*, 2019-).

Perante a resposta à sua espera, o ancião revela que poderá morrer em paz no célebre cântico «nunc dimittis servum tuum Domine/ secundum verbum tuum in pace/ quia viderunt oculi mei salutare tuum» (Lc 2: 29-30)⁴². Mais do que o reconhecimento do menino como o Messias, neste episódio sobressai a figura do homem que espera confiante na promessa divina e vê o seu cumprimento na iminência da morte.

Encontramos ainda Simão, o leproso, que acolhe Jesus em Betânia nas vésperas da Páscoa (Mt 26:6; Mc 14: 3-9). Este último é, em Lucas (Lc 7: 36-50), identificado como um fariseu de Cafarnaum que convidara Jesus para cear e reage negativamente à interação do mestre com a mulher pecadora, duvidando por isso da sua legitimidade e sendo interpelado por Jesus por causa da sua desconfiança (Lc 7:39-40). Já durante a Paixão, Simão de Cirene, incumbido de ajudar Jesus a carregar a cruz até ao Gólgota (Mt 27: 32; Mc 15: 21; Lc 23: 26) opõe-se, pela sua atitude, a Simão Pedro, o apóstolo que negara três vezes Jesus e se afasta dele no momento da morte.

A personagem mais negativa com o nome Simão é o Mago, um homem que surge já após a vida de Cristo, e procura receber o Espírito Santo das mãos dos apóstolos Pedro e João em troca de dinheiro, tendo em vista a mercantilização dos dons espirituais (Act 8: 9-24). Restam os dois principais apóstolos que partilham o nome Simão: o Zelota e Pedro.

Simão, o mar e o rochedo

Não cabe, neste pequeno trabalho, fazer uma análise detalhada da figura histórica e teológica de Pedro⁴³, mas convém revisitar alguns dos atributos que lhe são conferidos. Pedro é o apóstolo mais mencionado no Novo Testamento⁴⁴; recebeu três nomes, o que chegou a causar alguma confusão e debate⁴⁵ mas também, como veremos seguidamente, permitiu acentuar a complexidade do seu carácter.

Simão Pedro é constantemente associado ao mar, sobretudo durante a vida de Cristo; é, junto ao mar da Galileia, um dos primeiros apóstolos a ser chamado por Jesus, ordem que acata imediatamente (Mt 4:18-22; Mc 1:16-18). Note-se que, no evangelho de Lucas, este primeiro encontro de Jesus com Simão inclui o regresso do pescador ao mar alto e a menção do quase afogamento que leva a que o apóstolo reconheça logo Jesus como Deus (itálicos nossos):

Ut cessavit autem loqui dixit ad Simonem: duc in *altum* et laxate retia vestra in capturam; et respondens Simon dixit illi: praeceptor per totam noctem laborantes nihil cepimus in verbo autem tuo laxabo rete. et cum hoc fecissent concluderunt

⁴² «Agora, Senhor, podes deixar partir em paz o teu servo segundo a tua palavra, porque os meus olhos viram a tua salvação» (Bíblia, 2019-).

⁴³ Veja-se, por exemplo, Hengel (2010).

⁴⁴ McDowell (2015, p. 55).

⁴⁵ Por exemplo, veja-se Lake (1921).

pisium multitudinem copiosam rumpebatur autem rete eorum et annuerunt sociis qui erant in alia navi ut venirent et adiuvarent eos et venerunt et impleverunt ambas naviculas *ita ut mergerentur*. Quod cum videret Simon Petrus procidit ad genua Iesu dicens: exi a me quia homo peccator sum Domine. (Lc 5:4-8)⁴⁶.

Temos, assim, desde logo três elementos importantes para a caracterização de Simão: é aquele que é convidado a ir para o alto mar, quase é submergido ao fazê-lo e submete-se ao poder de Cristo. Em mais duas ocasiões, ainda antes da transmutação do nome, Simão tem experiências transcendentais com Jesus no meio das águas, nomeadamente no lago de Tiberíades (Mt 8:23-26; Mc 4:35-40; Lc 8 22:25). Em dois dos três evangelhos que relatam este episódio, menciona-se explicitamente que a agitação marítima cobre o barco (Mt 8:24; Mc 4:37); nos três, a interpolação dos discípulos que interrogam Jesus sobre a Sua indiferença perante a morte iminente deles surge em discurso direto, traduzindo-se por variações de «Mestre, salva-nos, estamos a morrer» (Mt 8:25; Lc 8:24), ou «não te importa que morramos?» (Mc 4:38).

A este conhecido episódio, adimos ainda aquele em que Jesus caminha sobre as águas: também aqui temos os discípulos em perigo no meio de um mar revolto que se acalma com a chegada de Cristo ao barco, dizendo-lhes para nada temer (Mc 6:47-51; Jo 6:16-21). O relato de Mateus (Mt 14:28-31) inclui as ações de Simão Pedro que, reconhecendo que é Jesus quem se aproxima, pede-lhe para ir ao seu encontro: «Petrus dixit: "Domine si tu es iube me venire ad te super aquas"». Cristo anui: «at ipse ait "veni"», permitindo assim a Pedro que com ele ande sobre o mar revolto («et descendens Petrus de navicula ambulabat super aquam ut veniret ad Iesum»). Porém, perante a agitação, o discípulo hesita («videns vero ventum validum timuit et cum coepisset mergi», e clama pela salvação divina: «clamavit dicens: "Domine salvum me fac"». Jesus salva-o («et continuo Iesus extendens manum adprehendit eum»), repreendendo a dúvida – a pouca fé no poder do seu mestre – do discípulo: «et ait illi modicae fidei quare dubitasti»⁴⁷.

Um dos momentos-chave do percurso de Simão é a mudança do seu nome, que ocorre porque é ele o primeiro a reconhecer Jesus como filho de Deus. Esta mostra a transformação do homem em rochedo, ou seja, porque foi Simão (ἰσὴν), acatou e acreditou na revelação divina, tornou-se *Kepa/ Kephias* (כֶּפֶז / Κηφῆς) ou *Petrus*, base sobre a qual Jesus edificará a sua igreja, resistindo a qualquer contrariedade (Mt 16:18).

⁴⁶ «Quando acabou de falar, disse a Simão: "Afasta-te para *águas profundas* e lança as vossas redes para a pesca". Respondendo, Simão disse: "Mestre, toda a noite nos afadigámos e não apanhámos nada, mas perante a tua palavra lançarei as redes". Feito isto, apanharam uma enorme quantidade de peixes e as suas redes estavam a romper-se. Fizeram, então, sinal aos companheiros que estavam no outro barco para que viessem ajudá-los. Eles vieram e encheram ambos os barcos, de tal modo que se estavam a afundar. Ao ver isto, Simão Pedro prostrou-se aos joelhos de Jesus, dizendo: "Afasta-te de mim, Senhor, porque sou um homem pecador"». (*Bíblia*, ed. 2019-).

⁴⁷ «Pedro, respondendo-lhe, disse: "Senhor, se és Tu, manda-me ir ter contigo sobre as águas". Ele disse: "Vem". E, descendo do barco, Pedro começou a caminhar sobre as águas e foi ter com Jesus. Mas, ao ver o vento forte, teve medo, começou a afundar-se e gritou, dizendo: "Senhor, salva-me". Imediatamente Jesus lhe estendeu a mão, agarrou-o e disse-lhe: "Homem de pouca fé, porque duvidaste?"». (*Bíblia*, ed. 2019-).

A explicação da *Legenda Aurea* para os três nomes do apóstolo amplifica os sentidos dos evangelhos. Primeiramente, e como referimos, expõe-se aproximadamente o sentido etimológico⁴⁸. A este dado, acrescenta-se uma explicação que demonstra como o nome prenunciava o percurso do apóstolo, chamando a atenção quer para a fidelidade, quer para a negação de Cristo durante a Paixão que o faz mergulhar em profunda tristeza: «Fuit enim obediens, quando Christus eum uocauit, et ad unius iussionis uocem domino obediuit, ponens tristitiam quando Christum negavit, cum egressus foras fleuit amare»⁴⁹.

Segue-se uma explicação sobre os sentidos do novo nome que Cristo atribui a Simão. *Cephas* é traduzido aqui tanto por pedra como por cabeça, prefigurando a liderança de Pedro sobre a igreja, e remetendo ainda para o sentido de aquele que é «constantie in predicatione», ou seja, que não cessa de pregar nem de anunciar a palavra:

Secundo uocatus est Cephas, quod interpretatur caput uel petra uel increpans ore: caput ratione principatus in prelatione, petra ratione firmitatis in passione, increpans ore ratione constantie in predicatione⁵⁰.

Por último, reflete-se sobre o sentido de Pedro, nome pelo qual o apóstolo é mais conhecido na cristandade latina; nesta explicação, é acentuado o papel pontifício de Pedro que recebeu o poder de dissolver os pecados e recebeu as chaves do céu:

Tertio uocatus est Petrus, quod interpretatur agnoscens uel discalcians uel dissolvens, quia Christi diuinitatem agnouit cum dixit: «Tu es Christus filius Dei uivi», et pedes affectuum suorum ab omni opere mortuo et terreno discalciauit, cum dixit: «Ecce, nos reliquimus omnia etc.» et uincula peccatorum a nobis dissoluit, et hoc per clauas quas a domino recepit⁵¹.

Estas explicações sobre a mudança do nome de Simão Pedro recordam os episódios mais marcantes do apóstolo, as suas virtudes e fracassos que, cremos, são relevantes para a procura de ressonâncias bíblicas no cantar de Meendinho.

⁴⁸ Maggioni (ed. 1998, vol. I, p. 559).

⁴⁹ Maggioni (ed. 1998, vol. I, p. 559): «De facto, foi obediente, quando Cristo o chamou, porque obedeceu a uma única chamada; que se entregou à tristeza, quando negou Cristo, porque saiu para chorar amargamente» (Castro, trad. 2004, vol. I, p. 328).

⁵⁰ Maggioni (ed. 1998, vol. I, p. 559): «Em segundo lugar, foi chamado Cefas, que significa "cabeça" ou "pedra" ou "o que censura com a boca": cabeça, em virtude do principado na prelatura; pedra, em razão da firmeza na sua paixão; que censura com a boca, pela sua constância na pregação.» (Castro, trad. 2004, vol. I, p. 328).

⁵¹ Maggioni (ed. 1998, vol. I, p. 559): «Em terceiro lugar, foi chamado Pedro que significa “conhecedor” ou “aquele que descalça” ou “que desliga”, porque conheceu a divindade de Cristo quando disse: “Tu és Cristo, o Filho de Deus vivo” e descalçou os seus pés dos seus afectos de todas as obras mortas e terrenas quando disse: “Eis que deixámos tudo e Te seguimos...”, desligando-nos assim dos vínculos do pecado pelo poder das chaves que recebeu do Senhor.» (Castro, trad. 2004, vol. I, p. 328)

A amiga poderá ser Simão?

Entre os argumentos expostos que propõem Simão Zelota como o S. Simão de Meendinho⁵², é evidenciada a dimensão de psicopompo do apóstolo que acompanha S. Judas Tadeu. Juntos são celebrados nos últimos dias de Outubro, numa data muito próxima àquela que, transmutada nas celebrações de todos os santos e de fiéis defuntos, guarda, até aos dias de hoje, a tradição de momento propício à comunicação entre os mundos dos vivos e dos mortos. S. Simão é também alvo de sincretização das características de figuras que, em diversas culturas e desde tempos remotos, estabelecem pontes entre os dois mundos: personagens como Caronte, o barqueiro do Hades, são retomadas em outros santos de devoção cristã, nomeadamente S. Cristóvão e S. Pedro. De facto, se S. Simão é o patrono dos aflitos em águas turbulentas, S. Pedro não só é associado a travessias marítimas como carrega ainda as chaves do céu, podendo ligar e desligar os dois universos. São por isso figuras liminares, entre ambas as margens da existência, e que por isso permitem a salvação *in extremis*.

Não haverá muito a acrescentar à argumentação em favor de o S. Simão de Meendinho (e da ria de Vigo) poder ser o Zelota⁵³, a quem a amiga se dirige em súplica. A equivalência entre a figura do santo e do amigo, que a virá resgatar, adequa-se perfeitamente às características deste apóstolo ligado à salvação das águas e à passagem entre vida e morte. No entanto, não podemos ficar indiferentes à plétora de sentidos que o nome Simão associado a Pedro acarreta.

Conforme já tinham notado Maria do Rosário Ferreira e José Carlos Miranda:

se tivermos em conta o episódio evangélico do lago de Tiberíades atrás mencionado, cuja evocação, por parte do jogral, poderá também justificar alguns dos elementos contraditórios presentes no seu poema: a tempestade implícita; a fusão do mar alto e das águas de um lago num mesmo cenário; e, particularmente a expressão da dúvida quanto à possibilidade de salvação numa situação difícil, que é também assumida pelos Apóstolos. A ser assim, ao estabelecer-se uma correlação entre o amigo altivo que prima pela ausência e um poderoso e múltiplo *simile* divino, resultará certamente mais elaborada a rede de sentidos montada pelo jogral ao longo do poema⁵⁴.

Como procurámos elencar, Simão Pedro é o apóstolo que hesita, mas segue sempre Jesus, arriscando por Ele afundar-se, perecer em tempestades, ou caminhar sobre as águas. É, de resto, a sua dúvida que põe em risco a sua salvação, como por várias vezes Cristo o adverte. Após todas as provações por que passa em que a sua vida

⁵² Ferreira & Miranda (2004, p. 305).

⁵³ Ferreira & Miranda (2004, pp. 305-308).

⁵⁴ Ferreira & Miranda (2004, p. 303, n. 18).

é ameaçada em ambientes marítimos, Simão vê finalmente o seu estatuto elevado ao de pontífice entre o céu e a terra, tornando-se em estável e resistente Pedro.

No cantar de Meendinho, podemos também ver na própria voz feminina características do S. Simão Pedro, estabelecendo-se um paralelismo da relação amiga-amigo com a de Pedro-Jesus. Tal como o apóstolo, a amiga espera (não sem dúvidas, se nos ativermos à lição de Tavani para o refrão) pela salvação que só lhe poderá vir do amigo. Graças ao convívio com Jesus, que reconhece como o Salvador, Simão é transformado pelo seu mestre em Pedro. Em Meendinho, o convívio está suspenso, e a ausência do amigo impede a mulher da transmutação que só ele pode produzir nela, ao ponto de o seu percurso se tornar o inverso do de Pedro: enquanto ele se torna rocha, todo o mundo que rodeia a amiga se vai dissolvendo, como se a água corresse a pedra em que ela assenta: «o espaço sacralizado do encontro amoroso frustrado pela ausência do amigo reduz-se cada vez mais, de ilha a ermida, de ermida a altar, de altar a nada, tragado por ondas invasoras»⁵⁵.

Cumpre-se, assim, a total conversão da figura feminina ao desejo e benevolência do amigo de quem depende para ser salva. A voz feminina em que se coloca o cantar desesperado ressoa como a de Simão, aquele que escuta e acata as ordens do Messias, esperando encontrar nele o eleito entre os apóstolos, não sem máculas, mas ainda assim o escolhido. Em Meendinho, ficamos em suspenso, «atendendo» que o amigo venha resgatar – e firmar em pedra – a vida da sua eleita.

⁵⁵ Ferreira & Miranda (2004, p. 299).

Referências:

- Arias Freixedo, Xosé Bieito (1997), "Eu atend'end'o meu amig[u]", e un á. ¿É posible unha nova lectura da cantiga de Meendinho? *Boletín Galego de Literatura*, 18, 2, pp. 119-123.
- Arias Freixedo, Xosé Bieito (2000), "¿e u era? ¿a clave da cantiga de Meendinho?", *Boletín Galego de Literatura*, 24, 2, pp. 77-82.
- Barros, Carlos (1998), "Donas e xogares na Galícia medieval", in Freixanes Fernández, Víctor (ed.) *Johan de Cangas, Martin Codax, Meendinho: 1200-1350*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, pp. 32-43.
- Bíblia* (ed. 2019-), coord. Oliveira, Anacleto, et al. Lisboa, Fátima, Conferência Episcopal Portuguesa. URL: https://conferenciaepiscopal.pt/biblia/index.php/Main_Page [consultado a 24/05/2022]
- Bíblia Sacra iuxta Vulgatam Versionem* (2007), Weber, Robert; Gryson, Roger (eds.). Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft. URL: <https://www.die-bibel.de> [consultado a 24/05/2022]
- Brea, Mercedes, (ed. 1996), *Lírica profana galego-portuguesa*, Santiago de Compostela, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro, vol. II.
- Brea, Mercedes (1998), "Os santuários á beira do mar", in Freixanes Fernández, Víctor (ed.) *Johan de Cangas, Martin Codax, Meendinho: 1200-1350*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, pp. 70-76.
- Brea, Mercedes (1998a), "Mariñas e romarías na ría de Vigo", *Revista Galega do Ensino*, 19, pp. 13-36.
- Carreto, Carlos Clamote (2021), "Sacralidades fluidas: o mar e as fronteiras do coñecemento na ficción medieval", *Lusitania Sacra*, 40, pp. 83-110. DOI: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9754> [consultado a 24/05/2022]
- Castro, Aníbal Pinto (trad. 2004), *Tiago de Voragine, Legenda aurea*. 2 voll, Lisboa, Livraria Civilização Editora.
- Cohen, Rip (2003), *500 cantigas d'amigo*, Porto, Campo das Letras.
- Correia, Ângela (1993), "Sobre a especificidade da cantiga de romaria", *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, 8 (2), pp. 7-22.
- Deyermond, Alan (1992), "Old Testament Elements in two Cantigas de Amigo", in *Studies in Portuguese Literature and History in Honor of Luís de Sousa Rebelo*, London, Thamesis, pp. 21-28.
- Ferreira, Maria do Rosário (1999), *Águas Doces, Águas Salgadas: da funcionalidade dos motivos aquáticos na Cantiga de Amigo*, Porto, Granito.

- Ferreira, Maria do Rosário & Miranda, José Carlos Ribeiro (2004), "Meendinho ou as ondas em águas paradas", in Brea, Mercedes (coord.) *O Cancioneiro da Ajuda, cen anos depois*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 293-312.
- Ferreira, Maria do Rosário (2009), "Motivos naturalistas e configurações simbólicas na cantiga de amigo", in Ferreira, Maria do Rosário; Laranjinha, Ana Sofia; Miranda, José Carlos (coord.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 205-217.
- Ferreiro, Manuel (2007), "Sobre a edição dos textos trovadorescos galego-portugueses. Novamente Meendinho", *Critica del testo*, X, 2, pp. 47-67.
- Ferreiro, Manuel (dir. 2018), *Universo Cantigas. Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa*, Coruña, Universidade da Coruña. URL: <http://universocantigas.gal> [consultado a 24/05/2022]
- Fernández Guadanes, Victor (ed. 1998), *Cantigas do Mar de Vigo: edición crítica das cantigas de Meendinho, Johan de Cangas e Martin Codax*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Consellería de Educación e Ordenación Universitaria, Dirección Xeral de Política Lingüística.
- Foer, Joshua & Lockspeiser, Brett, Fund. (2011-), *Sefaria: A Living Library of Torah Texts Online*. URL: <https://www.sefaria.org/> [consultado a 24/05/2022]
- Hengel, Martin (2010), *Saint Peter. The Underestimated Apostle*. Grand Rapids, Michigan/ Cambridge, William B. Eerdmans.
- Lake, Kirsopp (1921), "Simon, Cephas, Peter", *The Harvard Theological Review*, Vol. 14, No. 1, pp. 95-97.
- Lapa, Manuel Rodrigues (1940), *Crestomatia arcaica*, 1ª ed. Lisboa, Gráfica Lisbonense.
- Lapa, Manuel Rodrigues (1960), *Crestomatia arcaica*, 3ª ed. Lisboa, Gráfica Santelmo.
- Lopes, Graça Videira & Ferreira, Manuel Pedro et al. (eds. 2011), *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados online], Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. URL: <http://cantigas.fcs.unl.pt> [consultado a 24/05/2022]
- Machado Paxeco, Elsa & Machado, José Pedro (imp. 1953), *Cancioneiro da Biblioteca Nacional: antigo Colocci-Brancuti*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Maggioni, Giovanni (ed. 1998), *Tiago de Voragine, Legenda aurea*. 2 voll., Firenze, SISMELE
- McDowell, Sean (2015), *The fate of the apostles: examining the martyrdom accounts of the closest followers of Jesus*, New York, Routledge.
- Nunes, José Joaquim (1926), *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*, Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade.

- Nunes, José Joaquim (1970), *Crestomatia arcaica*, 7ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Ramón Pena, Xosé (1998), "Textos e fontes" in Freixanes Fernández, Victor (ed.) *Johan de Cangas, Martin Codax, Meendinho: 1200-1350*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, pp. 78-106.
- Silva, Rafaela; Correia, Carla (2021), "A poesia de João Airas de Santiago e a literatura bíblica sapiencial", *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura, São Paulo*, V, 23, 3, pp. 1-12. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD02114813> [consultado a 24/05/2022]
- Tavani, Giuseppe (1988), "Propostas para unha nova lectura da cantiga de Meendinho", *Grial*, 99, tomo XXVI, pp. 59-61.
- Tavani, Giuseppe (1990), *A poesia lírica galego-portuguesa*, Lisboa, Comunicação.
- Varela, José Luis (2002-2004), "El mar de Meendinho", *Archivo de filología aragonesa*, voll. 59-60, pp. 2139-2154.
- Vasconcellos, Carolina Michaelis (1904), *Cancioneiro da Ajuda. Ed. crítica e comentada*, Halle, Max Niemeyer.

Autor:

João Pedro Fernandes de Melo
up201706878@edu.letras.up.pt

Título:

VISÕES DA FORTUNA NA MORTE DE ARTUR INGLESA: DA CULPABILIZAÇÃO À DECADÊNCIA

Resumo:

Este artigo oferece uma interpretação da morte de Artur na matéria inglesa à luz daquilo que foi um dos movimentos mais notáveis do final da idade média: o *contemptus mundi*. Prestando especial atenção à importância do pecado e da redenção, bem como à natureza providencialista na *Alliterative Morte Arthure*, *Stanzaic Morte Arthure* e *Le Morte Arthure* de Mallory, procuramos, através de uma abordagem comparativista, demonstrar que uma visão formada pela religiosidade do período tornava-se incompatível com a matéria arturiana anterior, passando a salvação para o domínio da intervenção de terceiros e da mercê divina. A este nível, a roda da fortuna apresentada nos sonhos de Artur é tanto um instrumento explicativo como condenatório, salientando os pecados e a futilidade do mundo, enquanto reforça a natureza cíclica e arbitrária do domínio terreno. Em suma, o presente artigo visa demonstrar a presença da corrente do *contemptus mundi*, a sua importância e de que forma esta altera o significado da narrativa da morte de Artur inglesa dos séculos XIV-XV.

Palavras-chave:

Fortuna, Condenação, Rei Artur, *contemptus mundi*, Pecado

Abstract:

The aim of the present article is to shed some light on the matter of the English “Death of Arthur” through the lens of the *contemptus mundi* rhetoric which it espouses. To this end, we will scrutinize the importance of sin as well as the providential nature within the *Alliterative Morte Arthure*, *Stanzaic Morte Arthure* and *Mallory’s Le Morte Arthure* through a comparative analysis. Thus, we demonstrate that there is a clear worldview mainly formed through a new form of religiosity that progressively clashed with the Arthurian themes that preceded it, through the means of shifting the domain of salvation to the intervention of third-party prayers as well as Divine Mercy. The widespread image of the wheel of fortune, which is reiterated in the three texts, is also a uniquely powerful device in this rhetoric, reinforcing the sins of Arthur and the cyclical and apparently arbitrary nature of earthly dominion. In conclusion, this article will attempt to demonstrate the presence of the *contemptus mundi* within these Death of Arthur texts and how this defines the narrative in regards to a new moral scheme of the XIVth-XVth century.

Keywords:

Fortune, Condemnation, King Arthur, *contemptus mundi*, Sin

Plano:

A Representação da Fortuna na *Stanzaic Morte Arthure* e em Mallory

Conclusão

Como citar este artigo:

João Pedro Fernandes de Melo, «Visões da Fortuna na *Morte de Artur* inglesa: da culpabilização à decadência», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 33-54.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a3>

VISÕES DA FORTUNA NA MORTE DE ARTUR INGLESA: DA CULPABILIZAÇÃO À DECADÊNCIA

João Pedro Fernandes de Melo
SMELPS/IF - FCT

A partir de Geoffrey Monmouth, no século XII, os textos da morte de Artur têm sido objeto de contenda, inspirando desde um messianismo latente, até relatos mais sóbrios da sua morte e julgamentos díspares relativamente ao monarca, sendo que nos séculos XIV-XV já está bastante assente a atitude de culpabilização de Artur. Igualmente pouco estudados e conhecidos são os textos ingleses da Morte de Artur, entenda-se a *Alliterative Morte Arthure*, *Stanzaic Morte Arthure* e a *Morte Arthure*, de Mallory, todos do século XIV-XV, sobejamente conhecidos no ambiente inglês e profundamente conhecedores da matéria anterior.

Todavia, e antes de nos aventurarmos no mais conhecido mundo arturiano, devemos oferecer uma definição daquilo que consideramos ser fundamental para entender o sistema moral por trás das versões inglesas da Morte de Artur: o *contemptus mundi*. Diversos autores estudaram os seus aspetos mais díspares, desde as *danças da morte* até aos *trunfos da morte*. Aquilo que tencionamos oferecer aqui é apenas uma síntese tendo por base três dos principais contribuidores para o seu estudo: Phillipe Ariès, Jean Delumeau e Jacques Le Goff. Os estudos de Ariès e Delumeau incidem especialmente na contextualização do aparecimento de representações de uma morte violenta, cruel e grotesca associada ao medo do julgamento individual e à exortação ao abandono do mundo¹, todos em parte consequência da criação da ideia de um espaço de julgamento médio que tomaria a forma convencional de purgatório², que pressupõe um sofrimento temporário das penas infernais. Por sua vez, Ariès considera que a ideia de um julgamento pessoal está relacionada com a crescente popularidade das *Artes Moriendi*, que culminam nas representações “realistas do corpo”, opondo-se à

¹ O mundo na matéria moral inglesa tardo-medieval tem significados diversos, por vezes representa o coletivo das preocupações mundanas, outras vezes apresenta-se como o mundo sensível ou dos sentidos onde se encontram os pecados e tentações, e por outras é um sinónimo do Diabo. Todavia pode-se considerar comum que o mundo representa o local de consumação de todos os pecados e coloca-se em oposição ao espiritual. O abandono do mundo entende-se como o voltar da alma para o espiritual.

² Goff (1981, p. 255).

tradicional imagem do corpo incorrupto desprovido de pecado³. Delumeau relaciona a origem deste movimento de “autocrítica”⁴ e de desprezo pelo mundo com a crescente preocupação com a salvação pessoal por intermédio de terceiros, instigada pela crescente *Devotio Moderna* a partir do século XIV⁵. É de notar, contudo, que essa preocupação é anterior e, já no séc. XII, encontramos obras profundamente imersas no *contemptus mundi* bebendo da fonte dos livros sapienciais, de Santo Agostinho e das muito divulgadas imagens e descrições alegóricas das *Rodas da Fortuna*⁶.

Deveras, as Rodas da Fortuna são das alegorias mais populares, assim como representativas da temática da transitoriedade, procurando oferecer um sentido específico ao desenvolvimento histórico e pessoal de cada um através da caprichosa figura da Fortuna. É de notar que a própria alegoria da Fortuna é razoavelmente diferente de acordo com o contexto, apresentando-se quer como uma figura amoral, quer como executora do castigo divino, parecendo-nos ser esta última a que comparece na matéria aqui abordada. A Roda da Fortuna que nos propomos tratar é aquela que Artur vê num sonho após iniciar a sua conquista de Itália, tendo aceitado levar o seu exército a Roma para ser coroado Imperador. O sonho então havido é, em si, apontado pelos seus filósofos como profético e a sua conclusão é em igual medida esclarecedora e condenatória: «Ere thee repentes full rathe all thy rewth workes. / Man, amend thy mood, ere thou mishappen, / And meekly ask mercy for meed of thy soul.»⁷ O julgamento do sonho é claro, e o destino ainda não está definido. Daí ele ainda ter a oportunidade de se arrepender antes do «mishappen», Mesmo que Deus não altere o destino, Artur tem ainda a oportunidade beneficiar da misericórdia divina.

O conteúdo do sonho⁸ é igualmente decisivo. Artur encontra-se num campo de batalha onde lobos, leões e porcos se alimentam dos cadáveres dos seus cavaleiros; assustado, o rei foge para uma floresta paradisíaca onde encontra uma roda rodeada por oito figuras, seis destas caídas tentando subir e duas que ainda não tinham subido e que aguardavam a sua vez. Embora não se apresente neste trabalho uma análise profunda de cada figura, a personagem do filósofo aponta para estas como os *Nove da*

³ Ariès (1977, p. 133).

⁴ Lida de Malkiel (1983, pp. 107-115). Maria Rosa Lida oferece também uma extraordinária análise da temática da fama e conseqüentemente do desprezo pela fama mundana e apesar de essencialmente o considerar um fenómeno do clero, demonstra uma linha clara de evolução desde a patrística até à esfera aristocrática no contexto castelhano. Porém, quando atentamos ao ambiente inglês, parece que a tendência não se desenvolveu só no sentido de sobrevivência à morte pela Fama, mas também numa atitude profundamente autocrítica e de submissão perante a morte.

⁵ Delumeau (1981, pp. 9-13, 23).

⁶ Cirilla, (2015, pp. 6-7).

⁷ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 3453-3455). Trad: “Antes de vos arrependerdes completamente por todas as vossas lamentáveis obras./ Homem, emendai a vossa paixão (sentimentos fortes), antes que haja um infortúnio, / E pedi mansamente a misericórdia pela vossa alma.”

⁸ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 3222-3456).

*Fama*⁹, com Carlos Magno e Godofredo de Bulhão a aguardar o seu tempo para subir ao alto da roda. Apesar de Artur não conseguir reconhecer estas figuras, a sua incapacidade de compreender os avisos angustiados destas só pode ser visto como uma incompreensão fundamental da fortuna, achando-se intocável e ignorando os avisos e sinais de perigo em volta dele¹⁰. Por sua vez, a Dama Fortuna convida Artur a sentar-se no cimo – comportando-se como uma amada perante o amante, capaz de produzir feitos sobrenaturais, mas fundamentalmente semelhante:

Then sho went to the well by the wood eves,
That all welled of wine and wonderlich runnes,
Caught up a cup-full and covered it fair;
Sho bade me derelich draw and drink to herselven;
And thus sho led me about the lenghe of an hour,
With all liking and love that any lede sholde¹¹

Ao considerarmos a opinião de Heinz Goller, que entende o poema como repleto de situações irónicas, trocadilhos e de um humor negro flagrante, então a figura da Fortuna e o contexto do sonho são aspetos essenciais dessa atitude crítica¹² que deriva

⁹ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 3415-3340) Pela ordem que aparecem: Alexandre, Heitor de Troia, Julius César, Judas Macabeu, Josué, David, Carlos Magno e Godofredo. Artur ocupa neste esquema um lugar antes de Carlos Magno e Godofredo mas sabe já que a ascensão destes está prevista ou predestinada.

¹⁰ Trata-se de um tema comum na matéria moral como exemplificado no *Libro de los gatos / fabulas* de Odo de Chérítou. Isto é especialmente visível na história Galtar, um cavaleiro que procura a felicidade. Encontrando uma viúva, rica Galtar oferece-se para casar com ela, mas quando chega ao leito vê que este é coabitado por vários animais como: leões, lobos, cobras e vermes. Assustado, ele inquire-a acerca da letalidade destes e a donzela responde: «Si» Dixo ella : Aqueste oso te há de matar. No se si sera la primera noche o a cabo de un anno, o a cabo de diez, o por ventura viveras mas. El lobo e los gujanos e llas serpientes te han de tragar a tu, e atodas tus cosas.». Simbolicamente estas histórias são muito próximas opondo a beleza e deleite do momento ao perigo subjacente a estes, todavia Galtar foge desta cama e da mulher, enquanto Artur sobe para a sua roda. *Libro de los Gatos* (Darbord, Bernard, ed. 1984, p. 86-89.)

¹¹ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 3376-3381). A citação exemplifica como Ela [Fortuna] deleita Artur no seu Jardim com diversos aspetos paradisíacos como um poço que produzia vinho. Todo o ambiente anteriormente descrito do jardim belo, acolhedor e acima de tudo abundante, Neste caso, o essencial é que a Fortuna coloca todo o jardim à disposição de Artur e do seu deleite, satisfazendo todos os seus apetites durante uma hora.

¹² As causas concretas para esta atitude mais crítica não são propriamente conhecidas mas existem algumas hipóteses desde a influência da matéria francesa, até ao crescente rigor moral que se havia propagado no século XV por via das ordens mendicantes. A crítica aos grandes personagens do passado não era nova, já o *Decasibus* de Boccaccio demonstrava uma tendência de crítica aos grandes e aos seus impérios, atribuindo-lhes a queda às falhas morais. No século XV, esta obra foi traduzida para Inglês pelo poeta da corte John Lydgate que explica o carácter moral da Fortuna nas seguintes palavras: «For fals fortune which turneth as a ball/off unwar changes thowh men her will atwitte./ It is not she that pryncis gaff the fall, but vycious lyvyng, pleynli to endite (...)» *Fall of Prynces* (Bergen, ed. 1923, vv. 43-46). Conforme vemos nesta introdução de Lydgate ao seu segundo livro não é a fortuna que gera a queda mas sim os homens, que pelos seus maus costumes trazem a variabilidade da fortuna sobre si. Independentemente da transmissão, é certo que a Fortuna foi um tema central da literatura medieval inglesa com contributos tanto de Lydgate, como de Hoccleve ou Walter Map, já numa cronologia mais

no sentido de uma exposição bastante literal acerca do pecado¹³. Quando a Fortuna altera a sua disposição para com Artur, ela mesma proclama que o virar da roda é uma ordem de Cristo que a criou – o que, dado o caráter central da Fortuna na ordem do mundo, lhe aufere um cariz moral fundamental.

But at the mid-day full even all her mood changed,
And made much menace with marvelous wordes.
When I cried upon her, she cast down her browes:
“King, thou carpes for nought, by Crist that me made!
For thou shall lose this laik and thy life after;
Thou has lived in delite and lordshippes ynow!”
About sho whirles the wheel and whirles me under,
Til all my quarters that while were quasht all to peces,
And with that chair my chin was chopped in sonder;
And I have shivered for chele senn me this chaunce happened.
Thus wakened I, iwis, all wery fordremed,
And now wot thou my wo; worde as thee likes.¹⁴

Apesar da seriedade da situação, é possível que exista aqui um cunho de ironia, pois qualquer recetor medieval da matéria que fosse conhecedor de teatros morais ou de qualquer outra matéria semelhante, veria aqui em Artur um personagem ignorante e completamente desarticulado da moralidade vigente. Ideia recorrente ao longo de todo o poema onde Artur frequentemente se sobrepõe ou compara a Deus¹⁵.

Neste caso, a Fortuna que altera a sua disposição nada mais é do que a justa transição do *ter* para o *não ter*, matéria recorrente nos livros sapienciais do *Antigo Testamento* que formam a base do *contemptus mundi*, já que tanto *Job* como *Ecclesiastes*¹⁶ claramente apontam para os caprichos inconscientes e amorais da Fortuna. Contudo, aqui na *Alliterative*, e na matéria medieval mais alargada, esta é um

primitiva. Cf. *The Regiment of Princes* (Blyth, ed. 1999, vv. 17-23, 1135-1141, 1394-1340) e *De Nugis Curialum* (James, ed. 1983, p. 5.)

¹³ Goller (1994, p. 24).

¹⁴ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 3382-3393). Trad: Mas quando o meio dia chegou, toda a sua disposição se alterou./ E fez grandes ameaças com espantosas palavras./ Quando eu a contestei ela franziu:/ « Rei, contestais por nada, por Cristo que me fez! / Pois perdereis isto e a vossa vida depois; / Vivestes em deleite e conhecestes senhorio! Ela roda a sua roda [roda da fortuna] e coloca-me em baixo/ Até as minhas pernas serem esmagadas por esta [roda] / E por esta cadeira foi a minha espinha cortada; / E eu tremi de frio desde este acontecimento./ Desta forma eu acordei, eu estava completamente exausto pois tinha sonhado, / Agora sabeis o meu sofrimento, falai como vos aprouver.

¹⁵ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994b, vv. 255-256) – Por exemplo, quando Roma envia embaixadores a Artur pedindo misericórdia pela graça de Deus, Artur responde que a dá mas pela sua própria graça.

¹⁶ Ecc. 9:11. - «Voltei-me e vi debaixo do Sol / Que não é aos céleres que a corrida <pertence> ; / Nem aos fortes <pertence> a guerra / Nem aos sábios, o pão; / Nem aos compreensivos, a riqueza; / Nem aos inteligentes, a beleza; / Porque tempo e destino acontecerão a todos eles». Por sua vez, o Livro de Job opera numa lógica de Fortuna em que se passa da abundância para a miséria e para a abundância novamente.

agente moral subordinado, tomando também o papel de *mors*, uma representação antropomórfica da morte geralmente mais associada às *danças da morte*, que são matéria entroncada nos encontros dos vivos com os mortos, ou a temas do macabro, que se haviam propagado nos períodos finais da Idade Média. A queda destes reis não passa necessariamente pela queda das suas fortunas materiais – verdadeiramente, em termos de bens físicos, todos estes morrem em abundância –, sendo que a sua queda é antes espiritual, e só se conclui na morte e condenação.

A verdadeira fortuna aqui é a conquistada no julgamento após a morte e não a da terra. Portanto não é necessariamente apenas a figura Fortuna que está presente neste poema, mas também uma “*mors*” que vem pelo pecado. Mesmo os animais que se alimentam dos corpos dos cavaleiros de Artur são deliberados – o leão representa o orgulho, o lobo a cupidez e o porco a gula –¹⁷, sendo que todos estes, quando enquadrados nos textos de *contemptus mundi*, são os pecados aristocráticos¹⁸. São também estes os pecados que formam a crítica central de outro poema acerca da morte do mencionado rei, *The Awntyrs off Arthur*, em que estes excessos são claramente ilustrados¹⁹.

Regressando à temática da *Alliterative Morte Arthure* é essencial entender o papel que Mordred²⁰ e a sua traição tiveram na queda de Artur²¹. Dada a relutância de Mordred em aceitar a incumbência de regência do reino na *Alliterative Morte Arthure*, a traição que comete posteriormente parece ser movida pelo oportunismo²². Por outro lado a *Stanzaic* mostra Mordred mais como um usurpador genuíno, convocando cortes e utilizando os três leopardos de Inglaterra como as suas armas²³. Porém, em ambos os casos Artur preserva alguma culpa: por um lado, ignora o pedido do seu sobrinho que não queria a regência e por outro lado, pairava o pecado da sua relação incestuosa com a sua própria irmã. A resposta de Artur à interpretação dos filósofos na *Alliterative* parece também confirmar alguma compreensão desta realidade, dado que o rei sai em fúria e rejeita a possibilidade de redenção que lhe é oferecida pelo seu encontro com Cradoke. Este peregrino era um antigo cavaleiro e membro da corte de Artur que, depois

¹⁷ Hamel (1980, p. 7).

¹⁸ Aqui recomendamos a leitura de Lyman (1981).

¹⁹ *The Awntyrs off Arthur* (Hahn, ed. 1995, v. 265).

²⁰ O personagem de Mordred tem invariavelmente um papel fulcral na temática da *Morte Arthure* não obstante algumas mudanças. Mordred era sobrinho e por vezes filho de Artur concebido na própria irmã. Tendo assumido a regência do reino durante a última conquista de Artur, revolta-se e usurpa o trono inglês, aliando-se àqueles que estavam descontentes com Artur e o seu reinado.

²¹ Mordred é sem dúvida um personagem complexo, o seu pecado e cobiça parecem evidentes, e poder-se-ia defender a posição de que os animais no sonho de Artur não são representativos dos seus próprios pecados, mas sim dos desejos de Mordred que literalmente se alimentam da vida dos seus cavaleiros. Porém a presença da temática da Fortuna e o seu significado parece à partida impossibilitar esta interpretação.

²² *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 678-687).

²³ Goller (1994, p. 24).

de renunciar à guerra, parte numa peregrinação em busca de perdão que Goller considera espelhar negativamente o juramento de conquistar Itália que os cavaleiros da Távola, à imagem de peregrinos fizeram sob o véu de Santa Verónica²⁴. O juramento dos cavaleiros é, no entanto, uma triste ironia pois só a peregrinação verdadeira de Cradoke é que oferece uma hipótese verdadeira de salvação, desprezando as riquezas e indo em contrição até Roma enquanto Artur fazia a sua peregrinação de conquista. É certamente possível que a associação da falsa “peregrinação” de Artur não seja um acidente pois o homem peregrino no mundo é um tema relativamente comum para ilustrar a curta duração do homem na terra e por consequência a vacuidade das riquezas.

Tomando estas circunstâncias como base da obra *Alliterative Morte Arthure*, podemos então aceitar a opinião de Goller:

It is a typological admonishment at every monarch involved in war. Arthur, in his pride and arrogance, has raised the banner of the dragon, meaning war, and has shed the blood of the innocent. The philosopher tells him: 'Thow has schedde myche blode and schalkes distroyede, Sakeles, in cirquytrie²⁵.

Esta corrente, que fazia de Artur um imperialista, não era necessariamente uma novidade em França ou na Escócia. Porém, um dos textos que produzem uma das imagens mais vívidas desta corrupção, é sem dúvida as *Awntyrs*, um poema do século XIV-XV inserido numa forte tradição simbólica de fusão do *contemptus mundi* com a matéria Arturiana, à qual junta críticas à ação política inglesa na Guerra dos Cem Anos²⁶, referências à sua política fronteiriça com a Escócia²⁷ e alusões ainda à *Alliterative Morte Arthure*. É, deste modo, um texto que serve também como um “espelho de príncipes” e que procura transmitir uma mensagem política bastante clara.

A Representação da Fortuna na *Stanzaic Morte Arthure* e em Mallory

As outras duas grandes fontes contemporâneas, no ambiente inglês, acerca da morte de Artur são, todavia, ainda mais complexas. Tanto a *Stanzaic Morte Arthure* como a de Mallory, que utilizou e recorreu à primeira, demonstram um mundo Arturiano em desagregação e num processo de decadência muito mais demorado. No entanto, estas mesmas representações recorrem às mesmas visões e, numa fase

²⁴ Segundo Goller (1994, p. 29): «At the beginning of the poem, Arthur's knights all swear by the vernicle, the kerchief of St Veronica, that they will wage war in Italy and kill Lucius. Obviously there is a connection between Italy and St Veronica's veil because it was displayed in St Peter's at Rome. At the same time, the vernicle was the symbol of those who made the pilgrimage to Rome. The overt irony of the vernicle motif lies in the fact that Arthur's knights all swear a sacred oath, as if they were going on a pilgrimage, but their true intent is slaughter».

²⁵ Goller (1994, p. 36).

²⁶ Breeze (2018, pp. 12-27).

²⁷ Schiff (2009, pp. 613-622).

posterior, aos mesmos acontecimentos, embora num contexto drasticamente diferente e de um julgamento tornado muito mais complexo. Isto deve-se ao papel predominante de Lancelot ao longo destas duas narrativas, onde tanto as suas proezas como as tragédias que se vão semeando por onde este passa poderiam denunciar de sua falibilidade, um defeito característico da sua cavalaria que ele e os outros são incapazes de ver, e ele mesmo incapaz de superar, até testemunhar a morte de Artur e a dissolução da Távola Redonda.

Mas nesta narrativa, não é só Lancelot o culpado. O Rei Artur e Gawaine apresentam-se também como principais responsáveis pela deflagração e o prolongamento de uma guerra civil que assolaria o reino. A queda tem, portanto, não como primeira causa a invasão do Imperador Lúcio, pois, ao contrário das outras duas narrativas, esse já se encontrava derrotado, mas sim a infidelidade de Lancelot e Gwynyvere e o incesto de Artur – que havia gerado Mordred com sua irmã. No entanto, poderia dizer-se que, ao longo da narrativa de Mallory, o pecado equaciona-se diretamente com o que seria uma “má decisão” política. Simultaneamente, desde a morte de Merlin, no Livro IV²⁸, as narrativas acerca do destino parecem tornar-se secundárias e, chegando ao último livro, Artur não ouve, nem segue, aquilo que seriam visões dadas por Deus²⁹. Existe, assim, um percurso de Artur traçado em Mallory que inclui, na história do que virá a ser a sua queda, vários outros livros acerca dos seus feitos e ascensão que oferecem um contraste narrativo muito forte com as partes finais do livro.

É evidente que o percurso da figura de Artur está traçado desde o seu nascimento secreto até à ascensão ao trono, em parte através do papel mistagógico de Merlin³⁰. Apesar de este último ser apelidado de “filho do demónio”, ele parece ser o único capaz de interpretar e aligeirar a execução da vontade de Deus de forma sistemática. Deveras, quando Artur se encontra na guerra contra os onze reis, é Merlin que o aconselha. Porém, os seus conselhos devem ser entendidos como provindo de alguma revelação divina pois, quando chega o fim da batalha e Artur decide investir através do rio, o seu feiticeiro avisa:

Thou hast never done! Hast thou not done enough? of three score thousand this day hast thou left alive but fifteen thousand, and it is time to say Ho! For God is wroth with thee, that thou wilt never have done; for yonder eleven kings at this time will not be overthrown, but an thou tarry on them any longer, thy fortune will turn and they shall increase³¹.

²⁸ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 106).

²⁹ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 727).

³⁰ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, pp. 36-40).

³¹ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 55). Na citação acima Merlin condena Artur por tentar perseguir um exército em fuga. Artur tendo matado em batalha quarenta e cinco mil homens, convida a fúria de Deus, o feiticeiro portanto avisa-o: se este permanecer para os perseguir, a sua fortuna virar-se-

Apesar de não haver a demonstração de um destino, existe, no mínimo, uma providência divina³², dado que, sem a intervenção de Deus, Artur seguiria com o seu ataque e, mesmo que bem sucedido, isso provavelmente traria efeitos nefastos quando o Rei Rience declarasse mais tarde guerra aos onze monarcas e a Artur. É também indubitável que dentro do esquema de Mallory, a acção tem uma importância tremenda, pois a “ira” de Deus implica necessariamente uma alternativa à predestinação.

Existem, porventura, algumas coincidências que poderíamos apontar como demasiado consideráveis para uma culpabilização de Artur. Exemplo disto é a sobrevivência de Mordred, pois Merlin avisa Artur do nascimento em Maio daquele que seria responsável pela sua queda, o que leva o Rei a tentar reunir todos os nascidos numa cena reminiscente da levada a cabo por Herodes em relação a Cristo³³. Todavia, Mordred seria salvo por uma tempestade que mata todos os restantes, este acontecimento semearia muita da má reputação de Merlim, levando ao seu progressivo afastamento da corte e por fim à sua morte, assim privando Artur do seu mais sensato conselheiro. Porém, devemos ter em conta que Artur não é inocente, Mordred é filho do incesto do Rei com a própria irmã que, por sua vez, é constantemente apresentada como moralmente deplorável. A intenção de Artur de eliminar Mordred passa também por um propósito filicida³⁴, revelando um Rei que, apesar de ainda estar no topo da *Roda da Fortuna*, não se compromete com Deus.

Esta atitude parece também ser sistemática, dado que Artur, aquando do interdito devido à intervenção de Gawain, não respeita as palavras do Papa na sua totalidade e continua a sua guerra³⁵. Mesmo quando Artur decide finalmente acudir à visão transmitida por Gawain após a sua morte,³⁶ parece incapaz de entender o verdadeiro culpado³⁷, enquanto Gawain, por seu lado, se arrepende e pede desculpa a Lancelot e a Deus³⁸. Apesar de Artur saber que não deve partir para a batalha no dia seguinte, não

á e a deles aumentará. Neste caso, não só Artur desagradou a Deus com a sua matança, como Deus “ameaça” mudar a fortuna de Artur ainda num período precoce do reinado.

³² Schaff (1890, p. 206). É, portanto, certo que Artur era favorecido por Deus, mas isto não requer nenhum carácter moral especial da parte dele: o próprio Santo Agostinho refere que Deus ajuda Roma não pela sua devoção ou bondade, mas por ser um mal menor.

³³ *Mateus*, 2:16-18.

³⁴ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, pp. 67-68).

³⁵ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 708).

³⁶ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 728). Gawain aparece a Artur num sonho levando consigo muitas donzelas resplandecentes e relata a Artur que a sua presença é por licença de Deus, que pelas orações dos outros e pelas batalhas justas foi salvo e autorizado a avisar Artur.

³⁷ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 727). A visão tida por Artur é bastante clara: este está sentado num trono preso à roda da fortuna, e debaixo deste serpentes e dragões aguardam-no num lago negro. Abordaremos o conteúdo desta visão posteriormente. É só após esta visão que Artur terá a visão de Gawain que lhe oferece uma alternativa na forma da contrição e paz.

³⁸ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 726).

fez a reflexão como Gawain, não praticou contrição, nem entendeu que a origem de todos estes conflitos se encontrava nos seus pecados. Artur estava ainda limitado ao domínio político, mas este não lhe pode oferecer salvação. Existe, portanto, um inerente desconhecimento moral de Artur que, enquanto permanece, o torna incapaz de «(...) fordo well destiny.»³⁹ Será por não chegar ao esclarecimento moral que Artur será obrigado a travar uma batalha devido a uma serpente que ataca durante as negociações, obrigando um cavaleiro a desembainhar a espada durante o encontro diplomático⁴⁰. Embora a serpente possa ser apontada como simbólica da traição de Mordred, assim como da divisão do reino⁴¹, a associação da serpente ao pecado original e a Satanás, potencialmente poderia apontar para esta como alguma forma de alegoria do orgulho.

Contudo, uma associação diferente poderia lembrar-nos que a serpente que fuge do homem nu (sem pecado)⁴², mas ataca aquele que está vestido (no mundo), ilustra que o culminar do mundo arturiano havia sido a carnalidade, enquanto o tema redenção será encerrado com a devoção de Lancelot na parte final da obra quando este aceita a vida monástica⁴³.

Ironicamente, seria Lancelot a apresentar-se como exemplo positivo, tornando-se os pecados do mesmo com Gwynyvere, de alguma forma, diluídos, perante aos pecados mais gravosos cometidos por Gawaine e Artur. A infidelidade caracterizada pela fraqueza da carne dá lugar à ira de Gawain e de Artur contra Lancelot e Gwynyvere, respetivamente. Aqueles, por sua vez, negam a Lancelot o perdão que ele pede, mesmo depois de Lancelot mostrar ser superior nas armas⁴⁴. Ou seja, após estarem à mercê de Lancelot, que os confronta contra a sua vontade, não desistem da guerra. O cavaleiro perfeito rapidamente entende o seu pecado e tenta obter o perdão, sendo que o perdão passa da figura de Artur para Deus – do mundano para o espiritual –, acentuando a

³⁹ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 106).

⁴⁰ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 729).

⁴¹ Gn 3:15. A associação da serpente com a divisão e animosidade é menos frequente, mas pode ser feita a partir do episódio do *Génesis*. Não só a serpente é responsável pelo afastamento da humanidade de Deus, como está condenada a morder o calcanhar à geração de Eva. Na história do *Génesis*, o morder o calcanhar é o pecado e tentação, que é combatido pelo ferir da cabeça da serpente (luta contra o pecado) pela geração de Eva. Esta ideia da serpente divisora da sociedade existe também fora do ambiente estritamente religioso, como na obra de Lydgate intitulada *The Serpent of Division*, uma curta narrativa que explora os efeitos nefastos da divisão social através do exemplo de César.

⁴² Gn 3:9-15. Lembramos que no *Génesis* o homem, após comer da árvore, reconhece que está nu e procura esconder-se de Deus. O cavaleiro é mordido no pé e desembainha a espada para matar a serpente. Uma interpretação possível seria que este ato que desencadeia a batalha e o obriga a simbolicamente voltar-se para o mundo ativo sem conseguir matar a serpente simboliza a incapacidade de eliminar / anular os próprios pecados. Também neste caso os cavaleiros estão provavelmente de armadura dado que estavam, não obstante o tratado, prontos para a batalha. Podemos fazer um paralelo entre todos estes aspetos e o *Génesis*, onde o homem nu e desprotegido é prova da sua inocência e pureza.

⁴³ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, pp. 737-738).

⁴⁴ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, pp. 720-721).

mudança para um esquema de hierarquia vertical no qual Artur se torna o verdadeiro traidor. Ao chegar à contrição perante Deus, Lancelot atinge o seu estado mais sublime e é também neste estado que morre já monge⁴⁵. Um contraste, sem dúvida, com Artur, que morre devido ao atraso e ganância de Bedivere que se recusa por duas vezes a atirar Excalibur à água, impedindo assim Artur de ir para Avalon, tema que a própria Dama do Lago comenta dizendo que o rei esteve demasiado tempo sem ser tratado⁴⁶.

Ora, apesar de Bedivere não conhecer o poder da espada, é certo que o seu dever perante o seu senhor era obedecer-lhe, tanto que Artur em Mallory diz claramente:

Ah, traitor untrue, said King Arthur, now hast thou betrayed me twice. Who would have weened that, thou that hast been to me so lief and dear? and thou art named a noble knight, and would betray me for the richness of the sword⁴⁷.

A morte de Artur é tanto consequência da sua vaidade e orgulho como da ganância de Bedivere, ainda que o cavaleiro atinja alguma forma de redenção através de uma vida ascética em procura de penitência junto ao túmulo do rei⁴⁸. Portanto, a dualidade entre Artur e Lancelot parece existir, sob a forma de um bom arrependimento (de Lancelot) e um falso arrependimento (de Artur) que, apesar de capaz de ter a salvação, não o faz da forma apropriada ou atempada e, portanto, sofre uma “má morte”. Neste domínio, o objeto central de julgamento não é necessariamente a Providência, mas sim o “merecimento”, pois Artur não merece a salvação e enfrenta as consequências de não ter a providência divina do seu lado.

Desta forma, ilustra-se que Artur, como monarca e como cavaleiro, estava num processo indubitável de decadência física e moral, processo ainda mais visível no início da *Stanzaic* que se inicia com Gwynyvere dizendo que as façanhas do próprio e dos seus cavaleiros tinham terminado e que a sua corte se esvaziava daqueles capazes de serem cavaleiros corajosos:

Til on a time that it befell
The king in bed lay by the queen;
Of aunders they began to tell,
Many that in that land had been:
«Sir, yif that it were your will,
Of a wonder thing I wolde you mene,
How that your court beginneth to spill
Of doughty knightes all bydene;»

«Sir, your honour beginnes to fall,
That wont was wide in world to sprede,
Of Launcelot and other all,

⁴⁵ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, pp. 730-740).

⁴⁶ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 732): «(...) Why have ye tarried so long from me? Alas, this wound on your head hath caught over-much cold».

⁴⁷ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 731).

⁴⁸ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 733).

That ever so doughty were in deed.
(...)»⁴⁹

É interessante de notar que, embora a *Stanzaic* como Mallory tenham subjacente a mesma noção de decadência, a inclusão dos restantes livros na *Morte d'Arthur* de Thomas Mallory parece dar uma força muito maior à queda colocando-a após a demanda do Santo Graal. Existe assim uma narrativa transversal que culmina na ideia de um reino já em decadência, o próprio Artur em Mallory já tem noventa e dois anos, e segundo Goller já demonstra os sinais de fraqueza e inatividade que levam à sua loucura.⁵⁰ Uma situação não dissemelhante daquela que se confirma na *Stanzaic*, onde Gwynyvere se encontra na cama com Artur. Porém, como Goller aponta, Gwynyvere na *Stanzaic* tem um caráter traiçoeiro, enquanto Mallory a desculpabiliza fazendo Artur ter relações extraconjugais. Todavia, se considerarmos alguns dos comentários de Mallory acerca da natureza daqueles que se juntaram a Mordred, assim como ao estado do Reino em geral, a situação parece ser mais complexa:

For then was the common voice among them that with Arthur was none other life but war and strife, and with Sir Mordred was great joy and bliss. Thus was Sir Arthur depraved, and evil said of. And many there were that King Arthur had made up of nought, and given them lands, might not then say him a good word. (...) for he that was the most king and knight of the world, and most loved the fellowship of noble knights, and by him they were all upholden, now might not these Englishmen hold them content with him. Lo thus was the old custom and usage of this land; and also men say that we of this land have not yet lost nor forgotten that custom and usage. Alas, this is a great default of us Englishmen, for there may no thing please us no term⁵¹.

Apesar de o próprio Mallory reconhecer a virtude de Artur, ele refere-se a este último no passado, o que pode ser interpretado não só como Mallory a falar do futuro acerca do passado histórico, mas sim como um contraste entre o Artur da morte e o Artur cavaleiro do passado. De qualquer forma, os receios dos ingleses acerca da guerra não se encontram só na versão de Mallory. O texto das *Awntyrs* tem como ponto central as guerras expansionistas de Artur como causa do duelo da segunda parte. É, portanto, uma crítica recorrente à política do monarca que pode ter como causa as semelhanças evidentes entre as campanhas de Artur em França e a Guerra dos Cem Anos. A este nível, Mordred pode apresentar-se como uma opção diferente capaz de terminar o

⁴⁹ *Stanzaic Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 17-28). Trad: Até que certo dia chegou / Em que o rei [Artur] estava deitado com a rainha; [Gwynyvere] / Das aventuras começou a contar, / Daqueles que haviam sido nessas terras: «Senhor, se for essa a vossa vontade, / Uma coisa espantosa vos? direi,/ Como na vossa corte começam a faltar / Cavaleiros fortes e corajosos;» «Senhor a vossa honra começa a decair, / Aquilo que era reconhecido por todo o mundo, / De Lancelote e todos os outros/ Que sempre foram corajosos em feito/ (...)»

⁵⁰ Goller (1994, p. 50).

⁵¹ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 724).

“ciclo” de guerras constantes do mundo Arturiano em que toda a paz é seguida inevitavelmente por uma nova batalha, onde se pode ganhar honra ou glória. Neste ambiente tenso de guerra constante, é talvez irónico que seja durante a negociação de paz que a batalha é desencadeada após o ataque de uma serpente.

Abordamos anterior e sucintamente o tema da serpente e da providência. Contudo, cremos que a temática em si se prende fortemente com o destino. E este, por sua vez, assenta na culpabilidade de Artur. Porém, apesar das provas consideráveis para a sua condenação, cremos que existe ainda uma temática central que não pode ser omitida: o caso das duas visões de origem divina, uma em que Artur cai da *Roda da Fortuna* e outra em que se dá a aparição de Gawain. Aquilo que desejamos salientar é que ambas as visões acontecem após o arrependimento e morte de Gawain; e a segunda não deixa dúvidas de que se concretiza por intercessão do cavaleiro defunto e pela misericórdia de Deus. No tocante aos textos, as descrições são exatamente iguais, Artur encontra-se sentado num trono em cima da Roda da Fortuna e olha para baixo, vendo dentro de um poço profundo repleto de serpentes e bichos que o devorarão assim que ele cair da roda. A visão segundo a *Stanzaic*:

At night when Arthur was brought in bed
(He sholde have batail upon the morrow),
In stronge swevenes he was bestedde,
That many a man that day sholde have sorrow,
Him thought he sat in gold all cledde,
As he was comely king with crown,
Upon a wheel that full wide spredde,
And all his knightes to him boun.

(...)

He looked down upon the ground;
A black water there under him he see,
With dragons fele there lay unbound,
That no man durst them nighe nigh.

He was wonder ferde to fall
Among the fendes there that fought.
The wheel over-turned there with-all
And everich by a limm him caught.⁵²

(...)

A visão segundo Mallory:

⁵² *Stanzaic Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, vv. 3168-3187). Trad: Durante a noite quando Artur estava na cama/(Pois teria Batalha durante a manhã), / Por estranhos sonhos foi vencido, / Que muitos homens teriam amanhã tristeza, / Ele pensava que estava sentado coberto de ouro / Que era um rei belo com coroa, / Sobre a sua roda[Roda da Fortuna] estava sentado, / E todos os seus cavaleiros junto a ele. / (...) Olhou para o chão abaixo; / Uma água negra viu estar debaixo dele / Repleta de Dragões que lá jaziam livremente, / De tal forma que nenhum homem se poderia atrever a aproximar-se. / Ele grandemente temia a queda, / Entre aqueles que ali batalhavam. / A roda girou-os a todos / E todos [os dragões] um membro dele [de Artur] apresaram./ (...)

So upon Trinity Sunday at night, King Arthur dreamed a wonderful dream, and that was this: that him seemed he sat upon a chaflet in a chair, and the chair was fast to a wheel, and thereupon sat King Arthur in the richest cloth of gold that might be made; and the king thought there was under him, far from him, an hideous deep black water, and therein were all manner of serpents, and worms, and wild beasts, foul and horrible; and suddenly the king thought the wheel turned up-so-down, and he fell among the serpents, and every beast took him by a limb; and then the king cried as he lay in his bed and slept⁵³.

A este nível, a *Stanzaic* refere que estes são dragões ao passo que Malory lhes chama serpentes, vermes e animais selvagens. Não temos dúvida em nenhum dos casos que tanto o dragão⁵⁴ como as serpentes têm associações bastantes claras com o pecado⁵⁵ e com o demónio, enquanto, como vimos, os animais selvagens podem ser os mesmos que haviam sido descritos na *Alliterative* e simbólicos dos pecados de Artur. Todavia, outra análise poderia levar-nos a recordar que as serpentes e os vermes são utilizados no *contemptus mundi* e no macabro enquanto representativos da morte e da perecibilidade, assim como da corrupção moral e física, reforçando ainda mais o seu estado decaído. Por outro lado, a visão no Domingo de Pentecostes acaba por remeter para Deus, demonstrando então uma mensagem e intenção clara: Artur subiu por Sua graça, e tudo o que sobe na Roda inevitavelmente cai quando a perde.

Apesar desta mensagem parecer contraditória com o carácter livre da acção humana, devemos lembrar-nos que nenhum homem é menos livre por se ter de sujeitar a *leis naturais*⁵⁶. Semelhantemente, a lei da fortuna opera numa lógica de uma lei natural de Deus. É importante salvaguardar que, apesar da visão e da fortuna se encontrarem num patamar de lei natural, a decadência em si não tem uma forma necessária⁵⁷. É verdade que Artur terá de morrer algum dia, porém a forma como morre, a forma da decadência do seu reino e o momento em que tal virá a suceder, podem ainda ser da sua autoria, apesar de Deus conhecer inevitavelmente o final⁵⁸.

⁵³ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 727).

⁵⁴ Interessante notar acerca do dragão é que este é utilizado para representar Artur no sonho que tem tanto na *Stanzaic* como em Mallory aquando da invasão do Imperador Lucius. No sonho, o dragão tem um combate violento com um javali gigante (Roma) que o fere antes de ser derrotado.

⁵⁵ Hamel (1980, p. 7).

⁵⁶ Fischer (1995, p. 10).

⁵⁷ McNerny (2022). Aqui, cabe a Artur aceitar o bem e a vontade de Deus para se livrar da queda. Artur não decide aquilo que deve e tem de fazer, mas é livre de decidir como fazê-lo dentro dos limites do que foi divinamente ordenado: «Of course man is not free to choose the good – any choice under the aspect of the good. And as to what it really is as opposed to only apparently his good, he is not free to make that what it is. He is, however, free to direct himself or not to his true end.»

⁵⁸ Hunt (2022). Ignorando os particulares das hipóteses que compatibilizariam o livre arbítrio com as profecias, devemos notar que no esquema de espiritualidade presente nestas obras existe uma pressuposição de livre arbítrio, pois só isso pode oferecer validade à importância dada à penitência e à contrição nestas obras.

Deus, porém, não se apresenta como um senhor cruel. Aliás, atentando em grande medida naquilo que era uma crença divulgada no séc. XIII⁵⁹ e bastante enraizada no séc. XIV acerca do purgatório⁶⁰, do poder das orações e das intervenções extramundanas, Ele vai oferecer uma hipótese de salvação a Artur por meio de Gawain.

(...) Sir, said Sir Gawaine, all these be ladies for whom I have foughten when I was man living, and all these are those that I did battle for in righteous quarrel; and God hath given them that grace at their great prayer, because I did battle for them, that they should bring me hither unto you: thus much hath God given me leave, for to warn you of your death; for an ye fight as to-morn with Sir Mordred, as ye both have assigned, doubt ye not ye must be slain, and the most part of your people on both parties. And for the great grace and goodness that almighty Jesu hath unto you, and for pity of you, and many more other good men there shall be slain, God hath sent me to you of his special grace, to give you warning that in no wise ye do battle as tomorn, but that ye take a treaty for a month day; and proffer you largely, so as to-morn to be put in a delay. For within a month shall come Sir Launcelot with all his noble knights, and rescue you worshipfully, and slay Sir Mordred, and all that ever will hold with him. (...) ⁶¹

Segundo aquilo que seria a vontade de Deus, esta é a última hipótese de salvação de Artur e possivelmente a única forma de este contornar aquilo que é a lei natural por intermédio da “graça especial” de Cristo. Graça esta que é comparada não só ao arrependimento de Gawain antes da morte, mas também às suas boas ações no mundo e às orações das damas, fruto do serviço prestado, que lhe permitem pedir a intervenção de Deus. Apesar do seu caráter quase providencial, deveríamos considerar que o próprio Artur não demonstrou a contrição necessária e avisou também os seus homens que se preparassem para traições e guerra⁶², demonstrando que estaria pelo menos ainda indeciso acerca da natureza da visão. Neste sentido, consideramos que Artur poderia dentro das circunstâncias tomar uma decisão diferente e, mesmo que o destino fosse semelhante, a sua vontade não seria determinada pelo desfecho dado à *lei natural* da fortuna⁶³.

Dito isto, consideramos que a representação incide principalmente numa culpabilização de Artur, se bem que mais dissimulada e certamente menos crítica que a matéria anteriormente vista. Ao contrário do autor da *Alliterative*, em que a morte de Artur termina com uma «Here endes King Arthur»⁶⁴, Mallory aborda a sua morte e

⁵⁹ Goff (1981, p. 159).

⁶⁰ Goff (1981, pp. 112-115, 135).

⁶¹ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, pp. 727-728).

⁶² *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 728): «And when Arthur should depart, he warned all his host that an they see any sword drawn: Look ye come on fiercely, and slay that traitor, Sir Mordred, for I in no wise trust him.»

⁶³ Cf. Nota 17.

⁶⁴ *Alliterative Morte Arthure* (Benson, ed. 1994, v. 4342).

retorno com um tom muito mais neutro⁶⁵. Distancia-se de forma bastante clara do saudosismo e carácter messiânico de Artur e toma uma perspectiva muito mais seca e histórica pela qual reconhece que, quer este volte ou não, ele foi um agente importante na ordem do mundo. Esta perspectiva muito neutra parece inserir-se de forma impecável na complexidade dada à personagem de Artur ao longo do texto da sua morte, num elaborado esquema de pecados, traições e tragédias que o consomem.

Conclusão

Consideramos assim ser seguro e necessário realçar a intertextualidade considerável da matéria Arturiana que era capaz de adquirir características mais típicas de textos morais, empregando-os numa crítica política ou então moral à figura de Artur. Esta crítica, por sua vez, assenta em preceitos progressivamente mais moralistas com uma condenação quase definida onde Artur se apresenta no geral incapaz de contornar as noções de uma condenação apriorística, que por sua vez é a causa da crescente relevância da misericórdia e penitência. Aspetos como a inevitabilidade do pecado, a importância da penitência e a ligação destes dois aspetos à variabilidade da fortuna parecem demonstrar que de facto havia-se desenvolvido uma forma de entender o mundo que contrastava e não era capaz de se articular com atitudes cavaleirescas antes louvadas. De facto, todas as versões parecem oferecer alguma variação da ideia de Destino ou Fortuna, sendo que em todas parece haver várias dimensões para cada acção. Primeiramente temos a acção terrestre, que por sua vez desencadeia uma reacção divina e que culmina, portanto, na morte. Dito isto, os eventos da morte já se tinham de alguma forma convencido de uma maneira mais ou menos inevitável: Mallory e a *Stanzaic* veem Mordred salvo ainda em criança por mão do destino, enquanto as *Awntyrs* são indubitavelmente proféticas e a *Alliterative* indubitavelmente crítica de Artur. Todos estes eventos demonstram que a queda de Artur já estava de alguma forma condicionada desde o início, por um lado existe uma tradição da *Morte Arthure* que tem de ser seguida, no entanto o carácter quase profético destes textos oferecem-lhe um sentido de inegável castigo divino, que no caso da *Alliterative* é dito abertamente por meio de Cradoke.

Como tentámos mostrar, existem ainda assim formas de articular este carácter definitivo quase apriorístico da condenação com uma liberdade do próprio Artur que seria necessária para se estabelecer a sua culpabilização. Por um lado, o carácter natural da Fortuna não se mostra sinónimo de pecado, a queda do poder não tem uma forma essencial dado que Deus oferece várias formas de contrição e reversão da situação atual

⁶⁵ *Le Morte d'Arthur* (Pollard, ed. 1903, p. 733) «Yet some men say in many parts of England that King Arthur is not dead, but had by the will of our Lord Jesu [been carried] into another place; and men say that he shall come again, and he shall win the holy cross. I will not say it shall be so, but rather I will say: here in this world he changed his life. But many men say that there is written upon his tomb this verse: *Hic jacet Arthurus, Rex quondam, Rexque futurus.*»

em todas as narrativas sendo, portanto, a forma da queda contingente. A este nível é dominante a incapacidade, por parte da figura de Artur, de se adequar àquilo que se esperava dos novos comportamentos associados ao julgamento mais individualizado – nomeadamente o reconhecimento do pecado individual e uma contrição plena, reconhecendo que só Deus e a sua misericórdia oferecem um potencial caminho para a salvação.

A importância desta contrição é visível na figura de Lancelot que pelas suas ações vive o resto da sua vida em arrependimento e alcança de forma definitiva a salvação. No entanto, Artur conhecia esta possibilidade, tendo sido avisado por meio do sonho e da indicação de Cradoke para ir em peregrinação pedir perdão, ideia que rejeita. A incapacidade de agir em reação às visões marca não só a *Vanitas* de Artur como a sua desobediência a Deus, tomando levemente o seu desagrado e tentando salvar o mundo terrestre sem se preparar para o subsequente. Daí que o final da *Alliterative*, onde o autor diz «Assim morre o Rei Artur», tenha um impacto considerável, eliminando, por um lado, a possibilidade do retorno de Avalon, enquanto, por outro, despe o monarca de todo o prestígio, conferindo-lhe uma dimensão exclusivamente terrena.

Referências:

Fontes:

Calado, Adelino de Almeida (ed. 1959), *Frei João Álvares. Cartas e Traduções*, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis*, vol. 2.

Benson, Larry (ed. 1994), *Stanzaic Morte Arthure*, in *King Arthur's Death: The Middle English Stanzaic Morte Arthur and Alliterative Morte Arthure*, Michigan, Medieval Institute Publications.

URL: <https://d.lib.rochester.edu/teams/publication/benson-and-foster-king-arthurs-death>

Bergen, Henry (ed. 1923), *Lydgate's Fall of Princes*, Washington, The Carnegie Institution.

Blyth, Charles (ed. 1999), *The Regiment of Princes*, Michigan, Medieval Institute Publications

URL: <https://metseditions.org/editions/OpvW29kLS2y8IS316CVX5LfYvvVwIwLV>

Brown, Carleton (ed. 1939), *Religious Lyrics of the XVth Century*, Oxford, Clarendon Press.

Darbord, Bernard (ed. 1984), *Libro de los gatos*, Paris, Klincksieck,

Gryson, Roger (ed. 2010), *Biblia Sacra iuxta Vulgata versionem Stuttgart*, Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft.

URL: https://archive.org/details/vulgata_202009/mode/2up

Hahn, Thomas (ed. 1995), «Awntyrs off Arthur», in *Sir Gawain: Eleven Romances and Tales*. Michigan, Medieval Institute Publications.

URL: <https://d.lib.rochester.edu/teams/publication/hahn-sir-gawain>

James, M. R. (ed. 1983), *Walter Map. De Nugis Curialium; Courtiers' Trifles*, Oxford, Clarendon Press.

Lourenço, Frederico (trad. 2018), *Bíblia: Antigo Testamento: Os Livros Sapienciais*, Tomo I, Maia, Quetzal.

Morrison, Frederick Maclaurin (ed. 1984), *The Abbreviated Version of Ayala's Translation of the «Moralia» of St. Gregory the Great: Edition and Study*, Vol I-II, ProQuest Dissertations & Theses, University of Michigan. URL: <https://hdl.handle.net/2027.42/160391>

Pollard, A. W. (ed. 1903), *Thomas Mallory, Le Morte d'Arthur*, London / New York, Mc Millan.

URL: <https://archive.org/details/lemortedarthur00malorich/page/n7/mode/2up>

Rytting, Jenny Rebecca (ed. 2001), «A Disputacioun Betwyx þe Body and Wormes: a Translation», *Comitatus. A Journal of Medieval and Renaissance Studies*, 31/1, pp. 217-232. URL: <https://escholarship.org/uc/item/0c04p0xg>

Schaff, Philip (1890), *St. Augustine's City of God and Christian Doctrine*, New York, The Christian Literature Publishing Co.

URL: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf102.html>

Estudos:

Ariès, Philippe (1977), *O Homem Perante a Morte*, Sintra, Europa América.

Bohne, Amanda (2012), «Be war be my wo. Gaynour and Her Mother in the Awnturs off Arthure», in Berit Åström, *The Absent Mother in the Cultural Imagination; Missing, Presumed Dead*, Palgrave, Macmillan.

Breeze, Andrew (2018), «Place-Names and Politics in The Awntyrs off Arthure», *Journal of Literary Onomastics*, 7/1, pp. 12-27.

URL: <https://soar.suny.edu/bitstream/handle/20.500.12648/2839/jlo/vol7/iss1/2/fulltext%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Cirilla, Anthony (2015), «Ghostly Consolation: Awntyrs off Arthure as Boethian Memorial», *Enarratio. Journal of the Medieval Association of the Midwest*, 19, pp. 68-103. URL: <https://kb.osu.edu/server/api/core/bitstreams/fadb1fac-9562-5809-b832-52f3c3ffc67d/content>.

Corrie, Marilyn (2013), «God May Well Fordo Desteny: Dealing with Fate, Destiny, and Fortune in Sir Thomas Malory's *Le Morte Darthur* and Other Late Medieval Writing», *Studies in Philology*, 110/4, pp. 690-713.

Davenport, John J. (2007), «Augustine on Liberty of the Higher-Order Will: Answers to Hunt and Stump», in *Proceedings of the American Catholic Philosophical Association*, Vol. 81, Catholic University of America, pp. 67-89.

Delumeau, Jean (1981), *Sin and fear: the emergence of a Western guilt culture, 13th-18th centuries*, New York, St. Martin Press.

URL: <https://archive.org/details/sinfearemergence00delu/page/n3/mode/2up>

Fischer, John Martin (1995), *The Metaphysics of Free will. An Essay on Control*, Cambridge, (Massachusetts), Wiley-Blackwell

Fischer, John Martin & Todds, Patrick (2015), *Freedom, Fatalism and Foreknowledge*, Oxford University Press.

Goff, Jacques Le (1981), *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa, Editorial Estampa.

- Goller, Karl Heinz (coord. 1994), *The Alliterative Morte Arthure: A Reassessment of the Poem*, Martlesham, Boydell & Brewer.
- Hamel, Mary (1980), «The Dream of a King: The Alliterative *Morte Arthure* and Dante», *The Chaucer Review*, 14/4, pp. 298-312.
- Haught, Leah (2010), «Ghostly Mothers and Fated Fathers: Gender and Genre in *The Awntyrs off Arthure*», *Arthuriana*, 20/1, pp.3-24.
- Kantorowicz, Ernst H. (2016), *The King's Two Bodies: A study in Medieval Political Theology*, (Pref. William Chester Jordan, Intr. Conrad Leyser), New Jersey, Princeton University Press.
- Lida de Malkiel, Maria Rosa (1983), *La Idea de La Fama en la Edad Media Castellana*, Madrid, Fondo de Cultura Económica.
- Lyman, Stanford M. (1984), *The Seven Deadly Sins: Society and Evil*, Lanham (Maryland), General Hall inc.
- McInerney, Ralph & O'Callaghan, John (2022), «Saint Thomas Aquinas. 12.2 Natural Law» in Edward N. Zalta (dir.), *The Stanford Encyclopaedia of Philosophy*. URL: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/aquinas/>
- Martin, Carl Grey (2010), «The Awntyrs off Arthure; an Economy of Pain», *Modern Philology*, 108/2, pp. 177-98.
- Phillips, Helen (1989), «The Ghost's Baptism in the *Awntyrs off Arthure*», *Medium Ævum*, 58/1, pp. 49–58.
- Rabaçal, Eduarda (2013), *Louvor e condenação da rainha Genevra no romance arturiano em prosa*, Porto, FLUP (Dissertação de Mestrado).
- Robinson, Michael (2014), «The *Awntyrs Off Arthure*: Barren Does and a Motherly Ghost as Authorial Agents of “Arthurial” Parable and Reform», *Criterion*, pp. 32-40.
- Roscoe, Brett (2014), «Reading the Diptych: *The Awntyrs off Arthure*, Medium, and Memory», *Arthuriana*, 24/1, pp. 49-65.
- Schiff, Randy P. (2009), «Borderland Subversions: Anti-Imperial Energies in *The Awntyrs off Arthure* and *Golagros and Gawane*», *Speculum*, 84/3, pp. 613-632.
- Hunt, David & Linda Zagzebski (2022) «Foreknowledge and Free Will. 2.2 God's knowledge of future contingent truths» in Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. URL: <https://plato.stanford.edu/entries/free-will-foreknowledge/#toc>

Zawacki, Alexander J. (2017), «A Dark Mirror: Death and The Cadaver Tomb in *The Awntyrs off Arthure*», *Arthuriana*, 27/2, pp. 87–101.

URL: <http://www.jstor.org/stable/26443673>

Autor:

Fernanda Pereira Mendes

fernandamendes73@gmail.com

Título:

A *DIVINA COMÉDIA* E PETRUS ALPHONSI HISPANUS O.P.: OUTRO PORTUGUÊS NOTÁVEL NA IDADE MÉDIA? (II)

Resumo:

Na parte I dessa investigação, mostrámos que nem a filologia dantiana nem os comentários contemporâneos à *Divina Comédia*, escritos no século XIV, permitiam a identificação de Pedro Hispano com o papa João XXI, em sintonia com os trabalhos de D'Ors e Meirinhos. No presente artigo, apresentamos novos argumentos e documentos no sentido de identificar o Pedro Hispano da *Divina Comédia* com um frade dominicano de nome Pedro Afonso Hispano, eventualmente o mesmo que, em 1245, assistiu ao juramento realizado em Paris pelo futuro rei Afonso III de Portugal. Entre os novos elementos aqui apresentados, destaca-se a possibilidade de identificação do mencionado frade com o irmão bastardo homónimo anunciado pelo monarca em 1249.

Palavras-chave:

Divina Comédia, Pedro Hispano, Ordem de São Domingos; *Summulae Logicales*

Abstract:

In part I of this investigation, we demonstrated that neither Dante's philology nor contemporary commentaries on the *Divine Comedy*, written in the 14th century, allowed the identification of Pedro Hispano with Pope John XXI, in line with the works of D'Ors and Meirinhos. In this article, we present new arguments and documents in order to identify Pedro Hispano with a Dominican friar named Pedro Afonso Hispano, possibly the same one who attended the oath taken in Paris by the future king Afonso III of Portugal, in 1245. Among the new elements presented here is the possibility of identifying the mentioned friar with the homonymous bastard brother announced by the monarch in 1249.

Keywords:

Divine Comedy, Peter of Spain, Dominican Order, *Summulae Logicales*

Plano:

Introdução

Entre *Hispania*, *Gallia* e *Teutonia*

O frade Pedro Afonso Hispano e o rei Afonso III

Conclusão

Bibliografia

Como citar este artigo:

Fernanda Pereira Mendes, «A *Divina Comédia* e Petrus Alphonsi Hispanus O.P.: Outro português notável na idade média? (II)», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 55-69.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a4>

A DIVINA COMÉDIA E PETRUS ALPHONSI HISPANUS: OUTRO PORTUGUÊS NOTÁVEL NA IDADE MÉDIA? (II)

Fernanda Mendes
SMELPS/IF/FCT
Universidade do Porto

Em trabalhos anteriores¹, chamámos a atenção para a insustentabilidade científica da identificação do Pedro Hispano mencionado na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, com o papa João XXI. Mostrámos que nem a filologia dantiana nem os comentários contemporâneos ao poema canónico, escritos no século XIV, permitiam tal identificação: pelo contrário, pelo menos um deles aponta claramente na direcção de um frade dominicano homónimo, em sintonia com os recentes trabalhos de D’Ors e Meirinhos. De acordo com esses autores, a biografia do pontífice é conjecturada para fazê-la coincidir com os testemunhos de autoria da obra. Além disso, D’Ors demonstrou a debilidade de um dos principais argumentos em defesa da autoria papal: o facto de a maioria dos manuscritos chamar a Pedro Hispano *magister* e não *frater*², como costumavam ser chamados, na maioria das vezes, os mestres dominicanos na altura, como Alberto Magno e Tomás de Aquino, para citar alguns exemplos. Tampouco há provas documentais de que o papa João XXI fosse mestre pela Universidade de Paris: o único Pedro Hispano portador do título de mestre, na base prosopográfica de membros da Universidade de Paris, até o momento, é um cônego da diocese de Reims³, cuja relação com a matéria que nos ocupa requer futuras investigações.

Para além de reforçar a defesa da tese de autoria dominicana do *Tractatus* (posteriormente designado *Summulae Logicales*), esboçámos a possibilidade de identificar a personalidade em questão com o frade dominicano *Petrus Alphonsi Hispanus* que, em 1245, testemunhou o juramento solene do futuro rei Afonso III de Portugal, realizado em Paris. Tal hipótese fundamenta-se no catálogo de escritores

¹ Mendes (2019, e uma versão ampliada e revista em 2021).

² Segundo D’Ors (2001, pp. 254-255), a Ordem Dominicana tomou emprestadas do âmbito académico as denominações de seus cargos internos: *Magister Ordinis*, *Magister studentium* e *Rector scholarum*. Ver resumo da argumentação em Mendes (2019, p. 38).

³ *Studium Parisiense*: base prosopográfica da Universidade de Paris entre os séculos XII e XVI: Ficha prosopográfica 52459. Disponível em: <http://studium-parisiense.univ-paris1.fr/individus/52459-petrushispanus1>.

dominicanos da Abadia de Stams (anterior a 1311⁴), que é o mais antigo documento a atribuir um nome específico ao autor do *Tractatus* – os doze livrinhos de lógica responsáveis pelo esplendor de Pedro Hispano no *Paraíso* de Dante. Destacámos, ainda, a relação de homonímia com a mais antiga edição impressa da obra, de 1474, editada em Flandres⁵, assinalando a existência de fontes de maior detalhe sobre a autoria da obra mais ao norte da Europa.

A análise filológica dos manuscritos da obra sugere uma relação do autor com o reino de Leão (que, a partir de 1230, foi anexado a Castela) dada a menção⁶ na obra a três cidades leonesas; indica ainda que foi escrita antes de 1250 e que sua primeira difusão se deu principalmente no sul de França, tendo início entre 1260 e 1270. Cabe acrescentar que, mais ou menos na mesma época, já havia pelo menos um exemplar do *Tractatus* entre os professores da Universidade de Paris, em posse de Adenulfo de Anagni, que legou o manuscrito ao colégio da Sorbonne em 1289, após a sua morte.

A exemplo da *Divina Comédia*⁷, nenhum dos comentários mais antigos ao *Tractatus* o atribui ao Papa João XXI e pelo menos um deles atribui a autoria a um frade dominicano: Felipe de Ferrara (primeiras décadas do século XIV) afirma que Pedro Hispano tomou o hábito “depois” de escrevê-lo. Entre as informações ainda mais específicas sobre o autor da obra, além do catálogo de Stams (posteriormente reproduzidas pelos catálogos de Pignon e Saint Ann), destacam-se, ainda, as compilações *Omnes Homines* (sécs XIII-XIV) que a atribuem a um *Petri Hispani Gallici*, destoando da tradição ao indicar a proveniência francesa do autor. Efetivamente, há um Pedro Hispano, nascido em Limoges, bem documentado nas actas da província dominicana da Provença entre os anos de 1253 e 1279⁸: neste caso, o locativo é, na verdade, um sobrenome que provém da família Espagne, de Montespain, território vizinho ao reino de Navarra. À luz desse testemunho, imaginámo-lo um possível candidato à autoria da obra em questão⁹. No entanto, descartamos essa possibilidade, pois não nos parece que a autoria de obras escritas tivesse passado despercebida numa biografia tão bem documentada como a do frade Pierre D’Espagne.

Também havíamos chamado a atenção para um testemunho que, embora tardio, se destaca pela singularidade de chamar *Petri Burdegalensis, quem Hispanum dicunt*

⁴ Denifle (1886, n. 91).

⁵ Mendes (2019, p. 45).

⁶ Em *Tractatus* V, 3, ao tratar do *exemplum*, Pedro Hispano ilustra-o da seguinte forma: «Legionenses pugnare contra Astoricenses est malum; ergo Astoricenses pugnare contra Zamorenses est malum»; utrumque enim est affines contra affines pugnare». Trata-se de uma adaptação do exemplo dado por Aristóteles a propósito da mesma questão, mas substituindo “atenienses, tebanos e focios” por «legionenses, astoricenses e zamorenses». Cfr. D’Ors (2007, pp. 167-170).

⁷ Mendes (2019, pp. 36-37).

⁸ Douais (1894, pp. 35-36; 57; 82; 91-92; 160; 233; 242).

⁹ Mendes (2021, pp. 44-45).

ao autor do *Tractatus* e, em seguida, dizer que acredita ser pontífice¹⁰. Trata-se do comentário à obra feito no final do século XV por Trutvetter, que foi professor na Universidade de Erfurt, Alemanha, que certamente teve diante de si algum testemunho mais antigo com esta atribuição. Recentemente, encontramos uma personagem que se presta a tal confusão: o navarro Pedro de Roncesvalles, conhecido como *Petrus Burdegalensis*, que foi arcebispo – como o papa – mas de Bordéus, de 1260 até a sua morte, e manteve relações estreitas com a comunidade dominicana de Bordéus, onde foi enterrado¹¹. Para D’Ors, essa denominação poderia remeter a um *Magister Petrus rector burdegalis* do qual dá notícias Geraldo de Frachet, relativas ao ano de 1238, mas sem o identificar como dominicano.

Essa personalidade poderia ser identificada com um mestre Pedro de Bordéus que foi designado senescal do rei Henrique III em 1242 até pelo menos 1264¹², mas não encontramos notícias de que fosse de origem hispânica ou de que tenha pertencido à Ordem dos Pregadores. Porém, em rigor, nada impede que o autor do *Tractatus* tenha tido algum vínculo com Bordéus, antes ou depois de tomar o hábito dominicano.

Efetivamente, não há qualquer impedimento para a identificação de Pedro Hispano com algumas das personagens homónimas ativas na primeira metade do século XIII das quais dão notícias diferentes testemunhos, de dentro ou de fora da ordem dominicana, já que sempre existe um antes e um depois da tomada do hábito. Entre outros testemunhos compilados por D’Ors, há, por exemplo, um Pedro Hispano leitor em Bolonha ao qual remete uma tradição de comentários à *Divina Comédia* posterior ao século XIV¹³. Possivelmente, alguns deles correspondem a distintas etapas da biografia do verdadeiro autor do *Tractatus*. Mas, como já foi argumentado, os documentos mais antigos obrigam a prestar maior atenção a um frade Pedro Afonso Hispano da Ordem dos Pregadores.

Como antes argumentado¹⁴, De Rijk, autor da primeira edição crítica do *Tractatus* (1972), deu muita importância ao homónimo que testemunhou o juramento de Paris, ao ponto de lhe atribuir o “erro dominicano”. Ou seja, para o autor, a tese de autoria dominicana seria resultado de uma confusão entre “dois proeminentes portugueses”, isto é, o frade e o papa João XXI/Pedro (Julião) Hispano. De Rijk não se deu conta que esta possibilidade tem cabimento também no sentido inverso; o mesmo sucedendo com D’Ors, que defendia a autoria dominicana, mas estava determinado a encontrá-la entre frades originários dos antigos reinos hispânicos. Sem ter encontrado qualquer candidato consistente, este autor deixou a investigação aberta a futuras contribuições, que

¹⁰ Mendes (2021, pp. 44-45).

¹¹ A informação consta da página da comunidade dominicana de Bordéus: <https://bordeaux.dominicains.com/les-dominicains-a-bordeaux-pres-de-huit-siecles-dune-grace-partagee-1230-2015/>.

¹² Taillebourg & Saintes (1893, p. 296, n. 5).

¹³ Cfr. D’Ors (2007, p. 147).

¹⁴ Mendes (2019, pp. 42-44); De Rijk (1986, pp. XXV-XXVI).

reavaliassem os documentos conhecidos para redirecionar a busca por novas informações.

Entre Hispania, Gallia e Teutonia

Com independência do argumento da confusão entre dois Pedros Hispanos portugueses – o papa e o frade dominicano de Paris –, o facto é que, até ao momento, não há estudos sobre a autoria dominicana do *Tractatus* sob a perspectiva lusa. Ao adoptá-la, encontrámos informação nova sobre um Pedro Hispano médico numa obra de referência na bibliografia desta matéria: a *Vita Fratrum*, de Gerald de Frachet, escrita ao redor de 1255¹⁵. Este cronista dominicano recebeu a informação diretamente de Frei Gil de Santarém, a quem também atribui a prática da medicina. Tratar-se-ia da mesma personagem do juramento de Paris?

Lamentavelmente, nada se pode dizer sobre o frade Pedro Afonso Hispano a não ser o que se pode extrair do documento, no qual o seu nome completo vem à tona por força da natureza jurídica do testemunho. Ou seja, é bem possível que tenha sido nomeado apenas Pedro Hispano caso tenha sido mencionado em outros documentos. Sua ascendência lusa é uma inferência a partir desse contexto legal: é coerente do ponto de vista da legitimidade do juramento que houvesse pelo menos um membro de origem portuguesa da Ordem de São Domingos. Mas o locativo «Hispano» indica que estaria vinculado a algum convento fora de Portugal, pelo menos na altura. Caso contrário, o mais provável é que fosse apresentado por um locativo luso, como o «Bracarense» do frei franciscano Domingos, que viajara de Portugal junto com o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra. As outras testemunhas eram basicamente os anfitriões da Igreja de Paris, o capelão do papa, o custódio da casa local dos franciscanos e outros dois frades dominicanos, além de D. Afonso e seus dois nobres camareiros¹⁶. Também é provável que o frei Pedro Afonso Hispano tivesse que alguma relação anterior com D. Afonso, em França, e na altura estivesse em estância de estudos ou ao serviço da ordem no convento de Saint Jacques, em Paris.

Quanto à possibilidade de vincular a personagem ao *Tractatus*, só podemos destacar a coincidência da sua presença em Paris mais ou menos na mesma altura em que Humberto de Romans, então prior da província dominicana de França, atribui a autoria de uma *Legenda Sancti Dominici* a um Pedro Hispano, num documento datado

¹⁵ Silva & Silva (2016, p. 47).

¹⁶ «[...] mestre João, capelão do senhor papa e deão da Igreja Carnotense, mestre Lucas, deão, mestre Pedro, chanceler de Paris, Pêro Garcia, tesoureiro de Braga, Soeiro Soares, chantre [de Cidade Rodrigo]; Frei Pedro de *Pictavia*, custódio da Casa dos Frades Menores de Paris, frei Henrique Teutónico, frei Martinho de *Valentinis*, frei Pedro Afonso Espanhol da Ordem dos Pregadores, frei Domingos Bracarense da Ordem dos Menores, Rui Gomes de Briteiros e Gomes Viegas, cavaleiros, Pedro Honórico e Estêvão Enes, varões nobres, camareiros de D. Afonso, conde de Bolonha [...]» Brandão (1632, p. 157). Texto original em latim em Sousa (1739, pp. 51-53).

de 1246. Provavelmente trata-se da primeira história de São Domingos ou *Legenda Prima*, que parece ter sido a única que existia até então. Também é a única história de São Domingos de autoria anónima, escrita por encomenda da Ordem após a canonização de seu fundador, em 1234¹⁷. Esse testemunho parece ser uma das fontes do frade Luís de Valladolid que, por volta do ano 1400, afirma que o autor do *Tractatus* havia escrito também uma história e um ofício de São Domingos. À partida, não há nada que o desacredite, salvo o facto de se tratar de um testemunho tardio com respeito aos acontecimentos aos quais remete. Mas, caso a informação seja certa, e à luz do catálogo de escritores dominicanos de Stams, o frade Pedro Afonso Hispano do juramento de Paris parece ser um candidato plausível para a autoria de ambas as obras.

O único aparente impedimento para a conciliação desses testemunhos é a atribuição da *Legenda Prima* ao frade dominicano Pedro Ferrando, mas cujos argumentos são inconclusivos. Toma como base um obituário escrito pelo frade português Gil de Santarém, que foi prior da província de *Hispania* por longos anos. A data do testemunho é anterior a 1258, quando foi incorporado à *Vita Fratrum* de Gerald de Frachet, mas trata-se de uma notícia enviada a Humberto de Romans, que então já era Mestre Geral da Ordem¹⁸.

Frei Gil de Santarém informou que Pedro Ferrando escreveu uma *Vita Beati Dominici*, que alguns autores identificam com a *Legenda Prima*¹⁹ e que outros identificaram com um texto castelhano intitulado *Vida de São Domingos*²⁰. Este, embora seja um texto do século XIV, poderia ser uma cópia ou tradução do texto de Pedro Ferrando, o que nos parece mais coerente com a informação dada por frei Gil de Santarém. A essa polémica só nos cabe acrescentar o silêncio de Gil de Santarém quanto à autoria do *Tractatus*. O argumento do silêncio costuma ser considerado cientificamente débil, mas ao nosso ver não se aplica aos obituários: seria de se esperar, pelo menos, uma menção genérica a «outros escritos». Portanto, é menos provável que a obra tenha sido escrita por Pedro Ferrando do que por um Pedro Afonso cuja biografia parece ter passado despercebida pela Ordem.

O testemunho de Luís de Valladolid, assim como outros, também afirma a origem castelhana do autor do *Tractatus*, o que parece ter sido um dos motivos para o descarte de personagens lusas no ambiente dominicano. Mas é facto conhecido da historiografia portuguesa a intensa mobilidade da nobreza a finais do século XII princípios do século XIII entre Portugal, Castela e Leão²¹ (anexado a Castela em 1230). Na altura, não só a rainha consorte de Portugal era Urraca de Castela como Teresa de Portugal era rainha consorte de Leão. Portanto, é cabível que o frade Pedro Afonso tenha nascido e passado

¹⁷ D'Ors (2015, p. 48).

¹⁸ Cfr. D'Ors (2015, pp. 53-54).

¹⁹ Cfr. D'Ors (2015, pp. 44-53).

²⁰ Cfr. D'Ors (2015, pp. 67-69).

²¹ Sobre essa matéria ver Pizarro (2010).

a infância e pelo menos parte da juventude no reino que se tornaria Castela e Leão, ainda que seus pais fossem portugueses, ou pelo menos um deles. E que tenha passado aí a sua infância e parte da juventude e que, mais tarde, tenha ido a França, onde vivia D. Afonso, na corte francesa, aos cuidados de sua tia, a rainha Branca de Castela, vindo aquele depois, pela via matrimonial, a tornar-se conde de Bolonha.

Outro destino possível seria Flandres, onde Fernando Sanches de Portugal foi conde entre 1212 e 1233, pela via do casamento com Joana de Constantinopla. O casal manteve estreita relação com a Ordem dominicana, e é lembrado até hoje pelo apoio à fundação dos primeiros conventos da região. Além disso, Fernando de Portugal teria sido visitado pelos dominicanos de Paris quando esteve preso na Torre do Louvre, entre 1214 e 1226, devido à derrota na batalha de Bouvines, contra o rei da França, da qual foi um dos principais protagonistas²². Os laços entre Portugal e Flandres têm particular interesse para a matéria que nos ocupa, pois foi no condado flamengo onde foi encontrada a primeira edição impressa do *Tractatus*, que data de 1474, que é a única a atribuir a obra a um frade Pedro Afonso Hispano. Tendo em vista que o editor da obra, João de Westfália, era impressor oficial da Universidade da Lovaina²³, é de concluir que foi impressa por encomenda da própria universidade, o que sugere a existência de um manuscrito mais antigo com a mesma atribuição, conhecido entre os professores da faculdade de Artes, fundada em 1425.

A presença desse testemunho único num território historicamente marcado pela presença portuguesa, faz a balança pender na direção de um frade homónimo de ascendência lusa. Em qualquer caso, requer maior atenção dos investigadores que, em geral tendem a descartar quaisquer atribuições a Pedro Afonso Hispano como autor do *Tractatus*, uma vez que a maioria dos testemunhos se limita a atribuí-la a Pedro Hispano quando, em rigor, não há nenhuma contradição entre ambas.

Em qualquer caso, fica claro que essa atribuição mais específica, incluindo o segundo nome do possível autor, surge por duas vezes em territórios abrangidos pela província dominicana da *Teutonia*, que incluía a Áustria (onde se situa a abadia de Stams) e também os conventos flamengos pelo menos até 1259, quando alguns deles passaram a integrar a província de França. É possível que Pedro Afonso Hispano tenha tomado o hábito em algum convento flamengo, ou pelo menos que tivesse laços com a comunidade dominicana flamenga.

Como se lê no elenco de testemunhas do juramento de Paris antes citado, há entre elas um frade de origem teutônica que, ao nosso ver, poderia ser identificado com um Henrique de Colônia sénior ou Henrique de Marburgo. Esteve ao serviço da província de França, viveu em Paris pelo menos entre 1240 e 1248²⁴, e destacou-se principalmente

²² É a própria página da província dominicana da Bélgica que recupera os acontecimentos citados: <https://www.dominicains.be/fr/histoire-des-dominicains/62777-histoire-des-dominicains-en-belgique>.

²³ Delannoy (1915, p. 1061).

²⁴ *Studium Parisiense*: Ficha prosopográfica 51230. Disponível em: <http://studium-parisiense.univ-paris1.fr/individus/51230-henricusdecolonia2>.

pelo protagonismo no episódio da disputa do *Talmud*, que levou à queima de centenas de exemplares do cânone judaico: foi provavelmente um dos tradutores da documentação de suporte à polémica²⁵; depois foi enviado às Cruzadas e faleceu na viagem de regresso, em 1254.

Tal identificação é também uma inferência com base no documento do juramento, uma vez que todas as outras testemunhas não-portuguesas claramente representavam as suas respetivas instituições em Paris; portanto, não faz sentido que alguma se tivesse deslocado à cidade especialmente para assistir ao evento. Ou seja, os franciscanos enviaram o custódio da casa parisiense e os dominicanos, dois residentes do convento de Saint Jacques, um deles o mencionado frade de procedência teutônica²⁶. Teria, este, alguma relação anterior com o frade Pedro Afonso Hispano? Lamentavelmente, nada na biografia do frade Henrique pode lançar novas luzes sobre o português.

Por outro lado, o contexto da polémica antijudaica no qual esta personagem está inserida não deixa de remeter à difusão temporã do *Tractatus* entre os judeus. Em princípios do século XIV, já havia pelo menos um comentário à obra – de Hezekiah bar Halafta ou Bonenfant de Millau, situado no sul de França²⁷. Teria essa receção temporã alguma relação com a disputa do *Talmud*? Também é facto que esta polémica – a primeira grande iniciativa antijudaica envolvendo o livro hebraico – acabou por ampliar o conhecimento dos cristãos sobre os judeus e é possível que se tenha dado o mesmo fenómeno na direcção oposta. Pelo menos uma tradução hebraica afirma que o autor «recorreu à lógica dos gentios para ajudar os judeus nas discussões polémicas»²⁸.

Do lado cristão, Hasselhoff sugere que a tradução latina do *Guia dos Perplexos*, de Maimonides, poderia ter sido realizada em consequência da polémica supracitada, explorando as relações entre o texto e os escolásticos dominicanos iniciadas por Alberto Magno, entre 1244 e 1246, eventualmente traduzida pelos frades Henrique Teutónico e Thibaud de Sezánne, subprior do convento de Saint Jacques²⁹. Trata-se de uma obra que pretende conciliar o judaísmo com a lógica de Aristóteles, utilizada por rabinos para disputar e estabelecer as leis judaicas (*halakah*)³⁰.

Ao que parece, a polémica do *Talmud* impulsionou também uma receção mais ativa dos *Diálogos contra Judeus* de Pedro Afonso³¹, o intelectual judeu de Huesca convertido ao cristianismo do século XI. D’Ors chegou a suspeitar que a atribuição do *Tractatus* a um Pedro Afonso dominicano poderia ser resultado de uma confusão com

²⁵ Lecousy (2019, p. 152; descrição detalhada da polémica e textos envolvidos nas pp. 147-181).

²⁶ Conforme se lê na nota 16, o outro frade dominicano presente é Martinho de Valentinis, sobre o qual não conseguimos obter notícias.

²⁷ Zonta (2010, pp. 77-116).

²⁸ Meirinhos (2002, p. 154).

²⁹ Hasselhoff (2019, p. 226).

³⁰ Hasselhoff (2019, p. 222).

³¹ Shipley (2016, p. 68).

esse Pedro Afonso convertido³². A nosso ver, novamente cabe analisar a sugestão na direção oposta, neste caso, de que exista algum manuscrito catalogado como obra deste último que pudesse ser atribuída ao frade homónimo. Efetivamente, trata-se de um problema relativamente comum na atribuição de obras a autores medievais.

O frade Pedro Afonso Hispano e o rei Afonso III

A perspetiva lusa conduz a uma segunda menção a um Pedro Hispano dominicano na documentação portuguesa, situado em Montpellier em 1268, ou seja, o mesmo local e a mesma época nos quais surgem os primeiros comentários ao *Tractatus*. Trata-se do testamento do bispo de Coimbra e recém-nomeado arcebispo de Compostela, Egas Fafes de Lanhoso, que faleceu em 1268, em Montpellier. O arcebispo tinha relacionamento com religiosos da região, eventualmente da época em que estudou direito na universidade local³³. Na ocasião, além do arcebispo de Narbona, dois frades dominicanos assinam e selam o testamento como representantes dos priores da Província de Hispania e do convento de Montpellier, provavelmente Pedro e Simão Hispanos, os dois únicos dominicanos anunciados entre os presentes³⁴. À partida, não há como saber se é o frade Pedro quem representa o convento de Montpellier. Em qualquer caso, há motivos para excluir a sua identificação com o homónimo nascido em Limoges, antes citado. Embora este tenha servido o convento de Montpellier pelo menos ao longo dos anos 1250 – quando é mencionado pela primeira vez nas actas da província da Provença –, posteriormente, entre 1260 e 1262 ocupou o priorado do recém-fundado convento de Castres, e lá teria permanecido até 1279, quando faleceu³⁵.

No entanto, um dos beneficiários de Egas Fafes – Domingos Miguéis, dito cavaleiro – sugere uma relação entre o arcebispo e um ilustre Pedro Afonso: o irmão bastardo de Afonso III, a quem o monarca se refere como *meus frater*³⁶ num evento público ocorrido em Faro, em 1249: a doação de casas em Santarém a João Peres Aboim, que fora criado com D. Afonso em França e se tornaria o homem mais rico daquela altura. Trata-se da primeira e única menção direta a esse bastardo régio, que depois desaparece por completo. Um documento régio de 1258 dá notícia de uma iniciativa do rei em favor dos colaços de seu irmão Pedro Afonso: Mor Miguéis e Domingos Miguéis. É provável que este último seja um dos homens da esposa de João Aboim, D. Marinha de Arganil³⁷, ou seja, encaixado no círculo íntimo do rei Afonso III. Egas Fafes sempre foi aliado de Afonso

³² D’Ors (2007, pp. 165-166).

³³ O título de mestre é referido em documentos de 1238 e 1245 e a formação em Direito é sugerida pelos títulos dos livros legados pela personagem. Cfr. Norte (2016, p. 73).

³⁴ Morujão (2010, p. 315).

³⁵ Vide nota 7.

³⁶ Ventura (1992, p. 555).

³⁷ Cfr. Ventura (1992, p. 572).

III, e não seria estranho que fosse próximo ao seu irmão bastardo e beneficiasse o seu colação em testamento: era uma prática comum, na altura, beneficiar parentes de seres queridos. Mas por que não beneficiaria o próprio Pedro Afonso? Talvez tivesse falecido ou renunciado os bens materiais, como poderia ser o caso de um frade.

A nosso ver, há indícios para a identificação do frade Pedro Afonso Hispano com o bastardo régio. A historiografia portuguesa identifica o retorno de todas as testemunhas portuguesas do juramento de Paris³⁸, exceto a do frade Pedro Afonso Hispano, na mesma altura da “aparição” do irmão homónimo de D. Afonso. Depois da notícia de 1249, a personagem desaparece por completo do cenário português, facto que parece ser mais compatível com alguém que se manteve à margem da política local e, além disso, partiu do reino o mais rapidamente que pôde, do que com uma personagem falecida. Portanto, faz sentido pensar que o bastardo régio fosse o frade, que regressou a França depois de ter cumprido a sua missão – dar credibilidade ao juramento de Paris com sua presença física em Portugal – e logo após o período mais crítico da crise sucessória.

Dada a escassez de notícias biográficas da personagem na documentação portuguesa, é provável que esse filho bastardo tenha como mãe uma senhora originária de Leão ou Castela, onde teria passado a infância e a juventude. Como tantos bastardos régios, Pedro Afonso acabou abraçando a carreira religiosa e, por algum motivo, seguiu para França ou Flandres, eventualmente passando por Navarra, reino ao qual o seu tio Pedro Sanches se vinculou, depois de 1230. Este havia deixado Portugal

(...) após o coroamento de seu irmão Afonso II, junto com outros nobres opositores do novo rei. Foi um dos principais homens de confiança do então rei leonês Afonso IX, tendo ocupado o cargo de mordomo-mor de 1223 até a morte deste, em 1230, além de várias tenências e, em 1228, foi nomeado *assistens regis*. A este grupo de portugueses exilados em Leão se juntaram outros nobres a partir de finais de 1211 ou princípios de 1212, quando Afonso II se enfrentou a suas irmãs Teresa, Sancha e Mafalda, pela posse dos senhorios que o pai lhes havia deixado em testamento. Eram partidários das infantas que combateram em nome delas, com a ajuda de Pedro Sanches, junto com o rei leonês, que havia sido casado com Teresa e com quem tinha duas filhas. A morte de Afonso II em 1223, contudo, não teve como consequência o retorno massivo dos exilados. Em 1226 já se encontra em Leão Rui Gomes de Briteiros, como vassalo de Pedro Sanches. Esses nobres já estavam bem estabelecidos em Leão pelo menos até 1230, quando a morte de Afonso IX levou ao conflito sucessório entre Fernando III – filho deste com Berengária de Castela – e as suas irmãs Sancha e Dulce – filhas de Teresa de Portugal –, que eram as herdeiras legítimas do reino segundo o testamento deixado pelo pai. O episódio deflagrou um enfrentamento dos partidários de ambos os lados nomeadamente em Leão, Astorga e Zamora – as mesmas cidades às quais faz referência o autor do

³⁸ Os nobres que testemunharam o mencionado juramento e que assumem alguns dos mais altos cargos da corte: Estevão Anes é feito chanceler; Rui Gomes de Briteiros, mordomo; o filho de Pedro Ouriques (designado na tradução supramencionada), João Peres de Aboim torna-se um dos homens mais ricos de Portugal (Ventura, 1992, pp. 82, 115, 566, 594 e 619). O arcebispo de Braga e o Bispo de Coimbra retornaram e com grande probabilidade também o frade franciscano Domingos Bracarense.

Tractatus na única passagem em que deixa uma marca de sua identidade, daí a sua importância para a determinação de sua autoria³⁹.

Ou seja, Pedro Afonso Hispano não só poderia ser situado no Norte de Espanha como na Ordem Dominicana, antes de 1245, quando aparece testemunhando o juramento de D. Afonso, a quem acompanhou em sua viagem a Portugal, onde permanece por alguns anos antes de retornar a França. Talvez se trate do mesmo frade Pedro que testemunhou o testamento de Egas Fafes que, por sua vez, poderia ser o representante do prior do convento dominicano de Montpellier, em 1268.

Evidentemente, todas as identificações antes sugeridas necessitam de ulteriores investigações. Em qualquer caso, todos esses Pedros Hispanos merecem maior atenção no âmbito das investigações em torno da autoria do *Tractatus*, como temos demonstrar.

Conclusão

Não estamos mais perto de descobrir quem realmente é o autor do *Tractatus*, mas a perspectiva lusa permitiu colocar novas informações sobre a mesa, ampliando as possibilidades de estabelecer conexões entre testemunhos, conhecidos ou que estão por ser descobertos, como é comum nos estudos medievais. Para além dessa abordagem e de documentos inéditos no âmbito da autoria dominicana da obra, este artigo contribui para o esclarecimento do contexto de produção da primeira edição impressa da obra, de 1474. E, ainda, com a polémica em torno à autoria da *Legenda Prima*, comumente atribuída a Pedro Ferrando que, em consequência do testemunho de Luís de Valladolid, poderia ter escrito também a obra que nos ocupa.

O facto é que a falta de testemunhos indubitáveis acaba por conduzir a um círculo vicioso de atribuição do *Tractatus* a personagens homónimas mais conhecidas, dominicanas ou não, quando está claro que o seu autor foi um ilustre desconhecido, ainda que eventualmente tenha ascendência régia portuguesa. Isso não significa que o papa João XXI – a mais famosa entre elas – não tenha escrito alguma das cinquenta obras que lhe são atribuídas, mas não é ele quem brilha no *Paraíso* de Dante.

³⁹ Mendes (2021, p. 43).

Referências:

- Brandão, Frei António (1632), *Quarta Parte da Monarquia Lusitana*, Lisboa, Mosteiro de São Bernardo. URL: https://books.google.es/books?redir_esc=y&hl=pt-BR&id=OERv8msLJWwC&q=juramento#v=onepage&q&f=false
- Delannoy, P. (1915), «The Library of the University of Louvain», *The Nineteenth Century*, Vol. LXXVII, n. 59, p. 1061.
URL: http://www.uniset.ca/microstates/delannoy_louvain.htm
- Denifle, Heinrich (1886), «Quellen zur Gelehrten-geschichte des Predigerordens im 13. und 14. Jahrhundert», *Archiv für Literatur und Kirchengeschichte des Mittelalters* II, pp. 165-248.
- Denifle, Heinrich & Chatelain, Émile (1889), *Chartularium Universitatis Parisiensis*. Tomo I.
- De Rijk, Lambertus (1986), *Tractatus: Ilamados después Summule Logicales*. Mauricio Beuchot (trad), México, Universidad Autónoma Nacional de Mexico.
- D’Ors, Angel (2001), «Petrus Hispanus O. P. Auctor Summularum (I)», *Dicenda: Cuadernos de Filología Romanica* 19, pp. 243-291. URL: <https://revistas.ucm.es/index.php/DICE/article/view/DICE0101110243A/12457>
- D’Ors, Angel (2007), «Petrus Hispanus O.P. Auctor Summularum (II). Nuevos documentos y problemas», *Dicenda: Cuadernos de Filologia Hispánica*, 25, pp. 139- 180.
URL: <https://revistas.ucm.es/index.php/DICE/article/view/DICE0707110139A/11815>
- D’Ors, Angel (2015), «Petrus Hispanus Auctor Summularum (III). Petrus Alfonsi o Petrus Ferrandi?», *Dicenda – Cuadernos de Filologia Hispánica*, 33, pp. 35-89. URL: <https://revistas.ucm.es/index.php/DICE/article/view/50931/47274>
- Douais, Célestin (1894), *Acta Capitulum Provincialium Ordinis Fratrum Praedicatorum – Première Province de Provence, Province Romaine, Province D’Espagne (1239-1302)*, Toulouse, Imprimerie et Librairie Édouard Privat.
- Hasselhoff, Gorge K. (2019), «The Translation of Maimonides’ Dux neutrorum as a Reaction to the Talmud Trial?», in Fidora, Alexander & Hasselhoff, Gorge K (coords.), *The Talmud in Dispute During the High Middle Ages*, pp 219-233. URL: https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2019/239941/taldisdurhigmidage_a2019p219.pdf
- Lecousy, Amélia (2019), *Dialogues, collaboration et transmission du savoir entre intellectuels juifs et chrétiens: la France des XIIIe-XIVe siècles*. Universidade de

- Montreal (Dissertação de doutoramento em História). URL: <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/24794>
- Meirinhos, José (2002), *Pedro Hispano séc. XIII ... e multa scripsit*. Vol. 2. URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55829/2/>
- Mendes, Fernanda Pereira (2019), «A Divina Comédia e Petrus Hispanus O.P.: outro português notável na Idade Média?», *Guarecer: Revista Eletrónica de Estudos Medievais*, 4, pp. 31-48.
URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/gua/article/view/8585/8040>
- Mendes, Fernanda Pereira (2021), «Elementos para a atribuição de uma nova identidade ao Pedro Hispano da Divina Comédia», *Revista de Filologia Románica*, 38, pp. 37-46. DOI: <https://doi.org/10.5209/rfrm.78805>
- Morujão, Maria do Rosário (2010), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1075 – 1325)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. URL: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7221/4/HRFS_6_Testamenta.pdf
- Norte, Armando José Gomes do (2016), *Letrados e Cultura Letrada em Portugal (Sécs. XII E XIII)*, Lisboa, Universidade de Lisboa (Dissertação de doutoramento).
- Pizarro, José Augusto de S. M. (2010), «De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispania Medieval (séc XI a XV)», *Anuário de Estudos Medievais*, 40 (2), pp. 889–924. DOI: <https://doi.org/10.3989/aem.2010.v40.i2.327>
- Silva, Leila Rodrigues da & Silva, Andréia Frazão da (2016), *Mártires, confessores e virgens: O culto aos santos no ocidente medieval*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Sousa, António Caetano de (1739), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, Officina Sylviana da Academia Real. URL: https://books.google.es/books?id=knUmS77pLMIC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Taillebourg & Saintes (1893), «La campagne de Poitou 1242-1243». *Annales du Midi*, pp. 289-314.
- Trutvetter, Ioducus (séc. XV/XVI), *Explanatio i[n] no[n]nulla Petri Burdegalensis, quem Hispanum dicunt [...]*
URL: <https://books.google.es/books?id=Nz2gBHwEuc4C>
- Shiple, Andrew (2016), «Peter Alfonsi and the Trial of the Talmud», *Haberdashers' Aske's Occasional Paper*, 7. URL: <https://www.habselstree.org.uk/boys/wp-content/uploads/sites/2/2024/06/OP-7-Shiple-Peter-Alfonsi-and-the-Trial-of-the-Talmud.pdf>

STUDIUM PARISIENSE, base prosopográfica da Universidade de Paris. URL: <http://studium-parisiense.univ-paris1.fr>

Ventura, Leontina (1992), *A nobreza de corte de Afonso III*, vols. I e II, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12221>

Zonta, Mauro (2010), «Structures And Sources Of The Hebrew Commentary On Petrus Hispanus's Summulae Logicales By Hezekiah Bar Halafta, Alias Bonenfant De Millau», in Schumann, Andrew (ed.), *Judaic Logic*, Berlim, De Gruyter. URL: https://www.academia.edu/6525161/Structure_and_Sources_of_the_Hebrew_Commentary_on_Petrus_Hispanuss_Summulae_Logicales_by_Hizqiyah_bar_Halafta

Autor:

José Carlos Ribeiro Miranda
mirandajcr@gmail.com

Título:

OS ANAIS PORTUGUESES DO SÉC. XII E O QUINTO IMPÉRIO

Resumo:

A conhecida narrativa analítica realizada no Mosteiro de Santa Cruz nos finais do séc. XII, maioritariamente consagrada ao rei Afonso Henriques, que então ainda reinava, e que dá pelo estranho título «Chronica Gottorum», termina com um extenso relato sobre a preparação de uma invasão da Península Ibérica pelos norte-africanos Almóadas. Toda a Hispânia, desde a muçulmana à cristã, se encontrava em perigo, embora o modo como o redactor crúzio redige o texto – num tom enfático e anormalmente pormenorizado – leve a pensar que as suas preocupações iam bem para além da dimensão militar do acontecimento. O chefe da invasão era conhecido por se deslocar num asno, motivo bem consagrado na literatura político-escatológica que, remontando ao período anterior ao advento do cristianismo, se tinha prolongado por todo o primeiro milénio; e a acção desse caudilho pautava-se por considerações históricas, que se fundamentavam em registos escritos. O que pretendemos, de momento, é fazer alguma luz sobre o modo como os Anais portugueses efectuem a recepção destes temas, remetendo, a nosso ver, para uma específica concepção do tempo e da história universal, onde avulta a ideia dos quatro impérios do passado (*Daniel*, 2; 7), estando em causa o advento de um império renovado de dimensão messiânica.

Palavras-chave:

Almóadas; Império; Messias, rei do asno; *mahdi*; Cristo; livros

Abstract:

The well-known annalistic narrative carried out in the Monastery of Santa Cruz at the end of the 12th century, mostly dedicated to King Afonso Henriques, who was still reigning at the time, and which goes by the strange title 'Chronica Gottorum', ends up as an extensive account of the preparations for an invasion of the Iberian Peninsula by the North African Almohads. The whole of Hispania, from Muslim to Christian, was in danger, although the way the Crucian editor writes the text – in an emphatic and unusually detailed tone – suggests that his concerns went far beyond the military dimension of the event. The leader of the invasion was known for travelling on a donkey, a motif well-established in the political-eschatological literature which, dating back to the period before the advent of Christianity, had lasted throughout the first millennium; and the actions of this caudillo were guided by historical considerations, based on written records. This essay aims to shed some light on how the Portuguese Annals received these themes, referring, in our opinion, to a specific conception of time and universal history, in which the idea of the four empires of the past (Daniel, 2; 7) is emphasised, and the advent of a renewed empire with a messianic dimension is at stake.

Key-words

Almohads; Empire; Messiah, king of the ass; Mahdi; Christ; books

Plano:

A espera do Milénio

A ideia dos Impérios

Perturbação vs serenidade escatológica

Como citar este artigo:

José Carlos Ribeiro Miranda, «Os Anais portugueses do séc. XII e o Quinto Império», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 71-84.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a5>

OS ANAIS PORTUGUESES DO SÉCULO XII E O «QUINTO IMPÉRIO»

José Carlos Ribeiro Miranda
SMELPS-IF-FCT
Projecto MELE

Nos finais do séc. XII, conclui-se em Santa Cruz de Coimbra a redacção de uma sequência analística que terá tido início no século anterior, provavelmente no Mosteiro de Santo Tirso¹. Na abordagem de alguns acontecimentos e personagens, esse escrito assume já uma narrativa muito desenvolvida, que tem levado certos críticos e caracterizarem-no como uma verdadeira protocronica², como, aliás, o equivoco título que veio a adquirir – *Chronica Gottorum* – de alguma forma indicia³. O modo como esses Anais terminam, com um extenso relato sobre a invasão da Península Ibérica pelos Almóadas, não tem deixado de provocar alguma perplexidade e, sobretudo, um muito notório silêncio interpretativo. Na realidade, qual o sentido de fazer incidir extensamente a atenção sobre os mouros, quando o conjunto do escrito em causa se destinava a enumerar com detalhe as peripécias que se iam sucedendo nos reinos cristãos, nomeadamente em Portugal?

De facto, se nos situarmos em Portugal nos finais do século XII, numa altura em que, reinando ainda D. Afonso Henriques, era já, de facto, o seu filho Sancho quem governava⁴, o contexto político afigurava-se complexo no território cristão. A acesa disputa política recente no lado castelhano, decorrente da menoridade de Afonso VIII, e envolvendo ferozes recontros militares⁵, polarizava grande parte das atenções, até porque tendia a envolver os reinos vizinhos e a mobilizar os mais importantes grupos senhoriais, tanto do Leste como do Ocidente da Ibéria. Como se isto não bastasse, também os reinos do Sul da Península – vulgarmente designados «taifas» – se encontravam sujeitos a sucessivas vagas de influência norte-africana, como sucedera com os Almorávidas, que tinham dominado a região durante cerca de cem anos⁶. Agora,

¹ Ver David (1947); Cruz (1968); Gouveia (2012).

² Cf. Catalán (1965).

³ Tendo em conta o desajustamento entre título e o conteúdo da obra, esta foi renomeada por Diego Catalán (1965) como *Cronicon Lusitano*.

⁴ Cf. Castro (1992); Mattoso (2006).

⁵ Cf. Lacarra (1972); Linehan (2011).

⁶ Cf. Reilly (1999).

era a presença dos Almóadas, eivados de expansivas crenças místico-políticas, que se fazia sentir, encontrando renovados adeptos num contexto geral de inquietação quanto ao devir imediato⁷.

É nestas condições que, sob a ameaça de uma acção de grande escala na Península, a ser levada a cabo pelos Almóadas, o redactor que tinha em mãos a conclusão dos Anais portugueses em Santa Cruz de Coimbra resolve rematar o seu empreendimento de escrita – cuja maior parte era já dedicada a D. Afonso Henriques, visto como fundador da monarquia cristã portuguesa⁸ – dando forma àquela que será a narrativa final do seu texto.

De facto, a mencionada secção final dos Anais dos séc. XII é tanto uma narrativa como um comentário ou uma explicação, tendo implícita uma atenção quase obsessiva à dimensão adquirida pela movimentação moura. A este respeito, as palavras de Pierre David não podiam ser mais eloquentes, quando considera que...

La dernière notice de la *Chronica Gottorum*, relatant en termes emphatiques la déroute d'Abu Yakub devant Santarem en 1184, est incomplète, soit que l'auteur n'ait pas achevé son oeuvre, soit que la dernière page ait péri...⁹.

De notar, porém, que, na versão que primordialmente temos em conta, publicada na *Monarquia Lusitana*, não há qualquer menção à derrota muçulmana em Santarém. Aliás, caso essa derrota tivesse sido conhecida, é duvidoso que o redactor tivesse usado um tom tão «enfático» na descrição que faz dos preparativos bélicos de Jacob Ibn Yussuf, denotador de uma expectativa marcada por pelo alarme e a surpresa. Portanto, é de crer que o texto terminava ali mesmo, tendo sido redigido no decurso de 1184, mas antes dos acontecimentos de Santarém que tiveram lugar no final desse ano. E esta versão assim permaneceu, até que Frei António Brandão a copiou e deu à estampa no séc. XVII¹⁰.

Nos comentários explicativos que entremeiam a narrativa, sobressaem vários aspectos reveladores da familiaridade que o redactor crúzio tinha com o ambiente muçulmano¹¹: o primeiro diz respeito Abd al Mu'min (*Ali Abel Muinem*), o pai do emir Jussef Ibn Jacob (*Iucef Aben Jacob*), que se diz ter sido venerado pelos seus como o homem santo e profeta que se deslocava num asno:

Iucef Aben jacob, Emir Elmumino secundus, imperator sarracenorum, filius de Ali Abelmuinẽ, qui dictus est Rex de asino, propterea quod in asino sempre deambulans, propheta et sanctus ab omni populo putaretur...

⁷ Halm (1996); Garcia Arenal (2006).

⁸ É de notar que o analista conta os anos de reinado de Afonso Henriques a partir de 1128, data da batalha de S. Mamede, deixando o leitor indeciso sobre a verdadeira data da fundação do reino por parte de quem escreve...

⁹ David (1947, p. 283)

¹⁰ Brandão (1632-2008, Anexo I, pp. 271-276).

¹¹ Sobre este tema, ver Picard (2012); Rei (2012); Barros (2016).

Voltaremos mais adiante às particularidades do relato. Este movimento político e religioso havia sido fundado no início desse século por Ibn Tumart, personalidade buliçosa que se veio a proclamar «mahdi» – ou seja, «aquele que é guiado por Deus»¹². Abd Al Um'min fora o sucessor de Ibn Tumart, e também o primeiro a ser designado «emir» e «califa». É de crer que a condição de reinante em Marrocos, assumida pelo pai de Jussef, tivesse contribuído para que o estatuto político-escatológico de fundador do movimento passasse a ser-lhe atribuído, bem como, segundo testemunho do texto crúzio, à sua dinastia.

Na realidade, tudo indica que o redactor do mosteiro de Coimbra estivesse bem familiarizado com esta vertente do pensamento político-escatológico islâmico, até porque, pouco tempo antes, Ibn Qasi, um outro proclamado «mahdi», se afirmara em Mértola, vindo a ser reconhecido em várias partes da Península e terminando os seus dias assassinado pelos almóadas em 1051¹³.

Porém, não se queda por esta intenção meramente descritiva a parte terminal do relato analítico-cronístico crúzio, já que não se trata de descrever mais um caso de acção político-militar oriunda do campo muçulmano, mas de dar a conhecer uma iniciativa desse tipo com uma dimensão até ali nunca vista – e parece ter sido a transformação desta vertente *quantitativa* em diversa *qualidade* que a tornava digna de atenção e de minuciosa descrição. De facto, não apenas a movimentação almóada atingiria uma escala inédita – contabilizada em setenta a oitenta mil homens armados («LXXVIII millia virorum») –, como o crúzio apresenta Jussef preparado para invadir a Espanha, consultando as memórias históricas da presença muçulmana neste território, e nelas encontrando justificação para a acção que empreendia:

Ipse Imperatur Emir Elmumini resensuerat annales libros omnium regum sarracenorum, qui fuerunt ante ipsum et venerunt in Hispaniam...

Como veremos, esta alusão aos «livros» e «anais» reveste-se de uma importância muito grande, embora o estado actual do texto não permita apurar com segurança qual o sentido da escrita, já que o redactor, escrevendo no ano de 1184 (Era 1222) mas nada dizendo sobre a derrota de Jussef às portas de Santarém, aspecto que atrás mencionámos, também nada adianta sobre a forma como perspectiva o desenrolar tal empreendimento. De acordo com os dados implícitos no seu texto, também não antecipa a vitória dos Almóadas em território castelhano, que viria a ter lugar em Alarcos no ano de 1195¹⁴.

Na realidade, como dissemos antes, o texto, tal como foi publicado na *Monarquia Lusitana*, não só nada deixa transparecer desses acontecimentos, como não contém informações que vão para além dessa data. A alusão à sucessão de Yussef no

¹² Sobre esta categoria política muçulmana, ver Halm (1996) e Garcia-Arenal (2006).

¹³ Ver Viguera Molíns (1992); Mattoso (dir. 1992-1994, vol I); Rei (2017).

¹⁴ Cf. Lacarra (1972); Reilly (1999).

seu filho Jacob – «Jacob quoque Abenjucef filius eius qui post eum regnaturus erat» – tem um carácter meramente antecipatório, não pressupondo circunstâncias concretizadas. E também a designação régia do futuro Sancho I de Portugal era usual por essa época, não implicado que o filho de Afonso Henriques tivesse já tido acesso ao trono de Portugal¹⁵. Sabemos, além disso, que nesta altura Sancho governava de facto o território português – como já atrás dissemos –, o que sucedia desde o desastre de Afonso Henriques em Badajoz, ocorrido em 1169.

Ter-se-ia perdido a parte final do texto, que necessariamente relataria os acontecimentos de Santarém, na linha do que é proposto por Pierre David? Como afirmámos antes, a colação desta versão com as publicadas por Alexandre Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*, atrás mencionadas, não parece apontar nesse sentido, embora seja uma questão que deve permanecer em aberto.

Na realidade, a dificuldade de situar e de entender as razões que terão levado o redactor crúzio a terminar os seus Anais com tão extensa e intensa prosa, deixando-a sem continuidade imediata, radica na diminuta consideração que normalmente os meios académicos portugueses têm do contexto em que tudo isto ocorre, necessariamente mais amplo do que o território português, e envolvendo ideias, processos e dinâmicas que não se ajustam ao modelo da «História-pátria» que ainda povoa a nosso imaginário colectivo (ou memória cultural, como também é agora designado).

Nesta altura, a Península era composta de três culturas, pelo menos¹⁶ – ou seja, a cristã, a muçulmana e a hebraica –, sendo tal facto igualmente verificável no território português, ou que virá a fazer parte de Portugal. Mas é necessário ter em conta que nenhuma dessas culturas, que se identificavam maioritariamente com crenças religiosas, se apresentava unitária, monolítica e sem divergências. Na realidade, era mesmo o contrário que se passava, sendo difícil encontrar outros períodos históricos em que se possa identificar tão grande soma de discrepâncias internas, tanto em questões de natureza política e relacional, como até de concepções globais do mundo e do tempo.

A espera do Milénio

Ora, sem pretender recuar a tempos que nos são decididamente pouco familiares, o «kíliasmo», ou seja, literalmente, a espera do milénio após a vinda do Messias, de que se fala no *Livro do Genesis* ou no *Salmo 89*, é já característica do pensamento judaico,

¹⁵ Ver Castro (1992).

¹⁶ Podíamos também mencionar as comunidades francas, nórdicas ou da região leste da Península (cf. Miranda, 2019), mas não são relevantes para o presente estudo.

sendo, em grande medida, dessa expectativa histórico-escatológica que virá a nascer o cristianismo, como é sabido¹⁷.

Nessa perspectiva cristã, marcada não apenas pela construção da comunidade eclesiástica, mas também pela expectativa da segunda e escatológica vinda de Cristo, textos como o *Apócrifo da Ascensão de Isaías* ou a *Epístola de Barnabé* cedo alimentaram e fizeram perdurar a espera messiânica, embora a forma dos tempos a vir não recolhesse qualquer unanimidade.

É, aliás, num clima de contestação da urgência dessa espera do final dos tempos que Santo Agostinho propõe uma concepção do fluir temporal organizado em Seis Idades, sem definição segura acerca da duração da Sexta Idade, aquela que fora inaugurada pelo surgimento e sacrifício de Cristo. Na realidade, para o bispo de Hipona, o último reino já existia e era correspondente à Igreja, que aguardaria ordeiramente a derradeira vinda do Salvador¹⁸.

Mas a aspiração a um futuro e definitivo reino não estancou, e vários textos vão actualizando esse desejo ao longo da Idade Média, retornando à ideia da espera de um milénio de prosperidade e felicidade, necessariamente associado a um rei ou imperador dos últimos tempos que haveria de coadjuvar Cristo na sua final *Parusia*.

Através das muitas formulações que esta espera milenarista adquiriu, é recuperada a velha ideia da História Humana explicada através da sucessão dos Impérios do passado, apresentando-se o reino a vir necessariamente como o último deles.

A ideia dos Impérios

De origem helenística, a doutrina dos Quatro Impérios circulou amplamente na tradição judaica e, depois, na cristã, fornecendo o quadro global em que havia que pensar o trajecto de Cristo, desde os momentos marcados pela profecia do Seu nascimento, até à Sua vida no seio da comunidade judaica, projectando-se nos eventos futuros, posteriores à morte na cruz, desejados e imaginados pela comunidade que agora Nele se revia. O elemento profético central foi, sem dúvida, a interpretação do sonho de Nabucodonosor e da visão das quatro bestas que saem do mar presentes no *Livro de Daniel* (respectivamente *Dn 2* e *7-12*), ambas profetizando, como é sabido, que aos Quatro Impérios do mundo haveria de suceder um outro sob a égide do Messias. Desde o seu início, o cristianismo não só se apoiou nestas profecias veterotestamentárias, como contou com importantes suportes escritos que alimentaram a ideia da segunda vinda do Messias, nomeadamente o *Apocalipse de João* e, entre os escritos apócrifos, o de *Baruch* e o *Quarto livro de Esdras*¹⁹.

¹⁷ Sobre a génese do cristianismo, ver Daniel-Rops (1948). A obra deste autor prossegue até ao vol. VIII (1965), referente ao cristianismo nos tempos modernos.

¹⁸ Cf. Brillì (2011). Ver ainda a nota anterior.

¹⁹ Cf. Henze (2012).

No início do século V, essa concepção histórica foi defendida com autoridade por Jerónimo que, no seu comentário ao *Livro de Daniel*, propõe a identificação dos Quatro Impérios com o babilónico, o medo-persa, o grego e, por fim, o romano²⁰. Agostinho conhece e cita a ideia dos Quatro Impérios, mas distancia-se dela, opondo-lhe a mencionada «teoria das Idades». Todavia, apesar desse esforço, a concepção do tempo da História como sequência dos impérios pagãos ia permanecendo, tanto pela autoridade que lhe havia sido conferida pelos comentários de Jerónimo e pelas crónicas de Eusébio de Cesareia, como ainda pelo testemunho que dessa ideia permanecia em Paulo Orósio e até em Isidoro de Sevilha²¹.

Ora, a mais notável repercussão da concepção dos Quatro Impérios, sobretudo quando encarada no contexto de uma interpretação globalizante das profecias do *Livro de Daniel*, é a proposta segundo a qual esses impérios, que pertencem ao passado ímpio e pagão, virão a ser superados por um império a vir.

Ou seja, a concepção dos Impérios como estruturas explicativas da História fornece um respaldo inevitável à aspiração messiânica e milenarista, sendo uma ideia amplamente apoiada tanto por sectores cristãos, como judaicos e muçulmanos. Aliás, a aspiração a um tempo renovado futuro, um verdadeiro *kiliasmos*, não é concebível fora da teoria dos Impérios, até porque assenta na perspectiva da construção de um poder novo e virtuoso, que deverá opor-se aos poderes tirânicos e corruptos existentes.

Mas, por outro lado, no modo como é usada, a doutrina dos Quatro Impérios torna visível a existência de uma dualidade escatológica que persiste ao longo dos tempos nas várias culturas.

Perturbação vs serenidade escatológica.

Ou seja, nem sempre a adesão à teoria do Impérios implicava uma atitude de perturbação escatológica, de espera ansiosa e militante do milénio, tanto no lado cristão, como no judaico ou no muçulmano. Tem sido citado o exemplo de Ibrahim Ibn Ezra (אברהם בן מאיר אבן עזרא), intelectual judaico da primeira metade do séc. XII, que defendia a ideia segundo a qual o terceiro Império englobava a Grécia e também Roma (a Antiga e a Bizantina), sendo o quarto Império correspondente ao Al Andalus²². Ora o Al Andalus era a terra onde este intelectual judeu residia e que lhe servia de referência. Assim, se o quarto Império ainda permanecia sólido, nada justificava a espera ansiosa de um Império futuro... De notar que outro intelectual judeu da mesma época, Yehudah Ben Halevy, viria a assumir uma posição radicalmente oposta, acabando por ser vítima

²⁰ Cf. Di Tommaso (2005).

²¹ Cf. Di Tommaso (2005); Hjälml (2017).

²² Cf. Gómez-Aranda (1994); García-Arenal (2002); Amparo Alba (2022).

das suas ilusões profético-escatológicas frustradas quando a data prevista da vinda do Messias é ultrapassada sem que nada ocorra²³...

Como sabemos, do lado cristão era corrente a ideia de que ainda se vivia firmemente no quarto Império, que era romano, o que também desmotivava qualquer urgência de preparar um Império futuro. Pelo menos, a Historiografia conhecida parece não negar este posicionamento geral²⁴. Mas, ao mesmo tempo, proliferava, desde tempos recuados, uma literatura e uma iconografia apocalíptica – abundantemente ilustrada, na Ibéria, pelas cópias do Beato de Liébana feitas nesta altura²⁵. De resto, para o conjunto do mundo cristão do séc. XII, bastará pensar na maré profética e escatológica que desembocou no fenómeno Joaquimita²⁶, representando uma das mais radicais atitudes milenaristas que alguma vez se conheceram, e que vem a marcar toda a Europa cristã daí em diante, para se observar a sintonia existente entre culturas distintas – a judaica e a cristã –, mas mutuamente condicionadas por circunstâncias sociais e culturais semelhantes.

Se não erramos, também no mundo islâmico as concepções do tempo e da história isentas de perturbação escatológica eram dominantes, acompanhando em grande medida a difusão do pensamento aristotélico que se ia impondo²⁷. Pelo menos, as obras historiográficas conhecidas, como a de Ibn ‘Abd al-Ḥakam ou mesmo a de Ahmed Al Razi, na medida em que esta pode ser conhecida, não desmentem tal ideia²⁸.

Contudo, certas correntes político-espirituais foram evoluindo numa atitude diversa. Era exactamente o que se passava como os fatimidás-xiitas, a oriente, onde germina a concepção do «mahdi», líder messiânico²⁹; e depois, no norte de África, já em contacto próximo com o Al Andalus, com os almorávidas; e, finalmente, com os almôadas, estes convergindo ainda com correntes puritanistas que contribuíam para a radicalização do discurso e da acção política³⁰. Tal sucedera já com o «sufismo», corrente da qual Ibn Qasi, de Silves e Mértola, fora um exemplo eloquente, como já referimos.

E é a esta luz que é necessário reavaliar o testemunho do analista crúzio que escreve na Era de 1222...

²³ Ver nota anterior.

²⁴ Mencionaremos o caso da *Crónica de 1344*, onde Pedro de Barcelos indica que o imperador romano, no seu tempo, é Luís da Baviera (cf. Ferreira, 2019). É, provavelmente, tentando escapar a esse domínio político europeu do Quarto Império ainda no seu tempo, que o historiador português recupera a narrativa de Hércules, através da qual defende a ideia de que o poder político na Hispânia teria tido início no Terceiro Império (cf. Miranda, 2015).

²⁵ Cf. Fernández Flórez (2001)

²⁶ Cf. Lubac (1979).

²⁷ Cf. Gómez-Aranda (2018); Burnett (1995).

²⁸ Cf. Matesanz Gascón (2004).

²⁹ Ver também Espírito Santo (2006).

³⁰ Sobre este assunto, ver Garcia-Arenal (2002 e 2006); Halm (1996)

Poderíamos argumentar que a parte final dos célebres Anais apenas reflecte o temor perante uma acção muçulmana em preparação, afinal não diversa de outras ocorridas no passado e que o escritor conhecia seguramente. É claro que a dimensão atribuída a esta autêntica invasão, enumerando os *kilios* envolvidos na acção dessa gente guerreira, adensava seguramente a apreensão perante o resultado da iniciativa, sobretudo numa altura em que a Hispânia se encontrava fragmentada e dividida.

Mais há aspectos que devem ser ponderados devidamente: enquanto a Hispânia contava já com um *imperator* no passado, na figura de Afonso VII – qualidade que o crúzio menciona quatro vezes no seu texto –, o *imperator* que se agora se perfilava era muçulmano e chamava-se Jussef, sendo filho daquele que já antes se intitulara «rei do asno»:

lucef Aben jacob, Emir Elmumino, secundus imperator sarracenorum, filius de Ali Abelmuinẽ, qui dictus est Rex de asino, propterea quod in asino sempre deambulans, propheta et sanctus ab omni populo putaretur

Chamamos a atenção para que o crúzio parafraseia, e quase glosa, a célebre profecia de *Zacarias*, 9, 9, que, como é sabido, está também na base da armadura profética do próprio cristianismo:

...exulta satis, filia Sion, iubila filia Hierusalem, ecce rex tuus veniet tibi iustus et salvator, ipse pauper et ascendens super asinum et super pullum filium asinae...

É nesta altura importante lembrar que, na doutrina *xiita* dos doze imãs, o último, aquele estava oculto, deveria revelar-se montado num asno e acompanhado de Isa (ou seja, Jesus), filho de Miriam e do enviado de Allah, tal como este é descrito na *Sura* 19 do *Corão*³¹. Não há dúvidas de que o «mahdi», ou seja, a presente figura messiânica, correspondia seguramente a esse imã, que acumulava também o poder temporal de um *emir*.

Assim, aquilo que na realidade o crúzio está a descrever é a preparação de um combate apocalíptico, em que uma das partes veste a roupagem do império a vir, aquele império que haveria de superar os quatro impérios do passado, instaurando uma ordem nova que deveria corresponder a um verdadeiro *kiliasmo*. Se alguma dúvida houvesse, a referência à consulta dos livros e anais por parte do mouro, ou seja, à contemplação da História Universal reunida na escrita (fora da qual nada existia, segundo uma concepção consensual na época), permite desfazer qualquer dúvida quanto às referências em que se move o monge de Santa Cruz de Coimbra³².

³¹ Cf. Espírito Santo (2006).

³² É bem provável que o crúzio tivesse já conhecimento do *Liber introductorii maioris ad scientiam iudiciorum astrorum*, de Abumasar, traduzido meio século antes, de Árabe para Latim, por João de Sevilha e de Lima. Aí era possível achar uma explicação astrológica para a sequência dos impérios do mundo, podendo tal argumentação confirmar, ainda mais, a apreensão que definitivamente manifestava. Não sabemos mesmo se esta obra se contava entre os «livros» que o analista diz que os mouros consultavam. Sobre o assunto, ver Miranda (2022).

Estaria ele convencido da viabilidade do empreendimento saído do campo muçulmano? E quem seria para ele, o *Dajjāl* (دجال), ou seja, o *anticristo*, deste cenário apocalíptico? O que parece seguro é que nada, na sua descrição, descredibiliza ou desacredita a acção moura em preparação. Alguma dose de surpresa e de reverência são os dois termos que nos ocorrem para caracterizar o seu relato.

Mas seria esse tema exclusivamente uma questão de fé? É aqui que o historiador é convidado a despir-se das suas ideias feitas, tentando compreender como funcionavam, no perturbado ambiente mediterrânico e europeu do final do séc. XII, as categorias que o discurso histórico canonizou como se fossem permanentes e imutáveis.

Na realidade, as crenças messiânicas oriundas das diferentes comunidades – sobretudo a cristã e a muçulmana – tinham sobejos pontos em comum e decorriam da interpretação dos mesmos textos de referência³³. Além disso, estavam sujeitas à compreensão do funcionamento do poder ao longo da História, que não variava muito conforme a latitude. Nestas circunstâncias, a proximidade entre os diversos campos, que ora se defrontavam, ora cooperavam, era grande, gerando uma inevitável e contraditória polifonia de interpretações e também de expectativas.

A nosso ver, é esse ambiente de proximidade aquilo que o texto de Santa Cruz acaba por deixar transparecer, para grande desconforto dos leitores futuros que dificilmente o irão conseguir entender em toda a sua dimensão, e muito menos integrar no discurso corrente sobre a História portuguesa.

³³ Sobre este tema, ver Garcia-Arenal (2002); Di Tommaso (2005); Hjälms (2021)

Referências:

- Amparo Alba, Cecilia (2022), «El libro del mundo de Abraham Ibn Ezra y la astrología judía en la europa medieval», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo CCXIX, 2, pp. 201-233.
- Barros, Maria Filomena (2016), «Judeus, Cristãos e Muçulmanos no Portugal medieval», *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, 36, pp. 37-54.
- Brandão, Frei António (1632), *Terceira Parte da Monarchia Lusitana...*, Lisboa, Pedro de Craesbeck (Reimpressão da INCM, Lisboa, 2008).
- Brilli, Elisa (2011), «As formas da história. A doutrina agostiniana das seis idades do mundo e algumas de suas visualizações no século XII», *Revista de História*, São Paulo, 165, pp. 121-149.
- Burnett, Charles (1995), «"Magister Iohannes Hispalensis et Limiensis" and Qusta ibn Luqã's *De differentia spiritus et animae*: a Portuguese Contribution to the Arts Curriculum», *Qvodlibetaria, Medievalia. Textos e Estudos*, 7-8, pp. 221-267.
- Catalán, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid, Gredos.
- Castro, José Ariel de (1992), «Afonso de Portugal, 11º Grão-Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, e o Século XII Português», in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas, pp. 819-857.
- Cruz, António (1968), *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal.
- Daniel-Rops (1948), *Histoire de l'Église du Christ. I, L'Église des apôtres et des martyrs*, Paris, Librairie Artème Fayard.
- David, Pierre (1947), *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècle*, Paris, Institut Français au Portugal.
- Di Tommaso, Lorenzo (2005), *The Book of Daniel and the Apocryphal Daniel Literatur*, Leiden, Brill.
- Espírito-Santo, Moisés (2006), *Os Mouros Fatimidás e as Aparições de Fátima*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Fernández Flórez, J. A. (2001), "Los Comentarios al Apocalipsis de Beato de Liébana", in B. Acinas (coord.), *En torno al Apocalipsis*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 113-151.

- Garcia-Arenal, Mercedes (2002), «Messianisme juif aux temps des mahdī-s», in Maribel Ferro (coord.), *Judíos y musulmanes en al-Andalus y el Magreb*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 211-229.
- Garcia-Arenal, Mercedes (2006), *Messianism and Puritanical Reform: Mahdīs of the Muslim West*, Leiden, Brill.
- Gómez-Aranda, Mariano (1994) *El Comentario de Abraham Ibn Ezra al Libro del Eclesiastés. (introducción, traducción y edición crítica)*, Madrid, CSIC.
- Gómez Aranda, Mariano (2018), «Aristotelian theories in Abraham Ibn Ezra's commentaries to the Bible», *Mediterranea. International journal for the transfer of knowledge*, 3, pp. 35-54.
- Gouveia, Mário de (2012), «O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)», *Lusitania Sacra*, 25, 183-226.
- Halm, Heinz (1996), «The Empire of the Mahdi: The Rise of the Fatimids», *Handbook of Oriental Studies: The Near and Middle East*, 26, Leiden, Brill.
- Henze, Matthias (2012), "4 Ezra and 2 Baruch: Literary Composition and Oral Performance in First-Century Apocalyptic Literature", *Journal of Biblical Literature*, 131, pp. 181-200.
- Hjälml, Miriam L. (ed., 2017), *Senses of Scripture, Treasures of Tradition. The Bible in Arabic among Jews, Christians and Muslims*, Leiden/Boston, Brill.
- Hjälml, Miriam L. (2021), *The Four Kingdom Schema and the Seventy Weeks in the Arabic Reception of Daniel*, Leiden, Brill.
- Lacarra, José Maria (1972), *Historia política del reino de Navarra desde sus orígenes hasta su incorporación a Castilla*, Pamplona, Editorial Aranzadi.
- Linehan, Peter (2011), *Spain, 1157–1300: A Partible Inheritance*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Lubac, Henri de (1979), *La postérité spirituelle de Joachim de Flore, I: De Joachim à Schelling*, Paris, Éditions Lethielleux.
- Matesanz Gascón, Roberto (2004), *Omeyas, bizantinos y mozárabes. En torno a la «Prehistoria fabulosa de España» de Ahmad Al-Razi*, Valladolid, Imprenta Calatrava.
- Mattoso, José (2006), *Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José (dir. 1992-1994), *História de Portugal*, 8 voll., Lisboa, Círculo de Leitores.

- Miranda, José Carlos Ribeiro (2015), «A *Crónica de 1344* e a *General Estoria*: Hércules e a fundação da monarquia ibérica», in Marta Haro Cortés (org.), *Literatura y ficción: «estorias», aventuras y poesía en la Edad Media*, I, Valencia, Publicacions de la Universitat de Valencia, pp. 209-224.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2019), «Uma aventura marítima no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*», *Acta Iassyensia Comparationis, special issue 2019: «Magellan & Elcano 500. Circumnavigation to Globalization*, pp. 97-108.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2022), «Sobre a Cultura Escrita no Portugal Medieval. Em torno da versão portuguesa de A Escada de Maomé», in Fernanda Mendes (trad.), *Livro da Escada de Maomé*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 6-21.
- Picard, Christophe (2012), *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècles): l'occident d'Al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose.
- Rei, António (2012), *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa, IEM.
- Rei, António (2017), «Os Místicos no Ġarb al-Andalus e os modelos sociológicos das suas vivências (séculos X a XIII)», *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 13. URL: www.dialogosmediterraneos.com.br.
- Reilly, Bernard (1999), *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, Princeton, Princeton University Press.
- Viguera Molíns, María Jesús (1992), *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Editorial Mapfre.

Autor:

Miguel Rodrigues

mhmrodrigues@gmail.com

Título:

CONCUBINATO RÉGIO NOS FINAIS DO SÉCULO XII: O CASO DE SANCHO I DE PORTUGAL

Resumo:

No seio da sociedade medieval ibérica, muito marcada pela religião, o concubinato apresentou-se matizado com as mais variadas nuances, oscilando muitas vezes entre um casamento não oficial e uma relação extraconjugal. O caso de Sancho I de Portugal é bastante representativo desta situação, dado que, após a morte da sua rainha, o rei encetou duas relações deste tipo. No entanto, a cronologia destas ligações, e mesmo de alguns indivíduos que de alguma forma se relacionaram com os filhos que Sancho I teve destas senhoras, necessita, a nosso ver, de ser reavaliada.

Palavras-chave: Reis e infantes de Portugal, aristocracia, concubinato

Abstract:

Within the Iberian medieval society, where religion played a major role, concubinage presented several different guises, ranging from a non-official marriage to an extramarital relationship. The case of Sancho I of Portugal is quite representative of this situation, since the king began two relationships of this kind after his queen's death. It is our understanding that the chronology of these liaisons and of some individuals connected with Sancho I's children by these non-royal ladies, should be re-examined.

Key-words: Kings and princes of Portugal, aristocracy, concubinage

Plano:

1. O concubinato
 - 1.1. Fronteira religiosa
 - 1.2. Filhos
 - 1.2.1. Filhos de concubinas no ocidente ibérico
 - 1.3. Regulação da prática
2. O concubinato de Sancho I
 - 2.1. Natureza e datação
3. Problemas cronológicos: a criação de Rodrigo e de Martim Sanches
 - 3.1. Rodrigo Sanches
 - 3.2. Martim Sanches

Conclusão

Como citar este artigo:

Miguel Rodrigues, «Concubinato régio nos finais do século XII: o caso de Sancho I de Portugal», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 85-107.
DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a6>

CONCUBINATO RÉGIO NOS FINAIS DO SÉCULO XII: O CASO DE SANCHO I DE PORTUGAL*

Miguel Rodrigues
Investigador MELE-IF-FLUP

1 de setembro de 1198. Nas suas casas em Coimbra, falecia a rainha Dulce de Aragão¹, que se tornara mulher de Sancho I de Portugal² ainda antes de este subir ao trono e acompanhara o monarca desde os seus áureos vinte anos, deixando-o agora com quarenta e três anos de vida e nove filhos. Seriam mesmo apenas nove? Ou poderiam já ser mais?

Parece reunir consenso, entre vários autores que, em tempos recentes, versaram o tema³, a convicção de que este monarca começou a desenvolver relações com outras mulheres somente depois da morte de Dulce, negando o caráter extraconjugal dessas relações dada a situação de viuvez do monarca. A questão que se impõe reside no verdadeiro estatuto legal dos restantes oito filhos, ditos “ilegítimos”. Estariam na escala da filiação por via da barregania, ou poderiam encontrar-se num patamar ligeiramente superior de uma filiação concubinária, isto é, resultante de um matrimónio não canónico?

Embora se continue a postular a teoria tradicional, começam a surgir dúvidas, e alguma abertura à possibilidade de o envolvimento do rei com as suas barregãs se ter iniciado ainda em vida de Dulce de Aragão⁴. O presente artigo vai exatamente no sentido de defender essa hipótese, ou seja, de corroborar que o rei terá iniciado as suas relações

* Este trabalho foi elaborado no âmbito do projeto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Algumas fontes fixam a data de morte da rainha a 26 de agosto. Cf. Figanière (1859).

² O último documento em que surge a rainha está datada no período 1192-98, em que surge a expressão «*Ego Sancius Dey gratia Portugalensium rex una cum uxore mea et fillis et filiabus meis (...)*». Um documento de 1199 já não a inclui: menciona apenas o monarca e os filhos. Num documento de 1206 repetiu-se, por engano, a forma «*cum uxore mea*». Cf. Azevedo, Costa & Pereira (ed. 1979).

³ Branco (2010, pp. 212-220); Barroca (2013, p. 153); Calderón Medina (2018a, pp. 98-99).

⁴ Branco (2010, pp. 212-220).

extraconjugais ainda em vida da rainha, devolvendo assim à expressão «extraconjugalidade» o seu preciso sentido, quando aplicada a este monarca.

1. O concubinato

Mais conhecido como «barregania», o concubinato era, no período medieval ibérico, uma prática que consistia na coabitação, característica de um casal, assumida por dois indivíduos que não mantinham qualquer vínculo matrimonial, nem entre si, nem externamente⁵. Eram, portanto, em princípio, solteiros ou viúvos. No entanto, pelo menos nos grupos sociais mais elevados e no que à parte masculina diz respeito, tal nem sempre acontecia⁶.

A poligamia tem raízes arcaicas, estando atestada em muitos povos antigos⁷. Frequentemente ligado ao poderio económico e político, o costume podia seguir práticas complexas. Por exemplo, o harém dos faraós egípcios, chefiado pela “esposa principal” ou “esposa-chefe”, era composto não apenas por “esposas secundárias”⁸, mas também por outras mulheres com quem o soberano não se unia matrimonialmente⁹; na China, o concubinato era uma tradição que se prolongaria até meados do século XX¹⁰.

No período do Império Romano, o concubinato era aceite como uma alternativa ao casamento formal¹¹. É, aliás, interessante considerar a perspetiva que, já no século XVIII, é apresentada por Joaquim Viterbo, reconhecendo a degradação do estatuto do concubinato nos tempos modernos:

Não foi antigamente tão infame este nome [concubina], como hoje se considera. A lei [romana] Papia Popêa, favorecendo a corrupção dos costumes, permittio os concubinatos, sendo entre uma só mulher, e um homem solteiros; porque isto era um matrimónio natural, e não solemne, e só segundo a vontade, e condição das pessoas (...) se a mulher não era dotada, ou pelo marido, ou pelo sogro, os filhos que nasciam d’este matrimonio se reputavam naturaes e não legítimos, e as leis não reputavam esta esposa senão como concubina¹².

⁵ Sottomayor-Pizarro & Sousa (2011, pp. 130-131).

⁶ De facto, foram inúmeros os casos em que homens casados tomaram barregãs para si. Apenas a título de exemplo, Sancho II e Afonso IV foram os únicos monarcas da Dinastia de Borgonha que não mantiveram relações concubinárias fecundas. O primeiro provavelmente por impossibilidade, e o segundo por opção. Cf. Calderón Medina (2011, p. 256), e Sottomayor-Pizarro (1997, p. 201).

⁷ Ghasarian (1999, pp. 111-113).

⁸ Araújo (2017, pp. 255-258).

⁹ Shaw (2012, pp. 48 e 91-94)

¹⁰ Ebrey (2002, p. 39).

¹¹ Treggiari (1981).

¹² Viterbo (1865).

Na Europa medieval, praticavam-se três tipos específicos de uniões entre um homem e uma mulher, herdados da tradição romana¹³: a *confarreatio*, o *usus* e a *coemptio*¹⁴. Embora a *confarreatio*, ou casamento formal, fosse claramente favorecida pela Igreja, foi provavelmente aquela que mais lentamente acabou por se implementar, uma vez que competia fortemente com a tradição bem estabelecida do *usus*, isto é, da *união livre* ou *coabitação* por vezes na sequência de um *casamento a furto*¹⁵. Por seu lado, a *coemptio* acaba por se dissolver no pagamento de arras ou dote entre as famílias dos nubentes, prática encorajada pela própria igreja desde a Alta Idade Média, fundindo-se assim no casamento cerimonial preconizado pela Igreja desde os tempos imperiais, mas cuja ritualização litúrgica não data de antes do século XI.

Contudo, nos séculos XII e XIII, entre a nobreza medieval ibérica, o concubinato tornou-se uma forma de reforço de relações entre linhagens ou entre uma linhagem e o rei, complementando o exercício de cargos administrativos por parte dos homens com a cedência de uma mulher da família ao monarca, dando origem a uma relação publicamente admitida e eventualmente fecunda.

Los nobles gobernaban las tenencias, ocupaban importantes cargos en la corte y participaban activamente como señores de la tierra en los acuerdos diplomáticos fronterizos firmados por los monarcas. Para sellar su alianza los nobles entregaron a sus hijas o hermanas al rey, lo que encarnaba un pacto de familia. Ellas representaban la fidelidad de sus parientes, garantizaban el servicio al rey y la permanencia de sus tierras en los límites de su reino, al tiempo que enaltecían el prestigio y el poder familiar, al aportar a su estirpe sangre real y generar una prole regia¹⁶.

1.1. A fronteira religiosa

O casamento ou união que transpunha fronteiras políticas e/ou religiosas, ocorrendo geralmente no seio da classe governante, era uma competição por poder, quer a estratégia subjacente fosse conciliatória, defensiva ou agressiva:

To give women in exchange for political protection and/or economic advantage involves accepting domination and profiting from its counterpart (...) Competition for women, however it may be conceptualised by the people themselves, is competition for power¹⁷.

¹³ Sobre o casamento romano, vd. Hersch (2010, p.26).

¹⁴ Entre 1108 e 1112, o bispo Bouchard de Worms publicou um decreto normativo que remetia, entre vários aspetos, para as várias formas de união de um casal. Cf. Duby (1981), Brooke (2005).

¹⁵ Mattoso (2009, pp. 65-77); Ghasarian (1999, pp.110-117); Brooke (2005); Duby (1981); Lévi-Strauss (1948), Marques (1981, pp. 115-116).

¹⁶ Vd. Calderón Medina (2018b). Aproveitando a citação desta autora, acrescentamos aqui uma curiosidade relativamente a uma das famílias sobre as quais a investigadora mais se debruçou: os Soverosa. Teresa Gil foi uma das mais famosas concubinas portuguesas do rei leonês Afonso IX (r.1188-1230). De acordo com António Brandão, a estima do rei por esta concubina seria grande ao ponto de o irmão desta, Martim Gil, sentir ciúmes. Cf. Brandão (1632, parte IV, p. 153).

¹⁷ Pitt-Rivers (1977), *apud* Barton (2015, p. 39).

A prática do concubinato era aceite pelo Corão, e na Península Ibérica árabe, o estatuto legal dos filhos das concubinas, na família califal, era idêntico ao dos filhos das esposas “legítimas”:

The institution of concubinage was recognized by the Qur’ān and came to enjoy popularity in all parts of the Islamic world, with the acquisition of *jawārī* widely regarded as an important status symbol. Islamic legal schools regulated the relationship between a man and his concubine and defined her rights closely. A concubine who bore a child to her Muslim master assumed the status of *umm walad* (mother of a child), which meant that she could not be sold, would enjoy permanent residence in her master’s household, and would be manumitted on his death, if not sooner; their child would be regarded as a free, legitimate heir, whose legal and social status was equal to that of any siblings born to their father’s free wives¹⁸.

No mundo cristão, o concubinato envolvendo mulheres de uma religião diferente (judias ou muçulmanas) não parece ter sido objeto de regulação específica. As *Siete Partidas*, compostas por Afonso X, rei de Leão e Castela (r. 1252-1284), não proíbem aos homens cristãos tomarem mulheres, livres ou escravas, como concubinas, desde que não fossem casadas, virgens, com menos de doze anos, ou viúvas de boa reputação, mas sem qualquer restrição no que respeita à respetiva religião¹⁹. Pelo contrário, o rei regulamentou o caso oposto: sabemos que se uma mulher cristã e um homem de outra fé fossem apanhados em flagrante, a mulher deveria ser queimada, e o homem atirado para a ravina mais próxima²⁰.

Como quer que seja, o concubinato foi, no contexto da Península Ibérica medieval, uma prática que veio a ser progressivamente reprimida, sobretudo a partir do século XIV, em que o casamento religioso se veio a tornar, efetivamente, a forma mais comum de união de um casal²¹.

¹⁸ O califa podia mesmo, em alguns casos, nomear filhos de concubinas como seus herdeiros ao invés dos filhos das esposas legítimas, sobretudo se tivessem sido cristãs. Foi o caso da pamplonesa Subh, cuja grande influência na corte de Córdoba lhe permitiu fazer do seu filho o sucessor do califa. Vd. Barton (2015, p. 33)

¹⁹ «*Canon lawyers might have denounced the practice, but the reality was that the taking of minority women—the majority of them slaves—as concubines (barraganas) was widespread. The Siete Partidas allowed a man to take a free woman or a slave as a concubine, with the proviso that he was not already married and she was not a virgin, or under twelve years of age, “or a widow who lives honourably and has a good reputation.” There is no indication in the code that the taking of a Jewish or Muslim woman as a barragana was outlawed*». Cf. Barton (2015, p. 59). O autor cita, em nota, *Las Siete Partidas*. Vd. Sánchez Arcilla-Bernal (ed. 2004, 4.14, 1-2)

²⁰ «*(...) the code included the stipulation that a Christian woman caught in flagrante delicto with a Muslim or Jewish man was to be burned at the stake, while her lover was to be hurled from the town’s cliffs.*». Cf. Barton (2015, p. 50).

²¹ Mattoso (2009, pp. 65-77).

1.2. Os filhos

A descendência resultante de relações extramatrimoniais foi aceite, pela sociedade, de formas diferenciadas, consoante se tratasse de uma união considerada simplesmente como não oficial, ou como adultério. Em Portugal, essa diferenciação não é muito frequente no âmbito documental²²; contudo, a historiografia atual tende a estipular o nome *bastardo* para filhos nascidos de uma relação extraconjugal, e *natural* para filhos nascidos de indivíduos solteiros²³. De qualquer forma, a responsabilidade da situação ilegítima da criança era, na maioria dos casos, atribuída aos pais, e não à própria, que era geralmente aceite como membro da família²⁴. Garantia-se, assim, o futuro da criança assegurando a sua integração completa na sociedade.

Na Península Ibérica, até ao século XIII, a família real geralmente incluía estes filhos ilegítimos como parte da família. Note-se, por exemplo, o afamado caso da rainha Teresa de Portugal (r. 1096-1128) e de sua irmã Elvira, filhas naturais de Afonso VI de Leão e Castela (r. 1065/1072-1109) e da sua concubina Jimena Muñiz:

E pues ouo el rei don Alfonso outra muller, qui ouo nomme Xemena Munnioz, et ouo/ en ella dos filla: la ifant dona Albira e la ifant dona Taresa (...) Est rei don Alfonso priso pues adu outra muller, la reina dona Costança/et ouo en ella una filla, la reina dona Urracha (...) ²⁵

O excerto, do *Liber Regum*, escrito genealógico navarro-castelhano de finais do século XII, é bastante claro no que concerne à abordagem da ilegitimidade das uniões de Afonso VI. *Aparentemente* não é tida em conta, muito embora os tratamentos de Jimena e Constança, ambas designadas como “muller” do rei, sejam diferentes, uma vez que, ao contrário da primeira, a segunda é intitulada rainha por essa fonte; além disso, a fonte não distingue, em termos de legitimidade, ou pelo menos de aceitação familiar, as filhas de cada uma: Teresa e Elvira, filhas de Jimena, são designadas “infantas” e para Urraca, filha de Constança e herdeira de seu pai, é antecipado o título de rainha.

Recuando duas gerações, encontramos um outro caso relevante: o de Ramiro I de Aragão (r. 1035-1063), filho ilegítimo de Sancho III de Pamplona (r. 1000-1035). Trata-

²² Os Livros de Linhagens atribuem indiscriminadamente a designação “*houve filho de barregã*” para quaisquer filhos ilegítimos. Cf., por exemplo, Mattoso & Piel (eds. 1980a, p. 33). No entanto, a chancelaria de Afonso III apresenta, nas legitimações, a designação de “*filho natural*”. Numa carta de legitimação dos filhos do cavaleiro Pedro Martins Vilarinho, estes são referidos como «*suos naturales filios*». Cf. Ventura & Oliveira (ed. 2006, Livro 1, Vol. 1, p. 455).

²³ José Augusto de Sottomayor-Pizarro é um dos investigadores que faz um uso cuidado de ambos os termos, aplicando-os nas respetivas situações. Cf. Sottomayor-Pizarro (1997). Para designações da época para os filhos ilegítimos, vd. Ventura (2011, pp. 115-116).

²⁴ Apesar disso, os filhos ilegítimos tinham carreiras diferentes, e podiam ter nomes que os distinguiam da alternância característica do “nome de linhagem” passado de avô a neto. Por exemplo, o filho ilegítimo de Mem Gonçalves I de Sousa chamou-se *Martim Mendes*, diferente da alternância corrente dos chefes de linhagem entre *Gonçalo* e *Mem*. Cf. Mattoso (2009, p. 65-77); Sottomayor-Pizarro (1997), p. 209.

²⁵ Cf. Cooper (1960, ed., p. 34).

se de um caso especialmente importante, se tivermos em conta que Pamplona é a origem do *Liber Regum* anteriormente citado:

(...) regno so fillo, el rei don Sancho el maior, en so logar./ e priso muller la filla del comte don Sancho de Castiella, qui dio los buenos fueros, dona Albira,/ la ermána del ifant Garcia, et ouo en ella dos fillos, el rei don Ferrando & el rei/don Garcia de Nagera (...) El rei don Sancho ouo un fillo d'outra muller, qui ouo nomne ifant don Remiro; e fo muit/bueno e muit esforçado, e por el saluamiento que fizo a so madrastra, la reina dona/Albira (...) ²⁶.

Uma vez mais, não encontramos, à parte da designação das mães – o nome da mãe de Ramiro não é sequer mencionado – qualquer diferença no tratamento entre o ilegítimo Ramiro e os seus dois meios-irmãos legítimos Fernando e Garcia. É possível que estivesse dentro dos propósitos da obra ocultar qualquer mancha de ilegitimidade que “quebrasse” o tronco sucessório que atribuía a Pamplona a ascendência de todos os monarcas peninsulares a partir da segunda metade do século XI, e esse era o caso das ilegitimidades de Ramiro e Teresa, dado estarem na origem dos correspondentes às Casas reais aragonesa e portuguesa, respetivamente. Pamplona podia de facto reivindicar este lugar ancestral, embora a descendência não tenha ocorrido sempre por linhas direitas.

Por outro lado, importa destacar que, ao longo do século XIII cristão, nenhum filho natural teve a relevância dos filhos ilegítimos de Sancho III de Pamplona e de Afonso VI de Leão e Castela, uma vez que apenas no século XIV encontraremos quebras de linhas legítimas nas famílias reais que elevarão ao trono linhagens oriundas de um bastardo régio.

Em contexto português, e embora não tivessem bens tão avultados como os dos filhos legítimos²⁷, os filhos naturais e/ou bastardos da Família Real eram motivo, não de divisão, mas de união: estes constituíram uma importante ferramenta estratégica para agregar, através do casamento, património nobiliárquico na Coroa²⁸. No meio aristocrático, acontece o inverso: os filhos ilegítimos podiam receber heranças como se fossem legítimos, como vimos no caso da dinastia real navarra, diminuídas em alguns exemplos, ou aumentadas, no caso de não existir descendência legítima²⁹.

²⁶ Cf. Cooper (1960, ed., pp. 36-37)

²⁷ Cf. Calderón Medina (2011, 2018a, 2018b) para Fernando II e Afonso IX de Leão, Fernando III e Afonso X de Leão e Castela; Mattoso (2006) para Afonso Henriques; Branco (2010) para Sancho I de Portugal; Vilar (2006) para Afonso II; Ventura (1992 e 2006) para Afonso III; Sottomayor-Pizarro (1997 e 2006) para Dinis.

²⁸ Casos de Urraca Sanches – filha de Sancho I – casada com Lourenço Soares de Ribadouro; Leonor Afonso – filha de Afonso III – unida em matrimónio ao Conde Gonçalo Garcia de Sousa; e Urraca Afonso, mulher de Pedro Anes de Riba de Vizela. Nenhuma destas três filhas bastardas de monarcas gerou descendência, o que trasladou o património dos maridos para a Coroa. Cf. Ventura (1992, pp. 75 e 426)

²⁹ Nos Sousas em particular, a tendência agnática demonstrada a partir do século XIII afastava estes filhos ilegítimos, mas não os deixava completamente desamparados: Martim Mendes Moela, filho ilegítimo de Mem Gonçalves I de Sousa, recebe propriedade junto dos irmãos. Nos Velhos, por exemplo, acontece o contrário: a falta de linhagem legítima delegava, em certos casos, os bens da família no filho

Quando a relação concubinária envolvia membros de diferentes fés – aqui mencionamos casos do mundo cristão – a diferença atribuída aos rebentos da relação refletia o estatuto mais ou menos aceitável da relação dos pais: se fossem resultantes de uma relação entre um homem cristão e uma mulher de outra fé, não era motivo de objeção; quando uma mulher cristã tinha um filho de um homem de fé diferente, era considerada de má reputação, e a criança poderia mesmo ser expulsa da sua comunidade³⁰.

1.3. Regulação da prática

Em Portugal, o reinado de Afonso IV (r. 1325-1357) foi um dos mais prolíficos em matéria de delimitação de regras em prol de uma sociedade maioritariamente monogâmica: sucederam-se legislações contra a barregania e o dito “casamento escondido”, com penas pesadas para os transgressores³¹. Um reinado bastante proveitoso, afinal, para os interesses da Igreja, que assistia, assim, a uma das primeiras concretizações dos seus propósitos relativos ao casamento religioso.

Ironicamente, foi no próprio seio familiar de Afonso IV que surgiu uma das mais conflituosas situações relativas a esta matéria: a célebre relação entre o seu filho Pedro e Inês de Castro.

2. Sancho I e o concubinato

Retornemos à questão que motivou esta reflexão: as condições e consequências do concubinato de Sancho I de Portugal.

Com a anulação, em 1194, do matrimónio da sua filha, a infanta Teresa, com Afonso IX de Leão (r. 1188-1230) o rei Sancho I de Portugal (r. 1185-1211) «(...) *puso en marcha una nueva estrategia política para asegurar la frontera, emparentando con la nobleza local.*»³²

Ao arripio do entendimento de vários historiadores mais recentes, como Maria João Branco³³ ou Inés Calderón Medina³⁴, declarava no seu tempo Carolina Michaëlis:

(...) de grande emotividade erótica, pagou [D. Sancho] farto tributo à galantaria do seu tempo. O leitor conhece duas das barreganas, por ele introduzidas no tálamo régio, *em vida* de dona Dulce de Aragão (...): D. Maria Ayres de Fornellos e

natural/bastardo. É o caso dos filhos de Gonçalo e Estêvão Pires Velho, que tiveram exclusivamente descendência ilegítima. Cf. Sottomayor-Pizarro (1997, Vol. I, pp. 209-222).

³⁰ Barton (2015, p. 59).

³¹ Sottomayor & Sousa (2011, pp. 131-132).

³² Calderón Medina (2018b, pp. 283-284).

³³ Branco (2010).

³⁴ Calderón Medina (2018a, p. 284).

D. Maria Paes Ribeira, assim como a preclara prole de ambas, reconhecidas em vida e na hora da morte por fartas doações³⁵.

A primeira concubina de Sancho I foi Maria Aires de Fornelos, aristocrata de origem galega, filha de Aires Pires, senhor de Torre de Fornelos, em Pontevedra – este, filho de Paio Vasques de Bravães, fundador do Mosteiro de Bravães e mordomo da Rainha Teresa de Portugal –, e de Maria Pais de Bravães, duas linhagens fronteiriças de grande importância³⁶. Desta senhora, o rei de Portugal veio a ter dois rebentos: Martim Sanches e Urraca Sanches. Esta senhora veio depois a desposar Gil Vasques I de Soverosa, com quem gerou Martim Gil e Teresa Gil de Soverosa. Em 1209, Maria Aires e os seus filhos receberam propriedades em Vila Nova das Infantas, que depois estes vieram a doar ao Mosteiro de Santo Tirso³⁷. Maria Aires redigiu testamento em 1212, devendo ter falecido pouco depois. Os quatro filhos de Maria Aires vieram a desempenhar papéis importantes na política dos reinos de Portugal e Leão.

A segunda concubina, Maria Pais Ribeira, chamada *Ribeirinha*, foi uma senhora de família de origem leonesa, e filha de Paio Moniz de Cabreira e Ribeira³⁸. Este último era um descendente de Elvira, irmã da rainha Teresa³⁹, a quem o monarca entregou a alferesia-mor em 1199⁴⁰. A sua mãe, Urraca Nunes de Bragança, era filha de Nuno Vasques de Bragança (família que controlava as regiões de Trás-os-Montes e Chaves) e Urraca Pires da Nóvoa, parente próxima dos Lima, o que a vinculava à terra galega de Limia⁴¹. Maria Pais, com quem o rei terá iniciado uma relação por volta de 1200⁴² – contrabalançando o favor que o parente desta, Fernão Fernandes de Bragança, estava a ter na corte leonesa⁴³ – concebeu dele seis filhos. Depois da morte do monarca, Maria Pais foi, segundo os Livros de Linhagens, raptada por Gomes Pais de Alvarenga⁴⁴. Esta senhora tinha recebido propriedade do monarca em Vila do Conde, em terra da Maia, onde passou a residir e a competir em influência com João Pires da Maia, então senhor da Maia⁴⁵. Tal como Maria Aires, também Maria Pais veio a concretizar, pouco depois,

³⁵ De notar que a notável filóloga estava, à época, convencida do enquadramento trovadoresco da corte de D. Sancho II, o que sabe, hoje em dia, não ser correcto. Cf. Vasconcelos (1990, p. 757); Miranda (2004).

³⁶ Calderón Medina (2018a, p. 284).

³⁷ Correia (2008, Vol. I, p. 343).

³⁸ É muito interessante notar que ambas as concubinas tinham ascendência familiar/parentesco no Reino de Leão. Poderia isto significar uma tentativa de aproximação do monarca português à esfera de poder leonesa? Cf. Calderón Medina & Ferreira (2013); Calderón Medina (2018a).

³⁹ Calderón Medina (2018b, p. 285).

⁴⁰ Calderón Medina & Ferreira (2013, p. 140).

⁴¹ Ferreira (2019, p. 542).

⁴² Calderón Medina & Ferreira (2013, p. 140).

⁴³ Calderón Medina (2018b, p. 285).

⁴⁴ Moreira & Ferreira (2019, p. 119).

⁴⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1935-57, Vol. 21, pp. 255-256).

um matrimónio canónico com o magnate galego João Fernandes de Lima, com quem teve também descendência. A ex-concubina de Sancho I ainda vendeu uma herdade a Afonso III de Portugal em 1253, mas deve ter falecido antes de 1258, uma vez que as Inquirições de 1258 indicam que Vila do Conde era dos seus netos⁴⁶.

Como podemos classificar, de acordo com os critérios de legitimidade da época, estas relações de Sancho I?

2.1. Natureza e datação

A primeira filha de dona Orraca Nunes houve nome dona Maria Paes Ribeira, *que foi molher d'el rei dom Sancho de Portugal*, e fege i dous filhos e duas filhas (...)

*Livro Velho de Linhagens, I, AO10*⁴⁷;

E esta Maria [Aires de Fornelos] *foi barregam d'el rei dom Sancho I de Portugal*, e fege nela (...)

*Livro de Linhagens do Deão, XIV, F9*⁴⁸;

E *filhou* el rei dom Sancho ãa dona *por amiga*, e houve dela dona Orraca Sanchez, e dom Martim Sanchez, o que casou com a condessa Dielho, filha de dom Pero Fernandez de Castro, o Castelão. / Morreo esta dona, e *filhou* el rei // outra dona a que a disserom a Ribeirinha, e houve dela Tareija Sanchez, e dom Gil Sanchez, e dona Costança Sanchez que jaz em Santa Cruz de Coimbra, e dom Rodrigo Sanchez

*Livro de Linhagens do Conde, VII, C2, C3*⁴⁹.

O *Livro Velho de Linhagens* é uma fonte que constitui uma faca de dois gumes: se por um lado permite conhecer com detalhe os membros da aristocracia portuguesa entre os séculos XI e XIII, por outro é necessária cautela na análise de alguns aspetos específicos, como a indicação dos antepassados mais remotos das famílias referidas. O Livro foi redigido na segunda metade do século XIII, período no qual a nobreza nele representada precisava de provar o seu prestígio e antiguidade, competindo com outras linhagens que iniciavam então a sua ascensão social⁵⁰. Um dos instrumentos utilizados era, precisamente, o esboço da respetiva ascendência, que, em determinadas ocorrências, era objeto de alterações mais ou menos profundas, por forma a aumentar a importância e estatuto dessas linhagens no seio da corte portuguesa.

Como se observa nos exemplos acima descritos, entre o *Livro Velho de Linhagens*, datado da segunda metade do século XIII, e o *Livro de Linhagens do Conde*, redigido em meados do século XIV, assiste-se a uma degradação do estatuto de barregania das

⁴⁶ Sottomayor-Pizarro (1987, p. 170).

⁴⁷ Mattoso & Piel (eds. 1980a, p. 38).

⁴⁸ Mattoso & Piel (eds. 1980a, p. 171).

⁴⁹ Mattoso & Piel (eds. 1980b, Vol. I, p. 127).

⁵⁰ Ventura (1992, pp. 471-508).

mulheres de Sancho I de Portugal. De «*mulher d'el rei*» no *Livro Velho*, passa-se a um mero objeto de rapto («*filhou por amiga*») no *Livro do Conde*, que reflete também a degradação social do estatuto da barregã a partir do século XIV⁵¹. Demonstra-se, no entanto, que uma «*mulher d'el-rei*» não detém o mesmo estatuto de uma rainha e, não sendo uma esposa legítima aos olhos da Igreja, revela assim o carácter não religioso da união. Desconhece-se qualquer tipo de celebração destas uniões.

A premissa da datação destas uniões para depois da morte da rainha Dulce, baseia-se, provavelmente, na sequência dada pelo *Livro de Linhagens do Conde*. Voltemos à citação desta obra:

(...) regnou seu filho dom Sancho (...) E foi casado com dona Aldonça, filha d'el rei d'Aragom (...) e morreu esta rainha dona Aldonça que houve estes filhos, e jaz em Santa Cruz de Coimbra. / *E filhou el rei* dom Sancho ua dona por amiga, e houve dela (...) *Morreu esta dona, e filhou el rei //* outra dona a que disserom a Ribeirinha⁵².

Porquê destacar a sequência cronológica das suas mulheres, além do respetivo estatuto social? Será possível que o Conde de Barcelos tentasse *atrasar* o início das relações do rei com as suas duas concubinas para depois da morte da rainha, por forma a atenuar o carácter ilegítimo das relações? Como vimos acima, uma relação de carácter concubinário apenas era legalmente reconhecida no caso ausência de laços matrimoniais por parte de ambos os membros do casal.

Em apoio da ideia acima esboçada, verifica-se que os nobiliários afirmam que D. Sancho não esteve com ambas simultaneamente, antes *uma a seguir à outra*. Algum tipo de simultaneidade de relações seria tão ilegítimo como afirmar que ambas as relações aconteceram durante a vida da rainha, pelo que, para confirmar a legitimidade de ambas as uniões concubinárias, nunca se poderia admitir que tinham ocorrido simultaneamente⁵³.

3. Problemas cronológicos: a criação de Rodrigo e Martim Sanches

A hipótese de as relações concubinárias do rei terem ocorrido depois da morte da rainha acarreta alguns problemas cronológicos importantes. Primeiro, é necessário ter como premissa indispensável que apenas treze anos separam as mortes dos membros do casal régio, durante os quais o rei teve pelo menos oito filhos.

⁵¹ Mattoso (2009, p. 55-63).

⁵² Mattoso & Piel (eds. 1980b, Vol. I, p. 127).

⁵³ O mesmo acontece, na verdade, com Afonso IX de Leão. As relações com as suas concubinas são sempre remetidas para períodos em que se encontra “solteiro” (a maioria delas posterior a 1204) e o rei é “fiel” a cada uma delas durante o período em que se encontram juntos. Cf. Calderón Medina (2011).

Pelo menos dois destes oito filhos canonicamente não legítimos, que desempenharam um papel fundamental no cenário político português da primeira metade do século XIII, não têm a cronologia do seu nascimento bem definida: Martim Sanches, filho de Maria Aires de Fornelos, que se exilou em Leão em 1218 e que, no ano seguinte, comandava um exército leonês contra Afonso II⁵⁴; e Rodrigo Sanches, filho de Maria Pais da Ribeira, que liderou, em 1245, os portugueses apoiantes do conde Afonso de Bolonha na guerra contra as forças de Sancho II, saindo derrotado no que foi o primeiro confronto das duas facções nas margens do rio Douro, onde viria a falecer⁵⁵.

A aceitar a versão do *Livro do Conde*, de que a relação do monarca com cada uma das barregãs durou pelo menos o tempo que decorre entre o nascimento destes filhos “ilegítimos”, teria de se esperar pelo menos até *circa* 1200 para o rei de Portugal iniciar a sua relação com Maria Pais Ribeira, sua segunda barregã (e que durou até à morte do monarca). Isto, por duas razões: por um lado, a relação é entendida como consequência da entrada de Paio Moniz, pai de Maria Pais, na corte portuguesa no ano anterior⁵⁶; por outro lado, assume-se o nascimento de Rodrigo Sanches se dá por volta de 1200⁵⁷.

A estimativa aparenta ser correta, até se perceberem algumas imprecisões...

3.1. Rodrigo Sanches

Rodrigo Sanches foi criado na Régua por Teresa Pires I de Bragança, primeira mulher do senhor de Baião, Afonso Ermiges⁵⁸. No entanto, nas Inquirições de 1258, Rodrigo Afonso, um dos filhos de Afonso Ermiges, é referido num testemunho, segundo o qual teria sido ferido por um *rei Sancho*⁵⁹. Mesmo se Rodrigo Afonso tivesse entrado na corte, isto é, tivesse “atingido a maioridade” (catorze anos) no último ano de reinado de Sancho I, tal idade colocaria o seu nascimento em 1197. Todos os dados poderiam estar em consonância, e Teresa Pires teria dado à luz o seu filho antes de criar Rodrigo Sanches por volta de 1200. No entanto, Rodrigo Afonso é filho da *segunda* mulher de Afonso Ermiges, Urraca Afonso de Ribadouro. Para Rodrigo Afonso nascer em 1197 e poder estar presente na corte no momento em que foi alvo da violência do rei, os pais teriam que estar casados, pelo menos, em 1197, implicando a morte, ou, pelo menos, a separação de Teresa Pires em data anterior. Assumindo que Teresa Pires de facto faleceu antes do segundo casamento do marido, ser-lhe-ia impossível a criação subsequente de Rodrigo Sanches.

⁵⁴ Calderón Medina (2018a, p. 128).

⁵⁵ Barroca (2013, p. 154).

⁵⁶ Calderón Medina (2018b, p. 284).

⁵⁷ Mário Barroca afirma que terá nascido nos inícios do século XIII. Vd. Barroca (2013, p. 152)

⁵⁸ Barroca (2013, p. 153); Branco (2010, p.40).

⁵⁹ «(...) *et dixit quod toda Villa Moura erat regi set scit quando tenebat riqushomo pro Rege et dixit quod dedit illam rex Domnus Sancius senex Roderico Alfonsi patri Alfonsi Roderici Remdamur pro firdis quas sibi fecit*». Cf. Basto *et al.* (ed. 1888-1977, p. 1159).

Sendo assim, podem colocar-se várias hipóteses:

a) *A ama do infante pode ser uma outra bragança diferente desta*⁶⁰. A outra Teresa Pires da família dos Braganços é Teresa Pires II, filha de Pedro Garcia de Bragança e sobrinha-neta de Teresa Pires I. Está documentada em meados do século XIII⁶¹, altura em que teria ocorrido, não só a relação concubinária com Lourenço Martins de Berredo, mas também a relação de semelhante estatuto com o infante leonês Afonso de Molina, geralmente atribuída à primeira e não à segunda Teresa Pires⁶². Tal como a primeira, também a segunda tinha uma relação próxima com as famílias fronteiriças que promoviam concubinatos com os monarcas portugueses e leoneses: Teresa Pires II era filha de Pedro Garcia de Bragança e Sancha Osores de Dubra, ramo dos Nóvoa, sendo também eles pertencentes à família de Celanova⁶³. A seguinte afirmação de Inés Calderón Medina não deixa de fazer sentido:

Teresa Peres era una mujer vinculada a la frontera, en las tierras de Chaves y Trás-os-Montes y emparentada con María Iohannes, la concubina del rey. Esta relación del infante Alfonso (de Molina) terminó con anterioridad a 1240 (...) ⁶⁴.

Assim, com uma tal divergência da cronologia em causa, torna-se muito pouco provável que tenha sido la a ama de Rodrigo Sanches.

b) *O rei que atacou Rodrigo Afonso não era Sancho I*. Apenas uma de duas testemunhas nas referidas Inquirições afirma que este rei era o rei *Sancho senex*; a outra *desconhece* qual foi o rei que feriu Rodrigo⁶⁵. Poderíamos pensar que se trataria, por exemplo, de uma confusão da primeira testemunha com o filho de Sancho I, Afonso II. De facto, Sancho I parece ter-se tornado, nos anos finais da sua vida, mais propenso a atos violentos⁶⁶ e, apesar de doente fisicamente, o filho Afonso II não terá mostrado os

⁶⁰ Mário Barroca nomeia a ama de Rodrigo Sanches como a Teresa Pires que foi barregã de Lourenço Martins de Berredo, sobrinho de Maria Pais Ribeira, i.e. Teresa Pires II. Contudo, o desfasamento entre este filho ilegítimo de Sancho I e a bragança é demasiado grande. A Teresa Pires que foi ama de Rodrigo Sanches deverá ter sido, desta forma, a primeira, que era prima em terceiro grau de Maria Pais. O ponto de convergência nas suas genealogias é Mem Fernandes I de Bragança. Cf. Barroca (2013); Sottomayor-Pizarro (1997, p. 235).

⁶¹ Sottomayor-Pizarro (1997, p. 231).

⁶² Este infante, Afonso de Molina, nasceu em 1202 e faleceu a 6 de janeiro de 1272, o que torna impossível uma relação com a primeira Teresa Pires de Bragança, que viveu no século XII, normalmente apontada como sua concubina. Cf. Sottomayor-Pizarro (1997, p. 235); Estepa Díez (2006).

⁶³ O avô de Sancha Osores, João Aires de Moeira, era irmão de Soeiro Aires de Valadares, unido em matrimónio a uma filha ilegítima de Afonso IX de Leão e Teresa Gil de Soverosa. Cf. Calderón Medina (2011); Ferreira (2019, pp. 342 e 546).

⁶⁴ Esta “Maria Iohannes” era Maria Anes de Lima, família que constituía um outro ramo da Casa de Celanova. Calderón Medina (2018b, p. 294)

⁶⁵ Basto *et al.* (ed. 1888-1977, p. 1161).

⁶⁶ Branco (2010).

mesmos sinais de instabilidade mental do pai⁶⁷. Além disso, no testemunho indica-se a expressão *senex* para o rei, usada para o distinguir de Sancho II, geralmente identificado como *frater istis Regis* (irmão deste rei [Afonso III, encomendador das Inquirições])⁶⁸. É, portanto, muito provável que o *rei Sancho*, se a testemunha estiver correta, se deva identificar com Sancho I.

c) *Urraca Afonso de Ribadouro terá sido a primeira e não a segunda mulher de Afonso Ermiges*. Faz aparentemente sentido, dada a urgência da recuperação da terra familiar de Baião, perdida pela família para Afonso Viegas de Ribadouro, pai de Urraca⁶⁹, e com a qual a cronologia concorda, pois Teresa Pires passaria a ser a segunda mulher de Afonso Ermiges e, conseqüentemente, Rodrigo Afonso teria já idade para estar na corte portuguesa ainda em tempo de Sancho I. Mas a ideia cai por terra quando consideramos os bens detidos pelos filhos de ambos os matrimónios. Os descendentes da bragança têm uma influência mais notória, quer em termos de património quer de carreira curial. Não era frequente os filhos de uma segunda esposa legítima terem maior poder patrimonial do que os da primeira. Além disso, a futura implantação territorial dos filhos do segundo casamento de Afonso Ermiges, desviada para a terra materna de Resende⁷⁰, e a sua escassa presença em terra paterna⁷¹ demonstram que os filhos de Urraca Afonso de Ribadouro não terão tido uma grande influência no território governado pelo pai. Desta forma, Urraca Afonso será a segunda mulher de Afonso Ermiges.

Esgotadas as alternativas aparentemente viáveis, resta apenas uma:

d) *Rodrigo Sanches nasce antes da morte da rainha Dulce (1198)*. É de facto a hipótese mais plausível, uma vez que permite que Teresa Pires I crie este filho de Sancho I antes da sua morte, que ocorre necessariamente antes do final do século, para que Rodrigo Afonso, filho da segunda mulher de Afonso Ermiges, possa ter sido protagonista do episódio referido com aquele monarca. Mas isto implica que o termo da relação com Maria Aires e o início da com Maria Pais Ribeira tenham ocorrido necessariamente em vida da rainha e, portanto, antes de 1198. A nomeação do pai de Maria como alferes pode surgir aqui, não como a causa, mas como a consequência deste relacionamento⁷².

3.2. Martim Sanches

⁶⁷ Vilar (2006).

⁶⁸ Basto *et al.* (ed. 1888-1977, p. 1159).

⁶⁹ Ventura (1992, p. 997).

⁷⁰ Freire (1903, p.14).

⁷¹ Rodrigues (2018, pp. 87 e 96)

⁷² Maria João Branco afirma que a relação pode ter começado “*pouco antes* ou pouco depois de seu pai, Paio Moniz da Ribeira, ter ascendido a alferes-mor de Sancho I”. Cf. Branco (2010).

Martim Sanches, nascido de Maria Aires de Fornelos, foi o mais velho e célebre dos filhos ilegítimos de Sancho I, tendo-se rebelado contra o meio-irmão, Afonso II de Portugal (r. 1211-1223), por volta de 1219, depois de se ter exilado no vizinho Reino de Leão no ano anterior⁷³.

A acreditar nos Livros de Linhagens, o seu nascimento em 1198, no período imediatamente após a morte de Dulce de Aragão, coloca-o com vinte anos quando surge pela primeira vez na corte leonesa, em 1218, onde veio a ter influência até à sua morte. De acordo com Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira:

Martim Sanches arrived in León at a young age and, because of this, was directed towards the highest military office in the kingdom, in which he could harness the power of his youth and all his natural abilities⁷⁴.

A aceitar estas premissas, e tendo em conta o referido anteriormente, isto é, que Rodrigo Sanches nasce antes da morte da rainha, poderia colocar-se a hipótese de Maria Aires ter sido a segunda concubina de Sancho I, mas tal ideia acarreta diversos problemas: sabe-se que Maria Pais foi a segunda concubina de Sancho porque foi a que recebeu mais tarde uma doação do monarca, em 1209, além do facto de que esta já era “viúva” quando se dá o tão celebrado episódio, de veracidade dúbia, do seu “rapto”⁷⁵.

Pela análise anterior do caso Rodrigo Sanches, naturalmente mais novo que Martim Sanches, dado que Maria Pais Ribeira foi a segunda concubina de Sancho I, é mais provável que Martim tenha nascido vários anos antes de 1198 e, portanto, muito antes da morte da rainha.

Aduzimos agora um elemento que vem no sentido de corroborar a nossa hipótese. Francisco Carvalho Correia descobriu, em Santo Tirso, um documento, datado de abril de 1175, no qual Maria Aires, e o seu marido, Gil Vasques de Soverosa, juntamente com os filhos que esta teve do rei, Martim e Urraca Sanches, doam três casais em Silvares, por intermédio do mosteiro, a Marina Pais e Vasco Pires, parentes de Maria Aires⁷⁶. A menos que o documento seja falso, isto implica que, neste ano, os filhos do rei eram já nascidos, mas ainda não o eram os de Maria Aires com Gil Vasques, o que parece indicar que o casamento destes teria ocorrido não muito tempo antes.

Esta questão leva-nos a aumentar a idade de Martim Sanches aquando da sua ida para a Galiza. Ensaaiemos esta ideia: consideremos, por um momento que Martim nasceu por volta de 1170, pelo que contaria cinco anos no documento de Santo Tirso. Em conse-

⁷³ Vilar (2006, p. 230).

⁷⁴ Calderón Medina & Ferreira (2014, p. 33).

⁷⁵ O caso de Maria Pais Ribeira não é único. Ainda dentro do cenário português, Elvira Anes da Maia é um outro caso digno de destaque e com muitas semelhanças ao caso de Maria Pais Ribeira. Teria sido esta dona verdadeiramente raptada, ou o ato é meramente fruto de uma fabricação dos linhagistas? Mesmo fora da Península Ibérica, existem outros casos de rapto cuja veracidade é dúbia, confirmando, que, mesmo em contextos distintos, o rapto na literatura tratar-se-ia de um instrumento/meio importante para uma ascensão social rápida. Cf. Pistono (1989); Barradas (1999); Miranda (2014); Bazán (2015).

⁷⁶ Correia (2008, vol. II, p. 21)

Cronologia	Propostas	Acontecimento-chave	Condições cronológicas
C		Sancho I enceta relação com Maria Aires	Documentada com os filhos que teve do rei em 1175
C1	(Antes de 1174)	Nascimento dos dois filhos de Sancho e Maria Aires (Martim e Urraca Sanches)	Documentados com a mãe e o padrasto em 1175
C2			
A	(1174/75?)	Sancho I separa-se de Maria Aires; Maria Aires c.c. Gil Vasques de Soverosa	Gil Vasques e Maria Aires documentados como casados em 1175
	1174	Sancho I c.c. Dulce de Aragão	
	1175	Doação ao Most. S. Tirso, por Maria Aires, Gil Vasques e os filhos (Martim e Urraca Sanches)	
	1185	Morte de Afonso Henriques; Subida ao trono de Sancho I	
B	(Depois de 1185)	Afonso Ermiges de Baião c.c. Teresa Pires de Bragança	As Inquirições de 1258 indicam que Sancho I ofereceu uma prenda de casamento ao casal.
B1, B2, B3, B4		Nascimento dos quatro filhos de Afonso e Teresa (Lopo, Ponço, Berengária, Sancha)	Depois de B
	1198	Morte de Dulce de Aragão, rainha de Portugal	
C	(Depois de 1198?)	Sancho I enceta relação com Maria Aires de Fornelos	Improvável; filhos com o rei documentados em 1175
C1, C2	(Antes de 1175?)	Nascimento dos dois filhos de Sancho e Maria Aires (Martim e Urraca Sanches)	Documentados com a mãe e o padrasto em 1175
D	(Depois de 1198?)	Sancho I enceta relação com Maria Pais	Provavelmente depois de C1 e C2. Pouco antes ou depois da entrada de Paio Moniz (pai de Maria Pais) na corte portuguesa
D1	(Antes ou depois de 1200? Antes de 1211)	Nascimento de Rodrigo Sanches (filho de Sancho I e Maria Pais)	Incerto. Possivelmente depois de B. Nascimento de Rodrigo Sanches atribuído a 1200 , mas estaria Teresa Pires de Bragança ainda viva neste ano?
D1.1		Criação de Rodrigo Sanches por Teresa Pires	
	1202	Nascimento de Gil Sanches (filho de Sancho I e Maria Pais)	
	1204	Nascimento de Constança Sanches (filha de Sancho I e Maria Pais)	
	1205	Nascimento de Teresa Sanches (filha de Sancho I e Maria Pais)	
D2, D3	[1205-1211]	Nascimento dos últimos filhos de Sancho e Maria Pais	
E	(Antes ou depois de 1200?)	Morte de Teresa Pires I de Bragança	Depois de D1.1
F		Afonso Ermiges c.c. Urraca Afonso	Depois de E
F1, F2	(Antes de 1211?)	Nascimento dos filhos de Afonso e Urraca (Rodrigo e Geraldo Afonso)	Depois de F; pelo menos 14 anos antes de G
G		Episódio da agressão a Rodrigo Afonso de Baião	Pelo menos 14 anos depois de F1/F2; Nas Inquirições de 1258, Rodrigo é ferido por um <i>rei Sancho senex</i>
	1211	Morte de Sancho I; ascensão de Afonso II	
H		Rodrigo Afonso c.c. Maria Gomes da Silva	Entre F1/F2 e H1/H2
H1, H2	(Antes ou depois de 1211?)	Nascimento dos filhos de Rodrigo Afonso e Maria Gomes (Afonso e Maria Rodrigues de Baião)	Depois de H. Estes filhos têm pelo menos 14 anos em 1233 , ano em que dividem os bens paternos.
I		Morte de Urraca Afonso; Rodrigo Afonso herda Resende	Depois de F1/F2; antes ou depois de G, H e H1/H2

J		Morte de Afonso Ermiges	Depois de F1/F2; antes ou depois de G, H e I
	1218-1219	Martim Sanches parte para a corte leonesa; Rebelião contra Afonso II	
	1223	Morte de Afonso II; ascensão de Sancho II	
K	(Antes de 1233)	Morte de Rodrigo Afonso	Depois de I

Tabela 1: Cronologia dos dados expostos no artigo. Cada letra corresponde a uma data desconhecida. A branco, as datas consideradas corretas. A amarelo, os acontecimentos sem datação atribuída. Ensaíamos já o reposicionamento da relação, a nosso ver, cronologicamente incorreta de Maria Aires de Fornelos (a rosa) para a nova posição (a verde). Outros acontecimentos poderão ser movidos consoante novas investigações. Para a tabela servimo-nos sobretudo dos dados expostos em Basto et al (1888-1977), Mattoso & Piel (1980a, eds.), Sottomayor-Pizarro (1997), Correia (2008), Branco (2010) e Calderón Medina (2018b).

quência, este magnata teria à volta de 48 anos quando ingressa na corte leonesa: já não era, definitivamente, um jovem inexperiente. À data da sua morte em 1227 contaria 56-57 anos, uma idade que não seria demasiado estranha para o período em que decorre a sua vida.

Sabemos que no ano seguinte à sua chegada à corte leonesa, Martim Sanches convence o rei de Leão a ceder o couto de Ervededo ao Arcebispo de Braga⁷⁷. A cedência, por parte do rei, a um pedido vindo de alguém tão jovem e novo na corte surge-nos como estranha, ao passo que já não o seria se este alguém, embora recentemente implantado no território leonês, tivesse já uma idade madura e a correspondente experiência. Deixamos, no entanto, esta questão em aberto.

Propor para o nascimento de Martim Sanches o ano de 1198 ou uma data posterior transportaria, em consequência, o nascimento de Rodrigo Sanches e, com ele, a morte de Teresa Pires I de Bragança, para o início do século XIII, cronologia que, como mostrámos acima, é inconsistente com os dados conhecidos.

Conclusão

A forma como o concubinato foir abordado ao longo dos tempos sofreu grandes alterações, na maior parte dos casos ditadas pelos princípios de ética social predominantes nos diferentes momentos de escrita. Se, nos séculos XII e XIII, a prática era comum e bastante aceite, o mesmo já não se pode dizer na transição para o século XIV e daí em diante, após as severas leis de conduta de Afonso IV de Portugal.

No que diz respeito às relações concubinárias de Sancho I, o seu carácter é tudo menos consensual, uma vez que são várias as evidências de que a rainha Dulce, tal como muitas suas homólogas, teve de conviver com a infidelidade do seu marido. A natureza da ilegitimidade dos filhos resultantes de cada uma das relações também deve ser repensada: se em 1175, um ano depois do casamento do ainda infante Sancho com Dulce de Aragão, surge já Maria Aires de Fornelos com os seus filhos tidos do rei, isto significa que esta primeira relação terá tido contornos semelhantes à de Afonso VI de

⁷⁷ Calderón Medina & Ferreira (2014, p. 34).

Leão e Castela e Jimena Muñoz: a relação concubinária entre Sancho I e Maria Aires terá tido lugar num momento em que eram ambos ainda solteiros, tendo-se a separação dado para que o herdeiro do trono português pudesse casar com a infanta Dulce de Aragão (1174), enquanto Maria Aires casa, pouco depois, com Gil Vasques de Soverosa, ao lado de quem surge em 1175.

Por outro lado, a relação de Sancho com Maria Pais Ribeira revela ser extraconjugal, uma vez que, como vimos acima, o nascimento de Rodrigo Sanches, filho de ambos, em data posterior à morte da rainha tornaria impossível que este tivesse sido criado por Teresa Pires I de Bragança.

Consideramos ter contribuído para apresentar uma alternativa às inexactidões cronológicas subsequentes à prática de concubinato de Sancho I apenas depois da morte de Dulce de Aragão, e que derivam, na verdade, da falta de consideração da coerência do contexto das outras personagens ligadas aos protagonistas deste nosso pequeno trabalho. O ambiente em que se nasce, vive e morre, bem como o espectro social, constituem uma dimensão fundamental na abordagem da biografia de uma personalidade histórica relevante.

Atualmente, é ainda difícil para um investigador não se vergar perante a parcialidade generalizada do discurso histórico instituído, acabando por não trazer qualquer novidade ao conhecimento das realidades pretéritas. Contudo, a maior diversidade cultural que marca os nossos dias leva a admitir com maior naturalidade diferentes formas de comportamento social, qualquer que seja o espectro espaço-temporal considerado, permitindo um olhar mais aberto na análise de matérias delicadas, como a barregania, e o seu estudo imparcial com resultados adequados e rigorosos.

Referências:

Fontes impressas:

Azevedo, Rui; Costa, Padre Avelino de Jesus & Pereira, Marcelino Rodrigues (ed., 1979), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra.

Basto, João Pedro da Costa *et al* (ed. 1888-1977), *Inquisitiones (Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum)*, Fascículos III a IX, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa. URL: <http://purl.pt/12270> [consultado a 03/02/2020].

Cooper, Louis (ed. 1960), *El Liber Regum. Estudio Linguistico*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.

Mattoso, José & Piel, Joseph (ed. 1980a), *Livros Velhos de Linhagens (Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum, Nova Série, tomo I)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Mattoso, José & Piel, Joseph (ed. 1980b), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum, Nova Série, Tomo II)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2 voll.

Moreira, Filipe Alves & Ferreira, João Paulo Martins (ed. 2019), *Livro de Linhagens do Deão (Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Sánchez Arcilla-Bernal, José (ed. 2004), *Las Siete Partidas: el libro del fuero de las leyes*, Madrid, Reus.

Ventura, Leontina & Oliveira, António Resende de (ed. 2006), *Chancelaria de D. Afonso III*, 3 voll., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Estudos:

Araújo, Luís Manuel de (2017), *Os Grandes Mistérios do Antigo Egipto*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Barradas, Aurélio Paulo (1999), *O Rapto na Nobreza Galego-Portuguesa. Testemunho dos Livros de Linhagens*, Braga, Universidade do Minho, 2 voll.

Barroca, Mário Jorge (2013), «As quatro faces de Rodrigo Sanches», *Portugália – Nova Série*, 34, pp. 151-189.

- Barton, Simon (2015), *Conquerors, Brides and Concubines: interfaith relations and social power in Medieval Iberia*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Bazán, Iñaki (2015), «Quelques remarques sur les victimes du viol au Moyen Âge et au début de l'époque moderne», in Garnot, Benoît (dir.), *Les victimes, des oubliées de l'histoire?*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 433-444. URL: <https://books.openedition.org/pur/18641> [consultado a 19/04/2021].
- Branco, Maria João Violante (2010), *D. Sancho I*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Brandão, António (1632), *Monarquia Lusitana*, 5 voll., Lisboa.
- Brooke, Christopher (2005), *O Casamento na Idade Média*, Lisboa, Europa-América.
- Calderón Medina, Inés (2011), «Las otras mujeres del rey. El concubinato regio en el reino de León (1157-1230)», in *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 255-287. URL: [https://ifilosofia.up.pt/proj/admins/smelps/docs/10%20Calderon%20Concubinas%20\(pp.%20255-287\).pdf](https://ifilosofia.up.pt/proj/admins/smelps/docs/10%20Calderon%20Concubinas%20(pp.%20255-287).pdf) [consultado a 03/10/2020].
- Calderón Medina, Inés (2018a), *Los Soverosa. Una parentela nobiliaria entre tres reinos: poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*, Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid.
- Calderón Medina, Inés (2018b), «El concubinato regio en la definición de la frontera galaico-portuguesa (s. XII-XIII)», in Arias Guillén, Fernando; Martínez Sopena, Pascual (coords.), *Los Espacios del Rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*, Bilbao, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 275-304.
- Calderón Medina, Inés & Ferreira, João Paulo Martins (2013), «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular», *Revista Portuguesa de História*, 44, pp. 123-152.
- Calderón Medina, Inés & Ferreira, João Paulo Martins (2014), «Beyond the Border. The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», *e-Journal of Portuguese History [online]*, II (1). URL: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/June_14.html [consultado a 17/03/2022].
- Correia, Francisco Carvalho (2008), *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chao de uma história milenária*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Duby, Georges (1981), *Le chevalier, la femme et la prêtre*, Paris, Hachette.

- Ebrey, Patricia Buckley (2002), *Women and the Family in Chinese History*, Oxford, Routledge.
- Estepa Díez, Carlos (2006), «Frontera, nobleza y señoríos en Castilla: el señorío de Molina (siglos XII-XIII)», *Studia historica. Historia medieval*, 24, pp. 15-86.
- Ferreira, João Paulo Martins (2019), *A Nobreza Galego-Portuguesa na Diocese de Tui (915-1381)*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudos Gallegos Padre Sarmiento.
- Figanière, Frederico Francisco de la (1859), *Memorias das rainhas de Portugal: D. Teresa – Santa Isabel*, Lisboa, Typographia Universal.
- Freire, Anselmo Braamcamp (1903), «A Honra de Resende», *Arquivo Historico Portuguez*, pp. 10-72.
URL: <https://archive.org/details/arquivohistoric02pessgoog> [consultado a 21/06/2021].
- Ghasarian, Christian (1999), *Introdução ao Estudo do Parentesco*, Lisboa, Terramar.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1935-1957), Vol. 21 (Penin-Pisot), Lisboa, Editorial Enciclopédia.
- Hersch, Karen K. (2010), *The Roman Wedding: Ritual and Meaning in Antiquity*, Cambridge University Press.
- Lévi-Strauss, Claude (1949), *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Marques, António Henrique de Oliveira (1981), *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Editora Sá da Costa.
- Mattoso, José (2006), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José (2009), *Naquele tempo: ensaios de história medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José (dir., 2011), *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. I – *A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2004), *Aurs Mesclatz na Argen: Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*, Porto, Edições Guarecer.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2014), *Os Trovadores e o rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, Estratégias Criativas.
- Pistono, Stephen (1989), «Rape in Medieval Europe», *Atlantis*, 14 (2), pp. 36-43.

- Pitt-Rivers, Julian (1977), *The Fate of Shechem, or the Politics of Sex: Six Essays in the Anthropology of the Mediterranean*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Rodrigues, Miguel Hugo Marques (2018), *Família e património fundiário: o exemplo dos de Baião nos séculos XII e XIII*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
- Shaw, Garry J. (2012), *The Pharaoh, Life at Court and on Campaign*, Londres, Thames and Hudson, pp. 48 e 91–94.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1987), *Os Patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e estrutura da família nobre*, Porto, Universidade do Porto.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto (2006), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto; Sousa, Bernardo de Vasconcelos e (2011), «A família: estruturas de parentesco e casamento» in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. I – *A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 127-133.
- Treggiari, Susan (1981), «Contubernales in Cil 6», *Phoenix*, 35 (1), pp. 42–69. DOI: <https://doi.org/10.2307/1087137> [consultado a 24/04/2025].
- Vasconcellos, Carolina Michaelis de (1990), *Cancioneiro da Ajuda*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ventura, Leontina (1992), *A nobreza de corte de Afonso III*, 2 voll., Coimbra, Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).
- Ventura, Leontina (2006), *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Ventura, José Leontina (2011), «A família e o léxico» in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. I – *A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 98-126.
- Vilar, Hermínia (2006), *D. Afonso II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa (1865), *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases Antiquadas da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Editor A. J. Fernandes Lopes.

Autor:

Rute Russo

up201404759@edu.lettras.up.pt

Título:

FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA E A AUTORIA DA CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA: UMA REFLEXÃO

Resumo:

Este artigo procura analisar a autoria da Crónica da Tomada de Ceuta, uma questão que tem vindo a dividir a historiografia portuguesa. Partindo de uma metodologia comparatista e interdisciplinar, analisaremos a crónica no nível estrutural, temático e ideológico, contrastando-a com a obra de Fernão Lopes e procurando assim aclarar o debate sobre a autoria de um dos textos históriográficos mais importantes do século XV.

Palavras-chave: Crónica da Tomada de Ceuta; Fernão Lopes; Gomes Eanes de Zurara; Ceuta; crónicas medievais; expansão portuguesa; autoria

Abstract:

This article aims to analyse a divisive question that remains in the Portuguese historiography, that is the authorship of the *Chronicle of the Siege and Capture of Ceuta*. From a comparatist and interdisciplinary starting point, we will analyse the chronicle's structure, themes and ideology. By contrasting it with Fernão Lopes's work, we will seek to clarify the debate surrounding one of the most important historiographical texts of the XV century.

Keywords: Chronicle of the Siege and Capture of Ceuta; Fernão Lopes; Gomes Eanes de Zurara; Ceuta; medieval chronicles; Portuguese expansion; authorship

Plano:

Estado da arte

A Crónica da Tomada de Ceuta: as fontes, as imagens, os temas e o discurso

Zurara ou Fernão Lopes? A autoria da Crónica da Tomada de Ceuta: debate e reflexão

Conclusões

Como citar este artigo:

Rute Russo, «Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e autoria da *Crónica da Tomada de Ceuta*: uma reflexão», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 109-157.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a7>

FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA E A AUTORIA DA *CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA*: UMA REFLEXÃO

Rute Russo
(CITCEM-FLUP)
Bolsreira de Investigaçãõ FCT

Este artigo tem como objetivo analisar a autoria da *Crónica da Tomada de Ceuta* (CTC)¹. Apesar de ser uma obra tradicionalmente atribuída a Gomes Eanes de Zurara, não raro a sua autoria tem sido posta em causa em prol de uma hipótese lopesiana. O espaço e cronologia em estudo serão o reino de Portugal e o Norte de África no século XV. A fonte é a CTC na edição de Francisco Esteves Pereira². O objetivo deste artigo é, como dissemos, analisar a autoria da CTC. Para tal, iremos analisar os temas, o discurso, as fontes e as estratégias literárias usadas, de forma a responder às seguintes questões: quais as temáticas principais na CTC? Quais as principais personagens? Que objetivos nortearam a sua escrita? Que fontes foram utilizadas? Quem é o autor da CTC, Zurara ou Fernão Lopes? Pretendemos fazer uma análise da autoria da CTC, cruzando os diversos estilos, discursos e uso de fontes nos dois cronistas, numa metodologia marcadamente comparatista e interdisciplinar.

Estado da arte

Gomes Eanes de Zurara nasceu em 1410 (?) e morreu em 1474 (?)³. Foi cronista régio, Guarda-Mor da Torre do Tombo e Guarda-Conservador da Livraria Real. Desde cedo frequentou a corte de Afonso V, na qual obteve a sua educação. A sua formação escolar foi tardia, tendo começado a partir dos 14 anos⁴. Este é um fator que se refletirá na sua obra, tanto ao nível estético como ideológico. Zurara foi feito cavaleiro da Casa

¹ Este trabalho decorre da nossa investigação inserida na bolsa de doutoramento FCT, Refª 2020.06195.BD. O nosso projeto de doutoramento intitula-se “A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica” e conta também com o apoio da FCT, MCTES, UE, FSE e NORTE 2020.

² Pereira (ed. 1915).

³ Pereira (ed. 1915, caps. XIV e LX).

⁴ Pereira (ed. 1915, caps. XI-XVI). Segundo Maria Cabanas, Zurara terá frequentado a universidade porque ele sugere no capítulo X da CTC que aprendeu Lógica e Dialética segundo as Súmulas de Pedro Hispano que então se usavam no ensino. Ver Cabanas (2004, p. 1699).

Real e comendador da Ordem de Cristo⁵. A filiação nesta ordem colocou-o na esfera de influência do Infante D. Henrique, que se tornará a figura primordial de toda a sua obra. O Navegador foi administrador da Ordem de Cristo desde 25/5/1420, mantendo-se no cargo até morrer em 13/1/1460⁶. A produção historiográfica de Zurara decorre entre os anos de 1449 e 1468, durante a velhice do Infante. Zurara acentua este detalhe quando refere a propecta idade que D. Henrique tinha quando o entrevistou para a elaboração da CTC, *circa* 1449. O Infante será um dos testemunhos chave que o cronista usará, nomeadamente na reconstrução dos debates sobre o ataque a Ceuta. Veja-se:

por que nos começamos descreuer trinta e quatro annos depois da sua tomada, e afora os jmpedimentos que ao diante seram contados, no dito tempo faleceram casi a mayor parte das autorizadas pessoas que forom no conselho...e os que ficaram per que tínhamos rrezam. eram tam grandes senhores os quaaes polia excelência de seu estado forom sempre tam ocupados que perderam lembrança de muy gram parte das circunstancias daquellas cousas, mayor mente que o principal destes era o Iffante Dom Anrrique. o qual foy sempre tam ocupado nos feitos do rreino... Porem tomando alguús pedaços que ficaram apegados nas paredes do entendimento deste senhor cheas de muy grandes cuidados e çercadas de feitos estranhos com alguúas migalhas que de fora apanhamos, trabalharemos de fazer cousa que pareça jnteira segundo a forma do processo que se segue⁷

O príncipe torna-se assim uma das principais, senão mesmo a principal fonte da CTC. Zurara afirma que a maioria das testemunhas já tinham falecido quando ele começou a escrever e por isso D. Afonso V sentiu a urgência de mandar compilar a história dos feitos de Ceuta⁸. A idade avançada do infante e a sua consequente memória fraca são utilizados pelo cronista como justificações para eventuais lapsos que a obra possa conter, nomeadamente no esquecimento de algumas pessoas e feitos notáveis⁹. Quando Zurara começa a escrever a CTC em 1449, Fernão Lopes é ainda cronista-mor. Este facto é um dos argumentos apontados, entre outros, para defender a autoria lopesiana da obra. Em 1454, Zurara é nomeado cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo, substituindo Fernão Lopes nos dois cargos sob o argumento que este último era já demasiado idoso¹⁰. O velho cronista continuará a usufruir até aos últimos

⁵ Pereira (ed. 1915) cita a carta, datada de 29/3/1451, em que D. Afonso V dá uma tença anual de 6000 reais brancos a Zurara que designa já como cavaleiro da sua casa e cronista. Contudo a data exata da elevação de Zurara ao estatuto de cavaleiro é desconhecida, mas será já antes de 1451, ver Pereira (ed. 1915, caps. XXV-XXVI). A mesma questão emerge para a data em que o cronista foi comendador da Ordem de Cristo, porque segundo Pereira perderam-se os registos desta Ordem, mas já na *Crónica da Guiné*, datada de 1453, Zurara se designava como «Per vossa mercee cavalleiro e comendador da Ordem de Xpõ.»; ver Pereira (ed. 1915, cap. XXVIII, nota de rodapé nº 2).

⁶ Sousa (2015, cap. 3); Sousa (2015, cap. 7).

⁷ Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 11).

⁸ Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 12).

⁹ Ver citação da nota 7 e Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 13-14).

¹⁰ Ver a carta da substituição de Fernão Lopes em Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977, cap. LVIII).

dias de uma tença régia outorgada pelo rei ainda em 1449¹¹. Em 1453, Gomes Eanes de Zurara escreveu a *Crónica dos Feitos da Guiné* (CG)¹². Em 1463, começou a escrever a epopeia da família Meneses, relato que se divide em duas partes. A primeira parte é a *Crónica de D. Pedro de Meneses* (CPM) e conta os feitos do capitão de Ceuta e, em boa medida, continua a matéria onde a CTC parou. A segunda parte é a *Crónica de D. Duarte de Meneses* (CDM), produzida em 1468, que gira em torno de D. Duarte de Meneses, que morre em Benacofu para salvar a vida de D. Afonso V¹³.

Fernão Lopes nasceu em Lisboa em 1380 e morre em 1460 (?)¹⁴. Foi um notário e tabelião. Foi também escrivão da puridade do Infante Santo. O seu filho, Martinho, era médico-assistente do Infante D. Fernando e com ele foi capturado em Tânger, perecendo no cativo de Fez¹⁵. Em 1419, sob a tutela de D. Duarte e já como guardamora da Torre do Tombo, escreve a *Crónica de Portugal de 1419* (CP1419), um texto que abarca os reinados desde Afonso Henriques até Afonso IV¹⁶. Fernão Lopes é nobilitado em 1433 e passa a receber uma tença vitalícia¹⁷. Entre 1434 e 1449 escreveu a sua célebre trilogia, composta pela *Crónica de D. Pedro I* (CDP) escrita em 1434, após a qual escreveu a *Crónica de D. Fernando* (CDF) e a *Crónica de D. João I parte 1* (CDJ1) até sensivelmente 1443; e por fim escreveu a *Crónica de D. João I parte 2* (CDJ2) entre 1443 e 1449¹⁸. Estas crónicas abarcam o período entre 1357 e 1411, respetivamente os reinados de D. Pedro I, D. Fernando e de D. João I até essa data.

Ao longo da história, a disputa da autoria da CTC é reforçada pelas dúvidas que persistem quer sobre a atribuição de outras obras de Zurara, quer sobre os escritos de Fernão Lopes. Por exemplo, a autoria zurariana da CG tem sido questionada ao longo do tempo, defendendo-se que se trata da refundição de uma obra de Afonso Cerveira. Costa Pimpão e Torquato de Sousa Soares defendem que a CG foi produto da fusão de dois textos distintos, um livro dos feitos do Infante D. Henrique, da autoria de Zurara e uma crónica dos feitos da Guiné de Afonso Cerveira, hoje perdida¹⁹. Já no tocante a Fernão Lopes, a autoria hipotética da CTC junta-se aos debates sobre a atribuição da CP1419 e de partes das crónicas de D. Duarte I e de D. Afonso V. Este questionamento

¹¹ D. Afonso V confere uma tença de 500 reis a Fernão Lopes até ao fim da vida, carta de 11/1/1449, ver Pereira (ed. 1915, cap. XXX).

¹² Santarém (ed. 1841); Bertoli (2010, p. 39).

¹³ Brocardo (ed. 1997); King (ed. 1978). Este último editor da CDM aponta que Duarte Meneses morreu em 1464. Cf. King (ed. 1978, p. 36).

¹⁴ Monteiro (1988, p. 39).

¹⁵ Saraiva (1960, pp. 13-15); Monteiro (1988, p. 73).

¹⁶ Calado (ed. 1998). Ver também Moreira (2013).

¹⁷ Monteiro (1988, p. 73).

¹⁸ Macchi & Amado (ed. 2007); Macchi & Amado (ed. 2004); Amado, Nunes & Costa (ed. 2017); Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977). Ver Amado (1997, p. 53) e Sousa (2005, p. 10).

¹⁹ Figueiredo (2005, p. 25); Soares (1960, p. 302).

é alimentado pela atribulada história da preservação manuscrita das crónicas de Zurara. A título de exemplo, a CG esteve “desaparecida” desde o século XVI até ser redescoberta por Fernando Dinis, que achou um manuscrito da obra na Biblioteca Real de Paris²⁰. As outras crónicas de Zurara conhecem variações nos seus manuscritos, sendo que nenhuma tem um texto completo, estando em falta capítulos inteiros²¹.

Estas polémicas em volta das outras crónicas de Zurara alimentam o campo dos que questionam a atribuição da CTC ao cronista, considerando que pelo menos uma das suas obras, a CG, tem uma autoria discutível. Torquato Soares defende que Zurara utilizou alguns materiais para uma terceira CDJ que Fernão Lopes teria já escrito, tendo a aprovação do cronista-mor para tal²². Francisco Esteves Pereira defende que a feitura da CTC arrancou antes de 1449, porque seria difícil escrever uma obra complexa em apenas um ano e que o autor terá feito uso de materiais de outros cronistas²³. No século XVI, Damião de Góis questionava a autoria da CTC que atribuía a Fernão Lopes²⁴. António José Saraiva defende que Fernão Lopes ainda estava a terminar a trilogia quando se dá Alfarrobeira e que, após a batalha, foi afastado da tarefa de continuar a CDJ, tendo sido Zurara a escrever a CDJ3/CTC²⁵. J. Gouveia Monteiro aponta que Zurara começou a escrever a CTC usando textos já escritos por Fernão Lopes, quiçá capítulos inteiros²⁶. Ou seja, Zurara continuou e ampliou uma redação embrionária da CTC escrita pelo então cronista-mor. Luís Filipe Lindley Cintra defende que a CTC tem algumas das mais belas passagens do século XV em Portugal, lembrando o estilo de Fernão Lopes, colocando o autor a questão de saber se Zurara não começou a escrever a CTC usando materiais do então cronista-mor e trabalhando sobre a sua supervisão²⁷.

Por outro lado, o questionamento da autoria de algumas obras de Fernão Lopes alimenta o debate sobre a CTC. Com exceção da *Crónica do Condestável* (CC), cuja autoria lopesiana é hoje descartada de forma quase universal, o mesmo não se pode dizer sobre a autoria da CP1419 e de partes das crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V²⁸. Damião de Góis defendia que Fernão Lopes escrevera a *Crónica de D. Duarte*, exceto

²⁰ Katuscia Barbosa aponta como João de Barros e Bartolomeu de las Casas referem ainda a existência da CG, mas pouco depois a obra desaparece; ver Barbosa (2017, p. 51).

²¹ Larry King diz que a CDM original teria 156 capítulos, dos quais 38 se perderam e 28 estão incompletos. Ver King (ed. 1978, pp. 27-29).

²² Soares (1960, p. 292).

²³ Pereira (ed. 1915, cap. XXI).

²⁴ Guimarães (2019, pp. 120-121).

²⁵ Saraiva (1960, p. 169).

²⁶ Monteiro (1988, p. 81).

²⁷ Ver Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977).

²⁸ Monteiro (1988, p. 98) argumenta como a confrontação do texto interno da CC com a trilogia torna ilógica uma autoria lopesiana. Entre os poucos autores a defender a posição contrária esteve Braancamp Freire, que a sustentou, segundo Monteiro, apenas pela admiração que nutria por Fernão Lopes, que tinha

o debate sobre Tânger e o enterro que D. João I que atribuiu a Zurara. No tocante à *Crónica de D. Afonso V*, Damião de Góis afirma que Zurara escrevera até à tomada de Arzila em 1471²⁹. Já João de Barros afirmava que Zurara era o autor da *Crónica de D. Duarte* e de *D. Afonso V* até Alfarrobeira, e que mais tarde Rui de Pina fez emendas e adições às obras que ficaram assim sendo suas³⁰. A intertextualidade praticada entre os cronistas medievais, assim como a prática recorrente de refundição e ampliação de textos históricos, gerou um permanente questionamento da autoria de várias das crónicas régias. O debate sobre a autoria da CTC insere-se nesta problemática. Contudo, pela limitação de tempo e espaço, a nossa análise centrar-se-á apenas no debate sobre a autoria da crónica em questão.

A Crónica da Tomada de Ceuta: as fontes, as imagens, os temas e o discurso

A CTC foi escrita em 1449-1450 e tem 105 capítulos³¹. Tendo como pano de fundo a conquista de Ceuta em 21/8/1415, esta obra é uma crónica régia que conta os feitos do reinado de D. João I a partir de 1411, a data em que se detivera a CDJ de Fernão Lopes. Esta data corresponde ao Tratado de Ayllon, que definia os termos de uma paz mais duradoura com Castela. A crise dinástica de 1383-1385 continuava a ser um pomo de discórdia entre Portugal e Castela, mas em 1411 o contexto geopolítico exigia uma acalmia da tensão. Castela vivia uma situação de menoridade régia de Juan II, estando a regência a cargo de D. Catarina de Lencastre, mãe de Juan II, irmã de D. Filipa de Lencastre e do infante D. Fernando de Antequera³². Devido ao parentesco entre D. Filipa e D. Catarina e à menoridade do rei, gerou-se um contexto favorável a um desanuviamento que culminou no tratado de 1411³³. Zurara recria os debates internos sobre este acordo, frisando a sua importância ao libertar Portugal para o ataque a Ceuta, pois só assinando a paz com Castela foi possível pensar na empreitada de Ceuta. Caso contrário, seria impensável manter, do ponto de vista logístico e financeiro, duas frentes de guerra em simultâneo³⁴.

Zurara faz uso de várias estratégias literárias para criar emoção e transmitir mensagens, nomeadamente a alegoria, a metáfora, analepses, prolepses, o diálogo

copiado partes inteiras da CC na trilogia. Para poupar o cronista a acusações de plágio, Freire defendeu a autoria lopesiana. Para a autoria da CC ver também Cidade (1931).

²⁹ Guimarães (2019, p. 129).

³⁰ Guimarães (2019, p. 129).

³¹ Pereira (ed. 1915, cap. CIX-CIV). Zurara refere que acabou a CTC em Silves a 25/3/1450 sendo D. Afonso V rei havia 11 anos e 205 dias. Ver Pereira (ed. 1915, cap. CV, p. 275).

³² Duarte (2015, pp. 21-25).

³³ Pereira (ed. 1915, cap. V, pp. 16-18).

³⁴ Pereira (ed. 1915, cap. V, pp. 16-18)

intimista com o leitor e os episódios oníricos³⁵. Neste último âmbito, destacam-se as profecias mouras sobre a conquista lusa de Ceuta e os sonhos premonitórios de D. Filipa sobre o futuro dos filhos. O recurso às analepses não é tão vincado em Zurara como fora em Fernão Lopes, porque o primeiro adota uma estrutura cronológica mais convencional, por assim dizer, que o segundo. Fernão Lopes subordinou não raras vezes a cronologia à temática, recorrendo abundantemente às analepses, prolepses e entrelaçamento³⁶. Já Zurara não fez tanto uso destas estratégias literárias, porque preferiu uma estrutura cronológica sequencial, com exceções pontuais. Ou seja, subordinou a temática à cronologia, preferindo por vezes sacrificar a narração de alguns eventos, mantendo assim uma coerência cronológica³⁷. J. Guimarães aponta que Zurara adota o conceito de «*brevitas*» na sua historiografia, tentando cingir-se aos factos essenciais para não sobrecarregar o público³⁸. Em virtude disto, o cronista desculpa-se por não citar alguns personagens e eventos³⁹.

A CTC é uma crónica régia não-convencional do ponto de vista temático, porque se centra fundamentalmente num grande episódio histórico do reino, relegando outros tópicos para um segundo plano de interesse, mas é uma crónica convencional do ponto de vista cronológico. Um traço constante na CTC é o diálogo do cronista com o leitor, partilhando sistematicamente reflexões de cariz filosófico ou sobre o *metier* histórico. Zurara, não raras vezes, explica-se perante o leitor sobre questões como o domínio do testemunho do infante D. Henrique enquanto fonte na sua obra. Ou quando responde aos que o criticam por não mencionar algumas personagens ou eventos importantes «E quem quiser escrever os falamentos de todos seria huía cousa defusa ou mais dereitamente jmpossuel ca elles nam se contentam de contarem o que sabem, mas ajnda acreçentam no que ouuem em muitas partes...»⁴⁰. Este “diálogo” leitor-autor confere intimismo à obra de Zurara.

Zurara começa a crónica com o Prólogo, que é simultaneamente o capítulo I, devotado ao seu discurso meta-narrativo. Aqui, o autor começa por apresentar um conjunto de considerações de cariz metafísico. De seguida, roga a Deus que o ajude a escrever a crónica. Num último momento, apresenta as razões que o levaram a empreender este trabalho e a relevância de contar os grandes feitos de Ceuta. Note-se que Zurara não afirma que vai narrar todos os feitos do reinado a partir de 1411, mas sim contar a conquista norte-africana. No capítulo II, Zurara faz uma espécie de segundo prólogo, centrado na apresentação da tomada de Ceuta como temática transversal na

³⁵ Sobre os saltos na ação em Zurara, ver Duarte (2002, p. 219).

³⁶ Miranda (2013, pp. 46-62); Cunha (2017, pp. 21-36).

³⁷ Zurara afirma que dividirá a sua crónica em capítulos «segundo rreal ordenança dos antigos historiadores...», Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 11).

³⁸ Guimarães (2019, pp. 167-168).

³⁹ Guimarães (2019, pp. 167-168).

⁴⁰ Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 14).

obra. Ou seja, o capítulo I é uma espécie de introito de cariz generalista, que procura apresentar o pensamento do autor, a sua concepção historiográfica e o objetivo da obra, sendo o capítulo II, na verdade, uma introdução ao tópico de Ceuta propriamente dito, onde a conquista da cidade é mostrada como um feito grandioso e por isso merecedor de um papel central numa crónica régia. No capítulo III, Zurara, adotando um tom intimista, explica as razões pelas quais a crónica se fizera tão tarde. Aí, expõe como Fernão Lopes não pôde dar continuidade à CDJ e como D. Afonso V lhe ordenara que convertesse em crónica os feitos do seu avô⁴¹. De seguida, entre os capítulos IV a VI, conta como se assinaram as pazes com Castela; e no capítulo VII, imediatamente após as pazes de Ayllon, o primeiro ato de D. João I é sondar o infante D. Fernando de Antequera sobre a posição de Castela perante um hipotético ataque português a Granada. Este plano é rejeitado pelo lado castelhano.

A expansão para o norte de África torna-se, então, o “plano B” da casa de Avis, gorada a hipótese da conquista granadina. Assim, a preocupação da CTC é relatar a conquista de Ceuta, subordinando a obra a este acontecimento, tanto do ponto de vista temático, como estrutural, e não necessariamente contar todos os eventos do reinado de D. João I. Zurara concebe, pois, a CTC como uma crónica régia centrada essencialmente na conquista de Ceuta enquanto principal feito da segunda metade do reinado de D. João I. A discussão das pazes com Castela, que é o primeiro tópico coberto pela crónica, serve como preâmbulo para a futura expansão militar norte-africana. O autor não arranca a obra afirmando que contará os feitos de D. João I, mas sim a «muy notável empresa» de Ceuta⁴². Os dois prólogos da CTC procuram enquadrar esta conquista do ponto de vista político, filosófico, religioso e historiográfico, ressaltando o seu papel central como *pivot* temático da CTC.

Em nosso entender, tal deve-se à concepção de Zurara, na qual o reinado de D. João I é constituído por dois grandes períodos. O primeiro vai desde 1383 a 1411 e relata a ascensão do Mestre de Avis e a guerra com Castela, sendo este período é contado por Fernão Lopes no que Zurara chama de «hum *liuro* que dello he escripto o qual foy posto em ordenança per *huúa notauel pessoa que chamauam Fernam Lopez homem de comunal ciência e grande autoridade*»⁴³. O segundo momento é marcado pelo início da expansão no Norte de África, e será contado por Zurara, tendo em Ceuta o tiro de partida. Desenvolveremos esta questão mais à frente.

Na Tabela 1, que segue abaixo, analisamos estruturalmente as temáticas da CTC.

⁴¹ Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 12).

⁴² Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 8).

⁴³ Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 12-13).

Tabela 1 – Análise temática da CTC⁴⁴

Temáticas	1 O discurso metanarrativo	2 Tomada de Ceuta	3 Relatos biográficos	4 Debates sobre Ceuta	5 Preparação logística da armada para Ceuta	6 Sermões e discursos públicos	7 Profecias e sonhos	8 Episódios bélicos	9 Diplomacia
Capítulos da CTC (105 no total)	I, II, III, CIV, CV	LXV, LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI, LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XC, XCII, XCIII, XCIV, XCV, XCVII, XCIX, C	VIII, XXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, CI, CII, CIII	IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XLVII, XLVIII, LVI, LVII, LXII, LXIII, LXIV, XCVII, XCVIII	XXI, XXIX, XXX, XXXV, XXXVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LI, LIV, LV, LVII, LIX, LX, LXII, LXIII	LII, LIII, LXI, LXXI, XCVI	LIV, LVIII, LXI	LVI, LIX, LX, LXV, LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI, LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XC, XCII, XCIII, XCIV, XCV, XCVII, XXVIII, XCIX, C	IV, V, VI, VII, XVII, XVIII, XXVIII, XXIX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XCI
Nº de capítulos por temática	5	33	15	29	17	5	3	36	13
Percentagens (arredondadas)	4.76%	31.42%	14.28%	27.61%	16.19%	4.76%	2.85%	34.28%	12.38%

Detetam-se nove temáticas na CTC: o discurso metanarrativo de Zurara; a tomada de Ceuta; os debates no conselho régio; a matéria bélica no geral; a preparação logística para a conquista; relatos biográficos; sermões e discursos públicos; profecias e sonhos; a diplomacia da corte avisina. É de referir que em vários capítulos há uma sobreposição de temáticas, já que estas não estão restritos a um só *topos* mas cobrem por vezes distintas questões. A entrada “Episódios bélicos” engloba todos os relatos de combates

⁴⁴ Esta tabela é da nossa autoria, tendo como base os dados extraídos da CTC, Pereira (ed. 1915).

narrados na obra, decorram eles em Ceuta ou em outro local. Assim, esta entrada abarca os capítulos listados também no campo “Tomada de Ceuta”. Dividindo a matéria bélica em duas categorias na Tabela 1, temos dois objetivos: o primeiro é entender o peso que Zurara deu “aos belos feitos de armas” no geral, e não apenas especificamente aos relatos de Ceuta; o segundo é entender a importância que ocupa a conquista da cidade na CTC. Criamos uma categoria específica para a preparação logística porque esses capítulos não giram em torno de episódios bélicos, mas debruçam-se sobre a criação de um aparato militar.

É nestes capítulos que Zurara começará a construir um panegírico do infante D. Henrique, que o cronista destacará como o grande génio por detrás da preparação militar. Zurara narra como D. João I dá primazia aos conselhos e sugestões de D. Henrique em detrimento dos outros filhos⁴⁵. Pese embora a sua curta idade, o futuro duque do Porto lidera a preparação da armada, destacando-se dos irmãos pelo génio estratégico e pela riqueza e dimensão do seu séquito. Parece-nos, pois, que estes episódios pertencem sobretudo à matéria política e não bélica da crónica. Para aferir concretamente o peso que cada tópico teve na CTC, optámos por primeiramente listar na Tabela 1 todos os capítulos em que surge um tema. Como há sobreposição de capítulos em distintas entradas, o nosso cálculo faz-se tendo em conta o peso específico de cada temática em relação ao total de 105 capítulos. O que nos interessa apurar é a dimensão de cada tópico no cômputo geral da obra.

Os “Episódios bélicos” são o tema mais tratado na CTC, compreendendo 34.28% dos capítulos no total. Seguem-se os relatos da “Tomada de Ceuta” com 31.42% e em terceiro os “Debates sobre Ceuta” com 27.61%. Nesta última entrada juntam-se, por um lado, as discussões sobre a possibilidade de um ataque a Ceuta e, por outro, após a conquista desta, os debates sobre manter ou não a praça. Em quarto, com 16.19%, surgem os capítulos dedicados à “preparação logística” do assalto. Em quinto lugar, emergem os “relatos biográficos” com 14.28%, um tópico que em Zurara se centra sobretudo na narração da vida dos infantes de Avis e da rainha D. Filipa. Com 12.38%, temos a entrada “Diplomacia” que relata as falsas embaixadas portuguesas à Sicília e ao duque da Holanda e as negociações do Tratado de Ayllon⁴⁶. Em sétimo lugar, com 4.76%, temos o “Discurso meta-narrativo de Zurara”, um conjunto de cinco capítulos (Prólogo, capítulos II e III e os dois capítulos finais da CTC). Em oitavo posto, também com 4.76%, temos o campo “Sermões e discursos públicos”, hegemonicamente dominado pelos sermões de Fr. João de Xira. O último campo é “Profecias e sonhos” com 2.85%. Numa leitura atenta destes dados, conclui-se que a temática bélica ocupa pelo menos um terço dos capítulos da CTC. Das nove temáticas tratadas na Tabela 1, quatro versam sobre: a tomada de Ceuta, a preparação militar, os debates no conselho régio e os episódios

⁴⁵ Pereira (ed. 1915, cap. XXXV).

⁴⁶ Pereira (ed. 1915, cap. IV e cap. XXVIII). Ainda sobre as falsas embaixadas portuguesas e o papel dos rumores na geopolítica, ver Montes (2019).

bélicos no geral. Estes últimos são fundamentalmente centrados no assalto a Ceuta ou em escaramuças no Mediterrâneo que ocorrem imediatamente antes da conquista em 1415. Assim, desde os debates iniciais no conselho régio, até à conquista final, Ceuta é o assunto dominante de toda a CTC.

Não por acaso, a obra em si é mais conhecida como «*Crónica da Tomada de Ceuta*» do que como a “Terceira Parte da *Crónica de D. João I*”. Todos os feitos de D. João I após 1411 são secundarizados por Zurara em relação à conquista da praça marroquina. Os três tópicos mais tratados são “Tomada de Ceuta”, “Episódios Bélicos” e “Debates sobre Ceuta” e ocupam, cada um, cerca de um terço da obra. O quarto tópico, “Preparação logística da armada para Ceuta”, ocupa quase 17% da obra. De facto, estruturalmente falando, a CTC tem 2 grandes blocos temáticos. O primeiro – e o que compreende mais capítulos – centra-se em Ceuta e compõe-se de quatro tópicos que tratam fundamentalmente da conquista da cidade e de tudo o que a envolveu. O segundo bloco não é tão coeso tematicamente, dividindo-se em várias questões como a diplomacia portuguesa, narrações biográficas, a parenética de Fr. João de Xira, os sonhos e presságios e as reflexões de Zurara. Destes tópicos, destacam-se os relatos biográficos com 14.28% e a diplomacia com 12.38%.

A análise temática da CTC deve, contudo, ir além de uma perspetiva meramente quantitativa. Do ponto de vista quantitativo, a matéria bélica emerge como predominante na CTC. Contudo, do ponto de vista qualitativo, os relatos biográficos, pese embora comporem apenas 14.28% da obra, são também objetivos primordiais do autor. Além dos capítulos de cariz biográfico propriamente ditos, que são 15 num total de 105, Zurara usa, ao longo de toda a CTC, vários episódios para veicular imagens poderosas sobre os protagonistas. O infante D. Henrique emerge como o grande herói da conquista de Ceuta, ofuscando mesmo o pai, D. João I e o irmão D. Duarte, herdeiro do trono. Simultaneamente, a importância do infante D. Pedro é diminuída ou mesmo obliterada por Zurara. A crónica foi escrita em 1449, no rescaldo imediato da Batalha de Alfarrobeira e da derrota do regente, o que terá forçosamente levado Zurara a reescrever partes da CTC referentes ao infante⁴⁷.

No tocante à parenética, Zurara usou a estratégia de (re)construir os discursos e sermões de várias personagens importantes, com Fr. João de Xira à cabeça⁴⁸. Os sermões e discursos públicos pautam-se pela longuidão e profundidade. Isabel Duarte frisa a abundância, na CTC, de relatos de discursos diretos e indiretos, sobretudo proferidos por grandes figuras do reino. Em contraponto, os discursos anónimos são escassos em Zurara⁴⁹. Segundo o nosso entender, Zurara (re)constrói discursos, diálogos e sermões de forma a transmitir ideias pela boca de terceiros, uma estratégia

⁴⁷ Baquero Moreno afirma que Alfarrobeira pôs fim a uma crise social que se iniciara com a revelação do testamento de D. Duarte; ver Moreno (1973, p. 663).

⁴⁸ Pereira (ed. 1915, cap. LII).

⁴⁹ I. Duarte (2002, pp. 207-208).

historiográfica conhecida⁵⁰. Os sonhos e as profecias são também (re)criações de discursos diretos e indiretos de terceiros, nos quais o autor veicula ideias e imagens. A astrologia e astronomia são usadas de forma ubíqua pelo autor como presságio dos acontecimentos na CTC, quer sejam em grande ou pequena escala. A menção a eclipses e toda a sorte de fenómenos naturais, antecedendo qualquer evento importante na CTC, é feita por Zurara à luz de uma conceção providencialista, onde a história se desenrola dentro de um plano divino prévio⁵¹. Pelo contrário, Fernão Lopes pouco uso faz da astronomia e astrologia na sua obra, com algumas exceções, nomeadamente no nascimento de Nun'Álvares Pereira e numa espécie de profecia sobre a ascensão do rei D. Fernando⁵².

Como acima afirmamos, a CTC compõe-se tematicamente de dois grandes blocos. Do ponto de vista ideológico, discernimos dois grandes objetivos: o primeiro é o relato dos belos feitos de armas em Ceuta; o segundo é o panegírico ao infante D. Henrique. A exaltação do infante D. Henrique serve também um propósito legitimador da casa de Avis. A imagem do infante que emerge na pena de Zurara é a de um santo, um estratega brilhante, um príncipe modelo e um cruzado fervoroso⁵³. Tais representações tornam o Infante uma figura carismática que legitima a sua dinastia no momento político delicado pós-Alfarrobeira. Este acontecimento provocou um *volte face* na política interna e fez triunfar o partido que favorecia a continuação da expansão norte-africana, do qual o Navegador era o principal expoente. O panegírico ao Infante funciona assim para legitimar tanto a casa de Avis como a política de expansão defendida por D. Afonso V, o patrono de Zurara. O mesmo propósito norteou a escrita da CG, CPM e a CDM. As quatro crónicas atribuídas a Zurara têm como motor ideológico legitimar a dinastia de Avis e a expansão marítima, elevando ao estatuto heroico personagens como D. Henrique, D. Pedro de Meneses e D. Duarte de Meneses⁵⁴.

Além do Infante D. Henrique, a rainha D. Filipa é também representada como um modelo de virtudes: religiosa, dedicada aos jejuns, à esmola e à oração. Zurara sugere que ela é um elemento agregador entre os infantes, porque todos os filhos lhe parecem devotar um grande respeito⁵⁵. Por outro lado, D. Filipa e D. João I são representados como um casal modelo e unido por sincero afeto. Por exemplo, Zurara conta como D. João I se recusa a contar a D. Filipa a decisão final do conselho respeitante a Ceuta, para evitar que o seu estado de saúde, já frágil, se degrade⁵⁶. Além disso, nem Zurara nem Fernão Lopes

⁵⁰ Signes Codoñer in Börm (2015, p. 308).

⁵¹ Por exemplo, a menção a um eclipse da lua em Ceuta pouco antes da conquista portuguesa; Pereira (ed. 1915, cap. LVIII, p. 172). Joaquim de Carvalho frisa como Zurara foi um distinto astrólogo, Carvalho (1949, pp. 187-191).

⁵² Sobre o nascimento de Nun'Álvares, ver Lopes (2017, cap. XXXIII, p. 75); sobre a profecia de D. Fernando, ver Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. XLI, pp. 185-186). Desenvolveremos esta questão mais à frente.

⁵³ Aguiar (2016, pp. 62-63); Bertoli (2007, p. 3).

⁵⁴ Miguel Aguiar sublinha como as crónicas de Zurara funcionam como espelhos de nobres com fins pedagógicos; ver Aguiar (2016, p. 55).

⁵⁵ Pereira (ed. 1915, cap. XLVI, pp. 141-146).

⁵⁶ Pereira (ed. 1915, cap. XXI, pp. 66-68).

atribuem a D. João I qualquer filho bastardo após casar com a rainha. A dinastia de Avis é representada como um arquétipo de família régia ideal, pautada pela união e afeto entre os vários membros⁵⁷. A narrativa hagiográfica que Zurara cria para D. Filipa tem também como objetivo final exaltar D. Henrique e, por conseguinte, a política de expansão. No capítulo XX, onde se faz o panegírico da rainha, ela é colocada por Zurara a defender a cruzada contra o Islão: «uia gramde ódio aos jmfiees e nom he duuida que o lftante Dom Hamrrique seu filho ouue aquella meesma impressam demtro no seu uentre»⁵⁸. Zurara liga especificamente a posição de D. Henrique perante a expansão à perspectiva de sua mãe.

Se cruzarmos este capítulo com o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, deparamos com a existência de três posições na coroa sobre o tema da expansão. A primeira é transmitida pelo regente D. Pedro, que defende, acima de tudo, uma expansão de cariz comercial e vê a guerra apenas como último recurso. O regente aponta também que a conversão à fé cristã deve ser feita, antes de mais, pela pregação⁵⁹. Uma segunda posição, defendida pelo infante D. Henrique, entende a guerra contra os mouros como justificada e o melhor serviço a ser prestado a Deus⁶⁰. Uma terceira posição, sustentada pelo rei D. Duarte é, de certo modo, “híbrida”, defendendo, por um lado, que é serviço de Deus guerrear pela fé, mas advogando, por outro lado, a necessidade de poupar os inocentes, os que se queiram converter voluntariamente, e de pregar a fé de forma pacífica⁶¹.

Se confrontarmos estes exemplos com o ataque verbal que Zurara faz, no capítulo IV, sem nomear diretamente os destinatários, mas cujo alvo é, sem dúvida, o regente D. Pedro, percebemos o intuito, por parte do autor, de defender a expansão militar numa altura em que esta era alvo de acirradas críticas depois do chamado “desastre de Tânger” e da morte do Infante Santo em 1443. Veja-se: «*E posto que alguíjs neizeos e couardos digam que a guerra dos mouros nam he o mayor seruiço que a Deos pode seer feito per os seus fiees christãos erram grauemente*»⁶². Quando Zurara escreve a CTC, apenas seis anos se passaram sobre a morte de D. Fernando em Fez, um acontecimento que marcou emocionalmente a sociedade portuguesa do seu tempo e fortaleceu a oposição à política de conquista de além-mar. D. Filipa defende a guerra aos mouros como o maior serviço a Deus que pode haver. O seu exemplo de santidade é construído na CTC através de episódios que mostram a sua devoção religiosa, como a descrição da sua prática constante de jejuns, orações e caridade. Zurara afirma também que o

⁵⁷ Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977, caps. CXLVII-CXLVIII).

⁵⁸ Pereira (ed. 1915, cap. XX, p. 142).

⁵⁹ *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (Dias, ed. 1982, pp. 37-49).

⁶⁰ *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (Dias, ed. 1982, pp. 116-120).

⁶¹ *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (Dias, ed. 1982, pp. 123-128).

⁶² Pereira (ed. 1915, cap. IV, p. 15). O Infante D. Fernando morreu em 5/6/1443; ver Amaral (2008, p. 30).

Navegador era o filho preferido de D. Filipa, tal como já antes o afirmara para D. João I⁶³.

A preferência dada pelos pais a D. Henrique funciona como estratégia de exaltação do infante. A conduta religiosa exemplar confere à rainha uma autoridade moral que Zurara usará para “desempatar” a questão a favor da expansão. Não por acaso, o autor descreve, de forma poderosa, o ascendente que esta possuía sobre os filhos, que se recusam, por exemplo, a avançar para Ceuta sem obter autorização da mãe⁶⁴. Ao colocar na boca da rainha a defesa da posição de D. Henrique, o cronista legitima a política de conquista. Tal como a parenética de Fr. João de Xira será utilizada a favor da expansão, as representações de santidade de D. Filipa e a preferência dos pais por D. Henrique servirão o mesmo propósito⁶⁵.

Do ponto de vista ideológico, podemos ainda subdividir a CTC em cinco grandes objetivos discursivos: 1) relatar os belos feitos de armas, com vista a exaltar a emergente dinastia de Avis e a nobreza que participou na tomada de Ceuta; 2) criar espelhos de príncipes e nobres, dirigidos ao público cortesão e com um objetivo pedagógico; 3) preservar a memória dos feitos da nobreza no norte de África, de modo a permitir que D. Afonso V pudesse recompensar os seus descendentes; 4) defender a política de conquista militar contra o partido do regente D. Pedro; 5) promover de figuras como o infante D. Henrique e D. Filipa, com propósitos legitimadores de uma dinastia ascendente. No discurso de Zurara ecoa assim, por um lado, um cronista da cavalaria, cujo objetivo é exaltar os belos feitos de armas, para que sejam recordados e emulados⁶⁶. Por outro lado, cruza-se neste discurso a voz de um cronista régio, guardador-mor da Torre de Tombo e encarregue de escrever uma crónica com propósitos legitimadores sobre o grande feito da dinastia de Avis após a conquista do trono em 1385.

Zurara tinha apenas cinco anos quando se deu a conquista de Ceuta. Quando começou a escrever a CTC, decorriam 34 anos sobre os factos, e a maioria dos protagonistas tinham já falecido. O relato do Infante D. Henrique torna-se a fonte primordial da CTC, à qual se somam outros testemunhos e relatos, diretos e indiretos, sobretudo das grandes personalidades do reino que participaram na conquista. O autor concebia a história como o relato dos feitos de grandes homens, daí a grande relevância dada na CTC aos testemunhos diretos provindos de altos membros da nobreza⁶⁷. As vozes populares ou anónimas são escassas em Zurara⁶⁸. Rodrigo Lapa nota que Zurara

⁶³ Veja-se «Bem mostrou a Rainha em aquellas pallauras, que assy disse ao Iffamte Dom Hamrrique, que o amaua espiçialmente.» Pereira (ed. 1915, cap. XLII, pp. 129-130).

⁶⁴ Pereira (ed. 1915, cap. XX, pp. 62-66).

⁶⁵ Rodrigues (2021, pp. 101-103); Pereira (ed. 1915, cap. LII, pp. 156-160).

⁶⁶ Aguiar (2018, p. 5).

⁶⁷ Cabanas (2004, p. 167); Aguiar (2018, pp. 4-5).

⁶⁸ I. Duarte (2002, pp. 207-208).

individualiza os heróis e o protagonismo dos grandes feitos, por contraponto a Fernão Lopes que fez emergir o povo-miúdo como um herói coletivo na sua trilogia⁶⁹. O testemunho do infante D. Henrique revestiu-se de grande importância para a recriação de boa parte dos episódios da crónica, sobretudo em tópicos como os debates na corte régia, e nas grandes façanhas de armas na praça de Ceuta. A diplomacia que antecedeu a conquista de Ceuta revestiu-se de enorme secretismo⁷⁰, e os debates no conselho régio ficaram em segredo absoluto, a tal ponto que, com exceção dos que participaram nele, ninguém mais sabia em Portugal nem no estrangeiro que se concebia um ataque a Ceuta. A reconstrução destes debates é feita com um grau de detalhe que sugere o acesso a uma fonte interna que teria participado diretamente nas discussões, muito provavelmente o infante D. Henrique, um dos poucos membros do conselho régio que ainda vivia em 1449.

Além da fonte testemunhal, o cronista recorreu a fontes orais, como lendas e mitos, para reconstruir diálogos, discursos e episódios dignos de serem recordados. Um exemplo é a profecia moura sobre a destruição de Ceuta⁷¹. Num longo capítulo, Zurara conta as profecias mouras que circulavam sobre uma futura conquista de Ceuta pelos cristãos. Este capítulo constitui uma espécie de analepse, onde o autor recua no tempo para legitimar a conquista de Ceuta a partir do lado mouro, que é colocado por Zurara a defender que a queda da cidade fora decidida de antemão pela Providência. Esta estória é contada com vivacidade e cor, retratando de forma pitoresca um típico quotidiano muçulmano do Norte de África. Zurara denota nestas passagens um conhecimento considerável da cultura e quotidiano magrebinos, e usa estratégias literárias como o recurso ao miraculoso, sobretudo de tipo onírico, para criar emoção e persuadir o leitor.

Este capítulo está pautado por constantes analepses e prolepses no relato das lendas proféticas, lendas essas que começam com a conquista da Península Ibérica pelos mouros em 711 e se foram “reciclando” em várias versões até à queda de Ceuta em 1415. Usando a estratégia de transmitir ideias pela boca de terceiros, Zurara coloca o lado mouro a conformar-se com a queda de Ceuta, porque assim fora prevista por Deus. O uso do sobrenatural, os constantes saltos no tempo e espaço onde decorre a ação e o cariz algo errático e incoerente das lendas sugerem que se tratava não de relatos coesos do ponto de vista narrativo e com origem numa tradição historiográfica erudita, mas sim de lendas populares que circulariam nas populações magrebina. De certo modo, as lendas e profecias enquadram-se na categoria de testemunhos indiretos, e servem de fonte à CTC porque são veiculados pela *vox populi*, dando conta do estado de espírito ceutense aquando da queda da cidade, segundo a versão de Zurara. O lado muçulmano não tem propriamente voz na CTC, mas Zurara procurará descrever as reações mouras à perda da cidade, mostrando o choque e desorientação momentânea que se abate

⁶⁹ Rodrigo Lapa in Cabanas (2004, p. 167, nota de rodapé nº 1).

⁷⁰ Pereira (ed. 1915, caps. XXVIII-XXXIV).

⁷¹ Pereira (ed. 1915, cap. LVIII, p. 174).

sobre os locais quando são apanhados de surpresa com o ataque português⁷². Estes momentos constituem raras incursões na visão ceutense dos acontecimentos e das poucas vezes em que os locais “ganham voz”.

O autor usou também fontes documentais, às quais teria acesso através da Torre do Tombo, na qual já trabalharia ainda antes da sua nomeação oficial como guarda-mor em 1454. As fontes documentais abarcam a correspondência oficial, leis, atas do conselho régio e documentação arquivística de toda a sorte, que o autor consultou, nomeadamente para redigir as matérias concernentes à diplomacia e logística militar⁷³. No tocante às fontes literárias utilizadas, discernimos três categorias de textos: textos historiográficos sobre a conquista de Ceuta, que Zurara incorporou em alguns momentos na CTC e que constituem *fontes primárias* do relato; as Escrituras, obras da Patrística e da filosofia clássica, que constituíram o suporte moral e ideológico da crónica, funcionando para Zurara como *modelos*; crónicas, textos memorialísticos e lendas árabes, que o cronista usou fundamentalmente para (re)construir a reacção muçulmana à conquista de Ceuta e que funcionam também como *fontes primárias*.

Na condição de guardador da Livraria Real, o cronista pôde aceder a um vasto leque de textos clássicos⁷⁴. Sendo clérigo, o pendor religioso é constante na obra de Zurara. Por outro lado, as suas citações de clássicos e autoridades geram uma certa disputa na comunidade historiográfica. Autores como Francisco Esteves Pereira atribuem a Zurara um pensamento e erudição profundos, apontando as constantes citações de clássicos como prova de uma formação esmerada, mesmo tardia⁷⁵. Segundo Joaquim de Carvalho, Gomes Eanes de Zurara chegou à idade adulta sem instrução literária⁷⁶, argumentando esse autor que o estilo dispersivo de Zurara, primando pela retórica ao invés da lógica, sugere uma formação autodidata, apontando ainda como o cronista cita textos da Patrística partindo de resumos e sistematizações feitas por Egídio Romano e outros autores, e não por conhecimento em primeira mão dos mesmos⁷⁷.

De facto, um dos traços idiossincráticos da CTC é citação profusa de toda a sorte de textos. O autor recorre a uma abundância de citações em todos os capítulos dessa sua obra, com predomínio dos Padres da Igreja e dos autores romanos. Na CTC, Zurara citou praticamente todos os livros da *Bíblia*⁷⁸. Citou também o “Pastor de Hermas”, um apócrifo que não faz parte do cânone bíblico, mas que foi grandemente divulgado na

⁷² Pereira (ed. 1915, cap. LXXXIX, pp. 237-241).

⁷³ Torquato de Sousa Soares crê que Zurara trabalharia na chancelaria régia ainda no reinado de D. Duarte porque ele afirma ter consultado nessa época requerimentos do infante D. Henrique; ver Soares (1960, pp. 289-292).

⁷⁴ Pereira (ed. 1915, caps. XI-XXVI).

⁷⁵ Pereira (ed. 1915, caps. XVI-XVII).

⁷⁶ Carvalho (1949, pp. 70-71).

⁷⁷ Carvalho (1949, pp. 80-83).

⁷⁸ Para as fontes de Zurara na CTC, seguimos de perto, Pereira (ed. 1915) e Carvalho (1949).

Idade Média. Dos Padres da Igreja, o cronista citou também S. Agostinho, S. Jerónimo, S. Tomás de Aquino entre outros. Dos autores clássicos, citou extensamente, no âmbito da filosofia, Aristóteles e Platão, Egídio Romano, Avicena, *etc.* No que toca a historiadores e lembrando apenas alguns nomes, o cronista fez uso de Homero, Flávio Josefo, Heródoto e S. Isidoro de Sevilha. No tocante à astronomia, cartografia e “livros de viagens”, por assim dizer, Zurara conheceu as obras de Ptolomeu, Marco Pólo e Alfragani, entre outros.

Zurara conheceu também Boccacio e Dante mas, com algumas exceções, não fez grande uso da poesia na sua obra. Segundo Joaquim Carvalho, há poucas citações de autores portugueses neste cronista, mas tais referências permitem conhecer obras que hoje estarão perdidas, tais como os escritos de Martim Afonso de Melo, de Afonso Cerveira, Vasco Lobeira e Juda Negro⁷⁹. Quanto aos textos memorialísticos e lendas árabes, notamos que Zurara cita histórias, crónicas e lendas árabes, mas nem sempre refere concretamente quem são os autores, salvo algumas exceções, embora sendo é visível que consultou literatura e documentação árabe⁸⁰.

O autor mostra um conhecimento geográfico profundo da África então conhecida. Esta compunha-se, no imaginário europeu tardo-medieval, de uma área abrangendo os reinos islâmicos do Norte de África, o Egipto mameluco, o reino cristão da Etiópia e algumas das terras subsaarianas adjacentes ao Magrebe⁸¹. A conquista de Ceuta terá permitido o acesso a arquivos e livrarias da cidade, pelo que se supõe que o cronista terá aí acedido a documentação ceutense, aquando das suas viagens. O autor viajou também para o Norte de África, com o propósito de conhecer em primeira mão a região e coletar informações de tipo geográfico, toponímico e histórico⁸², e a sua exatidão nesta matéria é considerável. A discussão sobre as fontes de Zurara tem estado centrada sobretudo na prova testemunhal e oral que o autor utilizou; contudo, nem sempre se destaca o conhecimento geográfico que o cronista possuía sobre o Magrebe e que constituiu um recurso vital para a matéria norte-africana que escreveu. Em virtude disto, há poucos estudos sobre a sua utilização de fontes geográficas e toponímicas. Recentemente, esta situação tem vindo a inverter-se com alguns trabalhos inovadores, dos quais destacamos a investigação arqueológica nos povoados marroquinos descritos pelo cronista, da qual resultaram trabalhos publicados por Cláudia Barros⁸³. Segundo a

⁷⁹ Carvalho (1949, p. 168).

⁸⁰ Veja-se, por exemplo, o capítulo em que Zurara narra as divisões entre os mouros. Ver Pereira (ed. 1915, cap. LVIII, pp. 171-174).

⁸¹ Barbosa (2017, pp. 82-83).

⁸² King (ed. 1978, p. 38).

⁸³ Barros (2021, pp. 77-235). Segundo a autora, em comunicação feita ao Grupo de Cronística da FLUP, em 27 de junho de 2022, devido à situação causada em 2020 pela COVID-19, não foi possível continuar a investigação arqueológica, que ficou suspensa. Contudo dos povoados que foi possível analisar (3), pôde concluir-se pela exatidão das descrições de Zurara no tocante à geografia e toponímia marroquinas. Ver Barros (2022).

autora, a CTC apresenta considerável exatidão nas descrições do clima, relevo, toponímia e cultura das praças norte-africanas.

Zurara ou Fernão Lopes? A autoria da Crónica da Tomada de Ceuta: debate e reflexão

A hipótese da autoria lopesiana da CTC assenta essencialmente em cinco grandes argumentos. O primeiro, é que a crónica foi redigida enquanto Fernão Lopes ainda era oficialmente cronista-mor, por isso teria sido ele o seu autor, apesar de ter acabado por ser atribuída a Zurara. O segundo argumento invocado é a escassez de tempo que Zurara teria tido para escrever a CTC, nomeadamente pouco mais que um ano. O terceiro argumento prende-se com a constante menção que Zurara faz ao «autor» da CTC, referindo-se-lhe não raras vezes na terceira pessoa do singular, como se o escritor da obra fosse outrem que não o cronista. O quarto argumento tem a ver com as similaridades entre a trilogia lopesiana e a CTC, no tocante ao estilo, temas, uso de fontes e ideologia/discurso. O quinto argumento centra-se no afastamento de Fernão Lopes após a batalha de Alfarrobeira⁸⁴.

As razões expostas não são esgrimidas em simultâneo por todos os defensores desta autoria alternativa. Alguns subscrevem apenas certos argumentos, e de forma parcial. A primeira e, quiçá, principal divisão no campo da “hipótese lopesiana” é entre os que defendem *per si* uma autoria lopesiana da CTC, assente em elementos de cariz estilístico e ideológico; e entre os que defendem que, por diversas razões, Zurara não pode ser o autor da obra e, por exclusão de partes, apontam Fernão Lopes como a hipótese mais provável. O primeiro grupo aponta as similaridades de discurso, ideologia, estilo e uso de fontes entre a CTC e a trilogia de Fernão Lopes, ao passo que o segundo grupo deteta problemas de fundo com a atribuição da CTC a Zurara, tais como a datação da obra e as referências ao autor na terceira pessoa do singular. Há também uma clivagem entre os que propõe que a CTC é uma crónica lopesiana na totalidade, apenas com poucos acrescentos de Zurara, e os que defendem que a obra atual é uma versão alargada de uma crónica original de Fernão Lopes. Esta última posição divide-se por sua vez em dois subgrupos. Os que advogam que a CTC é uma versão alargada de uma crónica lopesiana, e os que defendem que se trata de uma refundição total de um texto original do autor da CDJ.⁸⁵ Passemos à análise dos argumentos.

O *primeiro argumento* coloca a questão da autoria da CTC a partir da estranheza do facto de se entregar a sua redação a Zurara, quando Fernão Lopes era ainda cronista-mor. Zurara só será oficializado como cronista-mor em 1454, cinco anos após a escrita da CTC. Contudo, tal situação não é excecional. A CP1419 surge como exemplo de uma

⁸⁴ Ver as páginas 117-118 deste trabalho.

⁸⁵ Ver as páginas 117-118 deste trabalho.

crónica régia escrita ainda antes da oficialização do seu autor no cargo de cronista-mor⁸⁶.

Esta obra encontra-se entre as mais disputadas, ao nível da autoria, na historiografia portuguesa, e um dos critérios invocados para negar a autoria lopesiana da CP1419 prende-se precisamente com o facto de Fernão Lopes só ter sido nomeado cronista-mor em 1434. Contudo, o próprio autor faz sistematicamente referência a um primeiro volume que escreveu antes da trilogia, fazendo remissões precisas a temas que aí cobriu «E porque dos filhos que ouve, e de quem, e per que guisa, ja compridamente avemos falado...»⁸⁷. A isto, somam-se as similaridades a nível estilístico e no uso de fontes que apontam, em nossa opinião e na de vários autores, para que Fernão Lopes seja de facto o autor da CP1419⁸⁸. Assim sendo, um cronista poderia redigir uma obra ainda antes de ser nomeado formalmente para o cargo de cronista. No caso da CTC, o próprio autor afirma que começou a escrever 34 anos após a conquista de Ceuta, ou seja em 1449⁸⁹. Contudo, o cronista-mor tão pouco trabalhava sozinho, rodeando-se de uma equipa de colaboradores que o auxiliavam na tarefa. Considerando a idade avançada de Fernão Lopes e o atraso que já existia na produção das crónicas régias, não é de todo despiciendo equacionar a hipótese de que, em 1449, ainda sendo ele cronista-mor, o rei D. Afonso V tenha encarregado Zurara de escrever os feitos de Ceuta.

O próprio rei, em carta trocada com Zurara em 1467, confirma que a obra é deste cronista, ao referir como apreciou ler os feitos de Ceuta, cujo autor não identifica com Fernão Lopes, cronista-mor em 1449, mas sim com o destinatário da missiva: «porque ajnda que os feitos de Cepta sejam assaz de rrezentes: *depois que eu vi a coronica que vos delles escreuestes*»⁹⁰. Já antes disso, numa carta de quitação datada de 14/7/1452, D. Afonso V escrevera «*Gomez Eanes da Zurala* nosso criado comendador dAlcãjz *autor dos feytos notauées de nossos rregnos...*»⁹¹. Nessa data, contudo, oficialmente, Fernão Lopes era ainda o cronista-mor, e já o rei refere Zurara como escritor dos feitos do reino! O próprio Zurara atribui a Fernão Lopes a CP1419, ou pelo menos, um volume sobre os primeiros reis de Portugal que só pode ter sido escrito antes de 1434, logo antes da nomeação do primeiro cronista-mor⁹². Torquato de Sousa Soares aponta um detalhe curioso. Em 1449, o mesmo ano em que se escreve a CTC, o rei D. Afonso V dá uma tença a Fernão Lopes pelo trabalho que ainda «*faria*» nas crónicas régias⁹³. O autor aponta

⁸⁶ Calado (1998); Moreira (2013).

⁸⁷ Macchi & Amado (ed. 2007, cap. I, p. 7).

⁸⁸ Ver Moreira (2013); Basto (1959). Explicámos a nossa visão sobre a CP1419 mais em detalhe na nossa tese de mestrado, ver Russo (2019, pp. 113-117).

⁸⁹ Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 11).

⁹⁰ A carta data de 21/11/1467 e está transcrita nos apêndices da edição de Pereira (ed. 1915, pp. 305-37).

⁹¹ Pereira (ed. 1915, p. 288).

⁹² Pereira (ed. 1915, cap. III, 12-13).

⁹³ Soares (1960, p. 291). O itálico é nosso.

que a explicação para o facto de o rei dar uma tença a Fernão Lopes por crónicas que fosse escrever no futuro, após ter já confiado a CTC a Zurara, dever-se-ia provavelmente a que este documento seria apenas a confirmação de uma carta anterior. Estes são exemplos que demonstram que a nomeação oficial como cronista nem sempre coincide *de facto* com o tempo de produção das crónicas régias. Ao longo da sua vida, Fernão Lopes recebeu tenças que foram confirmadas por cartas posteriores. E inversamente, Zurara já trabalhava como cronista régio antes da sua oficialização no cargo em 1454. Por isso a data da nomeação do cargo de cronista-mor não pode ser um argumento decisivo.

Que Fernão Lopes tenha escrito alguns materiais sobre Ceuta afigura-se-nos como lógico, considerando que, num primeiro momento, o mais provável fora que viesse a escrever a terceira parte da CDJ. Há inclusive, em nosso entender, pelo menos uma passagem na CDJ, escrita a propósito da política fiscal de D. João I, em que Fernão Lopes remete para um futuro volume onde contaria os feitos de Ceuta «E quando ordenou de tomar Cepta, *segundo adeante ouvirees...*»⁹⁴. Tal sugere que Fernão Lopes tinha já preparado algum texto ou rascunho sobre a conquista de Ceuta. Contudo, a remissão para uma obra futura, se serve para atestar uma intenção, é, estamos em crer, amostra pequena demais para se concluir pela existência de um volume inteiro escrito pelo autor. Apenas se pode especular sobre algumas passagens redigidas por Fernão Lopes, mas não uma obra completa.

O *segundo argumento* centra-se na problemática questão do tempo de escrita da CTC. A CDJ2 foi terminada entre 1443 e 1449, e não se podia poder arrancar com a CTC/CDJ3 antes de concluir a CDJ2⁹⁵. Como a segunda parte se concluiu já próximo de 1449, poder-se-á argumentar que restava pouco tempo para a redação final da CTC. Sendo assim, alguns defendem que já deveria existir um texto-base da CTC que foi escrito por Fernão Lopes, o qual Zurara teria alargado, mas mantendo no essencial a versão original⁹⁶. Neste argumento, a hipótese lopesiana emerge mais pela negação da autoria zurariana do que pela existência de argumentos fortes a favor de Fernão Lopes. A impossibilidade de escrever uma crónica vasta e complexa em tão pouco tempo leva alguns a duvidar da autoria de Zurara. Em virtude disto, e por exclusão de partes, o melhor candidato à redação da CTC será Fernão Lopes, que era então o cronista-mor e escritor das anteriores crónicas régias.

Contudo, é necessário ter em consideração alguns aspetos cruciais. A CTC pauta-se por constantes referências a «cadernos» em que Zurara se baseia para escrever a crónica. As remissões internas e externas na CTC são de cariz generalista, por vezes algo imprecisas, o que sugere uma obra ainda à espera de uma redação final, mais

⁹⁴ Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. XLIX, p. 105).

⁹⁵ Sobre a datação da trilogia lopesiana, ver Amado (1997, pp. 53-58).

⁹⁶ Ver páginas 117-118 deste trabalho.

aperfeiçoada: veja-se «Mujtas vezes falley nos capitullos antes deste...»⁹⁷. Ora as remissões características de Fernão Lopes são precisas, referindo claramente o ponto de origem ou de destino para que remete, como se vê na referência futura aos feitos de Ceuta que acima citámos. A elegância e precisão das remissões e frases de ligação é um dos traços idiossincráticos da obra lopesiana⁹⁸, e a trilogia demonstra uma coerência interna notável, ao nível das remissões internas, das frases de ligação, no uso das analepses e prolepses de forma coerente, sem erros nem imprecisões⁹⁹.

Verifica-se, na CTC, que as frases de ligação e as remissões são imprecisas, sugerindo por vezes que a obra atual não seria a redação final, mais sim um texto que ainda carecia de uma revisão textual que acabou por não se concretizar. E aqui reside um detalhe fundamental, em nosso entender. A coerência interna da trilogia lopesiana é possível não só pelo talento de Fernão Lopes, mas pelo tempo de que dispôs para a escrever. A trilogia arranca em 1434 e termina em 1449 no máximo. Trata-se de um período de 15 anos para escrever quatro obras (a CDP, CDF, CDJ1 e CDJ2). Fernão Lopes pôde dispor de vastos recursos, nomeadamente o acesso privilegiado à Torre do Tombo e à livraria real, além de um considerável período para a escrita. Tal refletir-se-á na qualidade da sua escrita e na redação final da sua trilogia.

Pelo contrário, o autor da CTC teve de escrever a obra em tempo recorde, após D. Afonso V ter ordenado a sua composição, frisando o atraso considerável em que estavam as crónicas régias. Pelas palavras do rei, pode deduzir-se que não existiria, no ano de 1449, quando arrancou a escritura da CTC, uma obra sobre os feitos de Ceuta e sobre a parte final do reinado de D. João I que estivesse pronta ou quase terminada; caso contrário a ordem de D. Afonso V não faria sentido. Se Fernão Lopes tivesse a terceira parte da CDJ praticamente terminada ou pelo menos adiantado uma parte considerável, não faria sentido D. Afonso V falar na urgência de concluir as crónicas régias. É precisamente o carácter de urgência de que se reveste a escrita da CTC, em pouco mais que um ano, que explicará vários dos seus traços literários mais “problemáticos” por assim dizer: remissões e frases de ligação vagas, referência constante a um “autor” na terceira pessoa do singular, referência ubíqua aos “cadernos” como fonte, omissão de algumas personagens importantes e dependência excessiva das fontes testemunhais. Numa obra que dispusesse de mais tempo para a escrita, teria sido possível fazer um texto final cuja redação apurasse mais as remissões internas e externas, assim como as frases de ligação, de forma a gerar uma elevada coerência intertextual. A referência constante aos “cadernos”, materiais de trabalho de Zurara, deve-se quiçá à falta de uma última revisão textual que permitisse clarificar quais as fontes que precisamente o cronista está a citar.

⁹⁷ Pereira (ed. 1915, cap. LII, p. 156).

⁹⁸ Analisamos em mais detalhes esta questão na nossa tese de mestrado, ver Russo (2019, pp. 43-45). Sobre a analepse e o entrelaçamento em Fernão Lopes, ver as páginas 118 e 119 deste trabalho, nota de rodapé 36.

⁹⁹ Monteiro (1988, p. 82).

Além disso, Fernão Lopes faz uso recorrente do plural majestático tanto nas frases de ligação como no diálogo com o leitor: «E porque dos filhos que ouve, e de quem, e per que huia, ja compridamente avemos falado...»¹⁰⁰. Este é um traço idiossincrático da trilogia. Já o autor da CTC não raro usa o “eu”, quer em frases de ligação, quer em vários momentos em que dialoga com o leitor. Veja-se por exemplo «Já *me* parece que tenho tempo de leixar estas coisas, e falar nas outras...»¹⁰¹, e esta reflexão «Nom sey diz o autor, se falle aqui como gemitio mas por certo eu pemsso...»¹⁰². Estas são diferenças que nos parecem sugerir autores distintos para a CTC e a trilogia.

No tocante ao uso de testemunhos, a sua preponderância como fonte em relação às demais pode dever-se à pressão movida pela falta de tempo de consultar em mais detalhe os arquivos portugueses e ceutenses. Zurara tinha 39 anos em 1449, era ainda um autor jovem e por isso algo imaturo. A isto soma-se o facto de ter tido uma educação tardia, tendo aprendido a ler só no início da adolescência. Para todos os efeitos, em 1449, Zurara era um autor que começava a escrever a sua primeira obra, em tempo recorde e sobre pressão considerável para substituir um cronista marcante como Fernão Lopes. A referência constante a “cadernos” mostra que existiriam textos de cariz preparatório, quiçá esboços textuais ou entradas de tipo cronológico simples, que serviriam de base à escrita do autor.

Note-se, ainda, que Zurara nunca usa a expressão “volumes” ou “livros”, como era assaz comum para referir obras como crónicas ou anais, mas sim “cadernos”, que o cronista parece estar a seguir à medida que redige a CTC «*e as escreui em estes cadernos polia guisa que ao diante he conteúdo com tençam de as acreçentar ou minguar em quaaesquer lugares em que for achado per verdadeiro juizo que o merecem*»¹⁰³. Isto sugere que estes cadernos são como que fichas de leitura (para usar uma terminologia moderna) que o autor usa para compor a sua redação e não alguma crónica prévia de Fernão Lopes. Se tal crónica completa existisse, porquê falar de urgência como menciona o rei D. Afonso V? Estamos em crer que existiriam materiais de trabalho, como sejam notas e entradas cronológicas que serviriam de apoio à redação, tendo permitido a Zurara escrever a CTC num tempo curto. Tais materiais poderiam ser também da autoria de Fernão Lopes, que terá possivelmente deixado algum trabalho preparatório, como é possível supor da remissão futura à tomada de Ceuta na CDJ; mas como acima afirmamos, se existisse algum texto-base adiantado, não faria sentido falar de urgência em acabar as crónicas. Além do mais, o argumento da “escassez de tempo” seria mais problemático se admitíssemos que Fernão Lopes é o autor da CTC. Se o cronista

¹⁰⁰ Macchi & Amado (ed. 2007, cap. I, p. 7). Teresa Amado fala de «auto-apagamento» de Fernão Lopes das suas crónicas devido às imposições do género crónica que exige uma «continuidade assegurada por cada narrativa», Amado (2007, pp. 133-134).

¹⁰¹ Pereira (ed. 1915, p. 109).

¹⁰² Pereira (ed. 1915, cap. XXXV, p. 112).

¹⁰³ Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 13). Na CPM, Zurara referir-se-á à CTC como “vellume”; cf. Brocardo (ed. 1997, p. 187).

terminou a CDJ2 no máximo em 1449, restaria pouco tempo a Fernão Lopes para escrever a CTC em menos de um ano, tal como a Zurara. Se era impossível escrever a CTC em cerca de um ano para Zurara, o mesmo seria para Fernão Lopes.

Assumamos um período de três anos, pelo menos, como exigência para se escrever uma crónica complexa. Nos anos de 1440, Fernão Lopes escreverá três crónicas: CDF, CDJ1 e CDJ2. O arranque da CDJ2 seria então no máximo em 1446, terminando em 1449. Para Fernão Lopes ter escrito a CTC, então a CDJ2 teria de ter sido terminada pelo menos em 1446. Isto, se tivermos de contar com o período entre 1446-1449 para haver uma CTC/CDJ3 escrita por Fernão Lopes antes de Zurara. Contudo, se considerarmos que, nos anos de 1440, Fernão Lopes escreveu a CDF, a CDJ1 e a CDJ2, e que as quatro crónicas não só são vastas, como altamente complexas, mostrando um alto nível literário e de coerência textual interna, além do profundo cotejo de fontes e arquivos que o autor nelas sobejamente fez, é pouco provável que, entre 1440 e 1446 apenas, o cronista tenha escrito as três crónicas finais da trilogia. No período entre 1434 e 1449, Fernão Lopes redige a CDP, CDF, CDJ1 e CDJ2. Quinze anos para escrever quatro crónicas dá 3.75 anos para cada obra.

Alguns autores chegam a especular que Fernão Lopes escreveu rascunhos ou partes dos textos das futuras crónicas de D. Duarte e D. Afonso V¹⁰⁴. Esta questão está além do escopo deste artigo e não pretendemos, por isso, deter-nos nela. Contudo, referimo-la a modo de reflexão. Quer Fernão Lopes tenha escrito apenas três crónicas na década de 1440, CDF, CDJ1 e CDJ2 respetivamente, quer tenha escrito também partes da CTC e das futuras crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V, teve uma produção literária assinalável nesta década. Assim, o critério “escassez de tempo” colocar-se-ia para Fernão Lopes tanto como para Zurara.

A própria CTC alude, no capítulo III da CTC, ao assoberbamento de Fernão Lopes com a redação da CDJ2. Se a isto juntarmos o atraso considerável nas crónicas régias referido por D. Afonso V, estamos em crer que o requisito de falta de tempo acaba por, na verdade, fortalecer uma autoria zurariana da CTC em detrimento da lopeseana. Considerando que Fernão Lopes estava assoberbado na década de 1440 com a redação da trilogia, torna-se, em nossa opinião, mais credível que o rei tenha encarregado a feitura da CTC a um jovem cronista que estaria disponível para começar a escrever sem mais demoras, libertando Fernão Lopes desta tarefa. Isso poderia explicar o fim abrupto da CDJ2, que termina com um panegírico aos príncipes de Avis, falando das suas virtudes e casamentos e do tratado de paz de Ayllon, em 1411, ao invés de continuar com a matéria do reinado de D. João I¹⁰⁵. Zurara arrancará a CTC a partir desta data, e alargará o espelho de príncipes da Inclita Geração, centrando-o sobretudo nas figuras do Infante D. Henrique e na rainha D. Filipa. A partir de então, será Zurara o autor da terceira parte da CDJ. A batalha de Alfarrobeira poderá ser um fator explicativo da urgência na

¹⁰⁴ Ver páginas 117-118 deste trabalho.

¹⁰⁵ Macchi & Amado (ed. 2007, caps. CLXXXIV-CCIII).

concretização da CTC, escrita entre 1449-1450, ou seja, no rescaldo deste confronto que ditou o triunfo do partido favorável à expansão. Uma situação que poderá justificar os aspetos problemáticos na redação da crónica, no tocante às remissões internas e as frases de ligação imprecisas.

A obra foi produzida em tempo muito curto, pressionada quiçá pelos acontecimentos de Alfarrobeira, o que terá impedido uma redação final mais apurada. Note-se ainda que, na CPM, Zurara faz constantes referências à CTC como sendo obra sua, assumindo mesmo claramente, numa passagem, que é autor dessa crónica: «*Depois que eu, muito allto primcipe, per vosso mandado ajumtey e escrevi a etemçom que ell rey don Joham, vosso avoo, ouve de filhar a çidade de Ceepta e desy como se assenhonorou dela*»¹⁰⁶.

O *terceiro argumento* prende-se com as referências constantes que Zurara faz a um “autor” da CTC, na terceira pessoa do singular, como se fosse alguém distinto do próprio cronista: «Pareçeme diz *aquelle que escpreueo* esta estória...»¹⁰⁷; ou «O çidade de Cepta diz o autor...»¹⁰⁸. Estas referências ao “autor” levam alguns estudiosos a especular se a CTC será da autoria de Zurara. Estamos em crer que esta problemática do “autor” na CTC se articula com a menção constante feita por Zurara aos “cadernos”. A referenciação das fontes em Zurara segue duas estratégias. A primeira surge quando o cronista faz menção uma fonte célebre, por norma a Bíblia, os Padres da Igreja e os autores clássicos. Aí, é citado o autor e a obra, por exemplo «como escreuia sam Jerónimo em huúa epistolla a Nipoçiano...»¹⁰⁹. Trata-se de fontes tidas como autoridades, na Idade Média, e a sua referenciação ganha em ser precisa. A segunda estratégia consiste em citar fontes anónimas ou não especificadas, destacando-se aqui as sistemáticas menções aos “cadernos” que usa como fonte primária. Zurara afirma em várias passagens que ele mesmo escreveu parte desses cadernos, mas em outros momentos, ao citá-los, menciona um “autor” na terceira pessoa do singular¹¹⁰. Isto gera confusão e leva alguns estudiosos a pôr em causa a sua autoria. A terminologia “cadernos” é para nós o elemento fulcral para aclarar esta polémica à volta do “autor” da CTC.

Os textos historiográficos medievais enquadram-se em várias tipologias e designações. Crónicas, histórias, estórias, anais, memórias, por exemplo, são alguns dos vários tipos de textos histórico-literários medievais. Contudo, não raro, na Idade Média, uma obra histórica é referida, num termo generalista e para efeitos de simplificação, como “livro” ou “volume”, nomeadamente quando se trata de uma crónica ou história composta por várias partes ou tomos. Zurara designa a trilogia de Fernão Lopes como

¹⁰⁶ Brocardo (ed. 1997, cap. II, pp. 177-178).

¹⁰⁷ Pereira (ed. 1915, cap. XIII, p. 42).

¹⁰⁸ Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 10).

¹⁰⁹ Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 12).

¹¹⁰ Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 13).

“livro” no singular, mesmo tratando-se de três crónicas, porque entende que compõe uma grande obra partida em três volumes, cujo objetivo é contar os feitos da guerra com Castela¹¹¹. Contudo, o termo “caderno” é algo distinto e remete não para uma obra completa, mas sim para notas ou textos-rascunho que serviriam de suporte para o trabalho de um cronista. Em tais “cadernos” Zurara poderia ter acesso a trechos de outros autores sobre as várias matérias que iria cobrir. Ou poderia mesmo aí ter já um esboço de um texto final seu. Nos “cadernos” decerto teria as fontes que cita para cada matéria, que incluiriam também as referências às crónicas hoje perdidas que o cronista menciona. Zurara usa textos histórico-literários como fonte para a matéria que vai cobrindo, à medida que vai consultando os cadernos. Na passagem acima citada sobre os cadernos, torna-se claro que Zurara segue estes textos à medida que redige a CTC.

Sobre a problemática do “autor” cremos existirem duas grandes hipóteses a considerar. A primeira é que o “autor” pode ser uma referência imprecisa e generalista às fontes literárias que servem de base a certas matérias que Zurara cobre na crónica. Já acima apontámos que um dos traços idiossincráticos da CTC é o carácter vago na citação de fontes primárias, exceção feita às referências da Bíblia, Padres da Igreja e clássicos. O mesmo se pode afirmar para as remissões internas, externas e frases de ligação. Tal deve-se, estamos em crer, ao pouco tempo de que o cronista dispôs para compor a CTC. Isto por contraponto a Fernão Lopes, cuja citação de fontes é, como já vimos, bastante mais precisa. Aliás, em alguns momentos, Fernão Lopes chega mesmo a polemizar com as suas fontes, nomeadamente Ayala, cujas *Crónicas* servem de base a grande parte da trilogia. O Prólogo da CDJ1 arranca com uma crítica ao cronista castelhano que acusa de se deixar influenciar pela «mundanal afeição» do apego à sua terra¹¹². Mesmo sem citar nomes, torna-se claro que o alvo é Ayala. O contraste com Zurara é claro, onde, com as exceções de autoridade que notámos, nomeadamente quando vêm em apoio de tomadas de posição ideológicas, as fontes tendem a ser citadas anonimamente. É nesse âmbito que se insere a referência de cariz geral ao “autor” na terceira pessoa do singular. No tocante à matéria muçulmana na CTC, Zurara cita em alguns casos a fonte ceutense que consultou, mas em outros apenas refere de forma genérica que cita algum documento ou autor, sem mais especificações.

Que Zurara tenha usado trechos de textos cronísticos, anais ou memórias, preservados em “cadernos”, para compor a CTC é algo que se nos afigura lógico, até porque o próprio cronista admite o uso de textos de pendor historiográfico como suporte para a sua redação final. J. Guimarães acredita que Zurara terá ampliado e revisto alguns materiais lopesianos sobre a tomada de Ceuta¹¹³. Contudo, para que a autoria da CTC não fosse sua, teria de se estabelecer primeiro que existiria um texto completo sobre os feitos de Ceuta, pertencente a Fernão Lopes e do qual Zurara fez uso;

¹¹¹ Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 12-13).

¹¹² Amado, Nunes & Costa (ed. 2017; prólogo, pp. 21-22).

¹¹³ Guimarães (2019, p. 121).

ora tal nunca se provou na historiografia. A existência de rascunhos, cadernos de notas e textos preparatórios sobre Ceuta parece-nos provável, quer pelas remissões que Fernão Lopes faz sobre Ceuta quer porque o próprio Zurara alude a “cadernos”, alguns da sua autoria e que lhe serviram de fonte; mas talé distinto de existir uma anterior *Crónica da Tomada de Ceuta*. A isto acresce, pensamos nós, que se Zurara cita, sem qualquer problema, crónicas hoje perdidas, porque, não faria menção explícita da obra e cronista que estava a citar quando se tratava do “autor” da CTC? Em nosso entender, a menção ao “autor” remete para uma fonte genérica, quiçá um rascunho ou texto-base, e não, em si, para uma obra completa de um cronista conhecido. Se tal fosse o caso, estamos em crer que Zurara o citaria de forma explícita, porque tal reforçava a sua autoridade e veracidade.

Numa segunda hipótese, aventamos aqui a ideia de que o texto-base dos cadernos de que Zurara se serve e para o qual remete o afamado “autor”, seria um rascunho detido pela equipa de cronistas da corte avisina, liderada por Fernão Lopes. Esse rascunho não seria da pertença exclusiva de Fernão Lopes, porque a sua autoria seria coletiva. Seria um conjunto de rascunhos, cadernos e maços de notas que compunham quiçá um texto-base, assente em entradas cronológicas dos principais feitos de Ceuta e do qual Zurara se serviu para criar uma composição original. Este suporte conteria também as referências de crónicas conhecidas por Zurara mas hoje perdidas, e que ele menciona. Também conteria textos e redações originais compostas pela equipa de cronistas avisinos que preparavam a escrita final da CTC. No fundo, estes cadernos seriam uma espécie de redação-protótipo da CTC. Considerando o atraso nas crónicas régias em 1449 e a grande carga de trabalho que Fernão Lopes tinha com a redação da CDJ, achamos lógico equacionar se o velho cronista-mor não teria já, nos finais dos anos de 1440, entregue à sua equipa de cronistas a preparação de rascunhos para a escrita da terceira parte da CDJ. Como se trata de rascunhos de trabalho pertencentes a uma equipa de cronistas, a autoria é coletiva e, por isso, a fonte é citada como anónima; daí a referência genérica a “autor”, na terceira pessoa do singular, porque não faria sentido especificar quem redigiu concretamente cada passagem. Não se tratando de uma crónica finalizada, mas sim de “cadernos” de autoria coletiva, a individualização da fonte não faria sentido. De recordar que na Idade Média o conceito de autoria é distinto do atual. Kevin Perromat Augustín afirma:

... pues es más que arriesgado atribuir una intención de engañar (voluntas fallendi) a los escritores-autores (?)-practicaban lo que podríamos denominar una intertextualidad extrema, a partir de una praxis discursiva basada en la compilación, extracción y paráfrasis de textos canónicos (y, por lo tanto, pertenecientes al patrimonio público) o simplemente anteriores cuyos autores carecían de la dignidad de auctor (auctoritas)¹¹⁴.

Os autores praticavam um acentuado grau de intertextualidade entre si, tomando de empréstimo textos de terceiros, nomeadamente quando se tratava de equipas que

¹¹⁴ Perromat (2014, p. 62).

redigiam uma obra. O facto de o próprio Zurara referir, por vezes, que ele mesmo é o autor de alguns destes cadernos contribui para se situar a origem destes textos na equipa de cronistas da corte régia, liderados por Fernão Lopes e do qual Zurara fazia parte. Isso explica que Zurara oscile entre citar os cadernos como seus ou como pertencentes a um “autor” genérico, considerando que ele teria escrito parte da respetiva matéria. Daí a confusão que se gera na CTC na referência do “autor” dos “cadernos”. Zurara seria um dos autores destes rascunhos, mas não o único. O cronista fazia parte da equipa que detém estes cadernos e faz por isso parte da autoria coletiva dos mesmos. Não há, pois, plágio ou apropriação de uma obra, por parte de Zurara, mas sim o uso de rascunhos comuns por parte de um dos cronistas da corte de Avis, para lhe conferir uma redação final completa. Assim, Zurara opta por um termo genérico, o de “autor”, para se referir à autoria dos cadernos que estruturam a sua redação. Trata-se apenas de uma hipótese, mas cremos que talvez seja a melhor explicação para o *puzzle* do “autor” anónimo da CTC.

Um último argumento a favor desta hipótese é a famosa citação de Zurara de que Fernão Lopes era um homem de «comunal ciência e de grande autoridade». Zurara investe aqui o cronista-mor de uma aura de autoridade no tocante à escrita da história. Tal entende-se à luz de uma natural admiração por alguém que fora seu mestre e com quem trabalharia decerto já antes de 1449. Sendo Fernão Lopes o detentor destes cadernos criados pela equipa de cronistas da corte régia, porque não terá escrito Zurara algo como «segundo Fernão Lopes aqui escreve...», ao invés de se referir ao autor dos cadernos de forma genérica? Se Zurara cita sempre, no tocante às autoridades, o nome e obra, porque omitiria ser Fernão Lopes o “autor” dos “cadernos”? A invocação da autoridade de Fernão Lopes, apenas reforçaria a sua credibilidade, que ele tanto defende contra os seus críticos, quando, por exemplo, o acusavam de depender em excesso de testemunhos. A explicação mais lógica é que os cadernos teriam uma autoria coletiva e não seriam uma redação exclusiva de Fernão Lopes. Defendemos, pois, que a redação da CTC tem como base um conjunto de rascunhos, os afamados “cadernos” cujo “autor” seriam os vários cronistas que trabalhavam em conjunto com Zurara sob a supervisão de Fernão Lopes. Não se trataria de uma obra em si, mas sim de textos preparatórios que Zurara foi depois incumbido de converter em crónica. Daí a alternância ao referir-se ao “autor” na primeira ou na terceira pessoa do singular. A falta de uma revisão final do texto, quiçá devido ao tempo curto em que a CTC foi redigida, não permitiu corrigir estes detalhes da redação, o que, em tempos posteriores, veio a gerar confusão. Colocamos esta hipótese, sem certezas...

O *quarto argumento*: Ao contrário do primeiro e segundo argumentos que defendem a hipótese lopesiana sobretudo por exclusão de partes, o quarto argumento advoga *per si* que Fernão Lopes escreveu a CTC, ou pelo menos parte considerável desta,

apontando as semelhanças ao nível do uso de fontes, temas, discurso e estratégias literárias com a trilogia lopesiana¹¹⁵.

Passemos então ao contraste entre os dois cronistas e entre as respectivas obras. Em qualquer autor, o uso de fontes está condicionado por dois fatores: o acesso sem restrições a toda a documentação disponível; o tempo necessário para fazer o respetivo cotejo e contraste. A trilogia de Fernão Lopes pauta-se pela análise e cotejo profundo da fontes, com o predomínio da documentação de cariz arquivístico. Este facto não surpreende, pois o cronista beneficiou da circunstância de ser guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo. Como Fernão Lopes começa por sublinhar, percorreu inúmeros arquivos ao longo do país e leu toda a sorte de textos histórico-literários, quer de tipo cronístico, quer de tipo memorialístico¹¹⁶. No nível dos testemunhos, o cronista fez uso quer dos testemunhos diretos das grandes personalidades, quer de lendas e contos populares do chamado “povo-miúdo”. Aqui, convém recordar as histórias de justiça do rei D. Pedro, que assentam tanto em fontes documentais como em lendas populares sobre o Justiceiro¹¹⁷.

A Lisboa cercada em 1384 proporciona um dos pontos mais altos da prosa lopesiana, fazendo o cronista uso de estratégias literárias como a alegoria, o diálogo com o leitor e o miraculoso, para pintar os horrores da fome e da peste com pormenores vívidos e repletos de emoção. Os detalhes sobre o sofrimento da população lisboeta narrados na CDJ sugerem que as fontes para este episódio terão sido testemunhos populares e lendas que circulariam¹¹⁸. Assim, o uso dos testemunhos em Fernão Lopes procura conceder “voz” ao povo-miúdo, sobretudo através de testemunhos indiretos, como são as lendas populares, que transmitem de forma subtil a visão comum dos acontecimentos. Contudo, a trilogia lopesiana concede também à arraia-miúda uma efetiva participação na história, através da (re)construção de testemunhos diretos de membros do povo, como no famoso discurso do alfaiate Fernão Vasques, que publicamente critica D. Fernando pelo seu casamento com D. Leonor Teles¹¹⁹.

O cronista privou pessoalmente com alguns dos protagonistas dos acontecimentos e teve acesso a informações íntimas da vida da corte, o que é visível por exemplo, em alguns detalhes das histórias da justiça de D. Pedro I. Fernão Lopes usou também a literatura historiográfica para reconstruir diálogos e cenas, havendo já decorrido décadas sobre os factos. O cronista-mor fez também uso abundante da correspondência oficial régia, das chancelarias e das ordenações. Primou por um uso de fontes de tipo documental e oficial, usando também de grande precisão nas citações e

¹¹⁵ Ver páginas 117-118 deste trabalho.

¹¹⁶ Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, prólogo, p. 22).

¹¹⁷ Russo (2019, pp. 53-55). Sobre as lendas apócrifas não incluídas por Fernão Lopes na CDP, ver Moreira (2017) e Valdaliso-Casanova (2017).

¹¹⁸ Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. CXV, p. 211).

¹¹⁹ Macchi & Amado (ed. 2004, cap. LX, pp. 209-211).

as remissões internas¹²⁰. A sua trilogia mostra uma grande coerência no plano textual, na citação de fontes, nas frases de ligação e nas remissões internas. Tal só é possível com o acesso a um vasto e diverso leque de fontes, assim como a um grande domínio das mesmas.

Por sua vez, Zurara optou por um predomínio da fonte testemunhal, sobretudo das grandes personagens da época. O cronista assume que restringiu a consulta de testemunhos, alegando, por um lado, que não se pode contar tudo e, por outro lado, que a maioria dos protagonistas já morrera. Por isso, cingiu-se à entrevista de grandes personalidades, como o infante D. Henrique e os membros do conselho régio. No relato das grandes personalidades, predomina o testemunho direto, que será a base para a construção dos episódios bélicos da CTC.

A *vox populi* existe em Zurara, mas mais escassa e sobretudo centrada no mundo muçulmano, o que não deixa de ser curioso. O povo-miúdo português tem menos destaque na CTC que o seu homónimo mouro. Zurara acaba por destacar pouco as ações da arraia-miúda lusa na conquista de Ceuta; contudo narra com vivacidade o choque que se abate sobre os ceutenses em 1415. O quotidiano magrebino emerge em Zurara através sobretudo dos testemunhos indiretos, nomeadamente lendas, memórias populares ceutenses e, pontualmente, na (re)construção dos discursos dos dignatários mouros aquando da queda da cidade¹²¹.

Uma das explicações para este foco excecional no povo-miúdo ceutense dever-se-á quiçá à procura de exaltar a grandeza da conquista de Ceuta, mostrando a comoção que gerou a perda da cidade no mundo muçulmano. A conquista de Ceuta foi o primeiro grande movimento militar cristão que saiu vitorioso após a desapareição dos reinos cruzados no século XIII. Esta conquista surpreendeu toda a Europa de então, pelo seu carácter de secretismo e por ser dirigida por um reino cuja importância política era apenas periférica, tendo até então estado imerso numa guerra com Castela. Do ponto de vista simbólico, esta conquista revestiu-se de grande importância pelo choque que causou tanto na Europa do século XV como no Magrebe islâmico. A estupefação dos ceutenses perante a perda da cidade é contada na CTC em grande detalhe e, além de conferir cor e emoção ao relato, serve o propósito ideológico de exaltar uma conquista a todos os níveis surpreendente.

O uso de documentação na CTC é mais escasso do que na trilogia de Fernão Lopes. Zurara usa a chancelaria oficial, a correspondência régia e presumivelmente as atas do conselho régio que se reuniu para atacar Ceuta. Além disso, consultou arquivos ceutenses e literatura moura, o que explica o seu conhecimento da realidade magrebina. Zurara tinha conhecimento em primeira mão da realidade geográfica, económica e cultural do norte de África¹²², pois viajou extensamente pelo Magrebe e

¹²⁰ Ver páginas 117-118 deste trabalho.

¹²¹ Ver páginas 127-130 deste trabalho.

¹²² Ver nota anterior.

tinha grande familiaridade com a fundo a região. A matéria muçulmana na CTC revela que o seu autor mergulhou a fundo na realidade cultural, económica e política das praças norte-africanas. Tudo isto ressalta nas descrições do quotidiano mouro, que revelam emoção, cor e intimismo, sugerindo o acesso do cronista a testemunhos diretos e indiretos que se coadunam com um autor que calcorreou a área em detalhe e pôde entrevistar diversos intervenientes.

É de recordar, a este propósito, a carta que Afonso V troca com Zurara, em que o monarca lhe recorda a importância de visitar as praças da costa marroquina, de modo a conhecer a fundo a realidade local¹²³. Neste âmbito, convém frisar que não existe nenhuma documentação que refira que Fernão Lopes visitou a costa magrebina ou que tenha viajado pelo Norte de África. Além do mais, aquando da feitura da CTC em 1449, Fernão Lopes tinha já cerca de 70 anos e é pouco provável que estivesse na disposição de empreender uma tal deslocação para escrever uma crónica sobre Ceuta, quando ainda tinha de terminar a CDJ. É mais provável que a opção recaísse em Zurara, um cronista jovem e com tempo de vida útil suficiente para poder viajar muito e redigir as crónicas “marroquinas”. De facto, algo por vezes secundarizado no debate sobre a CTC é o facto de a crónica se centrar nos episódios decorridos em Ceuta, uma cidade culturalmente distinta do mundo ocidental do século XV. Conhecer a fundo a geografia, a arquitetura e cultura locais era um requisito importante para se construírem representações e relatos credíveis da queda da cidade. Fernão Lopes afirma ter percorrido vários arquivos e feito deslocações para conhecer fontes para os temas da trilogia, mas nada que se refira a Ceuta. Já Zurara viajou a mando de D. Afonso V para o Magrebe¹²⁴.

O uso das fontes literárias constitui, em nosso entender, a maior diferença entre a trilogia de Fernão Lopes e a crónica inaugural da expansão. Como acima dissemos, a CTC cita de forma abundante as obras com cunho de autoridade. Seja como fontes primárias ou como fundamentação moral, na obra de Zurara as citações pautam-se por um excesso de referências de autores, tornando por vezes o texto mais “denso” e de difícil leitura. Sobre isto, Lindley Cintra afirma «Por mais interesse que as digressões pré-renascentistas ... tenham para a história da cultura portuguesa, constituem ... uma sobrecarga que prejudica gravemente o ritmo da narração»¹²⁵.

Ao passo que Fernão Lopes cita de forma precisa apenas um ou outro autor ou obra, seja como fonte, como modelo literário ou base moral, Zurara recorre por vezes a um excesso de referências para suportar a sua argumentação. Tal deve-se, cremos, à imaturidade literária de Zurara. A sua formação escolar tardia, o pouco tempo de que dispôs para escrever a CTC e a sua jovem idade levaram a que o autor optasse por citar

¹²³ Pereira (ed. 1915, pp. 305-37).

¹²⁴ Pereira (ed. 1915, pp. 305-37).

¹²⁵ Cintra (1973, p. 1187). Cabanas afirma que a escrita de Zurara se insere na escola flamenga dos «*Grandes Rhétoriques* desta época com predilecção pela frase longa e um largo uso da subordinação conjuncional ou pronominal relativa». Cf. Cabanas (2004, p. 184).

em recorrentemente autores e obras, de modo a credibilizar o seu relato. Se atentarmos, a maioria das fontes literárias que Zurara cita em demasia são de pendor religioso e filosófico, querendo Zurara mostrar sistematicamente a sua devoção e a sua filiação na escolástica do seu tempo, mesmo em passagens onde tais questões parecem por vezes deslocadas tematicamente¹²⁶. A citação e a deferência constante para com as autoridades escolásticas são, afinal, a marca de um autor inseguro que escreve a sua primeira obra, carecendo ainda da confiança necessária para redigir de forma mais “livre” dos modelos filosóficos e historiográficos. A isto soma-se a falta de peso institucional de Zurara na corte régia, em virtude de se tratar de um cronista pouco conhecido e que tem o fardo de suceder a um escritor tão reconhecido pelo seu saber e autoridade como foi Fernão Lopes. Ao passo que a citação em Fernão Lopes tem um objetivo primeiramente funcional (justificar a premissa em que assenta a argumentação em questão), na CTC, não raras vezes, as citações são feitas com cariz predominantemente estético e só depois funcional. Tal torna por vezes o texto da CTC de leitura mais difícil, ao passo que a trilogia lopesiana tem uma redação mais fluída e agradável. A maturidade literária é um requisito importante na qualidade de uma obra.

Nas crónicas seguintes, a CG, CPM, a CDM, o estilo de Zurara aprimora-se, tornando-se mais elegante, leve e conciso, devido à maturidade que, entretanto, o autor adquirira¹²⁷. Na CTC tem 39 anos, apenas tendo iniciado a sua formação escolar aos 14 anos. O estilo mais difuso e denso da CTC corresponde à fase imatura de Zurara. Durante a CTC, raramente Zurara ataca as fontes ou os seus críticos, adotando quase sempre uma postura de deferência para com público-alvo, no que é um outro sinal de imaturidade e falta de confiança. Contudo, nas crónicas seguintes, nomeadamente na CDM, o autor faz sucessivamente ataques aos que questionam a sua probidade, nomeadamente por não incluir alguns nomes célebres nas suas obras, ou por depender em excesso dos testemunhos de apenas algumas personalidades¹²⁸.

Ripostar aos críticos na sua obra é um sinal de maturidade literária, só ao alcance de autores experimentados no ofício da escrita e capazes de responder às mais variadas acusações. Por isso, Zurara não polemizou com os seus críticos ou as suas fontes na CTC, sua primeira obra, mas veio a fazê-lo nas suas crónicas seguintes. Um autor em início de carreira, sem maturidade, fama e peso institucional não terá a mesma coragem ou capacidade de rebater ou resistir às pressões dos críticos, sobretudo tratando-se de figuras de proa da sociedade. O mesmo sucedeu com Fernão Lopes aquando da redação da CP1419¹²⁹. Em 1419, o cronista tinha cerca de 40 anos e começava a escrever o

¹²⁶ Isabel Duarte afirma que Fernão Lopes cita, sobretudo, testemunhos e opiniões para legitimar as ações, já Zurara opta por invocar as autoridades religiosas para tal; ver I. Duarte (2002, p. 208).

¹²⁷ King (ed. 1978, p. 38) frisa que a dependência das fontes eruditas que Zurara revelara na CTC não existe na CDM.

¹²⁸ O autor chega mesmo a afirmar que por esse motivo não quis mais escrever. Cf. King (ed. 1978, pp. 44-45).

¹²⁹ Nesta matéria seguimos de perto Moreira (2013).

primeiro volume das crónicas dos reis de Portugal. Pela natureza da matéria em si, as fontes escasseavam, considerando que se reportavam a acontecimentos com vários séculos de distância do tempo de escrita da crónica. À escassez de fontes junta-se a imaturidade literária de Fernão Lopes, que levou o cronista a permanecer ainda dependente dos modelos cronísticos da escola afonsina. Contudo, 15 anos mais tarde, sendo então um autor mais maduro, com acesso privilegiado a todo o tipo de fontes e com largo tempo para escrever, Fernão Lopes começou a redação da trilogia, produzindo três obras que se pautaram pela originalidade ao nível do discurso, pela qualidade e diversidade dos *topoi* e por uma elevada qualidade estética.

Em relação às fontes literárias, notamos ainda que há uma divergência de fundo no tocante ao tipo de obras citadas nas duas obras. Nas citações bíblicas, enquanto a trilogia lopesiana se cinge quase exclusivamente ao *Livro dos Macabeus* e aos *Evangelhos*, sobretudo em passagens de pendor apocalíptico ou profético¹³⁰, o autor da CTC refere quase todos os livros da Bíblia, sendo que, quando cita passagens específicas, privilegia sobretudo as Epístolas paulinas e trechos de cariz metafísico e escatológico. Acresce a isto outro detalhe. Ao passo que Zurara cita largamente o *Pastor de Hermas*, obra cristã apócrifa, Fernão Lopes não lhe faz qualquer menção na sua trilogia, onde, aliás, apenas recorre a fontes bíblicas canónicas.

Parece-nos que existe ainda pouco estudo sobre estas diferenças no uso de fontes bíblicas, provavelmente pela questão ainda em aberto da autoria de Zurara. Contudo, aventamos a hipótese que os livros bíblicos escolhidos por Fernão Lopes revelam gostos estéticos e conceções teológicas distintas das que transparecem na CTC. A inclinação lopesiana pelos textos proféticos e de cariz apocalíptico, assim como pelos quatro Evangelhos, insere-se na conceção social do cronista, que entendia a sociedade como um todo complexo. A prédica de Fr. João da Barroca, com pendor milenarista; a analogia entre os portugueses e os judeus sublevados do século II A.C. (ecoando *Macabeus*); ou o cerco de Lisboa que é semelhante à Jerusalém sitiada, são imagens poderosas que o cronista transmitiu, e para as quais usou fontes bíblicas¹³¹. Nestes episódios o herói é coletivo, sejam os judeus ou os lisboetas. Contudo, o autor da CTC privilegia a narração dos grandes feitos de armas, focando-se em heróis individuais, mesmo quando cita as mesmas fontes bíblicas que a trilogia usou.

Por exemplo, nas poucas vezes em que citou *Macabeus*, o autor da CTC fê-lo para equiparar D. João I a Judas Macabeu, enquanto chefe militar, e D. Filipa à mãe dos sete mártires que morrem às mãos de Antíoco Epifânio¹³². O protagonismo coletivo do povo judeu, que Fernão Lopes exalta na trilogia, é aqui preterido em favor dos belos feitos de armas individuais de Judas Macabeu. Da mesma forma, o episódio do “Evangelho

¹³⁰ Para o uso de fontes bíblicas em Fernão Lopes seguimos de perto os trabalhos de Martins (1975 e 1979).

¹³¹ Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, caps. XXIII-XXIV).

¹³² Pereira (ed. 1915, cap. LIII, p. 163 e cap. I, p. 7).

português”, que confere uma aura de predestinação coletiva ao povo português, dá lugar à exaltação da santidade individual da mãe dos sete mártires. É de recordar que, das quatro crónicas conhecidas de Zurara, duas, a CPM e CDM, versam sobre grandes personalidades e as restantes, CTC e a CG são, na prática, o panegírico do Infante D. Henrique. Já as crónicas lopesianas, a trilogia e a CP1419, todas se ocupam de reinados e não de particulares.

Quando Fernão Lopes defende, a partir da citação dos *Evangelhos* e dos livros proféticos, uma Sétima Idade do Mundo, insere-se numa corrente milenarista, de pendor popular e apocalíptico, que orienta a história para um foco de interesse coletivo¹³³. A Sétima Idade do Mundo e o Evangelho português, que trariam uma nova era dourada, são o objetivo final pelo qual Deus guindou o Mestre de Avis à vitória. Já na CTC, o foco orienta-se para a glorificar a conquista de uma grande cidade por parte de uma dinastia, exaltando os feitos de armas individuais e a expansão da fé, citando-se as *Epístolas* e os textos de cariz moral da Bíblia com o fito último de legitimar um feito militar. As preferências manifestadas nestas crónicas por diferentes livros da Bíblia fazem sentido à luz de distintas concepções históricas e teológicas, revelando o pensamento de dois autores diferentes e não de um cronista comum. Tudo somado, o autor da CTC estaria mais próximo do jovem Fernão Lopes que escreveu a CP1419, do que do cronista-mor maduro que escreveu a afamada trilogia.

No tocante ao uso de estratégias literárias como a analepse ou o entrelaçamento, o autor da CTC não faz delas o uso recorrente característico do cronista da trilogia. O uso de alegorias ou metáforas também é escasso na CTC, comparativamente com crónicas de Fernão Lopes. Por outro lado, o recurso à astrologia é uma constante em toda a crónica de Ceuta, tendo mesmo um papel estrutural nos acontecimentos. A narrativa de qualquer grande evento ou feito de armas relevante é sempre antecedida pela descrição de fenómenos naturais como eclipses ou chuvas de estrelas¹³⁴. O autor da CTC recorre também à consulta da astrologia para enquadrar e interpretar os acontecimentos passados e futuros. O recurso ao maravilhoso, nomeadamente à dimensão onírica e profética mostra-se distinto, temática e estilisticamente, da trilogia.

Na obra lopesiana, o maravilhoso existe sem, contudo, retirar o foco da ação humana. Para Fernão Lopes, são os atos individuais que moldam o destino. D. Fernando é um bom exemplo desta concepção. No Prólogo da CDF, Fernão Lopes mostra as qualidades e defeitos que o rei possuía, e nota que foi a sua ambição ilógica de se tornar rei de Castela que ditou o infortúnio dos anos finais do seu reinado¹³⁵. Assim, D. Fernando não foi um mau rei porque Deus quis, mas porque não soube reinar com sabedoria e prudência, devido aos defeitos de personalidade que exibia. Também deste modo, o Mestre de Avis tornou-se rei porque foi o melhor dos candidatos, conquistando

¹³³ Rodrigo Lapa *in* Cabanas (2004, p. 167, nota de rodapé nº 1).

¹³⁴ Veja-se a morte de D. Filipa, antecedida de um eclipse solar, Pereira (ed. 1915, cap. XLVII, p. 144).

¹³⁵ Macchi & Amado (ed. 2004, prólogo, pp. 3-9).

o trono pelo seu mérito e coragem. Nesse sentido, Fernão Lopes faz um uso escasso, mas preciso, da astrologia para interpretar acontecimentos. O nascimento de Nun'Álvares é antecedido de uma consulta astrológica do seu pai, que queria saber o que o futuro reservava para o seu filho¹³⁶. Apesar de Nun'Álvares não ser o primogénito, um famoso astrólogo, Mestre Tomás, profetiza que ele será o filho que mais glória terá, ao invés de Pedro Álvares, a quem o pai preferia. Este episódio tem claras semelhanças com o sonho profético de D. Pedro I, em que lhe é revelado que quem salvará Portugal é o Mestre de Avis, um bastardo e secundogénito e não o seu filho preferido e o segundo mais velho, D. João de Castro¹³⁷. O cronista cria uma simetria poderosa entre o Mestre de Avis e o Condestável, porque ambos são bastardos, filhos segundos e preteridos pelos pais, mas, pelo seu talento, acabarão por suplantar todos os seus irmãos.

O uso do sobrenatural em Fernão Lopes serve como premonição das qualidades que cada pessoa terá, mas não reduz a ação humana. As próprias profecias lopesianas que vaticinam a ascensão dos dois bastardos sugerem que são precisamente as qualidades pessoais dos mesmos que estão na origem do seu sucesso, já que eles não se inserem no arquétipo típico dos grandes protagonistas medievais: não são legítimos, nem primogénitos, nem reúnem a preferência dos pais. As profecias irão apenas revelar este futuro surpreendente, mas não condicionam diretamente a ação humana.

Quiçá o maior exemplo disto será a subtil profecia que o cronista faz do reinado desastroso de D. Fernando. Na CDP, a propósito da guerra civil castelhana, o cronista relata um estranho fenómeno no céu, em que surge fogo, as estrelas se agitam, desaparecem e chocam entre si, parecendo ser um prenúncio de guerras futuras¹³⁸. Fernão Lopes afirma que as pessoas caíram em pavor perante isto, e justifica a ocorrência «por nom averdes por nova cousa quando outra tal acontecer...»¹³⁹. Não por acaso, este acontecimento é relatado num capítulo dedicado ao confronto entre Henrique II e Pedro I de Castela. O dia deste acontecimento é 22/10/1366, meses antes de D. Fernando herdar o trono. Neste mesmo dia, 17 anos depois, morrerá o rei D. Fernando¹⁴⁰. A astrologia é usada aqui como uma metáfora poderosa para balizar um período que se seguirá ao final do reino de D. Pedro I: um período de guerras e agitação que começa em 22/10/1366, escassos meses antes da morte do Justiceiro, e que só findará com a morte de D. Fernando a 22/10/1383, estabelecendo um laço com o Prólogo da CDF e a afirmação das aflições trazidas ao reino pelas ambições do rei.

O cronista raramente cita as datas de nascimento das personagens não-régias, mas fê-lo para o Condestável e a sua mãe, cujos nascimentos são enquadrados astrologicamente, numa lógica premonitória. A mãe de Nun'Álvares é alvo de um

¹³⁶ Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. XXXIII, pp. 75-76).

¹³⁷ Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLIII, pp. 191-194).

¹³⁸ Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLI, pp. 185-186).

¹³⁹ Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLI, p. 186).

¹⁴⁰ Macchi & Amado (ed. 2004, cap. CLXXII, p. 592).

pequeno panegírico que visa elevar a imagem do filho. Só grandes momentos históricos, como o começo da era fernandina ou o nascimento de D. João I e de Nun'Álvares, merecem em Fernão Lopes um enquadramento astrológico, inserido na visão providencialista da Sétima Idade do Mundo do cronista.

Conquanto Fernão Lopes faça uso do sobrenatural e dos vaticínios, nem por isso deixa de sublinhar a importância das virtudes e defeitos humanos no desfecho dos acontecimentos¹⁴¹. Fernão Lopes não deixa de humanizar as suas personagens, mostrando-as como tendo simultaneamente defeitos e virtudes. Apesar de elogiar a coragem do Mestre de Avis, nem por isso deixou de criticar algumas das suas atitudes, nomeadamente a sua cedência às conjuras contra Nun'Álvares¹⁴². Em Fernão Lopes, as qualidades pessoais dos protagonistas são utilizadas por Deus para dar a vitória ao lado que Ele elegeu, mas nem por isso a especificidade de cada ser humano é apagada.

Nos protagonistas de Fernão Lopes, coexistiam, pois, elementos positivos e negativos que o cronista colocava ao serviço dos desígnios divinos; o desenlace das situações, porém, era determinado pelas boas ou más acções dessas personagens, servindo as profecias apenas para apontar os futuros heróis ou vilões (que não raro constituíam uma surpresa, por fugirem aos arquétipos socialmente validados). Já na CTC, o papel da Providência em ditar o resultado dos acontecimentos é substancialmente maior, algo que é sublinhado pela constante referência, antes e depois de grandes eventos, a fenómenos naturais que funcionam como sinais premonitórios. Quanto às personagens principais, são quase perfeitas, com panegíricos exagerados onde apenas existem virtudes. O infante D. Henrique é retratado como um génio militar em todos os níveis, seja no campo de batalha, na preparação logística ou na liderança da armada, algo pouco provável, considerando que era muito jovem aquando da conquista de Ceuta¹⁴³. Pelo contrário, D. Duarte, então infante e herdeiro do trono, é secundarizado, se não mesmo apagado, na ação principal, em comparação com seu irmão Henrique. Para Zurara, o papel de cada um está predeterminado e as suas virtudes são conferidas pela Providência. O Infante D. Henrique eclipsou os irmãos porque Deus assim o quis, para cumprir um determinado objetivo.

O panegírico exagerado de D. Henrique na CTC contrasta vivamente com a conceção ideológica de Fernão Lopes na sua trilogia, onde, pese embora o reconhecimento do papel crucial de Nun'Álvares na crise dinástica, o cronista nem por isso deixa de frisar que a grande figura é o Mestre de Avis. Usando uma alegoria bíblica, o cronista cria o *topos* do “Evangelho Português”, refere-se ao Mestre como o “Messias

¹⁴¹ Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLI, p. 186).

¹⁴² Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. CIXCIII, pp. 377-380). Este capítulo encerra a CDJ1.

¹⁴³ Zurara afirma que ele tinha cerca de 22 anos em 1415. Contudo, a preparação para a armada começara anos antes quando seria um adolescente; ver Pereira (ed. 1915, cap. XXIX, p. 89).

de Lisboa” e ao Condestável como “S. Pedro”¹⁴⁴. O rei emerge sempre como a figura principal, cuja glória ninguém pode ofuscar, ao contrário do que se vê na CTC.

J. Guimarães afirma que uma diferença crucial entre Fernão Lopes e Zurara é que o primeiro escreveu crónicas de reis, centradas na figura do monarca, ao passo que o segundo escreveu sobretudo crónicas de nobres ao serviço do rei¹⁴⁵. Miguel Aguiar aponta mesmo que o peso dos belos feitos de armas na escrita de Zurara transforma a sua obra em crónicas «dos cavaleiros da Távola Redonda da corte»¹⁴⁶. Luís Miguel Duarte afirma que Zurara errou, ao elevar D. Henrique em grandeza acima de todos os irmãos, mesmo o herdeiro D. Duarte, que seria o futuro rei¹⁴⁷. A conceção do papel do rei e da sua relação com a nobreza é claramente distinta entre a CTC e a trilogia lopesiana.

Um detalhe curioso é que o autor da CTC refere a lenda apócrifa da ressurreição do rei D. Pedro I¹⁴⁸. Este episódio, descartado por Fernão Lopes na CDP, talvez por ser pouco verosímil, surge, surpreendentemente, na CTC. Mais um elemento que reforça as diferenças consideráveis no uso e tratamento de fontes e nos recursos estilísticos que se verificam entre a CTC e a obra lopesiana.

Ao nível temático e também ideológico, a CTC centra-se no relato dos grandes feitos de armas em Ceuta e na construção de um panegírico do infante D. Henrique. O fulcro narrativo da CTC é a vida e feitos das grandes personagens, relegando para segundo plano outros grupos sociais e também outros tópicos. A célebre «visão social lata» de Fernão Lopes, com as suas narrações vívidas do quotidiano popular, dá lugar a uma obra que, apesar de pretender ser uma crónica régia, se foca no relato um grande acontecimento histórico, fazendo convergir nele toda a narrativa da exaltação dos grandes feitos de armas de D. João I, dos infantes de Avis e da alta nobreza. Tomando como contraponto a trilogia lopesiana, a CTC desvaloriza o papel do povo-miúdo, da burguesia e até mesmo do clero.

A temática fiscal e económica também perde importância, estando mltarga medida ausente da CTC (ver tabela 1 deste trabalho). Para Fernão Lopes, a gestão económica e fiscal de um reino não era um detalhe de somenos, mas sim uma questão crucial. Ficou célebre o Prólogo da CDF, onde Fernão Lopes exaltou a riqueza deixada por D. Pedro I ao seu filho, fruto de uma boa gestão financeira. O cronista aponta a gestão financeira calamitosa como uma das razões para o fracasso do governo de D. Fernando, porque este não só desbaratou o erário público em guerras inúteis contra Castela, como ainda fez pesar grandes cargas fiscais sobre os mais pobres. Esta situação trágica, que se

¹⁴⁴ Martins (1975, p. 252).

¹⁴⁵ Guimarães (2019, pp. 142-143). Maria de Lurdes Rosa (2019, p. 26) aponta que é Rui de Pina que retomará a tradição de escrever crónicas de reinados.

¹⁴⁶ Aguiar (2018, p. 4).

¹⁴⁷ Luís Miguel Duarte *in* Guimarães (2019, pp. 142-143).

¹⁴⁸ Pereira (ed. 1915, cap. XLIV, pp. 136-137).

agrava no final do reinado, gerou a agitação social que desembocará na chamada crise dinástica de 1383-1385. O autor da CTC, pelo contrário, pouco ou nenhum destaque dá à situação económica e fiscal do reino. Mesmo nos debates do conselho régio sobre o ataque a Ceuta, a vertente económica da guerra, nomeadamente o impacto dos seus custos nas populações, não assume preponderância na discussão, que gira em torno de em argumentos de cariz moral ou geopolítico. Verifica-se preocupação com o financiamento da armada, devido às dificuldades esperadas em conseguir altas verbas, mas não existe um debate sobre os impactos sociais que estes gastos pressuporiam. O foco nas grandes personagens e nos belos feitos de armas, a desapareção de uma conceção social ampla decorrente da secundarização do povo-miúdo e as diferenças de perspetiva sobre o papel da Providência na ação humana colocam sérias reservas quanto a uma autoria lopesiana da CTC. Há demasiadas discrepâncias de conceção ideológica, quer no plano político, quer no plano social, assim como no uso de fontes, recursos estilísticos e opções temáticas, para que sejam obras de um mesmo autor.

O *quinto argumento*: Alguns autores defendem que, após a batalha de Alfarrobeira, Fernão Lopes foi afastado da tarefa de escrever crónicas régias, mesmo continuando a ser, no papel, o cronista-mor¹⁴⁹. Segundo esta teoria, o “exílio” a que foi votado Fernão Lopes gerou uma espécie de esquecimento do cronista nos anos vindouros. Em consequência disto, décadas mais tarde, as suas crónicas, respetivamente a CP1419, a CDP, a CDF, a CDJ e a CTC, ou pelo menos algumas delas, foram atribuídas a terceiros, como Zurara ou Rui de Pina, ou refundidas em outros escritos, como a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão¹⁵⁰. Esta teoria relaciona o fim da carreira cronística de Fernão Lopes com os debates políticos que decorriam na corte sobre a política ultramarina. Como acima afirmámos, o partido do regente D. Pedro defendia uma política de expansão assente numa vertente sobretudo comercial. Esta façção via a guerra como algo dispendioso e a evitar, a não ser em caso de necessidade. A perspetiva do infante D. Henrique e de D. Afonso V entendia a guerra como algo útil e um serviço a Deus, além de ser uma fonte de glória e riqueza. Um terceiro partido, representado por D. Duarte I, adota uma posição híbrida, defendendo a expansão como um serviço a Deus, mas preferindo evitar aventuras militares inúteis.

A questão crucial no *quinto argumento* é saber que posição tinha Fernão Lopes face à conquista africana e, por arrasto, se o motivo por trás do seu afastamento terá sido a sua filiação no grupo do regente. Como na CDJ a matéria parou em 1411, restam duas hipóteses: ou se assume que Fernão Lopes escreveu a CTC e aí está plasmada a sua visão sobre a expansão marítima; ou se assume que apenas redigiu a trilogia, e que nunca viremos a saber o que escreveria num terceiro volume da CDJ orientado para a

¹⁴⁹ Ver páginas 117-118 deste trabalho.

¹⁵⁰ Veja-se a abertura da CDP neste manuscrito da Torre do Tombo, por nós consultado em outubro de 2023, «Caronica del Rey Dom pedro. Primeiro deste nome: [e 8 do reyno] por Rui de Pina, coronista mor e guarda mor da torre do tombo dirigida a ElRey D Mél.», ver *Cronica de D. Pedro*, M-VII-9. Sobre a atribuição das obras de Fernão Lopes a Rui de Pina e Duarte Galvão, ver Monteiro (1988, pp. 83-84).

narração da conquista africana. Esta teoria parte do princípio de que, como Fernão Lopes era o cronista-mor em 1449, teria sido ele forçosamente a ter escrito a CTC. A atribuição da autoria da CTC a outro cronista gera confusão, porque pressupõe que ou Fernão Lopes foi afastado de forma abrupta do cargo, o que formalmente só sucedeu anos depois, ou que a Crónica de Ceuta é da sua autoria, mas foi erroneamente atribuída a Zurara. Contudo, neste caso, e ao contrário do *primeiro argumento*, a motivação política para o afastamento de Fernão Lopes é vista como explicação para a confusão instalada na autoria da CTC.

Como já arguimos no *quarto argumento*, do ponto de vista ideológico, temático e estilístico existem demasiadas diferenças entre a CTC e as obras de Fernão Lopes para que se possa construir um caso sólido a favor de uma autoria lopesiana global. Contudo, o pensamento político de Fernão Lopes relativamente à conquista africana, a sua proximidade ou distância relativamente ao de Zurara, e a possibilidade de se encontrar, ou não, nas posições defendidas pelo velho cronista, razões para o seu exílio historiográfico, continuam a não estar esclarecidas.

Vejamos, portanto. Existem, em nosso entender dois discursos historiográficos na casa de Avis, aos quais correspondem dois ciclos distintos. O primeiro ciclo é inaugurado por Fernão Lopes, arranca com a CP1419 e mantêm-se até à CDJ, que se detém em 1411. Neste primeiro ciclo, Fernão Lopes procurou lançar as bases de uma ideia de Portugal em chave messiânica, cunhando conceitos como a “Sétima Idade do Mundo” e o “Evangelho português”, que conferiam ao reino um papel predestinado e privilegiado nos planos de Deus. Este ciclo pautou-se por uma defesa da casa de Avis assente nos seguintes princípios: a nova dinastia reinante é legítima porque D. João I pode ser rei por ser filho de rei; porque defendeu a causa portuguesa contra Castela; porque deu origem à Sétima Idade do Mundo; porque ascendeu dentro de um quadro de revolta social em 1383; e porque a vitória portuguesa em Aljubarrota só foi possível pelo apoio divino, o que revela o cariz providencial da nova dinastia¹⁵¹.

A grande figura que emerge neste ciclo historiográfico é um D. João I “pré-Ceuta” por assim dizer, que melhor se espelha no conceito de “Messias de Lisboa”. Zurara inaugurará um segundo ciclo historiográfico, pautado por uma representação distinta do rei e da dinastia reinante. Este ciclo arranca em 1449 com a CTC e termina em 1580 com o fim da dinastia de Avis¹⁵². A imagem de D. João I emerge neste novo discurso como a de um grande príncipe cristão de pendor cruzadístico. A narração orienta-se para o relato dos belos feitos de armas e a defesa das conquistas militares.

No primeiro ciclo, o intérprete é Fernão Lopes e a base da legitimação da nova dinastia são situações e conceitos de âmbito moral coletivo e de defesa do reino, como a revolução de 1383-1385, a Sétima Idade do Mundo e o Messias de Lisboa. No segundo ciclo, fruto de um novo contexto político inaugurado pela conquista de Ceuta, emergiu

¹⁵¹ Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, caps. CLXXXIII-CXCII).

¹⁵² Abordamos esta temática em mais detalhe numa comunicação feita em 19/2/2021; ver Russo (2021).

um segundo discurso. Este novo ciclo/discurso exigia, por isso, um novo intérprete, que reorientou a base da legitimação dinástica para a glória da expansão militar e a defesa da fé.

Na trilogia, Fernão Lopes critica as guerras não estritamente necessárias como um dispêndio de riqueza e vidas, além de descrever os impactos que as mesmas provocam nas populações, nomeadamente ao nível da taxaço, inflaço e destruico económic. O Prólogo da CDF é um dos pontos altos da prosa lopesiana, e nele o autor transmite uma ideia clara: D. Fernando reunia em si um contexto económic favorável, herdado do seu pai, e qualidades que lhe teriam granjeado quiçá ter sido o rei mais próspero de Portugal. Foi a sua insistência num sonho irrealizável que transformou um reinado promissor numa crise dinástica que culminou numa guerra que se arrastou durante décadas.

Durante toda a trilogia, Fernão Lopes manifestou-se avesso a guerras irrefletidas cujos proveitos não fossem claros. Uma das ideias mais fortes que o cronista legou na sua obra foi a crítica a aventuras militares, frisando sempre a ruína social e económic que causam, sobretudo nas camadas mais baixas. Nesse sentido, pode-se deduzir que Fernão Lopes foi o rosto, nos círculos literários, de uma perspectiva cética quanto a políticas de conquista militar, claramente afim ao partido do regente D. Pedro. A conquista marítima estava longe de ser consensual na corte e na sociedade portuguesas sendo alvo de grandes debates. Após o desastre de Tânger de 1437, a expansão fica suspensa devido à prisão do Infante Santo. Esta situação marca o final do reinado de D. Duarte e toda a regência de D. Pedro, tendo gerado ceticismo sobre a política de expansão africana¹⁵³. Neste desastre, Fernão Lopes perde duas pessoas muito próximas: o seu único filho, Martinho, que foi preso em Tânger e morreu em Fez; e o Infante Santo, de quem o cronista foi escrivão da puridade¹⁵⁴. As personalidades mais próximas a Fernão Lopes, na corte, foram o rei D. Duarte, o regente D. Pedro e D. Fernando, o Infante Santo. O primeiro, apadrinhou o arranque da sua carreira, quando o encarregou de escrever a CP1419; o segundo concedeu-lhe tenças, já durante a sua regência, quando cronista arranca com a CDJ¹⁵⁵. Fernão Lopes trabalhou para o D. Fernando e beneficiou do seu testamento. Além disso, Martinho, filho do cronista, era o médico do Infante Santo.

Na trilogia, Fernão Lopes narrou os impactos sociais e económicos das chamadas guerras fernandinas, que se revelaram um desastre. No que toca à conquista africana, para Fernão Lopes não se tratava de um tópic do qual teria distância temporal e emocional, como seriam as guerras fernandinas, mas sim de uma questão que tocou diretamente o autor no seu foro pessoal. Conquanto ninguém possa sondar com exatidão os sentimentos de um autor que viveu há séculos e que nada deixou escrito

¹⁵³ Duarte (2015, p. 241). Sobre o culto ao Infante Santo na historiografia avisina, ver Amaral (2008).

¹⁵⁴ Ver página 117 deste trabalho.

¹⁵⁵ Ver nota anterior.

sobre esses assuntos, nem por isso podemos deixar de equacionar um cenário emocional credível. Em Tânger, o cronista perde o seu único filho e o Infante Santo para o qual ele e Martinho trabalharam durante a sua vida. A isto acresce a comoção que o fiasco de Tânger provocou em D. Duarte, o grande patrono da carreira do cronista, que caiu em grande depressão por ter sido obrigado a deixar o irmão morrer em Fez, evitando assim a devolução de Ceuta¹⁵⁶.

Por fim, o regente D. Pedro, que também se opusera ao ataque a Tânger, após esse fracasso defenderá um recuo na política bélica¹⁵⁷. Será esta sua postura perante a conquista africana o principal móbil da sua queda em 1449. Assim decorre que a expansão motivou em Fernão Lopes a perda do seu único filho e do infante D. Fernando, de quem, por razões profissionais, era seguramente muito próximo; marcou negativamente o legado de D. Duarte, o seu principal patrono; e, por fim, causou a queda final e a morte do regente, o seu último mecenas. A expansão seria, então, para o velho cronista, um tópico “espinhoso” do ponto de vista pessoal. Por outro lado, não é de todo infundado equacionar que Fernão Lopes, tendo já na CDF criticado a promoção de guerras evitáveis, não iria defender algo distinto no tocante a Ceuta.

O desastre de Tânger foi, para a segunda metade dos Quatrocentos, o equivalente das guerras fernandinas do século XIV: um fiasco militar, que ademais acarretou custos elevados e se saldou por uma humilhação política. Com a ressalva de que, se as guerras anteriores nada tinham produzido a não ser ruína, a expansão tinha trazido alguns momentos de glória e alguns benefícios económicos. Assim, sobre as guerras fernandinas existia um consenso em como tinham sido um desastre, ao passo que a expansão marítima gerava sentimentos mistos. A conquista de Ceuta tinha sido o tiro de partida da expansão marítima do século XV, e qualquer posição a adotar sobre a esta política teria de, antes de mais, enquadrar ideologicamente este acontecimento. Enquanto não se definisse claramente se Ceuta fora o início de uma política de conquista militar mais ampla, ou se fora um sucesso isolado sem continuidade, não se poderiam escrever as crónicas de D. Duarte, D. Afonso V, nem mesmo a terceira parte da CDJ. Mas a expansão iria configurar-se como a grande base legitimadora de uma nova dinastia, que após subir ao trono com a revolta de 1383, procurava agora consolidar a sua ascensão com uma política de expansionismo de tipo cruzadístico perante o Islão magrebino.

Posta esta nova base legitimadora, a CTC ganha uma importância crucial, porque dela dependia o futuro discurso cronístico sobre a política africana. A questão dividia a corte, havendo quem defendesse um recuo ou abandono desta política e uma reorientação de cariz comercial e pacífico. Em nosso entender, o grande atraso que existiria na redação das crónicas régias em 1449 dever-se-ia a esta divisão. Também

¹⁵⁶ Almeida (ed. 1977, caps. XLI-XLIV, pp. 569-575). Esta matéria encerra a *Crónica de D. Duarte* de Rui de Pina. Ver também Duarte (2005, pp. 17-19).

¹⁵⁷ A visão do regente sobre Tânger encontra-se narrada em Almeida (ed. 1977, caps. XIX-XX, pp. 532-537).

Teresa Amado nota que a questão da expansão não fora ainda digerida na corte e, por isso, houvera uma pausa na produção cronística¹⁵⁸. O ataque cerrado que a CTC faz aos críticos da expansão só se entende se este fosse ainda um tema divisivo, caso contrário não seria necessário um discurso tão virulento.

Ainda no mesmo âmbito, note-se um detalhe. Apesar de o autor da CTC defender com entusiasmo a expansão, nos capítulos XII-XIV o rei D. João I elenca os seus argumentos para permanecer cético sobre um ataque a Ceuta¹⁵⁹. O rei é mostrado como tendo reservas sobre os benefícios e possibilidade de sucesso da empreitada, e lista um conjunto de argumentos contra a ida, tais como os custos elevados e o perigo de expor a defesa do reino. A imagem de João I é, aqui, a de um rei moderado e prudente. Muitos dos seus argumentos assemelham-se à posição do regente D. Pedro sobre a expansão. Contudo, o rei dá voz ao conselho, que é composto pelos seus filhos e por algumas personalidades importantes do reino, que defendem o assalto à cidade. Acaba-se a decidir avançar para o ataque, sobretudo pelo prestígio que este acarretaria. Contudo o rei deixa no ar um conjunto de argumentos que lhe permitiriam no futuro fazer um *volte-face* e optar por congelar, ou mesmo abandonar, a expansão se esta se provasse ruínosa.

Neste capítulo, apenas o rei fala em discurso direto. A posição maioritária dos infantes e do conselho régio, ao contrário da do rei, é de entusiasmo com a conquista. Os argumentos favoráveis não são relatados em discurso direto, surgindo as várias opiniões sintetizadas num resumo. Apenas a opinião de D. João I é claramente transcrita, a dos infantes e demais conselheiros é resumida num compêndio geral das ideias, sem concretizar quem defendeu o quê. Deste modo, o autor criou uma base para, caso fosse futuramente necessário retroceder no discurso pró-expansão, ser possível fazê-lo sem comprometer as grandes figuras do reino, a começar pelo rei, que segundo Zurara, avança para o ataque pressionado pelos conselheiros.

A isto soma-se a proteção da imagem do rei D. João I, que avança para Ceuta quando é persuadido pelos conselheiros. Afigura-se-nos aqui uma estratégia típica dos cronistas, que, para preservar a figura do rei, orientam as críticas para os seus assessores¹⁶⁰. Em último caso, seriam os membros do conselho régio os culpados de uma opção política que se revelara errada, sem, todavia, ninguém poder ser individualmente atacado. Em 1449 é redigida a CTC, meses após a vitória de Afonso V em Alfarrobeira. O texto apresenta uma visão triunfante da conquista. Em 1449 o ambiente político é favorável à expansão; nos anos vindouros a conquista de praças norte-africanas intensifica-se e Afonso V sonha mesmo com a reconquista de

¹⁵⁸ Amado (1997, pp. 53-58).

¹⁵⁹ Pereira (ed. 1915, caps. XII-XIV, pp. 38-46). Margarida Ventura aponta que Zurara fez uso do contraditório na sua obra, nomeadamente nos capítulos dedicados ao debate sobre o ataque a Ceuta, onde o cronista dá os argumentos de ambas as partes. Ver Ventura (2018, pp. 144-146).

¹⁶⁰ Disto foi exemplo Ayala ao ter atribuído a derrota em Aljubarrota à inexperiência e ambição contraproducente dos conselheiros de Juan I; ver Luis-Martin (ed. 1991, pp. 598-602).

Constantinopla¹⁶¹. Contudo, nem por isso o tema deixou de ser divisivo, e o cronista criou estratégias de recuo discursivo antecipando possível um futuro *volte face* da política expansionista. O mesmo sucede com a imagem do regente D. Pedro, que na CTC é diminuída no seu papel político, mas não vilificada. Sendo o regente tio e sogro de Afonso V, uma futura reabilitação da sua imagem nunca deixou de estar na equação. Na CPM e na CDM tal virá a suceder, após o perdão que do rei aos apoiantes de D. Pedro¹⁶². Por isso, na CTC, os ataques ao partido do regente fazem-se sempre de forma anónima, evitando danar de forma irreversível a imagem dos opositores e tornar inviável uma futura reconciliação.

Conclusões

Os aspetos problemáticos na redação da CTC que analisamos no capítulo precedente são invocados para se construir uma reivindicação de autoria lopesiana que assenta sobretudo na negação de que Zurara pudesse ter sido o escritor da crónica. Por arrasto, apenas o autor da trilogia poderia emergir como o autor de uma crónica régia em 1449, visto ser de todo improvável que, não sendo Zurara a escrever a CTC, outro que não Fernão Lopes o fizesse. Os argumentos a favor da teoria lopesiana não se focam em construir uma fundamentação estrutural, temática, literária e ideologicamente sólida, antes partindo de factos que podem também ser interpretados dentro da hipótese de autoria zurariana.

Do ponto de vista literário, a CTC dista em demasia da trilogia, no plano temático, no uso de fontes, nos recursos estilísticos e no discurso cronístico sobre a sociedade e o poder. O afastamento de Fernão Lopes, em 1449, deveu-se à inadequação do seu discurso cronístico ao novo ciclo historiográfico que se inaugurava com a CTC. De facto, no primeiro ciclo historiográfico avisino, Fernão Lopes assentou a legitimação da nova dinastia no papel heroico do Mestre de Avis na defesa do reino contra Castela e também na ascensão de novas classes sociais, como os mesteirais, inaugurando assim uma Sétima Idade do Mundo, tendo Portugal como protagonista. Esse discurso findou com a conquista de Ceuta, que reorientou a política externa portuguesa para a cruzada contra o Islão magrebino, conferindo assim novas bases de legitimação à dinastia de Avis. Fernão Lopes foi um dos responsáveis pela imortalização da imagem de desastre da política fernandina, que provocou a ruína económica com guerras ilógicas. Esse fora um dos motivos da crítica do cronista a D. Fernando na CDF, e uma das ideias mais importantes por ele transmitidas: as guerras têm enormes custos financeiros e sociais e por isso têm de ser pensadas com fundamento e ponderação.

Ora este discurso estava desadequado à nova orientação geopolítica da casa de Avis, que fazia da conquista marroquina simultaneamente um motivo de glória e de

¹⁶¹ Almeida (ed. 1977, cap. CXXXV, pp. 767-768).

¹⁶² Guimarães & Moreira (2021, pp. 23-29).

legitimação. Se a isto acrescentarmos a idade avançada de Fernão Lopes e o seu assoberbamento com a finalização da CDJ, a opção por Zurara como autor da CTC afigura-se lógica. Neste sentido, notamos que a carta em que Fernão Lopes é afastado do cargo de cronista-mor (algo que na prática já sucedera anos antes) diz que tal é feito a seu “prazimento”, numa linguagem ambígua que sugere que ou o cronista aceita a decisão ou terá sido ele mesmo a pedir para deixar o cargo¹⁶³.

Não é de todo ilógico pensar que o próprio Fernão Lopes tenha optado por pôr fim à sua carreira de cronista e não escrever a CTC, considerando a sua idade avançada, a sua enorme carga de trabalho, e o seu viés pessoal com o tema da expansão. Note-se que a carta diz que o afastamento de Fernão Lopes foi a seu “prazimento”, ou seja, não foi algo compulsivo. Isto explica porque Zurara começa a CTC a fazer um panegírico ao seu antecessor «*chamavam* Fernão Lopes, homem de comunal ciência e grande autoridade...»¹⁶⁴.

Não há crítica de Zurara ao velho cronista, pelo contrário. Há o elogio a um cronista marcante que era já afamado em vida pelo seu génio literário. Nesse sentido, este capítulo soa simultaneamente como uma fórmula de despedida e como uma homenagem do pupilo ao mestre. Note-se que Zurara escreve “*chamavam* Fernão Lopes, homem de comunal ciência...” usando o verbo chamar no pretérito imperfeito do indicativo, como se Fernão Lopes já estivesse morto. Mas em 1449 o cronista ainda vivia, e viverá até pelo menos 1460. Assim, o uso do verbo *chamar* no pretérito imperfeito do indicativo entende-se como sugestão de Zurara de que Fernão Lopes encerrara o seu ciclo como cronista, referindo-se-lhe já no passado. O tom laudatório que se utiliza nesta passagem apenas faz sentido estando em causa personagens que tivessem falecido ou terminado o seu percurso. Com este capítulo, a dinastia de Avis, pela boca de Zurara, presta homenagem ao homem que legitimou a sua subida ao poder, imortalizando na sua pena imagens como o “Messias de Lisboa” ou o “Evangelho português”, encerrando assim todo um ciclo historiográfico, com os seus discursos, imagens e representações próprios. Um novo ciclo/discurso historiográfico emergia, e exigia um novo intérprete.

¹⁶³ «hordenamos per *sseu prazimento* de o dar a outra pessoa...», Pereira (ed. 1915, p. 291).

¹⁶⁴ Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 12-13).

Referências:

Fontes:

Almeida, M. Lopes de (ed. 1977), *Crônicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, Porto, Lello & Irmão Editores.

Amado, Teresa; Nunes, Ariadne; Pimenta, Carlota & Costa, Mário (eds. 2017), *Fernão Lopes. Crónica de D. João I: Primeira Parte* (Vol. I), Lisboa, INCM.

Brocardo, Maria Teresa (ed. 1997), *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Calado, Adelino de Almeida (ed. 1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Cintra, Lindley; Freire, Anselmo Braancamp & Entwistle, William (eds. 1977). *Fernão Lopes. Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo* (vol. II), Lisboa, INCM.

Cronica de D. Pedro: M-VII-9, Torre do Tombo, Lisboa.

King, Larry (ed. 1978), *Gomes Eanes de Zurara. Cronica do Conde D. Duarte de Menezes*, Lisboa, Universidade Nova.

Luis-Martin, José (ed. 1991), *Pero López de Ayala. Crónicas*, Barcelona, Planeta.

Macchi, Giuliano & Amado, Teresa (eds. 2004), *Fernão Lopes. Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

Macchi, Giuliano & Amado, Teresa (eds. 2007), *Fernão Lopes. Crónica de D. Pedro*, Lisboa, INCM.

Pereira, Francisco Esteves Maria (ed. 1915), *Gomes Eanes de Zurara. Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Visconde de Santarém (ed. 1841), *Gomes Eanes de Zurara. Cronica do Descobrimeto e Conquista da Guiné*, Paris, J.P. Aillaud.

Estudos:

Aguiar, Miguel (2016), *Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV*, Dissertação de Mestrado, Porto, Edição de Autor.

Aguiar, Miguel (2018), "As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV", *Medievalista*, 23, pp. 1-31.

- Amado, Teresa (1997), *Fernão Lopes: contador de histórias. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Amado, Teresa (2007), “Os pensamentos do cronista Fernão Lopes”, *eHumanista*, 8, pp. 133-142.
- Amaral, Clinio (2008). *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*, Tese de Doutoramento, Niterói, UFF.
- Augustín, Kevin Perromat (2014), *El plagio en las literaturas hispánicas: Historia, Teoría y Práctica*, Tese de Doutoramento, Paris, CRIMIC, Université Paris-Sorbonne.
- Barbosa, Katiúscia Quirino (2017), *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*, Tese de Doutoramento, Niterói, UFF.
- Barros, Cláudia (2021), *O Olhar de Gomes Eanes de Zurara sobre o Norte de Marrocos: estudo da paisagem de Alcácer Ceguer (Ksar Sghir)*, Braga, Universidade do Minho.
- Barros, Cláudia (2022), “Desbravando o território de Ksar Sghir com Gomes Eanes de Zurara”, apresentado em *Sessões de Cronística Medieval*, Grupo de Cronística da Flup (ed. 2022), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. URL: https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?P_NR=142084
- Basto, Artur de Magalhães (1959), *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Bertoli, André (2007), “A natureza narrativa da Crônica da Tomada de Ceuta”, *Cantareira – Revista Eletrônica de História*, 3, 2, Ano 4. URL: https://www.academia.edu/4438581/A_Natureza_Narrativa_da_Cr%C3%B4nica_da_Tomada_de_Ceuta_CANTAREIRA_Revista_Eletr%C3%B4nica_de_Hist%C3%B3ria_Volume_3_N%C3%BAmero_2_Ano_4_2007
- Bertoli, André (2010), “Ensaio sobre a Cronística e a Guerra em Portugal no final da Idade Média”, *Revista Litteris História*, 5, pp. 1-16.
- Börm, Henning (2015), “Procopius, his predecessors, and the genesis of the Anedocta”, in Henning Börm, *Antimonarchic Discourse in Late Antique Historiography*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, cap. 13.
- Cabanas, María Isabel Morán (2004), “A propósito da erudição greco-latina e da imagística na Crónica da Tomada de Ceuta, de Gomes Eanes de Zurara”, *Troianalexandrina. Anuario sobre literatura medieval de materia clásica*, 4, pp. 163-186.

- Carvalho, Joaquim de (1949), "Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara", in *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Vol. I, pp. 1-241.
- Cidade, Hernâni (1931), "Fernão Lopes é ou não o autor da «Crónica do Condestabre»?", *O Instituto*, 81, 1, pp. 5-40.
- Cintra, Luís Filipe Lindley, "Gomes Eanes de Zurara", in Jacinto Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, s.l., Editora Figueirinhas, Vol. 4.
- Cunha, Paulo Morgado e (2017), "«Batalhas fundacionais»: da Estória do Santo Graal à Crónica de D. João I de Fernão Lopes", *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 19-40.
- Dias, João José Alves (ed. 1982), *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte: Livro da Cartuxa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Duarte, Isabel Margarida (2002), "O relato de discurso na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara", in *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, Vol. I, pp. 207-215.
- Duarte, Luís Miguel (2005), *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Duarte, Luís Miguel (2015), *Ceuta. 1415*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Figueiredo, Albano (2005), "Viagem, cavalaria e conquista na *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara", in *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 25-33.
- Guimarães, Jerry (2019), "*De qualquer outro do povo escrevera seu feito, se o achava em merecimento*": Memória e esquecimento da "gente miúda" nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, Tese de Doutoramento, Vitória da Conquista, UESB.
- Guimarães, Jerry & Moreira, Marcello (2021), "Danação e redenção da memória do infante D. Pedro nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara", *Revista de História*, 180, pp. 1-36. URL: <https://www.redalyc.org/journal/2850/285068952049/285068952049.pdf>
- Martins, Mário (1975), *Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa*, Lisboa, Edições Brotéria.
- Martins, Mário (1979), *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

- Miranda, José Carlos (2013), “Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal”, *e-Spania*, 16. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/22778>
- Monteiro, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, Coimbra, Livraria Minerva.
- Montes, Néstor Virgil (2019), “El rumor político en diplomacia: la especulación sobre el posible destino de la armada portuguesa que se estaba preparando para finalmente conquistar Ceuta (1411-1415)”, in José Antonio Chelle Ortega/ José Marcos García Isaac/ Óscar Villarroel González (coords.), *Guerra y diplomacia en la Península Ibérica (1369-1474)*, Madrid, La Ergástula, pp. 15-40.
- Moreira, Filipe Alves (2013), *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Moreira, Filipe Alves (2017), “Memória(s) do rei D. Pedro: episódios não incluídos na Crónica de Fernão Lopes”, *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 95-112.
- Moreno, Humberto Baquero (1973), *A batalha de Alfarrobeira*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, Revista de Ciências do Homem.
- Rodrigues, André Moutinho (2021), “Imagens e práticas dos confesores da família real portuguesa em meados do século XV”, in Diana Pereira/ Inês Afonso Lopes/ Rosa Maria Sánchez (coords.), *O Gesto e a Crença: Percursos, Transferências e Intermedialidade*, Porto, CITCEM, pp. 99-108.
- Rosa, Maria de Lurdes (2010), *Longas Guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*, Porto, Fio da Palavra.
- Russo, Rute (2019), *A crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes*, Dissertação de Mestrado, Porto, Edição de Autor.
- Russo, Rute (2021), “A literatura cronística portuguesa e o século XV: Fernão Lopes e o primeiro ciclo historiográfico da Casa de Avis”, apresentado em *16ª Sessão das Oficinas de Investigação do CITCEM 2020/21, Representações Cronísticas Medievais*. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=8m5Ldu0dosk>
- Saraiva, António José (1960), *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soares, Torquato de Sousa (1960), “Acerca da chamada «Crónica dos feitos de Guiné» de Gomes Eanes de Zurara”, *Revista Portuguesa de História*, IX, pp. 287-302. URL: https://dl.uc.pt/explore?bitstream_id=12256117&handle=10316.2/46848&provider=iiif-image#c=0&m=0&s=0&cv=16&xywh=145%2C209%2C3773%2C2168
- Sousa, Bernardo Vasconcelos (2005), *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Sousa, João Silva de (2015), “O Infante D. Henrique, 1394-1460 (Assinalando os 550 Anos da sua morte)”, in *Arqnet*. URL:
https://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_infante.html

Valdaliso-Casanova, Covadonga (2017), “«Deste rey Dom Pedro contão algũas cousas». A construção da narrativa da memória do rei-juiz”, *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 135-160.

Ventura, Margarida G. (2018), “O elogio do contraditório. Reflexões sobre a cronística de Zurara.” in Maria Eurydice Ribeiro/ Susani França (Orgs.), *A escrita da História de um lado a outro do Atlântico*, São Paulo, Cultura Académica Editora, pp. 143-166.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÉMICOS

APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

Autor:

João Pedro Fernandes de Melo

Título:

A representação da figura aristocrática e o seu desenvolvimento no macabro

Como citar esta apresentação:

João Pedro Fernandes de Melo, «*A representação da figura aristocrática e o seu desenvolvimento no macabro*. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em outubro de 2022. Realizada sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda.», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 161-164.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7ta1>

A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA ARISTOCRÁTICA E O SEU DESENVOLVIMENTO NO MACABRO

Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em outubro de 2022. Realizada sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda¹.

João Pedro Fernandes de Melo
FLUP

Desde o século XIX muitos estudos foram produzidos acerca da origem assim como importância e “genealogia” daquilo que denominamos como “macabro”. O objetivo do estudo aqui apresentado é oferecer uma interpretação concisa da representação da aristocracia dentro desta forma de “contemptus mundi”, procurando entender o propósito e significado das representações contempladas por este conceito.

Aquilo que concluímos é que, no domínio da apresentação da aristocracia dentro da linguagem do “macabro”, existe uma complexidade e diversidade consideráveis, tanto no propósito como nas circunstâncias de produção textual e icónica, estando sempre as obras respectivas muito dependentes do seu patrono.

No seio do conjunto do que foram as obras de patrocínio nobre, conseguimos entender uma clara tendência para uma articulação com muitos temas de uma “boa morte”, mesmo em conjugação com temas mais tradicionais da morte pacífica, ou então optando por seguir aquilo que seria mais tarde proposto nas “artes moriendi”, com ênfase progressivo na experiência da morte personalizada. Esta segunda tendência parece-nos ser a mais prevalente na matéria “macabra” da Península Ibérica.

Por outro lado, as representações noutros contextos europeus, nomeadamente o ambiente inglês, parecem comprovadamente mais próximas de uma tradição rica de «Diálogos», “Vado Mori” e uma temática diversa de textos “contemptus mundistas” difundidos noutra paragens europeias. Por outro lado, a Península Ibérica parece demonstrar uma preferência por temas mais perto de “lamentos”, assim como “danças da morte”, sem nunca, no entanto, revelar ignorância dos textos, assim como de correntes mais gerais, actantes em toda a Europa.

¹ Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/145113>.

Outro fator de importância será a questão da divulgação do macabro no ambiente peninsular, sendo que muito do património foi perdido, não existindo um “corpus” tão considerável como noutras geografias culturais. Apesar disto, e naquilo que nos foi dado analisar, consideramos existir, em meios aristocráticos, uma prevalência da ideia de “morte conquistada”, glorificadora de personagens e de estatutos sociais e políticos.

APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

Autor:

Rui Pedro Monteiro

Título:

A Idade Média nos Livros de Cavalarias portuguesas do séc. XVI

Como citar esta apresentação:

Rui Pedro Monteiro, « *A Idade Média nos Livros de Cavalarias portuguesas do séc. XVI*. Dissertação de Doutoramento em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos – especialização em Literatura e Cultura –, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em maio de 2022. Realizada sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda e do Professor Doutor Aurélio Vargas Díaz-Toledo.», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 165-168.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7ta2>

A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DE CAVALARIAS PORTUGUESES DO SÉC. XVI

Dissertação de Doutoramento em Estudos Literários, Culturais e Interartísticos – especialização em Literatura e Cultura –, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em maio de 2022. Realizada sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda e do Professor Doutor Aurélio Vargas Díaz-Toledo¹.

Rui Pedro Monteiro
SMELPS/IF/FCT

O principal objetivo da presente tese foi aprofundar o estudo do *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* (Coimbra, João de Barreira, 1567), um livro de cavalarias português pouco estudado e reconhecido. Partindo precisamente do título da obra, a investigação desenvolvida propôs-se entender a memória como elemento central na construção do texto do *Memorial*. Para isso, a metodologia adotada foi a dos estudos de memória cultural, desenvolvida nas últimas décadas do século passado por uma escola alemã de críticos, que ainda continua a ser desenvolvida e utilizada no estudo de diversos fenómenos culturais.

A tese está dividida em duas partes, que correspondem a diferentes níveis de abordagem. Na primeira parte, analisa-se o que nos estudos da memória cultural se denomina “memória da literatura”, ou seja, os diferentes processos detectáveis de transtextualidade. Assim, essa parte divide-se em três capítulos. No primeiro, a partir da estrutura geral do texto português, relaciona-se o texto de Ferreira de Vasconcelos com o género cavaleiresco ibérico. O segundo capítulo é dedicado às personagens e ao conceito de *interfiguralidade*. Começando pelo substrato arturiano da obra, analisa-se a sobrevivência de personagens e as relações intertextuais entre textos tão distintos como *Amadis de Gaula*, *Crónica de los Nueve de la Fama*, *Palmeirim de Inglaterra* e *Il Filocolo*, de Boccaccio. O último capítulo da primeira parte examina o cronotopo da obra, igualmente a partir de uma perspectiva intertextual.

Na segunda parte da tese, analisam-se as formas através das quais se representa a fixação da memória na narrativa. No primeiro capítulo, examinam-se as relações entre os espaços de memória e a escrita; no segundo capítulo, desenvolve-se uma análise da importância da escrita para a imitação de modelos, relacionando esse texto cavaleiresco com os Espelhos de Príncipes; e, finalmente, o terceiro capítulo, parte da análise da representação do Torneio de Xabregas, evento que ocorreu na realidade histórica, em

¹ Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/141506>.

1550, na corte portuguesa, e que no *Memorial* é transformado num relato profético, relacionando esta descrição com os conceitos de memória, escrita e imitação.

Nas conclusões, articulam-se as duas partes da análise e adianta-se a ideia de que o *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* apresenta uma influência nos livros de cavalarias portugueses, não tendo, no entanto, encontrado seguidores. Aproximando-se e ao mesmo tempo afastando-se dos dois textos anteriores da tradição portuguesa, a obra de Ferreira de Vasconcelos apresenta uma lógica eminentemente circular que favorece a memória que pretende fixar, transmitir e criar. Carregado de representações da inevitabilidade e imprevisibilidade da Fortuna, o *Memorial* apresenta um carácter particularmente pragmático, marcado pela melancolia final do texto, após a referência à morte, em 1554, do príncipe herdeiro do trono português. Ferreira de Vasconcelos deposita a esperança na figura de Sebastião, filho do príncipe falecido, apresentando-lhe um conjunto de exemplos a seguir.

Embora a bibliografia anterior tenha lido esse texto quase exclusivamente como um guia amoroso para o jovem monarca, tal perspectiva é ampliada na presente tese. Num texto no qual a geografia da acção mítica e desconhecida é substituída por uma geografia marcadamente ocidental, no qual as aventuras se constroem a partir de referências a uma futura guerra entre cristãos e muçulmanos, onde o principal par amoroso da narrativa é um cavaleiro cristão e uma princesa muçulmana, apresentado o narrador duras críticas aos soberanos que procuram fama e riqueza em regiões afastadas de seus reinos, seria impossível não relacionar todos esses fatores com o contexto específico da segunda metade do século XVI e as posições relativas ao império português.

O texto de Jorge Ferreira de Vasconcelos parece alinhar-se com uma facção cortesã que defendia o avanço sobre o Norte da África, em oposição à longínqua Índia, posição que a posteridade associou a uma visão antiquada da política e da cultura imperial, embora tenha sido uma faceta visível ao longo dos reinados de João III e de seu neto, Sebastião. Estudar o *Memorial*, Jorge Ferreira de Vasconcelos e os demais textos cavaleirescos portugueses significa, portanto, aproximar-se das margens, da literatura que continua fora do que é considerado o cânone do sistema literário português do século XVI. No entanto, é somente a partir das margens que se podem identificar os aspectos da memória literária e cultural que a posteridade tentou harmonizar ou até mesmo esquecer.

APRESENTAÇÃO DE LIVROS

APRESENTAÇÃO DE LIVROS

Autor:

Mariana Leite

mariana0leite@gmail.com

Título:

AFONSO X NO SEU VIIIº CENTENÁRIO: UM PANORAMA EDITORIAL

Como citar esta apresentação:

Mariana Leite, «Afonso X no seu VIIIº centenário: um panorama editorial», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 171-180.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7r1>

AFONSO X NO SEU VIIIº CENTENÁRIO: UM PANORAMA EDITORIAL

Mariana Leite
SMELPS/IF/FCT
Universidade do Porto

A 23 de Novembro de 1221 nasce, em Toledo, o primogénito de Fernando III e Beatriz da Suábia, garantindo não só a sucessão ao trono castelhano, mas também a continuidade da fusão dos reinos de Castela e Leão após Fernando III herdar a coroa leonesa em 1230. A perspetiva herança de Leão poderá ter contribuído precisamente para o envio do jovem Afonso para os territórios galegos, num período de florescimento da poesia trovadoresca; e, de facto, vamos assistir à confluência de trovadores galego-portugueses na corte de Fernando III a partir de 1235, que se compreende, sobretudo, pelo interesse do futuro Afonso X por esta poesia.

Chegando ao trono em 1251, já aos 31 anos, Afonso teve a oportunidade de um longo período enquanto infante, durante o qual pôde sobretudo aprimorar os seus projetos políticos e culturais. O seu interesse na centralização do poder régio, exacerbadas pela candidatura ao Sacro-Império Romano-Germânico entre 1254-1272, permitem compreender o uso do castelhano como língua de produção de todo o tipo de manifestações culturais: começando pela obra legislativa, mas rapidamente expandindo-se para a promoção de traduções de obras científicas e culturais variadas para aquela que Afonso assume claramente como sendo a língua do rei, chegando à produção historiográfica, no período final da sua vida extinta em Sevilha a 4 de abril de 1284. Por outro lado, o seu percurso trovadoresco, assente no uso da língua já cristalizada como língua da produção poética do centro e ocidente peninsular oriunda dos territórios pertencentes ao reino de Leão, o Galego-Português, levará ao desenvolvimento de um género próprio e francamente pessoal, as *Cantigas de Santa Maria*, cujos manuscritos duocentistas congregam o maior *corpus* de poesia trovadoresca galego-portuguesa em testemunhos da época de vigência do género. Afonso X é, portanto, uma figura fundamental para a história da língua e cultura castelhana, mas também para a tradição poética galego-portuguesa.

Compreende-se, quer pelo fundamental impacto no castelhano, quer pelo papel político, o destaque que teve o 8º centenário de Afonso X em ambiente espanhol; do mesmo modo, deve destacar-se a reivindicação da herança trovadoresca alfonsina – que não se esgota nas *Cantigas de Santa Maria* nem tão-pouco na produção de poesia profana – por parte dos meios galegos. Com raríssimas exceções¹, o mundo português,

¹ Uma honrosa exceção foi a exposição *Afonso X e Galicia*, que circulou por várias instituições de ensino superior brasileiras. Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a efeméride assinalou-se em 2022

co-herdeiro do legado trovadoresco galego-português, parece ter ignorado a importância da data.

Como dissemos, desenvolveu-se em território espanhol um número considerável de iniciativas, nomeadamente voltadas para o grande público, das quais destacamos diversas exposições – várias delas organizadas em Toledo² e em Sevilha³, cidades-chave do percurso de vida de Afonso X –, destacando-se "Los libros del rey Sabio. VIII centenario del nacimiento de Alfonso X (1221-2021)", na Biblioteca Nacional de España, coordenada por Inés Fernández-Ordóñez e centrada na produção literária alfonsina, permitindo ao grande público o reconhecimento da amplitude e impacto dos projetos intelectuais de Afonso X na cultura medieval ibérica. A partir dos fundos da Universidade de Salamanca, realizou-se também a exposição "Arquitecto de Historias: Alfonso X y el saber histórico en la Edad Media", cujo catálogo elencamos adiante. Deve ainda assinalar-se a exposição "Afonso X e Galicia", organizada pelo Consello de Cultura Galega e cujo catálogo, de autoria de Antoni Rossell (2022), é exemplar no que respeita a comunicação científica acessível e precisa, disponibilizando ainda reproduções musicadas de algumas das *Cantigas de Santa Maria*.

No domínio académico, destacou-se a realização de colóquios e outros encontros científicos – ainda que de certo modo condicionados pelas restrições da Covid-19 – sobretudo no domínio castelhano. O levantamento destes eventos, generalistas ou sobre temas específicos dentro dos estudos alfonsinos, seria excessivamente vasto para aquilo que pretende ser um panorama; e igualmente extensa é a quantidade de publicações que saíram do prelo no âmbito das comemorações centenárias: desde biografias mais generalistas, a compilações temáticas, passando pela reedição de trabalhos mais antigos e ainda pela disponibilização em linha e livre acesso de edições antigas de obras de Afonso X, pela Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado⁴, ou de dois dos códices das *Cantigas de Santa Maria* preservados na Real Biblioteca del Escorial⁵.

No que respeita aos trabalhos publicados sobre Afonso X, devemos começar por destacar o volume organizado por Manuel García Fernández (2021), pela compilação de estudos precisos sobre todos os domínios de ação, política, mas sobretudo cultural, de Afonso X. Um propósito semelhante subjaz ao trabalho coordenado por Inés Fernández-Ordóñez (2020, reimpresso em 2021), que reuniu neste volume trabalhos mais particulares sobre a obra alfonsina. Também o volume da responsabilidade de Carlos de

com uma exposição intitulada *Afonso X. 800 anos depois*, e respetivo catálogo. À data da publicação, não obtivemos dados sobre mais iniciativas comemorativas em ambiente lusófono.

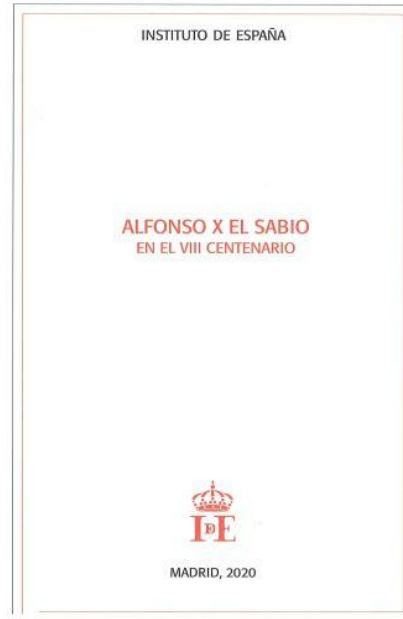
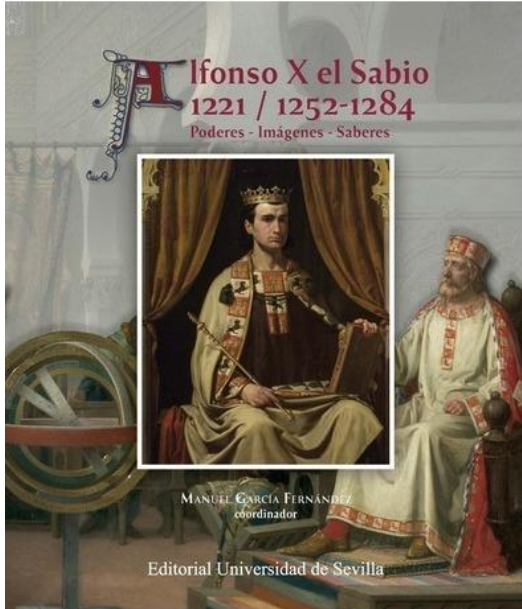
² Chamamos a atenção para as iniciativas tão variadas como pertinentes organizadas pelo Ayuntamiento de Toledo, nomeadamente a exposição "Los Judíos en la corte de Alfonso X" ; vejam-se as atividades promovidas em <https://toledoguiaturisticaycultural.com/programacion-viii-centenario-de-alfonso-x-el-sabio/?srsltid=AfmBOoqZu8cKZXceFbnI5GK0GNy4YFbxRtCHulGtaKyhgCHvsJ1DQhdK> [consultado a 20/11/2022].

³ Quase três dezenas de atividades foram organizadas por instituições sevilhanas a propósito de Afonso X, disponível em <https://www.sevilla.org/actualidad/blog/800-aniversario-de-alfonso-x-el-sabio> [consultado a 20/11/2022].

⁴ Disponibilizaram-se as *Siete Partidas*, o *Fuero Real* e o *Espéculo de Leyes* em <https://www.une.es/2021-viii-centenario-del-nacimiento-de-alfonso-x-el-sabio-editorial-boe> [consultado a 12/09/2022]

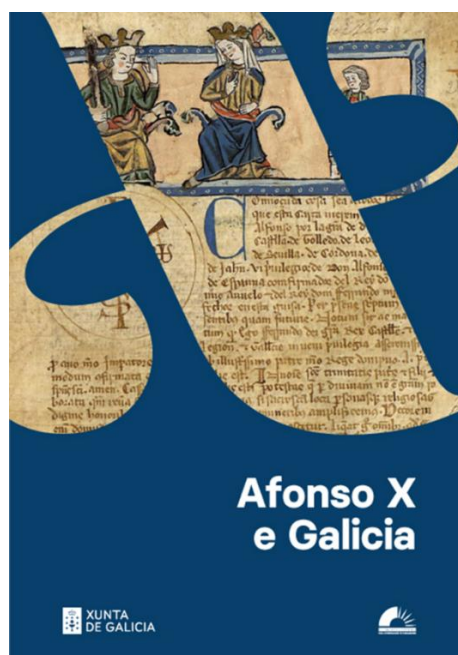
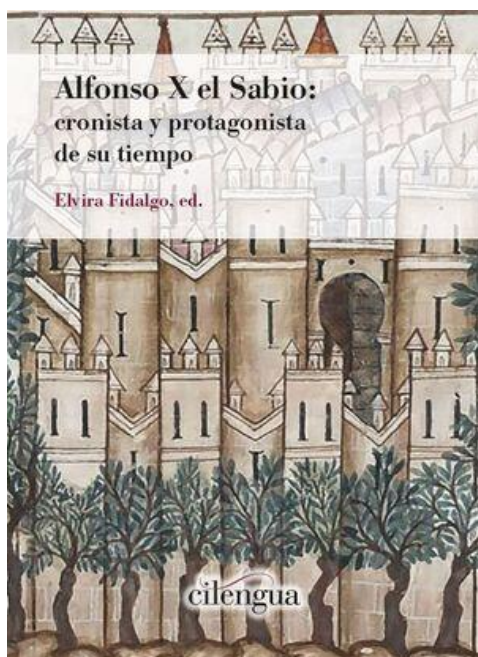
⁵ Trata-se do *Códice Rico* e do *Códice dos Músicos*, disponibilizados, respetivamente, em <https://rbme.patrimoniocultural.es/s/rbme/item/11337> e <https://rbme.patrimoniocultural.es/s/rbme/item/11338> [consultados a 12/09/2022].

Ayala Martínez, Javier Jiménez e Rafael Sánchez Saus, a publicar em breve, irá recolher capítulos de temas diversos em redor de Afonso X – dos problemas editoriais da sua obra à poesia trovadoresca, passando pela obra legislativa ou pela ação política do rei Sábio.



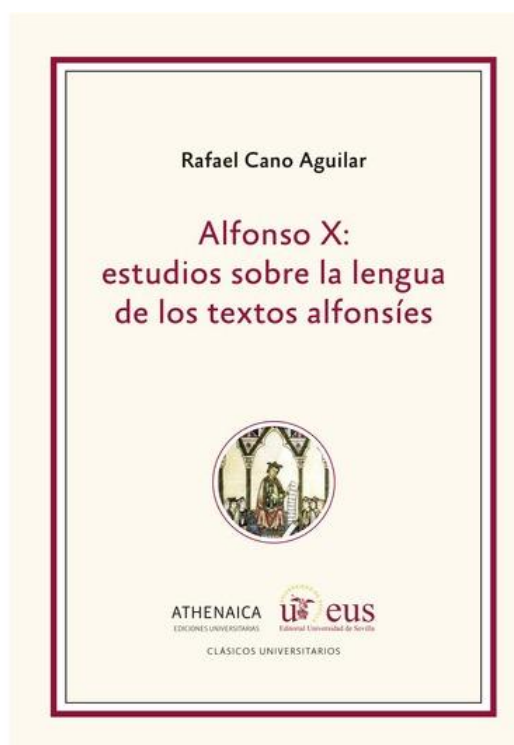
Embora publicado um ano antes do centenário, não podemos deixar de indicar também a monografia coordenada por Elvira Fidalgo (2020), cujos capítulos se debruçam em várias dimensões da ação cultural de Afonso X, com alguns estudos sobre o contexto social, monástico ou linguístico em que viveu o rei.

Também oriundo da Galiza, mas desta vez com a chancela da Xunta de Galicia, de salientar o imponente volume *Afonso X e Galicia*, organizado por Mercedes Brea e Pilar Lorenzo Gradín (2021), que acrescenta perto de duas dezenas de contribuições para o conhecimento da influência do rei Sábio em contexto norte-occidental ibérico. A perspetiva interdisciplinar do volume demonstra a capacidade – e necessidade – de harmonizar o estudo da história política com a investigação sobre a criação literária, com efeito, os dois grandes polos de pesquisa apresentados no volume.



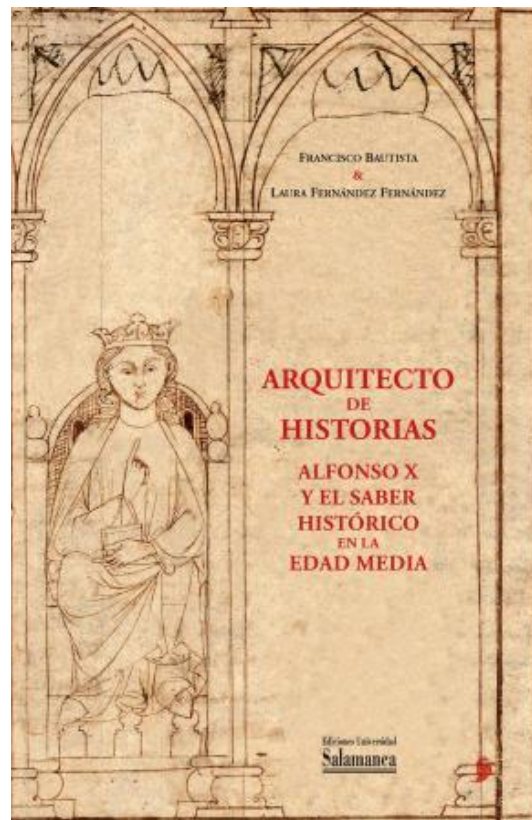
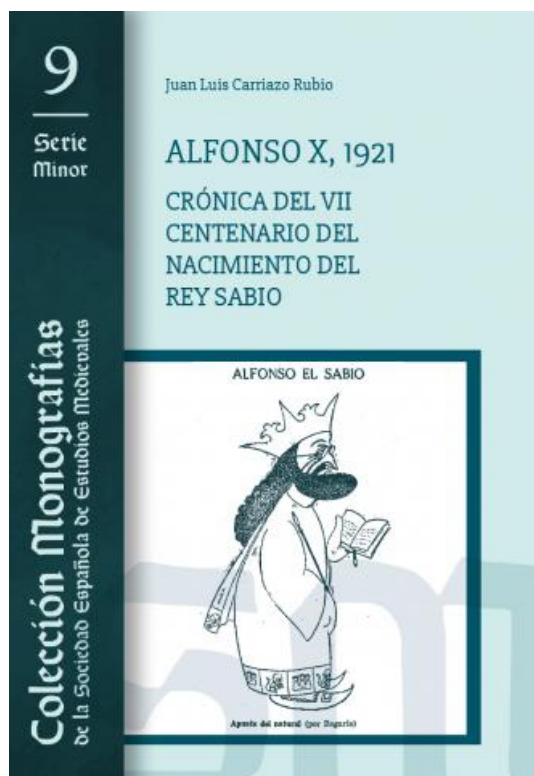
Incidindo ainda nas relações do Rei com o território norte-occidental, refira-se o livro editado por José Miguel Andrade Cernadas e Simon Doubleday (2021), centrado nas relações entre a Galiza e a vida e obra de Afonso X, bem como o contexto do território galego durante o período alfonsino.

De entre as publicações de carácter mais temático, incidindo sobre aspectos lingüísticos na linha dos volumes anteriormente referidos, assinala-se o livro de Rafael Cano Aguilar (2022) que explora um dos aspectos mais salientes da obra do Rei-Sábio, que é o seu carácter plurilingüístico.



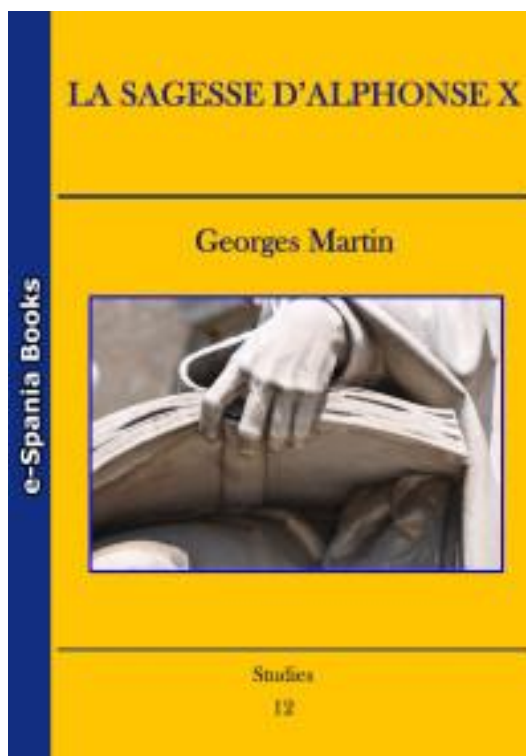
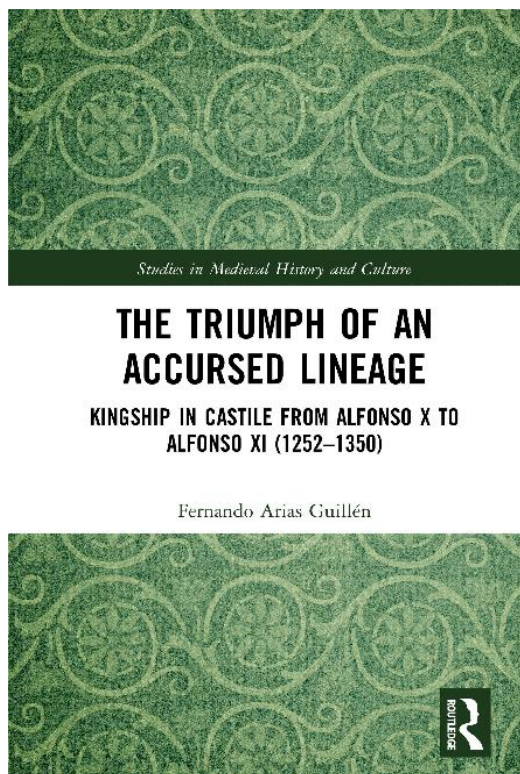
Novamente em ambiente académico castelhano, destacamos a peculiar abordagem de Juan Luis Carriazo Rubio (2021) que, a partir também de iniciativas que promoveu em 2021, avalia as comemorações do sétimo centenário (1921), num interessante contributo para o estudo do medievalismo na época contemporânea que avalia a sobrevivência, e construção, da memória de Afonso X por toda a Espanha de início do século XX.

Investindo na memória, mas desta vez tendo como pano de fundo um domínio específico da escrita de Afonso X, Francisco Bautista e Laura Fernández (2022) realizaram, a partir da exposição anteriormente mencionada, um livro-catálogo onde se dá conta da génese e contexto da atividade de Afonso X, com particular destaque para a historiografia, tendo em conta também a deriva pós-alfonsina que se estende pelos séculos fora. Assumindo uma dimensão essencialmente comemorativa, metade do volume, patrocinado pela Universidade de Salamanca, é constituído por reproduções de grande qualidade de alguns manuscritos e incunábulo relacionados a atividade intelectual alfonsina.



Publicado em língua inglesa e fora do território espanhol, é de salientar também o trabalho de Fernando Arias Guillén (2021), merecedor de reconhecimento pela perspetiva sobre as gerações de reis após Afonso X, sublinhando o legado político e cultural do rei Sábio durante os reinados de Sancho IV e Afonso XI. Por último, é de realçar a obra de Georges Martin (2022), recentemente publicada em anexo da revista *e-Spania*, centrado no valor da sabedoria para o reinado de Afonso X. Destaca-se a organização temática (precedentes, construção de um *scriptorium*, investimento no direto e na historiografia, posteridade), que avalia as iniciativas culturais à luz da visão

política alfonsina – nomeadamente, pelo seu investimento jurídico mas também historiográfico –, encontrando no projeto intelectual uma mundividência própria.



Certamente que muito ficou por elencar das inúmeras manifestações científicas e culturais em redor do centenário do nascimento de Afonso X em Espanha. Evidenciam-se as compilações de estudos que favorecem a compreensão global da vida, obra e legado alfonsinos, notando-se sobretudo a prevalência de atividades nesse território, onde Afonso X foi comemorado não apenas como figura histórica, mas também cultural bem além do seu legado para o desenvolvimento político e linguístico do reino – neste sentido, é bastante eloquente a exibição do musical *Alfonso X, la última cantiga*, no palácio dos Mudejães em Sevilha, precisamente no dia de aniversário do rei sábio.

Não seria expectável um idêntico nível de reconhecimento público português sobre a figura de um rei castelhano que, mais do que avô de D. Dinis, deixou um legado cultural indelével e fundamental para a cultura portuguesa medieval, quer pela sua própria produção poética e pelo patrocínio da cultura trovadoresca; quer pela obra historiográfica que durante séculos foi recolhida pelos cronistas portugueses – tanto a *Estoria de España* como a *General Estoria* –; quer ainda, e significativamente, pela obra jurídica que, desde o reinado de Afonso III, foi traduzida e adaptada para o contexto português. Será por isso necessário divulgar, cada vez mais, dentro e fora dos meios académicos portugueses, esta figura maior da cultura europeia que é Afonso X.

Referências:

Andrade Cernadas, José Miguel; Doubleday, Simon (eds. 2021), *Galicia no tempo de Afonso X*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Gallega.

Arias Guillén, Fernando (2021), *The Triumph of an Accursed Lineage Kingship in Castile from Alfonso X to Alfonso XI (1252–1350)*, New York, Routledge.

Bautista Pérez, Francisco & Laura Fernández Fernández (2022), *Arquitecto de Historias. Alfonso X y el saber histórico en la Edad Media*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

Basto, Ana Carolina Avilez; Gomes, Maria Joana; Leite, Mariana (orgs. 2022) *Afonso X, 800 anos. Obra e legado. Catálogo da exposição*, Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras. URL: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19412.pdf> [consultado a 12/09/2022]

Brea, Mercedes & Pilar Lorenzo Gradín (eds. 2021), *Afonso X e Galicia*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.

Cano Aguilar, Rafael (2022) *Alfonso X: estudios sobre la lengua de los textos alfonsíes*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla.

Carriazo Rubio, Juan Luis (2021), *Alfonso X, 1921. Crónica del VII Centenario del nacimiento del rey Sabio*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales

Fernández-Ordóñez, Inés (coord. 2020), *Alfonso X el Sabio en el VIII Centenario*, Madrid, Instituto de España (reimp. 2021).

Fidalgo, Elvira (coord. 2020), *Alfonso X el Sabio: cronista y protagonista de su tiempo*. San Millán de la Cogolla, Cilengua.

García Fernández, Manuel (coord. 2021), *Alfonso X el Sabio, 1221/ 1252-1284. Poderes, imágenes, saberes*, Sevilha, Universidad de Sevilla.

Martin, Georges (2022), *La sagesse d'Alphonse X*, Paris, e-Spania Book. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.esb.4223> [consultado a 20/11/2022]

Rossell, Antoni (2021), *Alfonso X and Galicia*, Ourense, Consello da Cultura Galega. DOI: <http://dx.doi.org/10.17075/axgi.2021> [consultado a 20/11/2022]

Outras actividades:

Basto, Ana Carolina Avilez; Gomes, Maria Joana; Leite, Mariana (coord. 2022), *Exposição “Afonso X, 800 anos. Obra e legado”*, Porto, Biblioteca da Faculdade de Letras.

Bautista, Francisco; Fernández, Laura (coord. 2021), Exposição "Arquitecto de Historias: Alfonso X y el saber histórico en la Edad Media", Salamanca, Universidade de Salamanca. URL:

<https://bibliotecahistorica.usal.es/es/recursos/exposiciones/listado-de-exposiciones/207-2021-arquitecto-de-historias> [consultado a 12/09/2022]

Fernández-Ordóñez, Inés (coord. 2021) Exposição "Los libros del rey Sabio. VIII centenario del nacimiento de Alfonso X (1221-2021)", Madrid, Biblioteca Nacional de España. URL: <https://www.bne.es/es/agenda-eventos-actividades/exposicion-libros-rey-sabio-viii-centenario-del-nacimiento-alfonso-x> [consultado a 12/09/2022]

Lozano, Jesús (dir. 2021), *Alfonso X, la última cantiga* (espectáculo digital), María de Melo Producciones. URL: <http://ivoblanek.com/contenido/18-alfonso-x-la-ultima-cantiga> [consultado a 12/09/2022]

Rosell, Antoni (coord. 2021) Exposição Itinerante "Afonso X e Galicia". Consello de Cultura Galega. URL: <https://consellodacultura.gal/especiais/afonso-x-e-galicia/> [consultado a 12/09/2022].

APRESENTAÇÃO DE LIVRO

Autor:

José Carlos Ribeiro Miranda

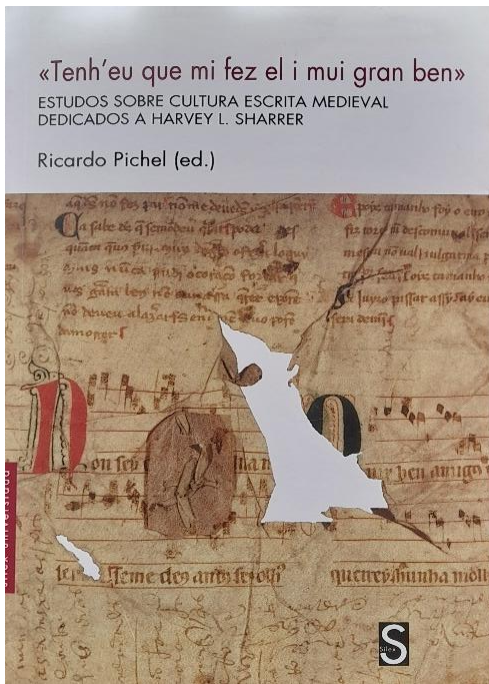
Título:

Ricardo Pichel (org.), *«Tenh'eu que mi fez el i mui gran ben»: Estudos sobre Cultura Escrita Medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*, Madrid, Sílex, 2022

Como citar esta apresentação:

José Carlos Ribeiro Miranda, «Apresentação de Ricardo Pichel (org.), *«Tenh'eu que mi fez el i mui gran ben»: Estudos sobre Cultura Escrita Medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*, Madrid, Sílex, 2022», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 181-185.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7r2>



Ricardo Pichel (org.)

«Tenh'eu que mi fez el i mui gran ben»: Estudos sobre Cultura Escrita Medieval dedicados a Harvey L. Sharrer

Madrid, Sílex, 2022

Em homenagem ao Professor Harvey Sharrer, o Professor e Investigador da Universidade de Alcalá, Ricardo Pichel, assumiu a iniciativa de organizar um volume em que reúne um conjunto apreciável de contribuições científicas na área da cultura escrita medieval ibérica. Contudo, pela cuidada e detalhada feitura do volume, depressa o leitor se apercebe de que é ultrapassada em muito a dimensão da colecção de estudos, para se ter perante os olhos uma verdadeira peça destinada a perdurar na memória, tanto pelos testemunhos aduzidos, como pela sua feitura e ilustração onde o detalhe e o cuidado são predominantes.

Logo na introdução ao belo volume, o longo percurso do Professor Harvey Sharrer é evocado, tendo como peça central – até porque une todos os participantes e também o conjunto daqueles que virão a consultar a presente publicação – a fundação da *Philobiblon*, base de dados que virá e incluir a *BETA*, a *BITECA* e a *BITAGAP* (*Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*), que é evocada como ponto culminante de um percurso académico e de investigação que se estende ao longo de meio século de uma actividade constante e altamente produtiva.

A *BITAGAP*, que adquiriu, em 1988, o estatuto de base de dados informatizada, vindo a estar disponível online, após ter sido fundada em conjunto com os Professores Arthur L.-F. Askins e Martha E. Shaffer, e contando actualmente com vários colaboradores portugueses (Cristina Sobral, Pedro Pinto, Filipe Alves Moreira e Lurdes Rosa) e galegos (Mariña Arbor Aldea e Ricardo Pichel), será sempre a grande realização-monumento que unirá o Homenageado aos seus colaboradores e leitores, permanecendo como um repositório inigualável do conjunto da produção cultural escrita, com especial atenção dedicada à dimensão física dos suportes manuscritos e impressos, legado à posteridade como fundamento da memória que pretende preservar ao mais alto nível.

Não podendo deixar de chamar a atenção para a perspectiva integrativa de pessoas, obras e ideias que orienta a forma como o livro se organiza, e o modo como é apresentado e são dispostos os materiais que agrega, é de salientar o texto da autoria do Homenageado que abre os testemunhos editados. Um pouco autobiográfico, como não podia deixar de ser, muito depressa se encaminha para a narrativa daquele que terá sido um dos seus mais notáveis achados conseguidos ao longo de uma tão vasta e produtiva carreira: a descoberta, na Biblioteca Nacional de Lisboa, do fragmento manuscrito contendo sete composições de Dom Dinis com a particularidade de se encontrarem dotadas da respectiva notação musical.

Diga-se, antes de mais, que o Prof. Sharrer sempre repartiu a sua atenção pelos vários sectores da literatura e da cultura escrita da Idade Média peninsular, não tendo – ao contrário do que é habitual – fixado a sua atenção apenas em domínios particulares, do ponto de vista temático, cronológico ou formal. Terá sido a sua insaciável curiosidade que o levou a encontrar, no tão fecundo universo dos manuscritos medievais destruídos na Época Moderna para servirem de encadernação a obras tantas vezes meramente utilitárias, aquele que foi, na altura, o verdadeiro achado capaz de trazer novas perspectivas ao conhecimento da poesia galego-portuguesa.

Rigorosamente documentado no livro com abundante material fotográfico, tanto da versão primitiva como da resultante da infausta tentativa de restauração então operada, não deixa de fornecer ao leitor o que terá sido um suporte coevo da feitura dos textos trovadorescos e da respectiva música, com uma qualidade que o faz emparceirar com os suportes, mais conhecidos e numerosos, que se podem encontrar na poesia occitânica, tendo ainda como suplemento essa característica, na altura tão susceptível de admiração, que é o facto de se encontrar organizado em três colunas. Esta circunstância aponta para um manuscrito de grandes dimensões, bem mais imponente do que o *Pergaminho de Vindel* que continua a ser o outro testemunho da poesia trovadoresca galego-portuguesa dotado de notação musical.

Rapidamente este fragmento em pergaminho foi apelidado *Manuscrito Sharrer*, o que não deixou de fazer justiça à perseverança de quem o encontrou e inquiriu, tendo dado lugar a vários estudos, entre os quais é justo que se saliente o que incide sobre a dimensão musical do testemunho, levado a cabo pelo musicólogo Manuel Pedro Ferreira, no seu livro *Cantus Coronatus*¹.

Embora seja também um domínio que se estende pelos espaços português, galego, leonês e também castelhano e até navarro, a poesia galego-portuguesa é, contudo, um espólio escrito na língua do ocidente ibérico, cuja circulação no centro e até oriente peninsular se ficou a dever a circunstâncias políticas já bem conhecidas, onde se destaca a adesão a esse modelo expressivo, e a essa língua, de uma personalidade com o vulto de Afonso X, o Sábio.

Porém, o Prof. Harvey Sharrer não sentiu barreiras linguísticas, ou outras, quando se tratou de textos e temas de natureza diversa, que vieram a ter um impacto não tão notável porque o mundo académico não estava como eles tão familiarizado. Referimo-nos à descoberta da importância do ms. 9611 da Biblioteca Nacional de Madrid, contendo uma redacção particular do *Livro de Lanzarote*, que foi objecto de uma transcrição e publicação nos primórdios da divulgação digital, antes de vir a ser editado

¹ Ferreira, P. M. (2005), *Cantus Coronatus: 7 Cantigas d'El-Rei Dom Dinis / by King Dinis of Portugal*, Kassel, Reichenberger.

em livro, o que sucedeu no ano de 2006, em colaboração com o Prof. Contreras Martín². Provavelmente a comunidade científica ainda não se deu conta da extrema importância deste testemunho arturiano que, embora não abarque a totalidade da obra traduzida do Francês medieval, dá testemunho da especificidade do ciclo arturiano que se difundiu não apenas em Castelhana durante a Idade Média, mas também em Galego-Português, sendo ambos os domínios linguísticos complementares na difusão e recepção destes importantíssimos textos ao longo das décadas terminais da Idade Média e também de um período ainda importante da Idade Moderna.

Além disso, o Prof. Sharrer construiu ainda materiais relevantes de estudo que, na lógica da mencionada *Philobiblon*, foram cruciais para a investigação desenvolvida ainda nos finais do século passado, prosseguindo até aos dias de hoje³, como pode ainda ser atestado por um interessante texto publicado por pelo Prof. Charles B. Faulhaber nas páginas do referido volume⁴.

Seria ocioso avaliar nesta sede o conjunto de mais de trinta contribuições que compõem a presente publicação, embora salte à visita que, no seio de um variado leque de temáticas onde se compreendem língua e questões linguísticas ou abordagens documentais, historiográficas e genealógicas, acabe por sobressair a poesia trovadoresca com um punhado de interessantes estudos. Compreende-se, já que o volume foi composto em ambiente maioritariamente galego onde esta poesia assume um carácter emblemático. Interessante notar também que o organizador decidiu acolher alguns textos altamente específicos – sobretudo relativos a manuscritos achados recentemente ou pouco estudados, pertencentes a obras das mais diversas –, agrupando-os sob a designação *Colofón* na parte final do volume.

Um modo original de terminar uma publicação decididamente digna de louvor e de apreço por parte da comunidade académica interessada na literatura e cultura escrita peninsulares.

² Contreras Martín, A. & Sharrer, H. (eds. 2006), *Lanzarote del Lago*, Madrid, Centro de Estudios Cervantinos.

³ De destacar pelo seu carácter pioneiro, entre os títulos mencionados no livro que lhe é dedicado, Grant & Cutler (1977), *A Critical Bibliography of Hispanic Arthurian Material. I Texts: The Prose Romance Cycles*, London.

⁴ Faulhaber, Charles B. (2022) «PhiloBiblon and the wiki world: sustainable technology», in Ricardo Pichel (ed.), «*Tenh'eu que mi fez el i mui gran ben*»: *Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*, Madrid, Sílex Ediciones, pp. 183 a 200.